



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO MESQUITA FILHO”
FCT - CÂMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE**

CLAUDIA LEITE BRANDÃO

**ESTADO DA ARTE EM PROGRAMA NACIONAL
BIBLIOTECA DA ESCOLA: uma história (1997 - 2018)**

**PRESIDENTE PRUDENTE - SP
2021**

CLAUDIA LEITE BRANDÃO

**ESTADO DA ARTE EM PROGRAMA NACIONAL
BIBLIOTECA DA ESCOLA: uma história 1997 - 2018**

Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP/Campus de Presidente Prudente, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Área de concentração: Educação.

Linha de Pesquisa: Processos Formativos, Ensino e Aprendizagem.

Orientadora: Profa. Dra. Renata Junqueira de Souza

B817e Brandão, Claudia Leite
Estado da Arte em Programa Nacional Biblioteca da Escola: uma história (1997 - 2018) / Claudia Leite Brandão. -- Presidente Prudente, 2021
279 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente
Orientador: Renata Junqueira de Souza

1. Programa Nacional Biblioteca da Escola. 2. PNBE. 3. Estado da Arte. 4. Literatura cinzenta. 5. Comunicação científica. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Claudia Leite Brandão

Graduada em Pedagogia pela UFMT (2000) com especialização em Recreação e Lazer na UFMT (2004) e Literatura Infantil e Juvenil: da Composição à Educação Literária pela UCS (2020). Mestrado em Educação na Linha de Pesquisa Linguagens, Cultura e Construção do Conhecimento pela UFMT (2016). Professora da Educação Básica na rede estadual de ensino no Estado de Mato Grosso desde 2000, onde exerceu as seguintes funções: docente nos anos iniciais, coordenadora pedagógica, professora formadora. Atuou como coordenadora pedagógica no PNLD Literário de 2018 e 2020, como avaliadora no PNLD Língua Portuguesa 2019 e PNLD Educação infantil 2022. Integrante dos grupos de pesquisa: Formação de professores e as relações entre as práticas educativas em leitura, literatura e avaliação do texto literário (UNESP/CELLIJ) e Alfabetização e Letramento Escolar (UFR). Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: formação docente, práticas de ensino, leitura, literatura e alfabetização.

Email: cau_brandao@live.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4921931029963750>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7172-719X>

Banca Examinadora

Orientadora: Profa. Dra. Renata Junqueira de Souza
Unesp – Presidente Prudente

Profa. Dra. Norma Sandra de Almeida Ferreira
Unicamp — Membro Externo – Titular

Profa. Dra. Marta Passos Pinheiro
Cefet/MG — Membro Externo – Titular

Profa. Dra. Elianeth Dias Kanthack Hernandes
Unesp/Presidente Prudente — Membro Interno – Titular

Prof. Dr. Alberto Albuquerque Gomes
Unesp – Presidente Prudente — Membro Interno – Suplente

Profa. Dra. Flávia Brochetto Ramos
UCS — Membro Externo – Suplente

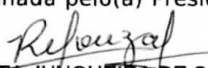
Profa. Dra. Simone Albuquerque da Rocha
UFR/Membro Externo – Suplente

Prof. Dr. Luiz Marcelo de Carvalho
Unesp/Presidente Prudente — Membro Interno – Suplente

Prof. Dr. Sílvio César Nunes Militão
Unesp/Presidente Prudente — Membro Interno – Suplente

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE CLAUDIA LEITE BRANDÃO, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA.

Aos 14 dias do mês de outubro do ano de 2021, às 19:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de TESE DE DOUTORADO de CLAUDIA LEITE BRANDÃO, intitulada **Estado da Arte em Programa Nacional Biblioteca da Escola: Uma história (1997 - 2018)** . A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof(a). Dr(a). RENATA JUNQUEIRA DE SOUZA (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Educação / UNESP - Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - SP, Profa. Dra. NORMA SANDRA DE ALMEIDA FERREIRA (Participação Virtual) do(a) Departamento de Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte / Universidade Estadual de Campinas, Profa. Dra. MARTA PASSOS PINHEIRO (Participação Virtual) do(a) Pós Graduação em Estudos de Linguagem / Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Prof. Dr. ALBERTO ALBUQUERQUE GOMES (Participação Virtual) do(a) Departamento de Educação / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Profa. Dra. ELIANETH DIAS KANTHACK HERNANDES (Participação Virtual) do(a) Departamento de Administração e Supervisão Escolar e Programa de Pós-Graduação em Educação / Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Após a exposição pela doutoranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: Aprovada . Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.


Prof(a). Dr(a). RENATA JUNQUEIRA DE SOUZA

Ao **Caio Brandão Ferreira**, meu filho, que desde pequenino conviveu com a minha ausência ocasionada por compromissos de trabalho e estudo.

Ao **André Tadmor de Lira Ferreira**, meu companheiro, que sempre me apoiou, me incentivou e, quando minha ausência predominava, exercia os meus papéis de filha, irmã, tia, mãe e amiga.

À **Lidia Maria Leite Brandão** (*in memoriam*), minha mãe, a maior incentivadora dos meus estudos e que, infelizmente, não teve a oportunidade de presenciar as minhas conquistas acadêmicas, o mestrado e o doutorado. Imagino a sua fala: - Minha filha é doutora!

AGRADECIMENTOS

[...] as pessoas e o mundo estão intimamente relacionados, de tal forma que um constrói e reflete o outro.

Bernadette Campello

Chegou a hora de registrar os agradecimentos, ou melhor, de fazer a transposição das palavras e lembrar de cada uma das pessoas que percorreram a minha história durante toda a trajetória do doutorado. Esse ato de parar, pensar e (re)lembrar, me levou de volta às minhas vivências e experiências entrelaçadas por situações de euforia, calma e apatia. Nessa ação de reviver, detenho meus olhos nesta página e deixo meu pensamento perguntar: Como eu quero apresentar esse texto?

As normas da ABNT indicam que este texto tem caráter opcional, mas, se a escolha for a inclusão dele, sugerem que os agradecimentos sejam direcionados às pessoas ou instituições que contribuíram efetivamente para o desenvolvimento da pesquisa. De forma complementar, Antônio Severino (2013) aconselha que é preciso ter parcimônia no quantitativo de pessoas citadas. E agora? Devo seguir essas recomendações?

Não! Porque a produção desta tese (trans)formou muitos laços familiares, pessoais, acadêmicos, profissionais e sociais. Foram muitas as redes (re)construídas e algumas iniciadas muito tempo antes de começar o desenvolvimento da pesquisa. No entanto essas relações, mesmo que anteriores, significaram muito para todo o percurso do processo investigativo. Isto quer dizer que, nos bastidores desta tese, houve muitas ausências, resultantes do comprometimento e dedicação aos estudos, e muitas presenças. Presença da família, das(os) amigas(os), das(os) colegas, da orientadora, das(os) autoras(es), das(os) pesquisadoras(es) e mesmo de muitas(os) (des)conhecidas(os) mediante encontros físicos, virtuais ou mentais.

Portanto, posso afirmar que esta tese está totalmente entrelaçada à minha vida pessoal — como mãe, esposa, filha, tia, prima, sobrinha; à minha vida acadêmica — como estudante, doutoranda, pesquisadora; à minha vida social — amiga, colega, conhecida e, claro, à minha vida profissional — como professora, coordenadora, formadora e colaboradora. Diante disso, considero que esses papéis são inseparáveis e, a partir de cada um, fui me constituindo, como sujeito da minha própria história, tal como a citação de Mikhail Bakhtin:

Tudo o que me diz respeito, a começar por meu nome, e que penetra em minha consciência, vem-me do mundo exterior, da boca dos outros (da mãe, etc.), e me é dado com entonação, com o tom emotivo dos valores deles. Tomo consciência de mim, originalmente, através dos outros: deles recebo a palavra, a forma e o tom que

BRANDÃO, Claudia Leite. **Estado da Arte em Programa Nacional Biblioteca da Escola: Uma história** (1997 – 2018). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2021.

RESUMO

Esta tese está vinculada à linha de pesquisa *Processos Formativos, Ensino e Aprendizagem* e surge com o objetivo de analisar a literatura cinzenta sobre/com o Programa Nacional Biblioteca da Escola, realizada nos programas de pós-graduação, a fim de compreender o PNBE no contexto da sua história, da comunicação científica e dos conhecimentos produzidos nas Instituições de Ensino Superior do Brasil, no período de 1997 a 2018. A pergunta norteadora de todo o processo, se estabeleceu em: Qual a história do PNBE no contexto de vigência nos governos brasileiros e de influência na construção de conhecimento e no desenvolvimento de pesquisas nos PPGs? Essa investigação percorre o recorte temporal, mostrando a história do PNBE (1997-2017) e a mobilização e comunicação científica no contexto das IES brasileiras (2004-2018). Metodologicamente, realiza-se o Estado da Arte com a abordagem quantitativa, qualitativa e histórica, pois parte-se da premissa que o mapeamento será desenvolvido com critérios teóricos e metodológicos envolvendo dados objetivos (estatísticos), subjetivos e históricos. Para tanto, mapeou-se o conjunto de 168 produções acadêmicas no Catálogo de dissertações e teses da Capes, na BDTD, no Oasisbr, no Domínio Público e, para a complementação e comparação das discussões, utilizamos informações do Geodados da Capes e dos *Curriculum Lattes*. Diante disso, a partir da leitura dos resumos, dos textos completos e de buscas específicas no *Google* extraiu-se e sistematizou-se os dados em planilhas e, posteriormente, organizou-se as matrizes para usar na construção de redes (*Software Gephi*) e nas análises estatísticas. Como resultado da investigação, a partir de três categorias de análise — História do PNBE (1997-2017), Demografia das pesquisas sobre/com o PNBE (2004-2018) e Temáticas da literatura cinzenta sobre/com o PNBE (2004-2018) — compreendeu-se que o PNBE percorreu quatro (4) governos e, no decorrer de cada período governamental, passou por mudanças no formato, no atendimento aos níveis de ensino da Educação Básica, no investimento público e no quantitativo de obras adquiridas e distribuídas. No entanto muitas fragilidades persistiram durante os 20 anos de vigência, tais como: desconhecimento pelos profissionais das escolas públicas, ausência de formação docente em leitura e literatura para a utilização do material disponibilizado, falta de recursos físicos e humanos nas bibliotecas escolares, desarticulação entre as três esferas de poder (federal, estadual, municipal), dentre outros. Concluiu-se que as(os) pesquisadoras(es) participantes do processo de avaliação das obras dos acervos desenvolveram projetos de pesquisas, orientações de mestrado e doutorado que se distribuíram em 22 unidades federativas do Brasil. Diante disso, notamos as redes de revelaram as conexões existentes entre discentes, orientadoras(es), membros da banca de defesa e participantes do processo de avaliação dos acervos do PNBE. Portanto, verificamos que uma ação governamental mobiliza o contexto social, político, educacional e acadêmico. No âmbito das temáticas o *corpus* de estudos (143 dissertações e 25 teses) contemplou as seguintes temáticas: 3 (2%) Estado da Arte em leitura/biblioteca, 7 (4%) biblioteca escolar, 9 (5%) formação docente, 36 (21%) políticas públicas, 39 (23) Prática Pedagógica e 74 (44%) análise de livros literários.

Palavras-chave: Programa Nacional Biblioteca da Escola. PNBE. Estado da Arte. Literatura cinzenta. Comunicação científica.

BRANDÃO, Claudia Leite. **State of the Art in the Programa Nacional Biblioteca da Escola: a historical** (1997 – 2018). Thesis (Doctorate in Education) – Unesp, São Paulo State University, Presidente Prudente, 2021.

ABSTRACT

This thesis is linked to the Formative Processes, Teaching and Learning research line and aims to analyze the gray literature on/with the National School Library Program, carried out in Graduate Programs, to understand the PNBE in the context of its history, scientific communication and knowledge produced in Higher Education Institutions in Brazil, from 1997 to 2018. The guiding question of the entire process was established in: What is the history of the PNBE in the context of validity in Brazilian governments and influence the construction of knowledge and the development of research in PPG? This investigation covers the time frame, showing the history of the PNBE (1997-2017) and the mobilization and scientific communication in the context of Brazilian HEIs (2004-2018). Methodologically, the State of the Art is carried out with a quantitative, qualitative, and historical approach, as it is based on the premise that the mapping will be developed with theoretical and methodological criteria involving objective (statistical), subjective and historical data. For this purpose, we mapped the set of 168 academic productions in the Capes Dissertations and Theses Catalog, in the BDTD, in Oasisbr, in the Public Domain and, to complement and compare the discussions, we used information from Capes Geodata and Curriculum Lattes. Therefore, from reading the abstracts, full texts and specific Google searches, the data was extracted and systematized in spreadsheets and, later, the matrices were organized to use in the construction of networks (Gephi Software) and in the statistical analyses. As a result of the investigation, from three categories of analysis - History of the PNBE (1997-2017), Demographics of research on/with the PNBE (2004-2018) and Thematics of gray literature on/with the PNBE (2004-2018) — it was understood that the PNBE covered four (4) governments and, during each governmental period, underwent changes in the format, in meeting the teaching levels of Basic Education, in public investment and in the quantity of works acquired and distributed. However, many weaknesses persisted during the 20 years of existence, such as: lack of knowledge by professionals in public schools, lack of teacher training in reading and literature for the use of available material, lack of physical and human resources in school libraries, disarticulation between the three spheres of power (federal, state, municipal), among others. Furthermore, it was analyzed that the researchers participating in the evaluation process of the works in the collections developed research projects, master's, and doctoral orientations, which were distributed in 22 federative units in Brazil. Therefore, we noticed the networks that revealed the connections between students, advisors, members in defense of dissertations and theses panel and participants in the evaluation process of the PNBE collections. Therefore, we find that a government action mobilizes the social, political, educational, and academic context. Under the themes, the *corpus* of studies (143 dissertations and 25 theses) included the following themes: 3 (2%) State of the Art in reading/library, 7 (4%) school library, 9 (5%) teacher training, 36 (21%) public policies, 39 (23) pedagogical practices and 74 (44%) analysis of literary books.

Keywords: National School Library Program. PNBE. State of art. Literatura gray. Scientific communication.

BRANDÃO, Claudia Leite. **Estado del arte en el Programa Nacional Biblioteca da Escola: una historia (1997 – 2018)**. Tesis (Doctorado en Educación) - Unesp, Universidad Estadual de São Paulo, Presidente Prudente, 2021

RESUMEM

Esta tesis está vinculada a la línea de investigación Procesos Formativos, Enseñanza y Aprendizaje y tiene como objetivo analizar la literatura gris sobre / con el Programa Nacional de Bibliotecas Escolares, realizada en los Programas de Posgrado, con el fin de comprender el PNBE en el contexto de su historia, científica comunicación y conocimiento producido en las Instituciones de Educación Superior en Brasil, de 1997 a 2018. La pregunta rectora de todo el proceso se estableció en: ¿Cuál es la historia del PNBE en el contexto de vigencia en los gobiernos brasileños e incidir en la construcción del conocimiento y el desarrollo de la investigación en PPG? Esta investigación cubre el marco temporal, mostrando la historia del PNBE (1997-2017) y la movilización y comunicación científica en el contexto de las IES brasileñas (2004-2018). Metodológicamente, el Estado del Arte se realiza con un enfoque cuantitativo, cualitativo e histórico, ya que se parte de la premisa de que el mapeo se desarrollará con criterios teóricos y metodológicos que involucran datos objetivos (estadísticos), subjetivos e históricos. Para ello, mapeamos el conjunto de 168 producciones académicas en el Catálogo de Tesis y Disertaciones de Capes, en el BDTD, en el Oasisbr, en el Dominio Público y, para complementar y comparar las discusiones, utilizamos información de Capes Geodata y *Curriculum Lattes*. Por tanto, a partir de la lectura de los resúmenes, textos completos y búsquedas específicas de Google, se extrajeron los datos y se sistematizaron en hojas de cálculo y, posteriormente, se organizaron las matrices para utilizarlas en la construcción de redes (Gephi Software) y en los análisis estadísticos. Como resultado de la investigación, a partir de tres categorías de análisis - Historia del PNBE (1997-2017), Demografía de la investigación sobre / con el PNBE (2004-2018) y Temática de la literatura gris sobre / con el PNBE (2004- 2018) - se entendió que el PNBE cubría cuatro (4) gobiernos y, durante cada período gubernamental, sufrió cambios en el formato, en el cumplimiento de los niveles docentes de Educación Básica, en la inversión pública y en la cantidad de obras adquiridas y distribuidas. Sin embargo, persistieron muchas debilidades durante los 20 años de existencia, tales como: falta de conocimiento por parte de los profesionales en las escuelas públicas, falta de formación docente en lectura y literatura para el uso del material disponible, falta de recursos físicos y humanos en las bibliotecas escolares, desarticulación entre las tres esferas de poder (federal, estatal, municipal), entre otras. Además, se analizó que los investigadores que participaron en el proceso de evaluación de los trabajos de las colecciones desarrollaron proyectos de investigación, orientaciones de maestría y doctorado, los cuales fueron distribuidos en 22 unidades federativas en Brasil. Por lo tanto, notamos las redes que revelaron las conexiones entre estudiantes, asesores, miembros del panel de defensa y participantes en el proceso de evaluación de las colecciones del PNBE. Por tanto, encontramos que una acción de gobierno moviliza el contexto social, político, educativo y académico. Bajo los temas, el *corpus* de estudios (143 disertaciones y 25 tesis) incluyó los siguientes temas: 3 (2%) Estado del arte en lectura / biblioteca, 7 (4%) biblioteca escolar, 9 (5%) formación docente, 36 (21%) políticas públicas, 39 (23) prácticas pedagógicas y 74 (44%) análisis de libros literarios.

Palabras clave: Programa Nacional Biblioteca da Escola. PNBE. Estado del arte. Literatura gris. Comunicación científica.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AEILIJ	Associação de Escritores e Ilustradores de Literatura Infantil e Juvenil
ALB	Associação de leitura do Brasil
ALFALE	Alfabetização e Letramento Escolar
ALLE	Alfabetização, Leitura e Escrita
ANPAE	Associação Nacional de Política, Administração da Educação
ANPEd	Associação Nacional de pós-graduação e Pesquisa em Educação
ARS	Análise de redes sociais
BA	Bahia
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BH	Belo Horizonte
CALDEME	Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CGEE	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
CHSSALLA	Diagnóstico das Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Cogeam	Coordenação-Geral de Materiais Didáticos
Colab.	Colaboração
COLE	Congresso de Leitura
Comut	Programa de Comutação Bibliográfica
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
Coord.	Coordenação
D	Doutorado
DF	Distrito Federal
DO	Doutorado
DOU	Diário Oficial da União
DV	Deficiência visual
Earte	Educação Ambiental no Brasil
EF	Ensino Fundamental
EI	Educação Infantil
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EM	Ensino Médio
FACP	Faculdade de Paulínia
FHC	Fernando Henrique Cardoso
Finep	Financiadora de Estudos e Projetos
FLACSO	Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNLIJ	Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil
FUPF	Fundação Universidade de Passo Fundo
FURG	Fundação Universidade do Rio Grande
Geocapes	Sistema de Informações Georreferenciadas
GEPFPM	Grupo de Estudo e Pesquisa em Formação de Professores de Matemática
IES	Instituições de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEBUC	Laboratório de Linguagem, Leitura, Escrita e Educação
LIBRE	Liga Brasileira de Editoras
LIJ	Literatura Infantil e Juvenil

LMC	<i>Literatura em minha casa</i>
M	Mestrado
MA	Mestrado Acadêmico
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
MP	Mestrado Profissional
NBR	Norma Brasileira
NP	Nuvem de Palavra
Oasisbr	Portal Brasileiro de Publicações Científicas em Acesso Aberto
Org.	Organização
PCN'S	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDF	Portable Document Format
PIB	Produto Interno Bruto
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNBP	Programa Nacional Biblioteca do Professor
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNSL	Programa Nacional Salas de Leitura
PNSL/BE	Programa Nacional Salas de Leitura/Biblioteca Escolar
PPA	Plano Plurianual
PPG	Programa de pós-graduação
PPGE	Programa de pós-graduação em Educação
Prof. Dr.	Professor Pesquisador
Profa. Dra.	Professora Pesquisadora
PROLER	Programa Nacional de Incentivo à Leitura
PUC/PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
PUC/RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RJ	Rio de Janeiro
RS	Rio Grande do Sul
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SEB	Secretaria da Educação Básica
SEESP	Secretaria de Educação Especial
SEF	Secretária de Educação Fundamental
SIMAD	Sistema de Controle de Materiais Didáticos
SME	Secretaria Municipal de Educação
SNEL	Sindicato Nacional dos Editores de Livros
SNPG	Sistema Nacional de Pós-Graduação
SP	São Paulo
SRE/GV	Superintendência Regional de ensino de Governador Valadares
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCU	Tribunal de Contas da União
UA	Universidade de Aveiro
UCP	Universidade Católica de Petrópolis
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UECE	Universidade estadual do Ceará
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UENP	Universidade Estadual do Norte do Paraná
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UESPI	Universidade Estadual do Piauí
UFAC	Universidade Federal do Acre

UFAM	Universidade Federal da Amazônia
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Campina Grande
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFFS	Universidade Federal da Fronteira do Sul
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFR	Universidade Federal de Rondonópolis
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFT	Universidade Federal de Tocantins
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
Uminho	Universidade do Minho
UNB	Universidade de Brasília
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNEMAT	Universidade Estadual de Mato Grosso
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense
UNESP	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
UNESPAR	Universidade Estadual do Paraná
UNICAMP	Universidade de Campinas
UNICSUL	Universidade Cruzeiro do Sul
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNIOESTE	Universidade do Oeste do Paraná
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
UNISO	Universidade de Sorocaba
UNISUL	Universidade do Sul de Santa Catarina
UNIUBE	Universidade de Uberaba
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí
UPF	Universidade Pompeu Fabra
UPM	Universidade Presbiteriana Mackenzie
URI	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Rede colaborativa para o surgimento da pesquisa Estado da Arte	24
Figura 2 – Rede de colaboração para a (re)construção da pesquisa com Estado da Arte.....	42
Figura 3 – Organização metodológica da pesquisa	44
Figura 4 – Exemplo do resultado da busca “PNBE” no Catálogo de teses e dissertações Capes	49
Figura 5 – Exemplo de uma dissertação localizada na página da Plataforma Sucupira	50
Figura 6 – <i>Drive</i> com publicações oficiais, acadêmicas e científicas sobre/com o PNBE	55
Figura 7 – Categorias e subcategorias de análise	56
Figura 8 – NP com as palavras-chave da literatura cinzenta sobre/com o PNBE.....	58
Figura 9 – Matriz indicadora das palavras-chave para a subcategoria <i>Temáticas da literatura cinzenta</i> sobre/com o PNBE (2004-2018).....	59
Figura 10 – Linha do Tempo: Governos (1997-2021) e ações do PNBE	63
Figura 11 – Capa, quarta capa e página da obra <i>Palavra de Poeta</i>	74
Figura 12 – Rede de citação entre as pesquisas com foco no PNBE 1998 ao PNBE 2002.....	81
Figura 13 – Redes de citação entre as pesquisas com foco nos PNBEs de 2003 a 2010.....	102
Figura 14 – Comparação de obras do <i>Literatura em minha casa</i> com obras do mercado editorial	104
Figura 16 – Redes de referências entre as pesquisas com foco no PNBE 2011 ao PNBE 2014 – citados e citantes	116
Figura 17 – Mapa do Brasil com a distribuição da literatura cinzenta sobre/com o PNBE por quantitativo e percentual de frequência de produções, orientadoras(os) e IES.	136
Figura 18 – Redes de orientadoras(os) autoridades do conhecimentos com discentes das pesquisas sobre/com o PNBE (2004-2018).....	148
Figura 19 – Rede colaborativa entre as pesquisas — citantes e citadas	160
Figura 20 – Rede colaborativa entre IES em bancas examinadoras de mestrado e doutorado	166
Figura 21 – Rede de IES ascendente com a representação das(os) pesquisadoras(es).....	169
Figura 22 – Rede de colaboradoras(es) em bancas de defesa sobre/com o PNBE — com mais de duas participações	174
Figura 23 – Rede de citação entre o <i>corpus</i> de estudo de Aliaga (2013), Penido (2017) e Silva (2017)	183
Figura 24 – Diagrama com as variações da temática <i>Política Pública</i> caracterizado pelo contexto macro e micro	186

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Progressão das pesquisas com foco no PNBE de 1998 a 2002.....	77
Gráfico 2 – Evolução das pesquisas com foco nos PNBEs de 2003 a 2010	98
Gráfico 3 – Evolução das pesquisas com foco no PNBE 2011 ao PNBE 2014.....	113
Gráfico 4 – Percentual em relação à aquisição de exemplares e aos investimentos financeiros no PNBE (1997-2016)	121
Gráfico 5 – Comparativo da progressão em % de frequência ano a ano das pesquisas dos PPGs e das produções acadêmicas sobre/com o PNBE.....	128
Gráfico 6 – Distribuição dos PPGs nacionais e do <i>corpus</i> de análise sobre/com o PNBE por regiões brasileiras (2004 – 2018).....	135
Gráfico 7 – Ordem classificatória do percentual do PIB e das IES do <i>corpus</i> de análise	139
Gráfico 8 – Índices de orientadoras(es) e IES por média em relação ao <i>corpus</i> de estudo ..	141
Gráfico 9 – Ordem classificatória do percentual do PIB e das IES do <i>corpus</i> de análise	142
Gráfico 10 – Distribuição de discentes e docentes por sexo (2004 – 2018)	144
Gráfico 11 – Distribuição dos temas abordados no <i>corpus</i> de estudo sobre/com o PNBE (2004-2018).....	181
Gráfico 12 – Distribuição anual das pesquisas e orientadoras(es) com a temática Análise dos Livros Literários	211

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Mapeamento das pesquisas sobre/com o PNBE.....	46
Tabela 2 – Banco de dados do <i>corpus</i> de estudo	47
Tabela 3 – Edição, aquisição e investimento do PNBE no governo FHC	70
Tabela 4 – Edição, aquisição e investimento do PNBE no governo Lula.....	91
Tabela 5 – Edição, aquisição e investimento do PNBE no governo Dilma	107
Tabela 6 - Síntese do PNBE em cada governo de 1998-2014.....	121
Tabela 7 – Distribuição das produções acadêmicas dos PPGes por titulação acadêmica e ano de defesa (2004-2018).....	125
Tabela 8 – Distribuição das produções acadêmicas sobre/com PNBE por titulação acadêmica e ano de defesa (2004-2018).....	127
Tabela 9 – Distribuição do <i>corpus</i> de estudo por Colégio e grande área de conhecimento (2004 a 2018).....	130
Tabela 10 – Distribuição da literatura cinzenta sobre/com o PNBE por região e grande área do conhecimento (2004 – 2018)	134
Tabela 11 – Distribuição quantitativa e em percentual da literatura cinzenta sobre/com o PNBE por região brasileira, UF, IES e natureza jurídica (2004 – 2018).....	143
Tabela 12 – Orientadoras(es) autoridades do conhecimento e pesquisadoras em produções acadêmicas sobre/com o PNBE no período de 2004-2018	147
Tabela 13 – Relação de pesquisadoras(es) e quantitativo em que foram citados e citantes Continua	157
Tabela 14 – Relação de IES com quantitativo de interação em bancas examinadoras interinstitucionais	163
Tabela 15 – Pesquisadoras(es) com duas ou mais participações em banca de defesa do <i>corpus</i> de estudo.....	171
Tabela 16 – Pesquisadoras(es) com mais de duas participação com membro de bancas de defesa do <i>corpus</i> de estudo.....	172

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – TCC, dissertação, tese e livre docência com pesquisas em Estado do Conhecimento/Estado da Arte.....	32
Quadro 2 – Série: Estado da Arte e Estado do Conhecimento do INEP	34
Quadro 3 – Dissertações e teses sobre/com o PNBE com a construção histórica do PNBE.	40
Quadro 4 – Documentos norteadores do PNBE de 1997-2017.....	67
Quadro 5 – Produções acadêmicas com foco no PNBE de 1998 a 2002.....	76
Quadro 6 – Publicações do MEC para o PNBE no Governo FHC	80
Quadro 7 – Conexões entre pesquisas com equivalência a 13% da rede exposta na Figura 7 (p. 84).....	84
Quadro 8 – Produções acadêmicas com foco nos PNBEs de 2003 a 2010	94
Quadro 9 – Publicações do MEC para o PNBE durante o governo Lula	98
Quadro 10 – Publicações do MEC para o PNBE no governo Dilma	110
Quadro 11 – Produções acadêmicas com foco no PNBE 2011 ao PNBE 2014	112
Quadro 12 – Dissertações de mestrado profissional sobre/com o PNBE de 2004 a 2018 ...	132
Quadro 13 – Distribuição do corpus de estudo por região, estado e grande área do conhecimento a literatura cinzenta sobre/com o PNBE Continua.....	137
Quadro 14 – Orientandas(os) da Profa. Dra. Flávia Ramos distribuídas por nome da(o) pesquisadora(or), ano de pesquisa, título da pesquisa e nível de titulação	149
Quadro 15 – Relação de pesquisas com participação em bancas examinadoras pela Profa. Dra. Flávia Ramos	150
Quadro 16 – Orientandas(os) da Profa. Dra. Célia Fernandes distribuídas por nome da(o) pesquisadora(or), ano de pesquisa, título da pesquisa e nível de titulação	152
Quadro 17 – Orientandas(os) da Profa. Dra. Aparecida Paiva distribuídas por nome da(o) pesquisadora(or), ano de pesquisa, título da pesquisa e nível de titulação	153
Quadro 18 – Relação de pesquisas com participação nas bancas examinadoras pelo Profa. Dra. Aparecida Paiva	154
Quadro 19 – Orientandas(os) da Prof. Dr. Paulo Silva distribuídas por nome da(o) pesquisadora(or), ano de pesquisa, título da pesquisa e nível de titulação	155
Quadro 20 – Orientandas(os) da Prof. Dr. Paulo Silva distribuídas por nome da(o) pesquisadora(or), ano de pesquisa, título da pesquisa e nível de titulação	156
Quadro 21 – Dissertações e teses com temática <i>Política Pública</i>	188
Quadro 22 – Dissertações e teses com temática <i>Biblioteca Escolar</i>	196
Quadro 23 – Distribuição de IES e orientadoras(es) presentes na temática <i>Biblioteca Escolar</i>	199
Quadro 24 – Dissertações e teses com temática <i>Formação Docente</i>	204
Quadro 25 - Dissertações e teses com temática <i>Análise de livros literários</i>	217
Quadro 26 – Dissertações e teses com temática <i>Prática Pedagógica</i>	225

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
1 FUNDAMENTOS E PROCEDIMENTOS: UMA DEFINIÇÃO	28
1.1 Uma busca para a validação e consolidação da pesquisa.....	28
1.2 A decisão dos fundamentos e da pesquisa	36
1.3 Outras áreas, outros recursos e estratégias para o Estado da Arte	41
1.4 Procedimentos metodológicos: O caminho construído.....	45
2 PNBE: 20 ANOS DE HISTÓRIA.....	60
2.1 PNBE: Para iniciar a história	61
2.2 PNBE no governo de FHC (1997-2002).....	68
2.3 PNBE no governo de Lula (2003-2010).....	86
2.4 PNBE no governo de Dilma Rousseff (2011-2016).....	107
2.5 PNBE no governo de Michel Temer 2016-2018.....	120
3 PANORAMA DA LITERATURA CINZENTA SOBRE/COM O PNBE NO BRASIL EM PPG DE 2004 A 2008.....	124
3.1 Distribuição temporal, nível de titulação e progressão quantitativa da produção.....	124
3.2 Área de conhecimento	129
3.3 Regiões brasileiras e a distribuição das pesquisas sobre/com o PNBE.....	134
3.5 Banca examinadora: Interação entre IES e pesquisadoras(es)	161
4 LITERATURA CINZENTA SOBRE/COM O PNBE (2004-2018): A DESCRIÇÃO DOS TEMAS.....	178
4.1 (Re)iniciando o diálogo com a literatura cinzenta sobre/com o PNBE.....	179
4.2 Estado da Arte em leitura/biblioteca	182
4.3 Política Pública	185
4.4 Biblioteca Escolar	193
4.5 Formação Docente	200
4.6 Análise de Livros Literários	210
4.7 Prática Pedagógica.....	222
CONSIDERAÇÕES (SEM) FINAIS.....	228
REFERÊNCIAS.....	240
REFERÊNCIAS — CORPUS DE ANÁLISE	260

INTRODUÇÃO

*Diego não conhecia o mar.
O pai, Santiago Kovadloff, levou-o para que descobrisse o mar.
Viajaram para o Sul.
Ele, o mar, estava do outro lado das dunas altas, esperando.
Quando o menino e o pai enfim alcançaram aquelas alturas de areia, depois de muito caminhar, o
mar estava na frente de seus olhos.
E foi tanta a imensidão do mar, e tanto fulgor, que o menino ficou mudo de beleza.
E quando finalmente conseguiu falar, tremendo, gaguejando, pediu ao pai:
– Me ajuda a olhar
Eduardo Galeano*

A epígrafe de Eduardo Galeano (1991) sintetiza o significado desta tese, pois a frase “Me ajuda a olhar!” é emblemática. Ao se fazer presente nesta abertura, configura-se como o mote de todos os momentos vivenciados durante esta investigação, uma vez que conhecer, descobrir, caminhar, encantar e ajudar são elementos presentes na trajetória de Diego e seu pai. Sob esta ótica, “Me ajuda a olhar”, inicia¹ a investigação a partir do movimento entre pesquisadora, objeto de pesquisa, contexto metodológico e análise. E a tese assumirá a frase “Eu te ajudo a olhar” porque contribuirá com novos estudos: tanto na compreensão de pesquisas no contexto acadêmico de produção e divulgação do conhecimento, como propondo (re)formulação nos programas governamentais. Enfim, novos olhares.

Diante disso, para propiciar a leitura desse texto, esclareço o nascimento desta pesquisa, explicitando as questões e os objetivos que nortearam toda a construção, o desenvolvimento e a finalização. Ao mesmo tempo, tal olhar retrospectivo apresenta as evidências de conflitos, inquietações e motivações que, em todos os instantes, impulsionaram novos conhecimentos.

O tema “Políticas Públicas de leitura” tem-se constituído como objeto de minhas reflexões desde que iniciei o mestrado no programa de pós-graduação em Educação (PPGE) *stricto sensu*, na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Campus de Rondonópolis, sob a orientação da Profa. Dra. Sílvia Rodrigues. E a presente tese, assim como minha dissertação, “PNBE do Professor: usos e desusos” (2016) são resultados do meu interesse pelos programas governamentais de incentivo à leitura e estudos de mapeamentos.

Na minha pesquisa do mestrado, tive dificuldade em localizar documentos oficiais,

¹ Na escrita desta tese, adotamos a primeira pessoa do plural por entendermos que o desenvolvimento da pesquisa ocorreu por meio interativo entre orientanda, orientadora e colaboradoras(es), porém, em alguns momentos do texto, pode aparecer a terceira pessoa – impessoal para um melhor alinhamento da escrita e a primeira pessoa do singular por necessidade da marcação da personalidade.

históricos, produções científicas e acadêmicas, o que impossibilitou uma compreensão mais ampla de programas de leitura. Entretanto, três pesquisas contribuíram para entender o contexto histórico das ações de governo na distribuição de materiais para leitura e, ainda, para avaliar a pertinência de estudos com a historicização dos programas por meio de fontes primárias (publicações oficiais do FNDE e MEC). As três pesquisas foram: “Leitura, formação de leitores e Estado: concepções e ações ao longo da trajetória do Ministério da Educação” (1930-1940), de Cinara Custódio (2000); “Programas Nacionais de Leitura no Brasil: o PROLER e o Pró-Leitura (1995-2000)”, de Isabel Soares (2002); e “Práticas de leitura escolar no Brasil: representações da escola, de professores e do ensino na literatura infanto-juvenil a partir dos anos 80”, de Célia Fernandes (2004).

De fato, no século XXI, os recursos tecnológicos facilitam a busca das produções acadêmicas e científicas, diferentemente de décadas atrás, em que pesquisadoras(es) precisavam se deslocar até às bibliotecas universitárias para “garimpagem nas prateleiras”, como expôs Norma Ferreira (1999), em “Pesquisa em leitura: um estudo dos resumos de dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas no Brasil, de 1980 a 1995”. A tecnologia do século XXI permite com um clique na internet localizar muitos documentos, artigos e literatura cinzenta (LC) – termo traduzido da expressão *grey literatura* para nomear documentos não convencionais e semipublicados, produzidos nos âmbito governamental e acadêmico sem passarem por um sistema de distribuição comercial (GOMES; MENDONÇA; SOUZA, 2000; CAMPELLO, 2000).

A expressão literatura cinzenta é utilizada para classificar as fontes primárias, como as dissertações e teses, por isso, explico que o uso de cores para identificação de materiais bibliográficos originou-se na Inglaterra e a escolha definia-se a partir da cor da capa, do conteúdo, por exemplo: *blue book* (livro azul), coleção de relatórios oficiais encadernados com capa azul; *black book* (livro preto), livros do fisco, identificados pela capa preta. Portanto, a cor cinza não traz um significado inferior às outras publicações, pelo contrário a LC se caracteriza como produção cheia de sentidos e relevância, principalmente, pela originalidade e privacidade (FUNARO; NORONHA, 2006).

Geralmente, o encontro com a literatura cinzenta acontece por meio dos bancos de dados das bibliotecas das Instituições de Ensino Superior (IES), no Catálogo de teses e dissertação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Portal Brasileiro de Publicações Científicas em Acesso Aberto (Oasisbr) e no Domínio Público. Porém, não existe uma garantia do cadastro de todas as pesquisas e há possibilidade de falhas nas atualizações

das plataformas e/ou mudanças de portais e programas. Nesse aspecto, concordo com Vânia Funaro e Daisy Noronha (2006, p. 222) que as produções acadêmicas disponíveis em bancos de dados virtuais têm um “caráter volátil e que há insegurança quanto à sua permanência na web e posterior recuperação”.

Em maio de 2012, a Capes e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) assinaram “o termo de cooperação para o desenvolvimento de um sistema destinado a coletar informações dos programas de pós-graduação em tempo real e estabelecer os procedimentos de avaliação com transparência para toda a comunidade acadêmica” (BRASIL, 2021). Diante disso, iniciou-se a implementação da Plataforma Sucupira, mas, no intervalo de 2013 até 2016, o Catálogo de teses e dissertações da Capes passou a disponibilizar apenas as pesquisas de mestrado e de doutorado defendidas nos anos de 2011 e 2012.

Em julho de 2021, retornei neste texto da Introdução para destacar que, no referido mês, houve uma intercorrência com os sistemas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que afetou inclusive a Plataforma *Lattes* (Currículo *Lattes*, Diretório de Grupos de Pesquisa, Diretório de Instituições e Extrator *Lattes*) e a Carlos Chagas, tornando esses bancos de dados inacessíveis² por um período de 15 dias.

No percurso do mestrado, durante a produção do artigo “Tendências de pesquisas sobre o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE do Professor 2010-2015” (BRANDÃO; RODRIGUES; ROCHA, 2016) vivenciei os problemas citados quanto ao acesso ao Catálogo de teses e dissertações da Capes. Entretanto, mesmo com a restrição temporal da acessibilidade das produções compreendi como fazer um estudo de pesquisa sobre pesquisas. Ainda nessa fase, durante uma reunião do Grupo de pesquisa Alfabetização e Letramento Escolar (ALFALE), com a participação do Prof. Dr. André Cardoso (UFMT), houve uma discussão acerca do mapeamento de pesquisas oriundos da área de Administração. O professor dialogou ao longo da aula e exibiu alguns estudos com abordagem bibliométrica – como métodos estatísticos e matemáticos para analisar as informações de determinada temática/área, uma sistematização com muita similaridade com o Estado do Conhecimento/Estado da Arte. O pesquisador, ainda, apresentou outras possibilidades para a análise dos dados coletados nas produções, como a análise de redes sociais (ARS) – campo de estudo utilizado para investigar as relações que conectam os indivíduos.

Kátia Pisciotta (2006, p. 117), no artigo “Redes sociais: articulação com os pares e

² Disponível em: <<https://www.gov.br/cnpq/pt-br/informe-cnpq-indisponibilidade-dos-sistemas>>. Acesso em: 2 ago. 2021.

com a sociedade”, argumenta que “a sociedade funciona em rede, composta por sub-redes que se emaranham numa infinita articulação entre pares”. Ao pensarmos na comunidade científica e acadêmica, podemos dizer que essas redes são formadas por diferentes indicadores, como: IES, pesquisadoras(es)³, pesquisas, grupos de pesquisas, área de conhecimento, temáticas de estudos, bancas examinadoras de defesa pública de mestrado e doutorado, produções acadêmicas e científicas, autorias e coautorias, projetos, citações e referências, entre outras.

Essas novas ideias me inspiraram a aprender mais sobre a Bibliometria como método de “exploração estatística das produções” (HAYASCHI, 2004) e a querer articular esses conhecimentos dentro da área da Educação. Isso abria um novo espaço para a construção dos dados por meio de softwares, Excel, gráficos e modelos matemático-estatísticos para contextualizar autoras(es), orientadoras(es), grupos e linhas de pesquisas, temáticas, bancas examinadoras, entre outros. Nesse momento, visualizei novas possibilidades para trabalhar e analisar os dados, por meio da análise quantitativa e qualitativa, em busca de uma investigação sobre o Estado do Conhecimento/Estado da Arte.

Essa inquietação por encontrar trabalhos acadêmicos e sistematizar, relacionar e coletar seus dados passou a fazer parte da minha história. Recordo-me “fuçando” banco de dados, “vasculhando” artigos e pesquisas e “garimpando” o passado e o presente para conhecer temáticas e/ou áreas, tal como uma arqueóloga(o), postura exigida para uma pesquisa com conteúdo histórico. Segundo Magda Soares (2006) e Laurence Bardin (2011, p. 39): a(o) pesquisadora(or) “é como um arqueólogo. Trabalha com vestígios: os «documentos» que pode descobrir ou suscitar. Mas os vestígios são a manifestação de estados, de dados e de fenômenos”.

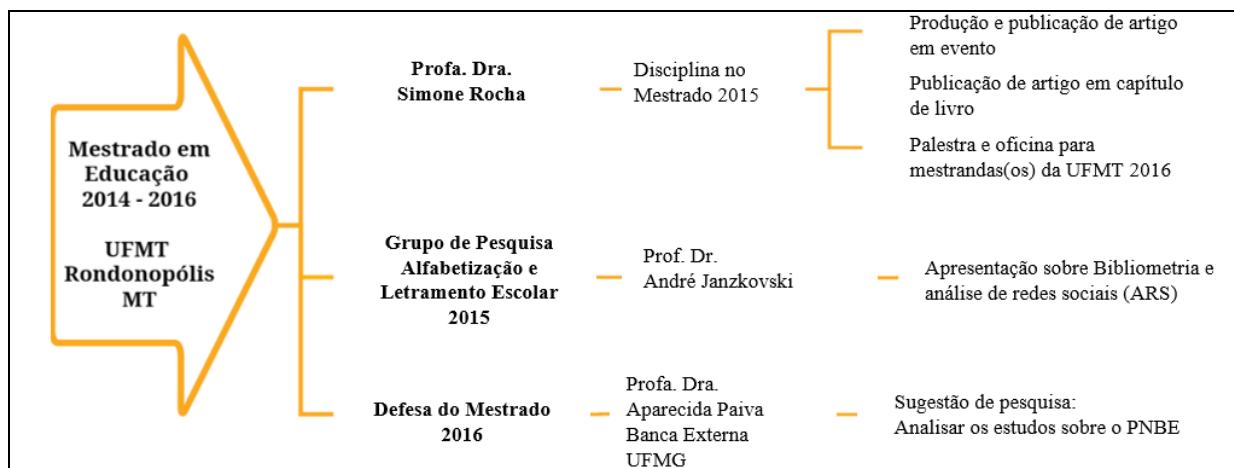
Preciso rememorar que, no dia da minha defesa de mestrado, a Profa. Dra. Aparecida Paiva, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), destacou a importância de uma pesquisa que organizasse as produções sobre/com⁴ o Programa Nacional Biblioteca da Escola, para apresentar os dados no conjunto de pesquisas. Considero essa passagem como a primeira vez em que relacionei possibilidades de abordagem do tema Estado do Conhecimento/Estado da Arte para o doutorado e, conseqüentemente, cogitei a ideia de articular esse tipo de

³ Sou conscientes de que as mulheres dominaram o campo educacional e, inicialmente, intencionávamos trazer na escrita essa marca de “professora”, “pesquisadora”, “aluna”, “orientanda”, “orientadora”, “examinadora” ou indicar os dois, feminino e masculino, professora e professor. Nas primeiras escritas, fiz o uso dessas palavras, caracterizando a mulher, mas tive a impressão que o texto não estava fluindo e, em minhas análises, esses termos se repetem múltiplas vezes, o que deixou o registro da tese carregada. Diante disso, decidi por fazer uso de artigo feminino sempre à frente do masculino.

⁴ Para essa investigação, utilizo a escrita “sobre/com” o PNBE, pois entendo que existem pesquisas que o objeto de estudo é sobre o Programa em si mesmo e outros estudos articulam uma temática específica com o Programa.

pesquisa com o PNBE. Desse modo, as vivências no mestrado davam origem para esta pesquisa de doutorado (FIGURA 1).

Figura 1– Rede colaborativa para o surgimento da pesquisa Estado da Arte



Fonte: Elaborada pela autora com dados da pesquisa (2021).

As questões relacionadas ao Programa Nacional Biblioteca da Escola e da pesquisa Estado da Arte vivenciadas no mestrado chamaram a minha atenção. Diferentemente dos outros métodos estudados até então, as discussões ocorridas no âmbito do mapeamento sempre me direcionavam para compreender e ampliar o repertório em relação ao PNBE e, conseqüentemente, a outras temáticas de meu interesse, como: leitura, alfabetização, literatura infantil e biblioteca escolar. Isso tudo me motivou a sempre estar em contato com os bancos de dados das produções acadêmicas e contribuiu para o desenvolvimento do meu conhecimento na área da Educação, nos campos que mediavam minha profissão, na minha vivência de pesquisadora e na definição do projeto do doutorado.

Desde o início, tinha ciência de que minha proposta passaria pelo desafio de demonstrar sua importância e obter a validação para um doutoramento, pois, na comunidade acadêmica, é comum que alunas(os) dos programas de pós-graduação *stricto sensu* nomeiem como Estado do Conhecimento/Estado da Arte os exercícios de busca em banco de dados para a realização de uma revisão e/ou levantamento bibliográficos.

O interesse pelo Estado do Conhecimento/Estado da Arte não era (e ainda não é) muito comum entre os docentes e estudantes de mestrado e doutorado com os quais tinha e tenho contato. Muitos entendem esse tipo de pesquisa como uma etapa para o desenvolvimento de uma investigação na pós-graduação e, mesmo quando esses estudos são feitos, eles são muito limitados, porque, geralmente, o material é restrito a capítulos de dissertações e teses (ALVES-MAZZOTTI, 2012). Diante disso, como poderia apresentar uma

proposta de pesquisa de doutorado com Estado do Conhecimento/Estado da Arte?

Essa pergunta ficou presente nas minhas reflexões e, assim, ao elaborar o projeto já tinha definido a minha escolha por Estado da Arte. No entanto, precisava encontrar os aportes teóricos que respaldassem minha escolha, pois a banca da seleção e a avaliação do projeto, no seminário de uma disciplina do doutorado (2017), me colocaram a entender que os docentes defendiam a diferenciação de Estado do Conhecimento e Estado da Arte pelo quantitativo de produções, campos de produção e recorte temporal.

Entretanto, meu entendimento e defesa não atribuía indicadores numéricos para as nomenclaturas, a prioridade estava na manipulação, análise e apresentação dos dados. E a partir dessa concepção e de acordo com o tema, *corpus* e delimitação da investigação, formulei o problema da pesquisa: Qual a história do PNBE no contexto da vigência nos governos brasileiros (1997-2018) e da influência na construção de conhecimento e desenvolvimento de pesquisas nos PPGs?

Ao considerar essa questão, deliberei outras indagações norteadoras, a saber: Que história os documentos oficiais, as publicações e a literatura cinzenta podem contar sobre/com o PNBE? Qual o contexto das produções acadêmicas nos programas de pós-graduação? Como as dissertações e teses sobre/com o PNBE se relacionaram para a divulgação científica? Como o PNBE mobilizou pesquisadoras(es) no contexto acadêmico? Quais foram os profissionais responsáveis pelo desenvolvimento das pesquisas sobre/com o PNBE? Quais redes de comunicação acadêmica formaram-se a partir do PNBE? Quais as principais temáticas abordadas na literatura cinzenta sobre/com o Programa Nacional Biblioteca da Escola?

Com base no problema de pesquisa e nas questões para o desenvolvimento dessa investigação, o objetivo geral definiu-se em analisar e compreender o que os documentos oficiais e a literatura cinzenta, realizada nos programas de pós-graduação dizem sobre o Programa Nacional Biblioteca da Escola. E os objetivos específicos em:

1. Apresentar o contexto histórico do PNBE de 1997 a 2018 para conhecer o Programa durante a vigência dos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), Luís Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer, assim como as relações estabelecidas no âmbito da comunicação científica;⁵
2. Conhecer o panorama da base acadêmica, dissertações e teses, sobre/com o PNBE no Brasil entre 2004 a 2018;

⁵ É válido ressaltar que a literatura cinzenta corresponde às produções acadêmicas (dissertação e tese) desenvolvidas a partir de pesquisas científicas. Portanto, utilizo o termo comunicação científica ou comunicação acadêmica.

3. Demonstrar as redes colaborativas construídas entre discentes, docentes, bancas examinadoras e IES da literatura cinzenta sobre/com o PNBE;
4. Caracterizar as/os principais pesquisadoras(es), IES e membros de bancas de defesa em investigações sobre/com o PNBE;
5. Especificar a ação do Programa, que compreende o PNBE Literário, o PNBE Temático, o PNBE Especial, o PNBE do Professor e o PNBE Periódicos, presente nas pesquisas selecionadas;
6. Identificar as temáticas da literatura cinzenta sobre/com o PNBE.

Para responder às indagações e para atingir os objetivos da pesquisa, considerei necessário compreender a história e a trajetória do PNBE nos contextos: documental, educacional e acadêmico. Portanto, esses conhecimentos nortearam a estrutura dos capítulos, as discussões dos dados coletados e, principalmente, ajudaram a entender as pesquisas acadêmicas em estudo.

Por meio dessas exposições organizei esta tese com essa **Introdução**, em que apresentei a motivação, a origem, o problema e os objetivos da pesquisa. De forma complementar a esses assuntos, o primeiro capítulo, **Fundamentos e procedimentos: uma definição**, contextualiza a produção, a construção do objeto de pesquisa, as escolhas epistemológicas (teórico-metodológicas) que direcionaram todo o processo investigativo.

O segundo capítulo, **PNBE: 20 anos de história**, descreve a trajetória histórica do Programa, construída a partir da divisão de cada governo: FHC (1997-2002), Lula (2003-2010), Dilma (2011-2016) e Temer (2016-2018). Para isso, foram utilizados dados de documentos oficiais articulados com um conjunto de teses e dissertações selecionadas e organizadas, correspondentes a cada período citado, buscando representar a categoria *História do PNBE*.

O terceiro capítulo, **Panorama da literatura cinzenta sobre/com PNBE no Brasil**, detalha a análise do *corpus* de estudo, contextualizando as produções acadêmicas no cenário acadêmico brasileiro, articulando o aspecto macro (nacional) com a micro (PNBE), em uma perspectiva de contemplar a categoria *Demografia das pesquisas sobre/com o PNBE*.⁶ Desse modo, revelamos as redes de colaboração que se estabeleceram entre autoras(os), orientadoras(os) e bancas de defesa pública das dissertações e das teses.

O quarto capítulo, **PNBE e as temáticas investigativas**, discute a categoria

⁶ A escolha do termo “demografia” está associado ao trabalho com a análise da comunidade acadêmica no território nacional brasileiro, por meio de estatísticas, estrutura e distribuição do *corpus* de estudo desta tese para caracterização das pesquisadoras(es) e pesquisas sobre/com o PNBE.

Temáticas da literatura cinzenta sobre/com o PNBE (2004-2018), apresentando as ações do Programa abordadas nas pesquisas e a distribuição das produções acadêmicas nas seguintes subcategorias: *Estado da Arte em leitura/biblioteca, Política pública, Biblioteca escolar, Formação docente, Análise de livros literários, Prática pedagógica.*

A tese é finalizada com as **Considerações (Sem) finais**, com as reflexões sobre os resultados desta investigação, entrelaçadas com os dados da construção histórica e das produções analisadas.

1 FUNDAMENTOS E PROCEDIMENTOS: UMA DEFINIÇÃO

[...] para produzir a novidade, por meio do estabelecimento (ou da ruptura) de relações, de implicações e derivações entre objetos e ideias, há que se ter o conhecimento dos objetos e das regras de seu funcionamento; disciplina, para estudar, indagar e produzir a novidade; a capacidade de análise, comparação e avaliação; e a responsabilidade e compromisso com o produto criado.

Luiz Brito

A citação de Luiz Britto (2015) (re)afirma a necessidade e a importância de conhecer o objetivo da investigação, bem como as regras e o funcionamento da metodologia escolhida. Iniciamos com o percurso para a definição desta investigação: Estado do conhecimento ou Estado da Arte?

A leitura relacionada ao Estado do Conhecimento/Estado da Arte mobilizou as escolhas e as decisões para a constituição da base teórica e metodológica desta pesquisa. Em muitos momentos, refletimos sobre o caminhar e o construir diante do “Me ajuda a olhar”, “Para onde eu vou” e “Aonde irei chegar”. Portanto, olhar, direção e chegada foram as ações que impulsionaram o planejamento e o desenvolvimento de todas as etapas desta investigação.

Para Norma Ferreira (2021, p. 10), é “difícil adentrar nesta seara terminológica defendendo uma determinada expressão ou conceituação já construída e em uso para fins investigativos entre diferentes pesquisadores estadunidenses, europeus ou latino-americanos, incluindo os brasileiros”. Entretanto, embarquei nesse desafio de encontrar e dialogar com outras(os) autoras(es) para a definição e defesa da nomeação da nossa pesquisa.

1.1 Uma busca para a validação e consolidação da pesquisa

O movimento de estudar, indagar e mapear documentos oficiais, produções acadêmicas e científicas fez, desde o início, a pesquisadora assumir a concepção de que o Estado do Conhecimento/Estado da Arte como uma investigação com caráter histórico e bibliográfico. E de fato esta tese é. Até porque a análise de publicações oficiais e da literatura cinzenta possibilita historicizar o objeto de conhecimento que, no caso desta tese, as dissertações e teses sobre/com o PNBE.

Sabemos que essas pesquisas, ainda, não têm ampla divulgação e valorização no meio social, acadêmico e científico. Contudo, pesquisadoras(es) nacionais (SOARES; MACIEL, 2000; SOARES, 2006; ALVES-MAZZOTTI, 2012) consideram que o interesse

nessas pesquisas está se ampliando e se destacando na área da educação e ensino, inclusive por parte de estudiosas(os) internacionais (DAVIES, 2007; MESSINA, 1999; PETTICREW; ROBERTS, 2006), que já observam essas investigações, por décadas, presentes na área de Ciências Sociais para apoiar práticas e políticas, bem como direcionar novos campos e temáticas.

Na busca por entender como o Brasil vem desenvolvendo estudos com o Estado da Arte realizei um levantamento das produções acadêmicas disponibilizadas no Banco da Capes⁷ datadas de 2018. Ao utilizar o filtro para as dissertações e teses em programas de pós-graduação *stricto sensu* em Educação, contabilizamos 5.364 pesquisas; e a busca com a expressão exata⁸ de “Estado da Arte” e “Estado do Conhecimento” resultou em apenas 32⁹ estudos. Com esses dados, observamos que as pesquisas de mestrado e doutorado com esse tipo de abordagem alcançaram 1% da literatura cinzenta acumulada em 2018. Essa análise comprova a afirmação de Alda Alves-Mazzotti (2012) de que, no cenário brasileiro, existem poucas investigações acerca do conhecimento produzido sobre uma determinada área.

O Estado do Conhecimento/Estado da Arte traz uma diversidade de contribuições para a pesquisa, ciência e sociedade, que auxilia na compreensão de uma temática, do objeto de estudo dentro do campo científico e acadêmico e, ainda, possibilita a organização de documentos e publicações da área analisada. Para Mark Petticrew e Helen Roberts (2006, p. 2, tradução minha¹⁰) pode “ser uma fonte importante de ideias, informações, contexto e argumentos”.

De forma complementar, Alves-Mazzotti (2012) afirma a importância dessa abordagem, pois o estado atual do conhecimento sobre um determinado assunto requer comparações para que sejam identificados os pontos comuns e contraditórios, as áreas disputadas e as fragilidades que precisam ser compreendidas ou resolvidas.

Além disso, compreendemos que esses estudos promovem a divulgação e o conhecimento da pesquisa acadêmica realizada, pois a riqueza e diversidade de descrição dos dados desperta o interesse de leitoras(es) e/ou pesquisadoras(es) em ter acesso aos materiais

⁷ Dados construídos a partir de um breve levantamento do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes para visualizar as produções acadêmicas, por isso, não realizei análises das pesquisas encontradas. Disponível em: <<https://catalogodeteses.Capes.gov.br/catalogo-teses/#/>>. Acesso em: 18 abr. 2021.

⁸ A expressão exata com aspas possibilita a localização do termo como foi redigido no título, nas palavras-chave, no resumo.

⁹ Informo que esses dados estão sendo utilizados para a discussão numérica das pesquisas, portanto, não citamos e nem trabalhamos com os 32 estudos.

¹⁰ Texto original: “can be an important source of ideas, information, context, and argument” (PETTICREW; ROBERTS, 2006, p. 23).

analisados. Trata-se, portanto, de um compartilhamento do conhecimento acadêmico (re)construído que, no campo da literatura cinzenta, é capaz de propiciar a circulação e divulgação das pesquisas de mestrado e de doutorado e, assim, ajudar essas investigações a saírem dos arquivos (físicos e virtuais) das bibliotecas e serem lidas e citadas por diferentes autoras(es).

Cumprindo meu papel de pesquisadora, aprendi que um dos requisitos para o andamento dos estudos é conhecer a área e a temática, bem como ter “capacidade de análise, comparação e avaliação, além responsabilidade e compromisso com o produto criado” (BRITTO, 2015, p. 47). Posso arriscar-me a revelar que a postura de mapear, inventariar, selecionar e interpretar, no intuito de configurar o objeto a ser estudado, abriu um caminho para o desenvolvimento do meu conhecimento no âmbito pessoal, profissional e acadêmico.

No entanto isso só foi possível porque a determinação do tipo de pesquisa e do objeto de estudo precisam partir da motivação e interesse da(o) pesquisadora(or), pois entendo que “a importância de uma coisa há de ser medida pelo encantamento que a coisa produz em nós” (BARROS, 2006, p. 27). Isso significa que é preciso estar “encantado” pelo tema da pesquisa. Mas não aquele encantamento que turva o olhar, e sim aquele que mobiliza o pensamento, instiga a curiosidade, aguça a dedicação e desperta nossa criatividade. Além disso, o vínculo estabelecido com a literatura cinzenta possibilitou-me um trilhar significativo para a apropriação do conhecimento sobre o Programa e desencadeou a necessidade de constituir um repertório conceitual em diferentes temas como: literatura, leitura, biblioteca escolar, políticas públicas de leitura e prática pedagógica, entre outros.

Com base na literatura cinzenta, conhecemos uma quantidade significativa de pesquisas sobre/com o PNBE, que se constituem em um conjunto de estudos que contribuem para o desenvolvimento dos sistemas educacionais e acadêmicos. No entanto, não encontrei nenhuma dissertação ou tese que apresentasse a sistematização e o agrupamento dos e com os dados das produções já existentes. Isso confere mais relevância ainda a esta tese, que entende a investigação com a compilação de estudos sobre uma ação governamental como “uma contribuição importante às políticas e às práticas baseadas em evidências ao fornecer meios de aproveitar o que já se sabe” sobre a temática (DAVIES, 2007, p. 42).

A priori, explicamos que a razão da escolha desse tema de pesquisa está pautada na existência do Programa Nacional Biblioteca da Escola e na ação de adquirir e distribuir diferentes materiais de leitura para as escolas públicas brasileiras. Vivemos em um país onde a cultura letrada ainda não é um direito de todos e, portanto, é extremamente significativo para o cenário educacional o fato de haver uma ação governamental voltada à composição das

bibliotecas escolares, com o provimento de livros literários, revistas e obras teóricas e metodológicas.

O direito à literatura, segundo Antonio Candido (2011), esbarra nos problemas sociais, consolidando-se como uma luta em busca da garantia de direitos humanos. Portanto, se não for por meio de programas governamentais, os grupos marginalizados, provavelmente, não obterão livros como produtos culturais. Por isso que trazer o PNBE como objeto de pesquisa pressupõe destacar uma questão nacional de relevância social, educacional e política, que é a democratização da leitura. Para Rildo Cosson (2019, p. 24), “formar leitor é tarefa das mais complexas que escapa até mesmo dos limites escolares. É por essa razão que interessa a todos os leitores, dentro e fora da escola, a discussão pública de um programa como o PNBE”.

Retomando aqui a ideia de que, para a realização desta investigação, tornou-se fundamental conhecer produções acadêmicas de Estado do Conhecimento/Estado da Arte, por isso, realizamos um mapeamento de trabalhos com essa abordagem. Para a localização das pesquisas (QUADRO 1) tomamos como mote a exploração das referências bibliográficas de Norma Ferreira (1999), Marli André (2002), Magda Soares e Francisca Maciel (2006), Joana Romanowski e Romilda Ens (2006), Dilmeire Vosgerau e Joana Romanowski (2014). Essas buscas foram direcionadas a partir da ideia de que a comunidade científica e acadêmica são entrelaçadas por uma rede de comunicação estabelecidas por interesses/necessidades semelhantes e/ou relações de pesquisas intencionais ou ocasionais (PISCIOTTA, 2006).

Estabelecer conexões acadêmicas e científicas de forma intrainstitucional (interna) e interinstitucional (externa), nacional e/ou internacional é uma ação primordial para o compartilhamento e a comunicação do conhecimento produzido, já que ele “precisa ser disseminado, repassado e colocado em condições de universalização. Ele não pode ficar arquivado” (SEVERINO, 2013, p. 30).

Uma rede de colaboração aponta semelhanças entre as pesquisas, seja por: temáticas, metodologia e/ou progressão acadêmica das(os) pesquisadoras(es) – orientandas(os) e orientadoras(es). Isso revela um entrelaçamento com elos consolidados por projetos, publicações, orientações e bancas. Maria Lopes e Richard Romancini (2006) declaram que

durante a pós-graduação, o aluno-pesquisador estuda sob a supervisão de um investigador mais experiente (o orientador), vinculado à instituição que ministra o curso. Possuidor de um domínio relativo à área de conhecimento (disciplina) e ao campo de problemas e especificidade temática da pesquisa (área de concentração e linha de pesquisa), o orientador é co-responsável pela investigação que será feita. (LOPES; ROMANCINI, 2006, p. 139).

Diante das considerações das autoras (2006), entendemos que os estudos desenvolvidos no mestrado e no doutorado têm significado e grande relevância dentro do contexto profissional de pesquisadoras(es) e orientadoras(es). Isso porque as relações estabelecidas entre o objeto de estudo, o tipo de pesquisa e as produções científicas as(os) podem colocar as(os) estudiosas(os) como autoridade da área.

Quadro 1 – TCC, dissertação, tese e livre docência com pesquisas em Estado do Conhecimento/Estado da Arte

Nº	Título das pesquisas	Recorte temporal	Campo de produção	Discente	Docente	Ano da defesa
1	Pesquisa em ensino de Física do 2º grau no Brasil: concepção e tratamento de problemas em teses e dissertações	até 1987	Dissertação	Jorge Megid Neto	Décio Pacheco	1990
2	O que sabemos sobre os livros didáticos para o ensino de Ciências no Brasil?	até 1990	Tese	Hilário Fracalanza	Décio Pacheco	1992
3	Rumos da pesquisa brasileira em Educação matemática: o caso da produção científica em cursos de pós-graduação	1970 a 1980	Tese	Dario Fiorentini	Ubiratan D'Ambrósio	1994
4	Tendências da pesquisa acadêmica sobre o ensino de Ciências no nível fundamental	1972 a 1995	Tese	Jorge Megid Neto	Hilário Fracalanza	1999
5	Pesquisa em leitura: um estudo dos resumos de dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas no Brasil	1980 a 1995	Tese	Norma Ferreira	Lilian Silva	1999
6	As licenciaturas no Brasil: um balanço das teses e dissertações dos anos 90	Anos 90	Tese	Joana Romanowski	Marli André	2002
7	Um estudo da leitura como temática nos resumos das teses de doutorado e das dissertações de mestrado no Brasil	2000 a 2005	Trabalho de Conclusão de Curso	Thais Penido	Norma. Ferreira	2010
8	A biblioteca escolar na produção acadêmica sobre leitura: movimentos, diálogos, aproximações	2000 a 2010	Dissertação	Renata Aliaga	Lilian Silva	2013
9	Pesquisa em Educação Ambiental no Brasil: Um campo em construção?	arquivo EArte	Livre Docência	Luiz Carvalho	—	2015
10	Um estudo dos resumos de dissertações de mestrado e teses de doutorado: 45 anos de produção em leitura no Brasil	1965 a 2010	Dissertação	Thaís Penido	Norma Ferreira	2017
11	Estado da Arte da leitura no Brasil	2010 a 2015	Dissertação	Gislene Silva	Selma Peres	2017

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2021).

O Quadro 1 expõe as produções acadêmicas que colaboraram para a validação e a pertinência do delineamento escolhido para o desenvolvimento desta investigação, afinal, “o contato com pessoas-fonte ou pessoas que se especializaram em um tema pode auxiliar na orientação da literatura mais atualizada e na definição mais precisa do problema” (CHIZZOTTI, 2018, p. 39). Essa literatura cinzenta, mesmo apontando algumas temáticas e áreas diferentes dessa tese, destacou-se no percurso desta investigação, pois, por meio da leitura, conseguimos diversificar e ampliar o repertório em relação às(aos) autoras(es) com estudos de Estado do Conhecimento/Estado da Arte.

Essas produções do Quadro 1 revelam a formação de uma rede entre discentes e orientadoras, cuja conexão se dá por alguns interesses comuns, como: o tipo de pesquisa e/ou a continuidade temporal nos mapeamentos sobre a temática e/ou participação no grupo de pesquisa Alfabetização, Leitura e Escrita (ALLE), ou no projeto Earte, ou no Grupo de Estudo e Pesquisa em Formação de Professores de Matemática (GEPFPM).

O encontro com as(es) autoras(es) (QUADRO 1) direcionou-me para outros estudos e outras referências. A leitura da tese de livre docência “Educação Ambiental no Brasil: um campo em construção?” (CARVALHO, 2015), por exemplo, mostrou que a pesquisadora Aparecida Gouveia, no contexto brasileiro, elaborou o primeiro Estado da Arte. Diante desse dado, interessei-me por conhecer e entender o processo investigativo da referida autora e, com isso, identifiquei que o estudo de revisão foi encomendado pela Fundação Ford e resultou na publicação do artigo “A pesquisa educacional no Brasil” (GOUVEIA, 1971).

No trabalho, Gouveia (1971, p. 1) chama a atenção “sobre a importância da pesquisa para a formulação e o acompanhamento de programas de ação” e o propósito de conhecer e utilizar as investigações como fonte de conhecimento. Isso, aliás, propiciou a motivação para a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). A autora salienta, ainda, que, se tivesse realizado análise em relação ao investimento em estudos educacionais, poderia ter revelado a desproporção e a oscilação ocasionadas pela (des)valorização dada por cada governo.

Nas pesquisas analisadas, Gouveia (1971, p. 3) demarcou três tendências temáticas e metodológicas, a saber: 1) estudos de natureza psicopedagógica (década de 1940), com o desenvolvimento dos trabalhos da Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (CALDEME), que objetivavam “fazer chegar às mãos dos professores guias e manuais escritos especialmente para a sua orientação”; 2) pesquisas de natureza sociológica, momento que registrou-se a criação oficial do INEP (1956); 3) investigações de natureza econômica, geradas por interesses da administração federal e de fontes externas de financiamento.

A partir da publicação de Gouveia (1971), a pesquisadora teve influência e contribuição na “Série Estado da Arte” e na “Série Estado do Conhecimento”, ambas realizadas pelo INEP, pois a autora teve uma trajetória intensa de trabalho no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais do INEP, consolidando relações acadêmicas e científicas com Elba Barreto, Hermengarda Menga Lüdke, Marli André, Bernadette Gatti e outras(os).

Dentro desse cenário, no período de 1985 a 2014, por meio de estudos encomendados, o Ministério da Educação (MEC) e o INEP financiaram investigações do tipo Estado do Conhecimento/Estado da Arte citadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Série: Estado da Arte e Estado do Conhecimento do INEP

Nº	Título	Recorte temporal	Coordenadoras (es)	Ano da publicação
1	Avaliação de estudos e pesquisas sobre a profissionalização do ensino de 2º grau no Brasil	1971-1982	I. Bedran	1983
2	O estado da arte da pesquisa sobre evasão e repetência no ensino de 1º grau no Brasil	—	Z. Brandão	1983
3	Alfabetização	1954-1961	Magda Soares	1985
4	Estado da arte do Livro Didático	1965-1985	Barbara Freitag Valéria Motta Wanderly Costa	1987
5	Ensino Supletivo no Brasil: o estado da arte	1971-1985	Sergio Haddad	1987
6	Educação e trabalho no Brasil	—	Acácia Kunzer	1987
7	Mulher e Educação Formal no Brasil: Estado da Arte e Bibliografia	1975-1989	Fúlvia Rosenberg Edith Piza Thereza Montenegro	1990
8	Alfabetização	1961-1989	Magda Soares Francisca Maciel	2000
9	Educação Infantil	1983-1996	Eloisa Rocha João Silva Filho Giandréa Strenzel	2001
10	Educação Superior em Periódicos Nacionais	1968-1995	Marília Morosini	2001
11	Avaliação na Educação Básica	1990-1998	Elba Barreto Regina Pinto	2001
12	Políticas e Gestão da Educação	1991-1997	Lauro Wittmann Regina Gracindo	2001
13	Formação de Professores no Brasil	1990-1998	Marli André	2002
14	Juventude e Escolarização	1980-1998	Marília Sposito	2002
15	Educação de Jovens e Adultos no Brasil	1986-1998	Sérgio Haddad	2002
16	Educação e Tecnologia	1996-2002	Raquel. Barreto	2006
17	Formação de Profissionais da Educação	1997-2002	Iria Brzezinski Elsa Garrido	2006
18	Currículo da Educação Básica	1996-2002	Alice Lopes Elizabeth Macedo	2007
19	Ciclos e Progressão Escolar	1990-2002	Sandra. Sousa Elba Barretto	2013
20	Formação de Profissionais da Educação	2003-2010	Iria Brzezinski	2014

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2021).

A listagem das produções do MEC/INEP (QUADRO 2) exibiu sete pesquisas nomeadas como Estado da Arte e treze como Estado do Conhecimento. No entanto, o objetivo

de ambas as expressões era mapear o desenvolvimento das produções em diferentes campos. Esses “achados” se configuram como um projeto com várias(os) pesquisadoras(es) e grupos de pesquisas de Instituições de Ensino Superior.

No que tange aos estudos da “Série Estado da Arte” (BEDRAN, 1983; BRANDÃO, 1983; SOARES, 1985; FREITAG; MOTTA; COSTA, 1987; HADDAD, 1987; KUNZER, 1987; ROSENBERG; PIZA; MONTENEGRO, 1990), informo que eles não estão disponíveis e nem referenciadas no *site* das instituições e, portanto, o acesso a tais pesquisas ocorreu por meio do portal Domínio Público.¹¹ Já as publicações “Série Estado do Conhecimento”,¹² até o ano de 2021, estavam disponíveis no próprio site do INEP (SOARES; MACIEL, 2000; ROCHA, SILVA FILHO; STRENZEL, 2001; MOROSINI, 2001; BARRETO; PINTO, 2001, WITTMANN; GRACINDO, 2001; ANDRÉ, 2002; SPOSITO, 2002; HADDAD, 2002; BARRETO, 2006, BRZEZINSKI; GARRIDO, 2006; LOPES; MACEDO, 2007; SOUSA; BARRETTO, 2013; BRZEZINSKI, 2014).

As produções publicadas pelo INEP (QUADRO 2) exemplificam a importância da sistematização do conhecimento produzido em IES. É notável a progressão contínua de temas/áreas, observada a partir da leitura dos títulos e do recorte temporal, por exemplo: “Alfabetização”, de 1954 a 1961 (SOARES, 1985), e “Alfabetização”, de 1961 a 1989 (SOARES; MACIEL, 2000); “Ensino Supletivo no Brasil: o estado da arte”, de 1971 a 1985 (HADDAD, 1987), e “Educação de Jovens e Adultos no Brasil”, de 1986 a 1998 (HADDAD, 2002). Analiso essas produções como trabalhos representativos, pois conduzem a uma compreensão do panorama da área, da temática e da abordagem teórica e metodológica, assim como possibilitam continuidade, ampliação ou (re)construção de cada objeto de estudo.

Segundo Antônio Chizzotti (2018, p. 18), expor a situação atual e traçar o percurso histórico de um tema são características de estudos que utilizam artigos, dissertações e teses como documentos. Além disso, essas pesquisas são pertinentes “para se conhecer os tipos de investigação já realizados, os instrumentos adotados, os pressupostos teóricos assumidos, as posições das(os) pesquisadoras(es), os aspectos já explorados e os sistemas de explicação que foram construídos”.

Como se vê, essas produções consolidam o referencial teórico para o Estado do Conhecimento/Estado da Arte e são bibliografias que não se esgotam, já que um trabalho

¹¹ Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

¹² Disponível em: <<http://estadoconhecimento.inep.gov.br/ojs3/index.php/estadoconhecimento/issue/archive>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

passa a ser ponte para o encontro de outros.

1.2 A decisão dos fundamentos e da pesquisa

Ao propor a investigação, precisei definir a metodologia a ser utilizada e, por meio dela, conduzir a organização até a finalização da pesquisa. Gatti (2012, p. 14), no artigo “A construção metodológica da pesquisa em Educação: desafios”, reitera a pertinência em atentar para alguns aspectos básicos relacionados à eficácia do trabalho investigativo. Nesse sentido, segundo a autora há perguntas a considerar: “De onde partimos? Com quais referentes? Para quem queremos falar? Por quê? Que tipos de dados nos apoiam? Como se originaram? Como cuidamos de nossa linguagem e comunicação?”.

Desconstruir a concepção entre pesquisadoras(es) e acadêmicas(os) sobre o Estado do Conhecimento/Estado da Arte, que está relacionado à presença de grande volume de publicações e de muitos campos de produção, tornou-se uma exigência para conseguir a formalização e consolidação desta investigação. Havia firmeza nos objetivos desejados, porém, ainda precisava de alguns (des)encontros que promovesse a segurança de todo o processo da pesquisa (objetivos, referenciais teóricos e metodológicos, coleta e tratamento de dados e análise).

Incluí, em minhas reflexões, a pergunta: É possível esgotar totalmente o mapeamento de algum tema ou de alguma área? Ora, se for algo novo, pode-se até pensar que sim. No entanto, por saber do enorme volume de produções acadêmicas e científicas, bem como do seu crescimento de forma acelerada ano após ano, tanto em literatura cinzenta (dissertações e teses), como em literatura branca (livros e artigos em eventos/periódicos), avalio ser impossível esgotar um tema ou área (MULLER, 2000; PETTICREW; ROBERTS, 2006). Segundo Pedro Cortês (2006), houve uma facilitação para as possibilidades de divulgar as pesquisas, no entanto, a quantidade de publicações dificulta o manuseio dos dados, das relações entre as informações e consequentemente o desenvolvimento sobre um estado da arte em determinado assunto.

Para ilustrar essa afirmação, busquei dados estatísticos no Catálogo da Capes e verificamos que, em 2004, registrou-se o quantitativo de 2.287 defesas de mestrado e doutorado (1.901 dissertações e 386 teses) nos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Educação e, em 2018, catalogaram-se 5.411 estudos (4.167 dissertações e 1.244 teses). Nesse intervalo de quinze anos, houve um crescimento de 136% na formação de mestras(es) e doutoras(es) em Educação nas IES brasileiras.

A comparação dos dados de 2004 com os de 2018 auxiliaram-me na reflexão sobre a validação de um campo para o Estado da Arte, assim como contribuiu para a análise da relevância de pesquisa sobre pesquisas em determinadas temáticas, campos e áreas. Além disso, as informações numéricas suscitaram a percepção de que as escolhas de campos de produção (literatura cinzenta e literatura branca) e dos recortes temporais fazem parte de um percurso aceitável e necessário para a construção e o desenvolvimento de uma investigação. A escolha de um campo de produção não pode ser considerada inferior ou insignificante para uma pesquisa, pois, ao adentrar na coleta de dados e simular o processo de análise, avalia-se a dimensão do empreendimento, a dedicação que será necessária e o aprofundamento que será exigido.

O valor dado ao quantitativo é mencionado no artigo “As pesquisas denominadas do tipo Estado da Arte” em Educação quando Romanowski e Ens (2006) expõem que, o Estado da Arte deve abarcar toda a área do conhecimento e em diversos meios de produção (dissertações, teses, congressos na área e artigos em periódicos), portanto, ao contemplar apenas um campo de produção a designação passa a ser o Estado do Conhecimento.

Entretanto, estudos atuais (MEGID NETO; CARVALHO, 2018; FERREIRA, 2021; MAINARDES, 2021) não utilizam esses indicadores numéricos (quantidade) como forma de definição para essas pesquisas, mas sim outros ancorados no modo de apresentação e análise. Desse ponto de vista, reconhecemos as pesquisas no doutoramento de Megid Neto (1999), Fracalanza (1992), Fiorentini (1994), Ferreira (1999) e Romanowski (2002), que, com dissertações e teses como *corpus* de análise, consolidaram o desenvolvimento de um Estado da Arte bastante significativo no âmbito da área, da temática e do referencial para estudos com essa abordagem.

No contexto de construção do saber, Ferreira (2021), no artigo “Pesquisas intituladas estado da arte: em foco”, considera que a definição dos campos de produção, das fontes de consulta e dos tipos de documentos faz parte de um Estado do Conhecimento/Estado da Arte no contexto teórico e metodológico, no entanto, não são elementos que, na sua unicidade, validarão a definição da pesquisa. Para a autora, é primordial conceber que é um estudo para produzir “uma visão da produção acadêmica enraizada nessa própria ação (o fazer) e no cenário circunscrito por elaborações próprias e pelos limites de cada um e no conjunto de documentos”, com o objetivo “de organizar e propor (novas) questões e compreensões científicas, em uma rede de conflitos, de jogos de forças e tensões” (FERREIRA, 2021, p. 18).

Em relação às diferentes expressões utilizadas em estudos centrados em pesquisa sobre pesquisas, compreende-se a existência de nomenclaturas distintas entre as áreas:

Bibliometria, Estado da Arte, Estado do Conhecimento, Estado da Questão, Metanálise, Metapesquisa, Metassíntese, Metassummarização, Revisão Bibliográfica, Revisão Sistemática, Revisão Integrativa, Revisão Narrativa e Síntese Integrativa (CAMPELLO; CEDON; KREMER, 2000; TOMAS; PRING, 2007; BIANCHETTI; MACHADO, 2012; VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014; CARVALHO, 2015; MEGID NETO; CARVALHO, 2018; MAINARDES, 2021). Essas nomenclaturas partem de uma intencionalidade, como localização, seleção e avaliação, por isso, conceituo como sinônimas dentro da Educação, visto que as finalidades não se contradizem.

Retomando a argumentação de que não é viável a determinação do Estado do Conhecimento/Estado da Arte com base apenas no quantitativo de um conjunto de campos de produção e amplitude no recorte temporal passei a compreender que a validação da investigação acontecerá tanto por meio das etapas vivenciadas na coleta, no tratamento e na análise de dados, quanto pelo domínio das(os) pesquisadoras(es) na área e temática pesquisada.

Portanto, essa tese passa a ser identificada como Estado da Arte por todas as considerações já apresentadas. E mesmo utilizando recursos, organização de outras áreas nossas reflexões principais partiram da área da Educação com a concepção de uma pesquisa que busca mapear e contabilizar com uma(um) pesquisadora(or) que “opera com as informações e dados coletados, recorta e identifica, cruza e une fios, questiona e interpreta por um ponto de partida escolhido por ele, cria uma narrativa plausível e coerente, mutável e inacabada, buscando dar uma organicidade compreensível aos leitores” (FERREIRA, 2021, p. 9).

Nessa perspectiva, é necessário perceber a pesquisa como um todo e, nesse aspecto, há concordância com Paulo Faria (2019, p. 21) na afirmação de que construir um mapeamento consistente “afigura-se difícil, não só pelo tempo que consome, mas, pela disponibilidade de esforço cognitivo que exige, sobretudo nas últimas etapas: validação, redação final de comparação e interpretação crítica dos dados”. De certo modo, analisa-se que os conceitos não são “fixos”, até porque o conhecimento e a ciência se formam e se transformam constantemente, devido à mudança, (re)significação e desenvolvimento no mundo social, educacional, político e científico.

Sobre o aspecto das mudanças, Pedro Cortês (2006, p. 35), no artigo “Considerações sobre a evolução da ciência e da comunicação científica”, argumenta que “um paradigma deve ser suficientemente aberto, permitindo que uma ampla gama de problemas possa ser resolvida pela comunidade científica na qual está inserida”. Nesse contexto, o autor expõe

que, ao longo da existência de um modelo científico, os conceitos passam por “descobertas e anomalias” que vão se avolumando e, conseqüentemente, levam a comunidade científica “a uma crise, na qual algumas leis e conhecimentos vigentes são questionados e até mesmo abandonados” (CORTÊS, 2006, p. 35).

A partir da escolha do termo Estado da Arte, caracterizei esta investigação, intitulada **Estado da Arte em Programa Nacional Biblioteca da Escola: uma história (1997-2018)**, com as abordagens qualitativa, quantitativa e histórica, isto é, uma abordagem híbrida, porque todas foram utilizadas como meios complementares para a amplificação e o aprofundamento da análise. Megid Neto (1999) afirma que as três abordagens propiciam uma melhor compreensão da pesquisa dentro da área investigada. Já Carina Tonieto e Altair Fávero (2021, p. 47) entendem a “epistemologia como processo e produto histórico que busca compreender o modo como se produz conhecimento”, portanto, reconhecemos que a produção do saber é um processo orientado por uma teoria que busca resolver “problemas que não são dados, mas criados e elaborados teoricamente pelo sujeito em interação com a realidade” (TONIETO; FÁVERO, 2021, p. 47).

Nessa acepção, a tríade qualitativa, quantitativa e histórica dialoga entre si e se complementa. A quantitativa consegue dados objetivos, por meio da mensuração de variáveis representadas pela frequência de indicadores e de correlações estatísticas e, à(ao) pesquisadora(or), cabe a função de descrever e explicar esses elementos com uma análise mais objetiva e exata. A abordagem qualitativa, por sua vez, tem caráter mais subjetivo, pois baseia-se na significação e na análise das informações, que devem ser compreendidas e interpretadas pelas(os) pesquisadoras(es) (BARDIN, 2011; CHIZZOTTI, 2018). Com esse direcionamento, concordo que “a análise qualitativa não rejeita toda e qualquer forma de quantificação” (BARDIN, 2011, p. 115).

A perspectiva histórica traz a contextualização do objeto de estudo, da literatura cinzenta e dos documentos oficiais para analisar os elementos objetivos e subjetivos da pesquisa. E isso se aplica ao Estado da Arte, afinal, de acordo com Ferreira (2021, p. 18), ele “se refere a um fazer que não é apenas o seu fazer, mas a construção de uma história da produção acadêmica que pode gerar possíveis e novas histórias, novas inteligibilidades a respeito daquilo que nos propusemos a investigar”.

Com o intuito de verificar a pertinência da abordagem histórica selecionamos 7 dissertações e teses sobre/com o PNBE que priorizaram o detalhamento na construção histórica do PNBE (QUADRO 3).

Quadro 3 – Dissertações e teses sobre/com o PNBE com a construção histórica do PNBE

Nº	Título	Autoria e Ano de defesa	IES	Objetivo geral
1	Práticas de leitura escolar no Brasil: Representações da escola, de professores e do ensino na literatura infanto-juvenil a partir dos anos 80	Célia Fernandes (2004)	Unicamp	Estudar diversas maneiras pelas quais são construídas as representações da escola, de professores e do ensino em dez obras literárias destinadas às crianças e aos adolescentes nas últimas décadas do século XX, procurando compreender as complexas e delicadas relações entre a instituição escolar contemporânea e a produção literária infanto-juvenil.
2	Indústria editorial e Governo Federal: O caso do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e suas seis primeiras edições	Lívio Oliveira (2008)	USP	Analisar os complexos processos de seleção, avaliação e execução nas seis primeiras edições do Programa Nacional Biblioteca da Escola.
3	Relações raciais, discurso e literatura infanto-juvenil	Débora Araújo (2010)	UFPR	Analisar os discursos sobre os grupos raciais brancos e negros, produzidos a partir de leituras de obras infanto-juvenis em salas de aula.
4	Os caminhos do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): Uma política pública brasileira na tentativa de formação de um campo literário no ambiente escolar	Sharlene Valarini (2015)	UEM	Discutir o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) em seus 17 anos de história (1998-2014) com o objetivo principal de demonstrar sua constituição e sua aplicabilidade enquanto uma política pública de estado.
5	Literatura infanto-juvenil e política educacional: Estratégias de racialização no Programa Nacional de Biblioteca da Escola (PNBE)	Débora Araújo (2015)	UFPR	Interpretar como as relações internas dentro das instituições que gestam e executam o PNBE podem estar influenciando a composição dos seus acervos, no que se refere à diversidade étnico-racial e à qualidade literária.
6	PNBE do Professor: Usos e desusos	Claudia Brandão (2016)	UFMT	Compreender de que forma são adquiridos, distribuídos, disponibilizados e utilizados os livros que compõem o PNBE do professor anos iniciais do Ensino Fundamental (2010 e 2013).
7	PNBE do Professor: Livros e bibliotecas para a formação docente	Amir Piedade (2018)	PUC- SP	Analisar o PNBE do Professor – edição de 2010 e 2013 .

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2021).

O encontro com essas produções (QUADRO 3) colocou-me à frente de sete histórias contadas por sete pesquisadoras(es) que analisaram e relacionaram documentos iguais e, em alguns momentos, utilizaram publicações diferentes. Observei que a visão, a concepção e o objetivo determinado por cada autora(or) foram os marcadores principais para a construção histórica do PNBE. E, agora, esta tese surgiu para contar outra história sobre/com o Programa, valendo-se dos dados apresentados na literatura cinzenta do *corpus* de estudo e das produções oficiais e científicas para o registro de uma memória científica.

Para conhecer e registrar os atores das publicações parti da seguinte pergunta: Quais redes formaram-se à medida que discentes, orientadoras(es), IES, membros da banca de defesa relacionavam-se e compartilhavam produções? Essa indagação surgiu por considerar a

importância de compreender como um programa governamental mobilizou e movimentou pesquisas e pesquisadoras(es) em diversas instituições de ensino superior.

1.3 Outras áreas, outros recursos e estratégias para o Estado da Arte

O planejamento de uma pesquisa de doutorado se articulam com ações e decisões coletivas entre discente, professoras(es) e interlocutoras(es), portanto, é necessário que os participantes sejam capazes de se relacionar com outras(os) investigadoras(es), para que haja acesso a outros estudos e diferentes dados. O desenvolvimento de uma tese requer a coerência entre orientanda(o) e orientadora(or), entretanto, exige-se um trabalho autônomo, resultante de um esforço próprio e individual da(o) doutoranda(o).

Portanto concordo com Severino (2013, p. 189), que a(o) orientanda(o) precisa ter independência e perceber que, nesse nível de titulação, é preciso ter “até mesmo um pouco de *audácia*, ou seja, arriscar-se a avançar em ideias novas” de origem da própria intuição pessoal, “sem qualquer autocensura ou por medo de críticas da/o orientadora(or), de participante da banca examinadora ou, ainda, por temor à opinião de seus futuros leitores” (SEVERINO, 2013, p. 189).

A definição da abordagem, fonte de dados e procedimentos de análise tornou-se um processo desafiador, pois minha direção era desenvolver um Estado da Arte com o aprimoramento de outras áreas (Administração, Biblioteconomia e Ciências de Informação) que utilizavam recursos tecnológicos e trabalhavam com redes sociométricas para a ARS. Entender a construção das redes sociais passou a ser a centralidade nas buscas e nos encontros com outras áreas (FIGURA 2), visto que, tinha o objetivo de demonstrar as redes colaborativas construídas entre discentes, docentes, literatura cinzenta, banca examinadora e IES. Com o intuito em compreender as possibilidades para a coleta, tratamento, apresentação e visualização dos dados formei uma rede de colaboração com elos criados por meio de cursos, diálogos, leitura de artigos, pesquisas, livros e relatórios sobre Estado da Arte e Bibliometria na internet.

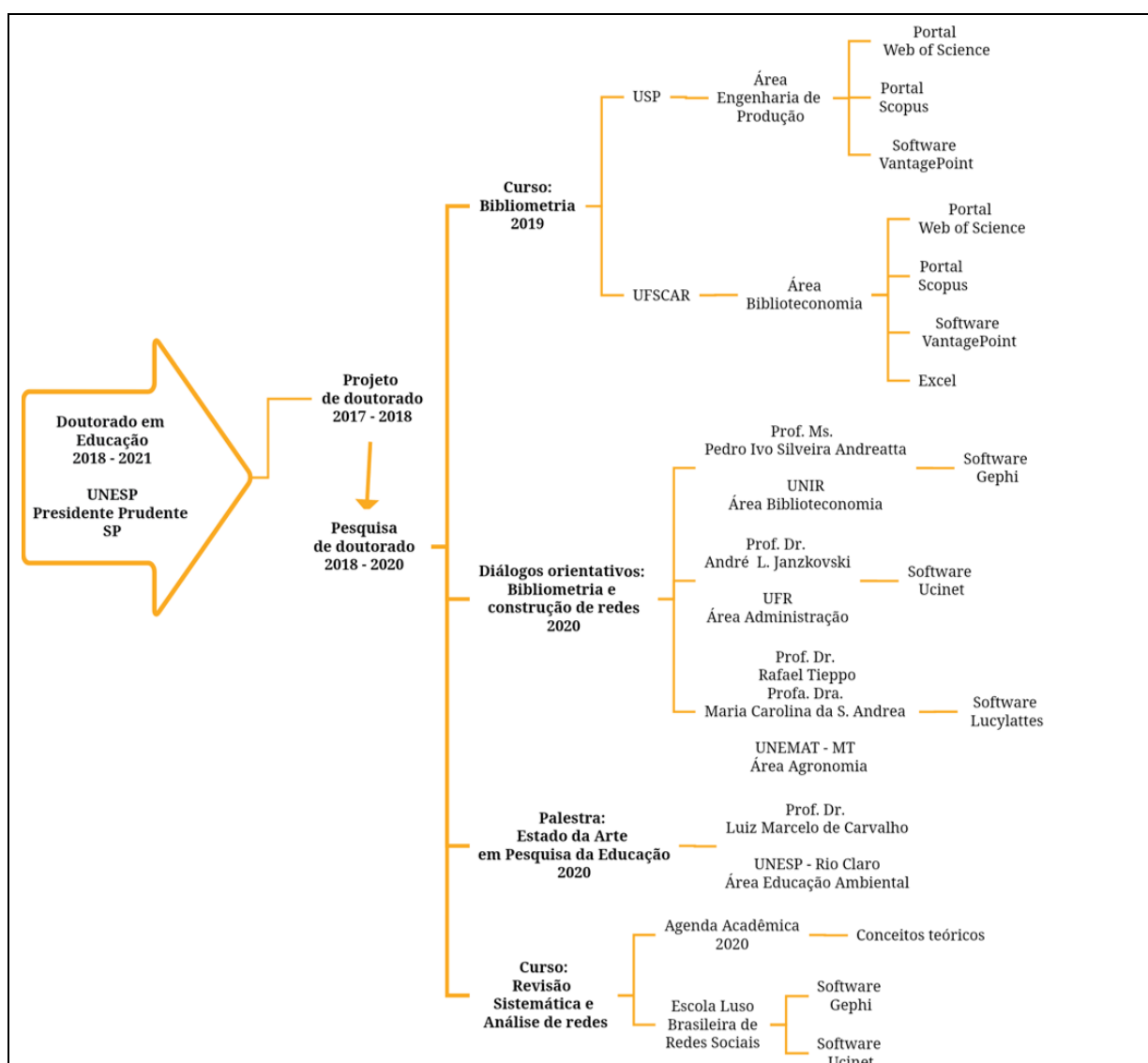
Vivenciar os estudos com outras áreas demonstrou que os recursos para extração, tratamento, apresentação e análise de dados eram diferentes e desiguais quando comparados ao que realizávamos manualmente,¹³ pois ali tudo acontecia com o uso de *softwares*. Tanto que, ao fazer referência à coleta de dados de forma manual, pesquisadoras(es) de outras áreas

¹³ O uso do termo manualmente significa que a extração de dados aconteceu por meio da pesquisadora (dados um a um) sem o recurso de softwares.

não entendiam possibilidades de colaboração para a investigação almejada.

Mas a verdade é que, de acordo com Micheli Morais e Marilda Schneider (2021, p.107), todo percurso da pesquisa se torna aprendizagem e contribui para o amadurecimento da(o) pesquisadora(or), “seja em aprender a lidar com as buscas na internet, nos sites das universidades e sites oficiais dos governos, seja em desnudar informações não facilmente disponíveis nos documentos, seja, ainda, em organizar e sistematizar os achados”.

Figura 2 – Rede de colaboração para a (re)construção da pesquisa com Estado da Arte



Fonte: Elaborada pela autora com dados da pesquisa (2021).

As diferenças e desigualdades no processo de construção da pesquisa entre as áreas

estavam na apropriação e uso do *VantagePoint*,¹⁴ *Ucinet*,¹⁵ *Gephi*¹⁶ e outros recursos tecnológicos para as etapas da investigação, além das bases de dados *Web of Science*¹⁷ e *Scopus*,¹⁸ que se estabeleciam como repositórios indicados para o uso de alguns (maioria) dos *softwares*. Entretanto, na área da Educação, os bancos de catalogação - Capes, Scielo, BDTD e Oasisbr - se diferem e, portanto, não se adequam à implementação e utilização desses recursos para a exploração e análise dos dados.

Organizei o banco para extrair os seguintes elementos: orientadoras(es), bancas examinadoras e citações entre as dissertações e teses do *corpus* de estudo. E, para a análise dos dados obtidos, intencionei apresentar as interações de forma visual, estatística e descritiva. Sabia o que queria, mas precisava saber como fazer, ou seja, como aprimorar e cruzar as informações de 165¹⁹ discentes, 115 orientadoras(es), 445 conexões de pesquisadoras(es) examinadoras(es) e 95 IES, principalmente no âmbito da utilização de um recurso gráfico.

Os trabalhos manual e tecnológico não podem ser considerados como antagônicos ou de maior ou menor valor. Cada um tem sua utilidade e viabilidade, de acordo com o *corpus*, o quantitativo e o tempo de trabalho. Entretanto, os avanços da tecnologia têm possibilitado a materialização da análise construída mentalmente, como por exemplo, a construção de redes colaborativas.

A partir disso, concordo com Pisciotta (2006, p. 130) em que “as imagens das redes sociais podem ser materializadas em desenhos, tanto em programas sofisticados que exibem todos os elementos das redes, ou mesmo em esquemas simples, que podem até ser delineada a mão livre”. Um ponto principal é avaliar o montante dos dados e selecionar o recurso disponível para representar adequadamente as informações.

¹⁴ Ferramenta de mineração e análise de dados. Disponível em: <<https://www.vantagepointsoftware.com>>. Acesso em: 18 dez. 2020.

¹⁵ Software para a análise de dados de redes sociais. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/ucinetsoftware/home>>. Acesso em: 18 dez. 2020.

¹⁶ Software de visualização e exploração para todos os tipos de gráficos e redes. Disponível em: <<https://gephi.org/>>. Acesso em: 18 dez. 2020.

¹⁷ Sua finalidade não é oferecer o texto ou os resumos (ainda que permita a consulta), mas sim proporcionar ferramentas de análise que possibilitem avaliar a qualidade científica das publicações, ou seja, por meio da *Web of Science*, estão disponíveis ferramentas para análise de citações, referências, índice h, permitindo análises bibliométricas. Disponível em: <https://www.periodicos.Capes.gov.br/?option=com_pcollection&mn=70&smn=79&cid=81>. Acesso em: 18 dez. 2020.

¹⁸ Base de dados mais ampla em relação às referências bibliográficas com resumos e citações de literatura científica revisada, o acesso depende da assinatura das instituições. Disponível em: <<https://www.scopus.com/home.uri>>. Acesso em: 18 dez. 2020.

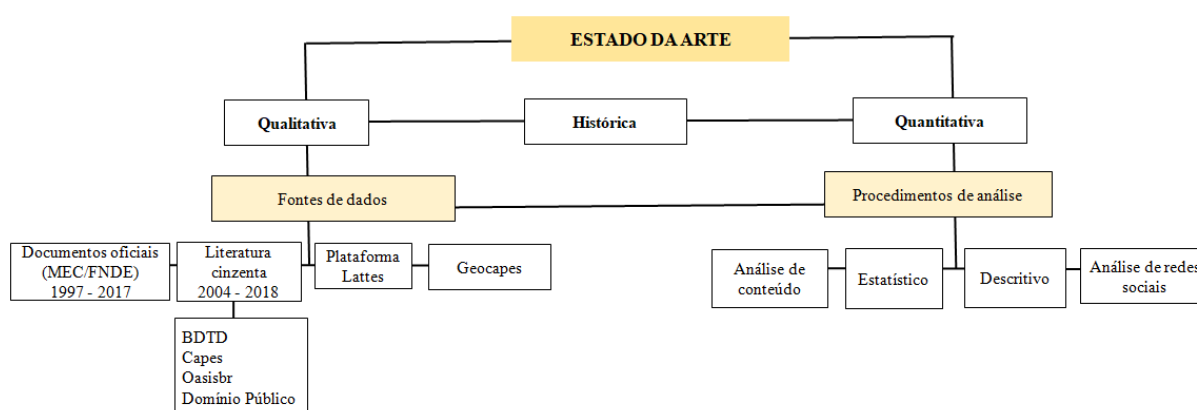
¹⁹ A literatura cinzenta é composta por 168 pesquisas, no entanto, temos três pesquisadoras que prosseguiram do mestrado para o doutorado com estudos sobre/com o PNBE.

Diante desse cenário, por meio da construção da rede colaborativa (FIGURA 2) consegui compreender uma afinidade para o uso dos *softwares Ucinet e Gephi* com outros recursos tecnológicos como *power point*,²⁰ *word*,²¹ *Excel*,²² *canva*²³ e *mindomo*,²⁴ que já conhecia e que auxiliariam na construção das redes sociométricas para a ARS.

Embora o uso de *softwares* se torne um facilitador, a(o) pesquisadora(or) é fundamental em todo o processo. É a partir do seu conhecimento e interesse sobre o tema que os dados serão tratados, examinados, decididos, inseridos, consolidados e analisados, num processo que impõe muitas etapas no desenvolvimento da investigação. O desenvolvimento do Estado da Arte requer o planejamento de um conjunto de técnicas e métodos a serem utilizados, no entanto, entendo que essa organização não é rígida e definitiva, pois, no decorrer da vivência e simulação, pode ser necessário uma reordenação dos procedimentos metodológicos.

Por fim, estabeleci o Estado da Arte tomando como objeto de estudo as dissertações e teses sobre/com o PNBE, por meio de uma abordagem quantitativa, qualitativa e histórica que desencadeou em análises de natureza horizontal – tempo, instituições, regiões, autoria e temáticas e de natureza vertical – relação e debate produtivo da área. A partir disso, elaborei a Figura 3 para sintetizar a organização metodológica desta tese.

Figura 3 – Organização metodológica da pesquisa



Fonte: Elaborada pela autora com dados da pesquisa (2021).

Com a organização metodológica definida articulei três ações para o desenvolvimento da investigação, a saber:

²⁰ Programa utilizado para criação, edição e exibição de textos, imagens, gráficos.

²¹ Processador de texto organizado para criar, editar e formatar.

²² Planilhas para a criação e elaboração de dados e gráficos.

²³ Site para a criação de gráficos, apresentações, infográficos, pôsteres e outros conteúdos visuais.

²⁴ Site para a criação de mapa mental.

1. Com os documentos oficiais e publicações acadêmicas/científicas, delinee a história do PNBE. Para isso, analisei esses materiais e descrevi a trajetória do Programa (1997 – 2017) por meio da divisão dos governos: Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva, Dilma Roussef e Michel Temer;
2. Com o objeto de estudo (literatura cinzenta) e com a conferência e buscas na Plataforma Lattes determinei duas etapas. A primeira para extrair e analisar os dados bibliométricos do *corpus* da pesquisa (2004 – 2018) juntamente com as informações do contexto nacional dos PPGs gerados por meio do Sistema de Informações Georreferenciadas (Geocapes). A segunda para compreender e descrever as temáticas presentes nas pesquisas de mestrado e de doutorado.
3. Com os dados bibliométricos construir as redes sociométricas a partir dos vínculos existentes entre IES, autoria, banca examinadora.

1.4 Procedimentos metodológicos: O caminho construído

Delimitei o recorte temporal de 1997 a 2018, pois a perspectiva histórica deste estudo previa o PNBE, desde a sua criação (1997) até a finalização (2017), no entanto, para a composição do *corpus* da investigação optamos por localizar as dissertações e teses até o ano de 2018. Como expliquei anteriormente, a primeira ação a coleta de dados foi encontrar e analisar os documentos oficiais do MEC/FNDE sobre o Programa. Em seguida, para o mapeamento da literatura cinzenta sobre/com o PNBE iniciei as simulações em cada banco selecionado e, assim, definimos as escolhas dos termos/descriptores/palavras-chave.

A determinação das palavras-chave para mapear produções ou indicar uma publicação científica/acadêmica não é uma fase aleatória e sem significado pois, as(os) pesquisadoras(os) precisam entender que a escolhas devem ser compatíveis e representativas no texto, pois, elas são a ligação para a localização de produções acadêmicas. Nesse contexto, analiso que os descritores abrem caminhos para a comunicação científica no âmbito da divulgação ou localização das publicações.

Ao longo das simulações, conclui que a sigla PNBE e o nome por extenso Programa Nacional Biblioteca da Escola eram suficientes para localizar as dissertações e teses. Além disso, observei que o uso de descritor entre aspas (“PNBE”, “Programa Nacional Biblioteca da Escola”) no campo de busca dos bancos de dados permitia uma “varredura” no título, no texto do resumo e nas palavras-chave das produções acadêmicas.

Existem alguns recursos *booleanos*²⁵ para promover a combinação de termos e expressões de uma pesquisa. Por exemplo, usar aspas em “Programa Nacional Biblioteca da Escola” fez a palavra-chave ser localizada na escrita exata direcionando ao encontro de 101 produções acadêmicas. Enquanto que, ao inserir a nomenclatura sem nenhuma sinalização, encontrei 1.192.747 investigações, pois ao usar uma palavra-chave sem nenhum recurso *booleano*, cada um dos termos é localizado de forma isolada nos textos.

Com essa explicação, enfatizo que pesquisadoras(es) precisam conhecer as bases de dados, o campo de buscas e os recursos *booleanos* para utilizar nas palavras-chave/descriptores/*keywords*, a fim de evitar que, na fase do levantamento, devido aos procedimentos inadequados, sejam encontrados milhões de trabalhos, ou nenhum ou mesmo um número insignificante para a área e tema da pesquisa.

Diante dessas considerações com as palavras-chave “PNBE” e “Programa Nacional Biblioteca da Escola”, mapeei as pesquisas e segui com o seguinte planejamento: 1º Coletar os dados, 2º Verificar as duplicações, 3º Unificar as produções encontradas. A Tabela 1 revela a síntese das etapas para a deliberação do volume numérico do *corpus* de estudo.

Tabela 1 – Mapeamento das pesquisas sobre/com o PNBE

Ano	Busca	Seleção
2017	123	119
2018	142	138
2019	171	152
2020	182	168

Fonte: Elaborada pela autora com dados da pesquisa (2021).

Observei as duplicações e prosseguimos com a leitura dos títulos e dos resumos para identificar as pesquisas que abordassem o PNBE como objeto de estudo, pois entendo que, inicialmente, “o resumo e a palavra-chave são representações condensadas do texto” (FUJITA, 2004, p. 260). Nesse refinamento, procurei elementos que permitissem a seleção para exclusão de dissertações e teses alheias ao nosso tema e, com isso, localizei 8 pesquisas com a sigla PNBE, mas que faziam referência ao Pensamento Nacional das Bases

²⁵ (“”) e (+) são sinais que podemos utilizar como recursos para combinar os termos na busca, ainda, há o operador *booleano* and (e), or (ou) e not (não), nomeados dessa forma por terem sido desenvolvidos a partir da álgebra *booleana* criada pelo matemático inglês George Boole. Para maiores informações, consultar operadores booleanos. Disponível em: <<https://www.fop.unicamp.br/biblioteca/joomla/index.php/acervo/periodicos-eletronicos-2/25-bases-de-dados/orientacao>>. Acesso em: jan. 2020.

Empresariais.²⁶ Detectei e duas publicações duplicadas e quatro que, explicitamente, citavam a nomenclatura do Programa apenas uma ou duas vezes no decorrer de todo o estudo.

Notei, que, no âmbito da seleção da literatura cinzenta sobre/com o PNBE, o contato com o título, as palavras-chave e o resumo não eram suficientes para determinar o *corpus* de estudo e a composição do banco de dados (TABELA 2). Foi preciso um primeiro contato com o material, que aconteceu por meio da leitura flutuante, para conhecer o texto e apropriar-se das primeiras impressões e orientações (BARDIN, 2011) sobre hipóteses e/ou indicações das categorias de análise e assim prosseguir com a extração e inserção das informações em uma planilha do Excel com os itens indicados na Tabela 2.

Tabela 2 – Banco de dados do *corpus* de estudo

Ano	Título	Discente	Docente	IES	Estado	Região	Tipo de IES	Nível de titulação	PPG	Resumo	Palavras-chave	Número de páginas	Banca examinadora	Citação de outras pesquisas do <i>corpus</i>	Edição do PNBE	Objetivo Geral	Resultado

Fonte: Elaborada pela autora com dados da pesquisa (2021).

A organização do banco de dados foi elaborada por itens que considerei básicos para a sistematização das informações. O caminho para preencher todos os campos da Tabela 2 foi estabelecido em:

1. Capes e Plataforma Sucupira: ano, título, discente, docente, IES, nível de titulação, PPG, palavras-chave, resumo, número de páginas;
2. Conhecimento da pesquisadora e buscas na internet: região, tipo de IES (pública estadual, federal ou privada);
3. Acesso ao texto completo: banca examinadora, citação de outras pesquisas, Edição do PNBE, objetivo geral e resultados.

Com esses dados, articulados entre si, construí redes sociométricas para estabelecer as conexões existentes entre IES, discentes e docentes, banca examinadora e a citação entre as

²⁶ Entidade empresarial não corporativa, apartidária e plural, de âmbito nacional, formada por empresários e empreendedores de todos os portes e ramos da atividade econômica, que lutam pelo fortalecimento da cidadania e aprofundamento da democracia nas diversas instâncias da nação (governos da União, Estados, Municípios), pela ética na política e amplo exercício dos direitos da cidadania no Brasil, e pelo desenvolvimento econômico com justiça social e preservação ambiental. Disponível em: <<https://www.pnbe.org.br/>>. Acesso em: 18 abr. 2021.

pesquisas do *corpus* de investigação. Para a construção da rede de citação entre discentes (citantes e citados), realizei um trabalho de “vistoria” nas referências de cada dissertação e tese, com uma busca direcionada para localizar apenas as pesquisas *stricto sensu* do *corpus* estudado, ou seja, a comunicação científica existente entre as 168 pesquisas.

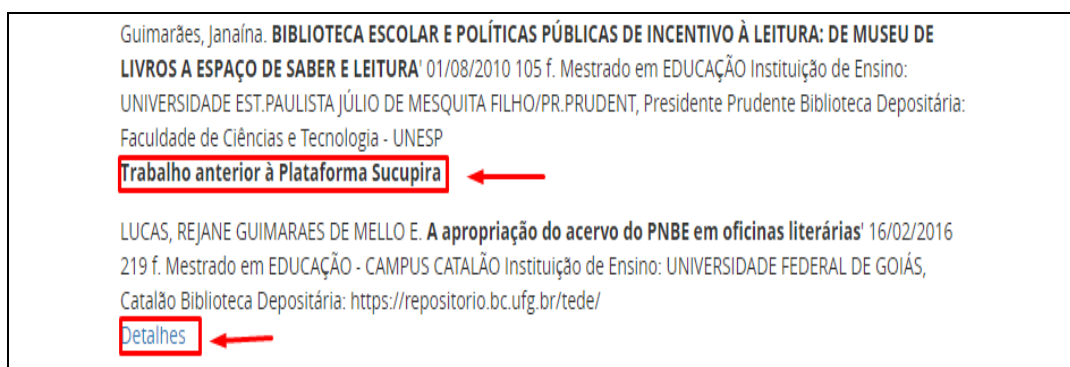
Essa observação marcou a análise da circulação dessas produções dentro do grupo com investigações sobre/com o PNBE. Devido à importância de referenciar estudos existentes, considerei pertinente a extração desses dados, uma vez que analisar a relação entre citante e citado “contribui para o reconhecimento de um cientista, em particular entre seus pares, ajudando a avaliar e validar a informação coletada pelo tipo de literatura utilizada, além de dirigir o leitor para outras fontes de informações sobre o assunto” (NORONHA, 1996, p. 23).

Além disso, para o preenchimento do banco de dados (TABELA 2, p. 50), muitas informações poderiam ser localizadas na Plataforma Sucupira. Porém, encontrei pesquisas que não continham todos os elementos e algumas com informações diferentes das que estavam nas dissertações e teses e, por isso, é pertinente ressaltar que o preenchimento da referida Plataforma depende diretamente das informações inseridas pelas IES. Morais e Schneider (2021), no estudo “Pesquisa sobre pesquisas em políticas de avaliação e accountability educacional no Brasil: desafios de uma Metapesquisa”, expuseram as discrepâncias entre plataforma e produção acadêmica.

De fato, a Plataforma Sucupira passou a ser uma ferramenta on-line para coletar informações, realizar análise, avaliações do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) e servir como base de dados para a publicização sobre os programas de pós-graduação. Entretanto, as buscas ocorreram no banco da Capes e, ao acessar dissertação e tese, abre-se uma guia do navegador da Plataforma Sucupira e, por isso, as produções anteriores ao ano de 2012 estão registradas no banco da Capes com a mensagem “Trabalho Anterior à plataforma Sucupira” (FIGURA 4).

Face à situação “Trabalho anterior à Plataforma Sucupira” e diante de 41 (24%) das produções defendidas até o ano de 2012, utilizamos os recursos do *Google*, do Banco específico da IES, *e-mails* disponibilizados na Plataforma *Lattes* e buscas de artigos na internet para termos acesso aos dados e aos textos completos. É uma etapa que requer da(o) pesquisadora(or) planejamento e improvisos para o desenvolvimento da pesquisa, que traz uma “configuração multifacetada, porosa, fluida” (FERREIRA; SILVA, 2011, p. 135).

Figura 4 – Exemplo do resultado da busca “PNBE” no Catálogo de teses e dissertações Capes



Fonte: BRASIL (2021).

Para as 120 (76%) produções acadêmicas defendidas a partir de 2013, o Catálogo da Capes possibilitou a manutenção do nosso banco de dados, pois, ao clicar no *link* “Detalhes”, éramos direcionados para a página da Plataforma Sucupira e, por meio dela, extraímos algumas informações para o preenchimento da Tabela 2 (p. 50). Além disso, para arquivar os textos completos das 168 dissertações e teses utilizamos o campo “Anexo” (FIGURA 5), para fazer o *download* da dissertação ou da tese, no entanto, esse link para acessar a dissertação/tese não se consolidou como regra.

Nessa etapa, passamos a organizar manualmente²⁷ os dados no documento em Excel e a catalogar os textos completos em pastas nomeadas por ano de publicação. Outro entrave na obtenção dos dados acontecia pelas restrições ao manuseio dos arquivos das dissertações e teses, pois algumas(ns) pesquisadoras(es) formataram o texto em PDF (Portable Document Format - Formato de Documento Portátil)²⁸ para não possibilitar a sua cópia, logo, foi preciso digitar os dados e excertos. Entendemos que essa decisão busca evitar uma possível apropriação dos estudos (plágio), porém, essa ação não impede a cópia do estudo e ainda impõe uma limitação para a divulgação e a circulação dos estudos entre as(os) pesquisadoras(es) interessadas(os) em citar e referenciar nas investigações.

Com o recurso do *link* (FIGURA 5) inserido na Plataforma Sucupira, obtivemos 55% das pesquisas na íntegra e, para as demais 45%, recorremos às buscas no *Google*, nas Bibliotecas das IES e nos *e-mails*. Sabíamos do Programa de Comutação Bibliográfica (*Comut*), como recurso para disponibilizar as cópias das produções técnico-científicas

²⁷ Na extração dos dados da plataforma Sucupira para a planilha no Excel, utilizamos o atalho CTRL +C para copiar o texto e CTRL+V para colar o texto, por isso, utilizamos o termo manualmente. Em outros bancos de dados, essa extração pode ser realizada por meio de softwares.

²⁸ Possibilita o salvamento de documentos idênticos aos do arquivo original sem desconfiguração no layout e na formatação e, ainda, restringe o acesso à edição do conteúdo.

existentes em acervos de bibliotecas de todo o Brasil, porém, definimos esse recurso como a última alternativa para utilizar somente em casos de extrema necessidade, porque o custo de R\$1,82 (reais) por página tornaria o serviço bastante dispendioso.

Figura 5 – Exemplo de uma dissertação localizada na página da Plataforma Sucupira

Dados do Trabalhos de Conclusão	
Instituição de Ensino Superior:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
Programa:	EDUCAÇÃO (50001019024P8)
Título:	PNBE DO PROFESSOR: USOS E DESUSOS
Autor:	CLAUDIA LEITE BRANDAO
Tipo de Trabalho de Conclusão:	DISSERTAÇÃO
Data Defesa:	22/03/2016
Resumo:	A presente pesquisa está vinculada ao Grupo de Pesquisa Alfabetização e Letramento Escolar (ALFALE), do Programa de Pós-Graduação em Educação do Câmpus de Rondonópolis, da UFGM, com o objetivo de investigar o uso das bibliotecas escolares, professores, coordenação e direção das escolas. Os resultados da pesquisa apontaram a necessidade de divulgação e acompanhamento de todas as fases da implantação do Programa, ou seja, da aquisição até a utilização.
Palavras-Chave:	PNBE do Professor; Programa Nacional Biblioteca da Escola; Políticas Públicas de Leitura; Leitura profissional; Leitura
Abstract:	This Master's thesis is linked to the researchers group ALFALE, Grupo de Pesquisa Alfabetização e Letramento Escolar, a project developed by the Master Degree Program of Federal Universities concerning to the incentive to professional articulated reading with the teacher's PNBE. The aim of this research is to comprehend how the books which compose the PNBE (2010, 2011, 2012, 2013) in four public elementary schools of a city called Primavera do Leste, in Mato Grosso. The findings presented here are the result of a quantitative and qualitative methodological approach based on document analysis as data collection instrument. The researcher's participants were the principals, the coordinators, the teachers and the people responsible for the library of these four public schools. The results showed that the PNBE's material is not being used according to the goals and expectations of the program occurrence is the lack of knowledge about the PNBE by the people responsible for the library, the teachers, the coordinators and the principals. The thesis points out the need of spreading more information about the PNBE.
Keyword:	Teacher's PNBE; National Program Library at School; Public Policies for Reading; Reading Professional Reading
Volume:	1
Páginas:	208
Idioma:	PORTUGUES
Biblioteca Depositária:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
Autorização de divulgação:	O trabalho possui divulgação autorizada
Anexo:	DISSERTAÇÃO -CLAUDIA BRANDAO- PNBE DO PROFESSOR- DEFESA 22-03-2016.pdf
Contexto	
Área de Concentração:	EDUCAÇÃO, CULTURA E PROCESSOS FORMATIVOS
Linha de Pesquisa:	LINGUAGENS, CULTURA E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO: PERSPECTIVAS HISTÓRICA E CONTEMPORÂNEA
Projeto de Pesquisa:	PRÁTICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENSINO DE LÍNGUA MATERNA: EXPERIÊNCIAS DOCENTES E APRENDIZAGENS DISCENTES
Banca Examinadora	
Orientador:	SILVIA DE FATIMA PILEGI RODRIGUES
Categoria:	DOCENTE - PERMANENTE
O orientador principal compôs a banca do discente?	Sim
Banca Examinadora	
Nome	Categoria
CANÇIONILA JANZKOVSKI CARDOSO	Docente - PERMANENTE
MARIA APARECIDA PAIVA SOARES DOS SANTOS	Participante Externo
Vínculo	
Tipo de Vínculo Empregatício:	Servidor Público
Tipo de Instituição:	Instituição de Ensino e Pesquisa
Expectativa de Atuação:	Ensino e Pesquisa
Mesma Área de Atuação:	Sim

Fonte: BRASIL (2021).

Na internet, conseguimos acesso a um grande quantitativo de trabalhos e, para alguns, investimos na busca por e-mails. O contato por correio eletrônico apontou fragilidades, uma vez que algumas(ns) autoras(es) não atendiam aos pedidos de disponibilização e outras(os) possivelmente já tinham trocado de *email*. Quando não recebíamos as respostas, explorávamos a rede social (Facebook). Sobre o aspecto de acessibilidade e disponibilidade das produções acadêmicas, Severino (2013) destaca a importância de incluir-se nas dissertações e teses uma pequena síntese da biografia da(o) autora(or), com a indicação do endereço para contato por parte de outras(os)

investigadoras(es) e interessadas(os) na temática. Mesmo assim, a desatualização configura um desafio para o “processo de levantamentos, posto o esforço, tempo e dedicação para conseguir as informações (MORAES; SCHNEIDER, 2021).

Tendo em vista todas essas lacunas, até setembro de 2019, tínhamos a pendência de treze textos completos. Porém, nesse mesmo ano, recebemos várias respostas por *e-mails*: uns disponibilizando a investigação e outros comunicando que não tinham a versão final da dissertação ou tese. Surgiram justificativas como: devido ao período da publicação, não houve atualização do recurso tecnológico (cópia impressa, disquete, *CD-ROM*) ou que não estava autorizada a divulgação, por interesse em transformar a produção em livro. Lopes e Romancini (2006, p. 145) reiteram que o acesso às produções acadêmicas depende do “modo de entrega desses documentos, neste caso também em formato eletrônico, com a autorização para que a pesquisa seja divulgada dessa forma”.

Nessa caminhada, muitas histórias de bastidores foram registradas e algumas indagações se destacaram, como: Qual o significado de uma tese ou dissertação para a(o) autora(or)? É possível a(o) autora(or) não ter a sua própria produção? O que motiva impor restrições para a disponibilização da pesquisa?

Entendemos que uma pesquisa de mestrado ou de doutorado tem um significado relevante na vida de cada autora(or). No entanto, são marcas que trazem muita subjetividade, acolhidas por cada pesquisadora(or) de uma forma específica: com sentimento de alegria, sucesso, fracasso, tristeza e até mesmo repulsa. Esses sentimentos podem surgir por situações sociais, acadêmicas, familiares, financeiras, profissionais e outras.

Sendo assim, a análise do *corpus* desta pesquisa, constituído de dissertações e teses, dialoga com a relação existente entre autoria e objeto de estudo. Buscamos compreender as relações entre autora(or), objeto de estudo e orientadora(or), dentro de uma perspectiva de rede de interesses e de colaboração em publicações acadêmicas e científicas, projetos de pesquisas e extensão e participação no processo de implementação do PNBE. Por isso, incluímos a plataforma *Lattes* na coleta de dados, a fim de conhecermos o *Curriculum*²⁹ dos discentes, dos docentes e das bancas e, assim, utilizarmos as informações obtidas na análise e no aprofundamento interpretativo. Porém, devido ao quantitativo de docentes e bancas, optamos por extrair elementos do *Curriculum Lattes* das(os) pesquisadoras(es) que apresentavam três ou mais produções no *corpus* de estudo.

²⁹ Para o levantamento de dados na Plataforma *Lattes*, utilizamos o script do *lucyLattes*, desenvolvida pelo Prof. Dr. Rafael Tieppo, da Unemat de Cáceres/MT. Disponível em: <https://rafatieppo.github.io/post/2019_03_13_lucylattes/>. Acesso em: 18 abr. 2021.

Na apresentação de dados, trabalhamos com percentual e número de frequências nos bancos de dados. Explicamos que, no decorrer do texto desta tese, utilizamos as palavras autoridade da área, autoridade do saber e autoridade do conhecimento não como sinônimos, mas para caracterizar o(s) grupo(s) representativo(s) específico(s) segundo o quantitativo de dados analisados. Essa decisão foi adaptada a partir da *Lei de Lotka* e da *Lei de Price/Lei do elitismo*, que são análises estatísticas utilizadas para avaliar a produtividade acadêmica e científica (ALVARADO, 2000). Por consequência, os resultados nos direcionam à determinação de um grupo de elite de profissionais, IES e grupos de pesquisas mais produtivos.

Sabemos que, no contexto da Ciência de Informação, utiliza-se o termo elite para caracterizar as tendências representativas. Entretanto, optamos por não fazer uso dessa palavra pois, na área da Educação, seu significado se relaciona fortemente às pessoas e grupos com poder econômico e domínio social ou que exercem controle político, relegando aos demais, e muitos sujeitos, um lugar às margens do mínimo para a sobrevivência, negando-lhes direitos à educação, saúde, moradia, dentre outros.

Para essa caracterização, partimos de análise estatística em que analisamos os indicadores numéricos da frequência. Assim, formamos grupo(s) de orientadoras(es), IES e membros da banca que nomeamos como autoridades do conhecimento sobre/com o PNBE. Esse interesse surgiu por corroborarmos com Pierre Bourdieu (1989, p. 132), quando ele diz que “acumular capital é fazer um ‘nome’, um nome próprio, um nome conhecido e reconhecido, marca que distingue imediatamente seu portador, arrancando-o como forma visível do fundo indiferenciado, despercebido, obscuro, no qual se perde o homem comum”.

Até setembro de 2020, ainda não tínhamos o texto completo de dez pesquisas, por isso, continuamos a busca “sem compromisso” pelos meios utilizados nos anos anteriores (2017, 2018, 2019), como: *e-mail* via *Curriculum Lattes*, *Google* e redes sociais. Assim, no período de novembro a dezembro de 2020, conseguimos a disponibilização de mais oito dessas produções, portanto finalizamos com 165 produções, equivalentes a 98% do *corpus* do estudo.

Em relação aos textos completos das dissertações ausentes, concluímos que: “Campanha Pública da leitura forma leitores? Um estudo sobre as instâncias mediadoras da Literatura em minha casa/2001”, de Márcia Rossi (2004), da Universidade Estadual de Maringá (UEM); “Literatura em minha casa: Uma pesquisa em escolas públicas do município de Londrina”, de Dayse Silva (2005), da Universidade Estadual de Londrina (UEL); e “Representações de leitura na literatura infantojuvenil: Um estudo do PNBE – 2009”, da

Universidade Federal da Grande Dourados” (UFGD), de Andréia Iguma (2012), não estavam disponíveis nos repositórios da IES, da Capes, da BDTD, do Oasisbr e do *Google* e não tivemos sucesso nas buscas por *e-mail* e redes sociais. São cinco estudos e que representam 2% das dissertações e teses mapeadas e indisponíveis para alcançarmos os 100% do *corpus* da pesquisa.

Funaro e Noronha (2006, p. 229) ressaltam que bancos de dados virtuais possibilitam uma maior acessibilidade e visibilidade para as dissertações e teses, no entanto, “o acesso ao texto completo ainda não está totalmente disponível em nosso meio”, pois os portais “não estão recebendo a atenção devida dos seus autores e existe certa resistência em autorizar a disponibilização do texto completo na web”.

A extração de dados e o preenchimento dos bancos de dados aconteceram de forma simultânea e processual. A composição da banca se constituiu como um dos dados “trabalhosos” para encontrar: além de precisarmos fazer a busca no texto completo, constatamos ser comum teses ou dissertações sem os dados da banca examinadora na publicação final e nomes dos docentes de forma abreviada e sem a indicação da Instituição de Ensino Superior. Novamente, percebemos as fragilidades no preenchimento das plataformas Sucupira e *Lattes*, já que, em algumas pesquisas, havia a indicação da banca no *Curriculum* do docente ou do membro da banca, elemento que não estava presente no *Curriculum* do discente.

Outra situação revelada a partir da inserção dos dados na tabela 2 aconteceu com o resumo. O contato com esse gênero textual nos fez refletir sobre a necessidade da leitura dos textos completos para alcançarmos as informações de interesse para esta pesquisa. Na verdade, isso já era uma hipótese pensada, pois muitas pesquisas (FERREIRA, 1999; FERREIRA, 2002; MEGID NETO, 1999; SOARES, 2000; ROMANOWSKI; ENS, 2006; CARVALHO, 2015) com Estado do Conhecimento/Estado da Arte já destacam os textos dos resumos como um problema, explicitando que, geralmente, não apresentam as informações de forma homogênea, consistente e com elementos essenciais para a compreensão do conteúdo da produção.

Para elaborar um resumo de uma dissertação ou tese, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) com a Norma Brasileira (NBR) 6028 regulamentam:

3.1 O resumo deve ressaltar o objetivo, o método, os resultados e as conclusões do documento. A ordem e a extensão destes itens dependem do tipo de resumo (informativo ou indicativo) e do tratamento que cada item recebe no documento original.

3.2 O resumo deve ser precedido da referência do documento, com exceção do resumo inserido no próprio documento.

3.3 O resumo deve ser composto de uma sequência de frases concisas, afirmativas e não de enumeração de tópicos. Recomenda-se o uso de parágrafo único.

3.3.1 A primeira frase deve ser significativa, explicando o tema principal do documento. A seguir, deve-se indicar a informação sobre a categoria do tratamento (memória, estudo de caso, análise da situação etc.) (NBR 6028, 2003, p. 2, grifos nossos).

Conforme a NBR 6028/2003, o texto do resumo deveria contemplar os elementos: objetivo, método, resultados e conclusões, num texto composto por 150 a 500 palavras. Cabe informar que cada IES tem autonomia para implementar e regulamentar orientações complementares para a produção dos resumos. Nessa perspectiva, com a leitura dos resumos do *corpus* analisados, constatamos que muitos eram sucintos e, em algumas situações, continham falhas na elaboração, o que os tornavam insuficientes para a contextualização da pesquisa e divulgação dos resultados. Como exemplo disso, encontramos textos com o tamanho de uma página e outros com $\frac{1}{4}$ dela. Essa variação de tamanho aumenta a probabilidade de encontrarmos lacunas nas informações sobre tema principal, objetivo, método, resultados e conclusão dos estudos. Contudo, precisamos expor que a variação da extensão do texto do resumo está representada na NBR 6028/2003, e, portanto, não podemos afirmar que essas reduções estejam em desacordo com a normativa.

Márcia Jacomini e Antônia Silva (2021, p. 72), no artigo *Pesquisa em Educação: incursões sobre epistemologia, método e teoria em teses e dissertações (2000-2010)*, constataram que nem sempre os resumos “contemplam elementos fundamentais para constituir em um vetor de difusão de pesquisa”. As autoras apontaram que “objetivo, questão de pesquisa, referencial teórico, método, procedimentos metodológicos e conclusões são, muitas vezes deixados de lado” (JACOMINI; SILVA, 2021, p. 72). Com a nossa pesquisa, vivenciamos e comprovamos essas ausências e complementamos: em alguns casos, as informações do resumo não são coerentes com os dados descritos no texto, como exemplo, a incoerência entre objetivos gerais e específicos.

Dentro do contexto da extração de dados das 98% de dissertações e teses catalogadas, destacamos a pertinência em planejar quais informações devem ser coletadas e como organizar os documentos e as publicações para novas necessidades de conferência, consulta e até mesmo de ampliação das análises. Diante disso, com os recursos tecnológicos disponíveis, criamos pastas para sistematizar e arquivar a literatura cinzenta do *corpus* de

estudo e informamos que essa catalogação será referenciada e disponibilizada por um *link*³⁰ de acesso à nuvem virtual (*drive*) de armazenamento do *Google* – serviço de disco virtual (FIGURA 6).

Figura 6 – *Drive* com publicações oficiais, acadêmicas e científicas sobre/com o PNBE



Fonte: Elaborada pela autora com dados da pesquisa (2021).

Essa organização e disponibilização parte do princípio da acessibilidade aos documentos e publicações. Simone Weitzel (2006) afirma que:

existe o mito no qual o discurso científico se perde na internet, tanto no sentido figurativo, diante dos discursos possíveis na internet, quanto literalmente, pela ausência de políticas de preservação digital – aspectos que implicam na legitimidade e persistência, quesitos fundamentais para a constituição e recuperação da memória científica e básica para estabelecer a comunicação e desenvolvimento científico (WEITZEL, 2006, p. 86).

Entendemos que uma pesquisa precisa oferecer condições para que seja conferida, validada, confrontada, ampliada e, por conhecermos e vivenciarmos a dificuldade em localizar vários materiais e documentos percebemos a essencialidade da organização do *drive* com o *corpus* de estudo, bem como com as outras referências indicadas nesta pesquisa. Segundo Jefferson Mainardes (2021, p. 30), “é importante que os bancos de dados completos sejam disponibilizados em sites, plataformas de acesso livre, etc, pois, podem contribuir para outros pesquisadores”.

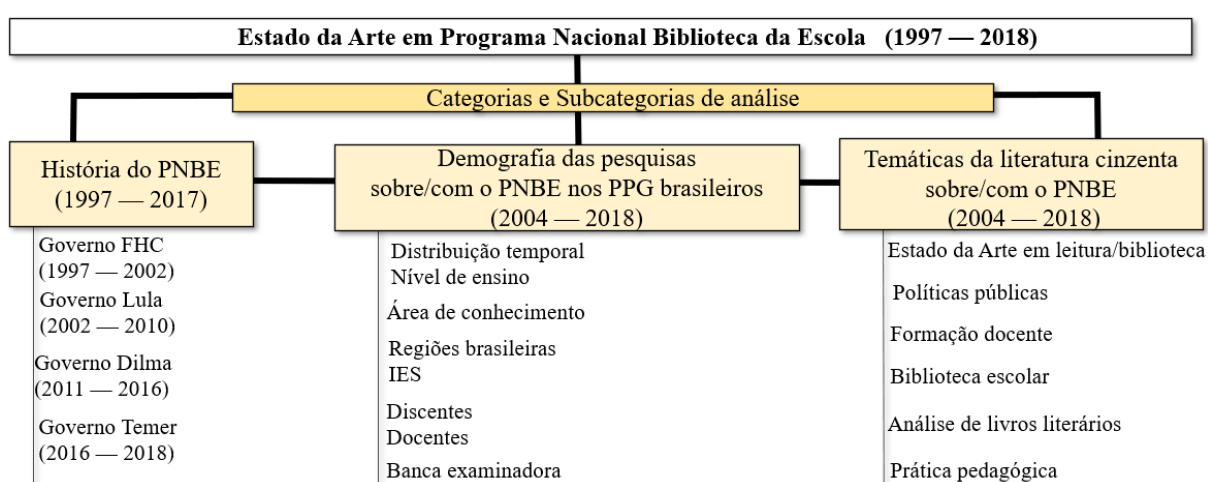
Ressaltamos que o percurso metodológico permitiu construir uma visão geral e uma análise preliminar dos dados (ano, título, discente, docente, IES, região, tipo da IES, nível, modalidade, programa) que apresentaremos no próximo capítulo. A leitura de títulos, resumos

³⁰ Elaborado um repositório no *Google drive* para a disponibilização das dissertações e teses que compuseram o *corpus* de estudo, catálogo com referências e resumos de cada dissertação e tese do *corpus* de estudo, documentos oficiais e publicações sobre/com o PNBE. Disponível em: <https://drive.Google.com/drive/folders/1OS4wEUWjzJoIjGqwGiNoMDUYNFUYdg?usp=sharing>. Acesso em: 10 de jun. de 2021.

e palavras-chave fornecia parâmetros quantitativos para a reflexão sobre as tendências e as temáticas das pesquisas.

Os bancos de dados e a leitura dos resumos foram essenciais para a determinação de três categorias de análise (FIGURA 7), e ainda organizamos subcategorias que conduzissem a coleta, a seleção, o tratamento, a apresentação e a descrição dos dados. Nessa perspectiva, articulamos as categorias (transformadas em capítulos que são apresentados posteriormente) para atender aos objetivos específicos da pesquisa.

Figura 7– Categorias e subcategorias de análise



Fonte: Elaborada pela autora com dados da Pesquisa (2021).

Trabalhamos com as palavras-chaves para que, por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2011), observamos as frequências das expressões a fim de contribuir para a constituição dos indicadores na subcategoria Temáticas da literatura cinzenta sobre/com o PNBE (2004-2018). Megid Neto (1999, p. 35) caracteriza as palavras-chave como um dos “aspectos a serem observados na classificação e descrição das teses e dissertação, bem como na análise de suas características e tendências.”

Notamos uma variação no quantitativo de três até cinco palavras-chave para cada pesquisa. Ao realizarmos a pré-análise dos termos, das coocorrências e da comparação das expressões que se repetiram com mais frequência, verificamos que as 168 produções acadêmicas geraram um total de 639 nomenclaturas, tendo “MEC” como o termo de menor número de letras e “Leis e decretos para formação de leitores e promoção do livro” como a maior palavra-chave. Mariângela Fujita (2004, 258) afirma que, para a definição das palavras-chave, “o autor deverá ter uma visão sobre o texto e a organização do seu conteúdo de modo a representá-lo conforme seu assunto principal”. Essa escolha é importante para a localização

das pesquisas em repositórios, portanto, a escolha adequada contribui para dar maior visibilidade nas buscas.

De acordo com a NBR 6028 (2003), “As palavras-chave devem figurar logo abaixo do resumo, antecidas da expressão ‘Palavras-chave:’ separadas entre si por ponto e finalizadas também por ponto” (ABNT/NBR, 2003, p. 2). Verificamos que, em relação às normas da ABNT, muitas IES complementam e determinam seus próprios padrões para esse item, pois encontramos a separação por vírgula, ponto e vírgula e letra inicial maiúscula para cada termo.

Em 2021, a NBR 6028 passou por alterações e conceitua palavras-chave como: palavra representativa do conteúdo do documento, escolhida, preferentemente, em vocabulário controlado. Manteve a localização abaixo do texto do resumo, com a escrita de seguida por dois pontos e a agora a separação de cada termo passou a ser com ponto e vírgula e finalizada com ponto final. Ainda, a mesma norma determina que o resumo informativo é o adequado para documento técnico, científico e acadêmico. E que, em texto de 150 a 500 palavras, devem ser contempladas finalidades, metodologia, resultados e conclusões (ABNT/NBR, 2021).

Como o interesse em trabalhar com a análise das palavras-chave para iniciar a sistematização e a categorização, realizamos uma padronização nas escritas, por exemplo: “infância”, “INFÂNCIA” e “Infância” unificamos para INFÂNCIA. Esse trabalho foi necessário para utilizarmos o site *Wordart*,³¹ criador online de arte em nuvem de palavras (NP) para ilustrar os termos mais recorrentes.

Para a padronização das palavras compostas, inserimos o sinal (~) entre elas “Literatura~Infantil” para serem mantidas juntas na NP. Essa ação se fez necessária porque a presença de um sinal, um espaço, uma letra maiúscula ou minúscula faz o criador *Wordart* entender como um termo diferente. Para tanto, trabalhamos com os recursos do Excel em variados passos:

1. Separação das palavras-chave em colunas;
2. Organização em coluna única;
3. Classificação em ordem alfabética;
4. Padronização da escrita e inserção de ~ nas palavras compostas;
5. Contagem das palavras.

³¹ Disponível em: <<https://wordart.com/create>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

temática, consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objetivo escolhido”. Diante disso, formei conjuntos (FIGURA 9) de palavras-chave que auxiliavam no significado de cada temática.

Figura 9 – Matriz indicadora das palavras-chave para a subcategoria *Temáticas da literatura cinzenta* sobre/com o PNBE (2004-2018)

Estado da Arte em leitura/biblioteca	Políticas públicas	Biblioteca escolar	Formação docente	Análise de livros literários	Prática pedagógica
Leitura	Cultura	Literatura infantil	PNBE do Professor	Literatura afro	Educação literária
Biblioteca escolar	Leitura	Literatura juvenil	Leitura docente	Relações étnicas	Estratégias de leitura
	Literatura	Mediação de leitura	Formação docente	Racismo	Prática docente
	PNBE	Mediação literária	Prática docente	Gênero e sexualidade	Letramento literário
	PNBE do Professor	Formação do leitor	Ensino de leitura	Literatura indígena	Ensino de leitura
	Livros e leitura	Formação docente	Ensino de literatura	Identidade	Ensino de literatura
	Biblioteca escolar	Educação literária	PNBE Periódicos	Representação	Leitura e escrita
	Formação docente		Letramento literário	Poesia	Alfabetização

Fonte: Elaborada pela autora com dados da Pesquisa (2021).

A Figura 9 expõe uma das possibilidades para organizar as palavras-chave presentes na nuvem de palavras. Sinalizo que essa sistematização é flexível, pois muitos termos se encaixariam em diferentes lugares e, por isso, concordo com Ferreira (2002, p. 269) ao afirmar que “a História da produção acadêmica é aquela proposta pela(o) pesquisadora(or) que lê. Haverá tantas Histórias, quantos leitores houver dispostos a lê-las”.

Tomando como base o todo do processo para a fundamentação e a construção metodológica, esquematizei as categorias e subcategorias (FIGURA 9), organizadas a partir dos bancos de dados e consolidadas para alcançar uma investigação que demonstre o conhecimento resultante da “própria investigação que se propôs a fazer sobre um determinado objeto de estudo. Um saber produzido no diálogo da(o) pesquisadora(or) com o próprio objeto, ligado à situação concreta e enraizada nas condições de produção que o geraram e o constituem como tal” (FERREIRA, 2021, p. 16).

Diante das definições teóricas e metodológicas, sigo para o próximo capítulo. **PNBE: 20 anos de história**, com a apresentação dessa história. O capítulo é organizado a partir da primeira categoria de análise, *História do PNBE (1997-2017)*, em que descro a sua trajetória nos quatro governos: FHC, Lula, Dilma e Temer, sempre com auxílio de documentos e da literatura cinzenta (168 dissertações/ teses).

2 PNBE: 20 ANOS DE HISTÓRIA

Aqui jaz um Programa!

Programa Nacional Biblioteca da Escola

1997 - 2017



A imagem de abertura deste capítulo nos remete a uma representação simbólica e, ao mesmo tempo, real, pois ela traz um registro das caixas do PNBE 2014 guardadas em uma biblioteca escolar no final do ano de 2015 (BRANDÃO, 2016). Diante disso, utilizamos a foto para uma figuração do acontecimento posterior com o Programa, ou seja, a sua finalização. Ela combina, desse modo, com o objetivo deste capítulo, que é compreender as relações estabelecidas no âmbito da comunicação científica e apresentar o contexto histórico do PNBE de 1997 a 2018 para conhecer o Programa durante a vigência dos governos de FHC, Lula, Dilma e Temer, ou seja, historiar o seu surgimento: desde 1997, com a Portaria nº 584, até a sua revogação em 2017, por meio do Decreto 9.099.

Compreendemos que não teria sentido o estudo detalhado e aprofundado de documentos oficiais para uma “nova (re)construção” do percurso do Programa, porque, dentre as 168 dissertações e teses, já é possível recuperar a trajetória do PNBE. Diante disso, concordamos com Alves-Mazzotti (2012, p. 43), que “a produção do conhecimento não é um empreendimento isolado. É uma construção coletiva da comunidade científica, um processo continuado de busca [...]” e o surgimento de uma nova pesquisa complementar ou contestará as contribuições reveladas.

Portanto, essa (re)construção se destina a descrever o Programa juntamente com a exposição de dissertações e teses selecionadas de um período específico e, dessa forma, analisar as relações estabelecidas entre pesquisa e pesquisadoras(es). Assim, utilizamos a rede de comunicação científica para explorar os elos construídos e as possíveis conexões entre as produções acadêmicas e o envolvimento entre atores – discentes, orientadoras(es) e IES. Nessa direção, corroboramos com Pisciotta (2006) que os encontros nas redes são definidos a partir das relações estabelecidas com os integrantes, com isso, as ligações fornecem dados, ao mesmo tempo em que recebem e impõem modificações por meio dos mesmos caminhos que entram as influências.

Cabe informar que a seleção das dissertações e teses elaboradas em cada governo não contemplará a exposição da totalidade do *corpus* dessa investigação, porque priorizamos as produções que explicitaram o recorte temporal das edições do PNBE. Nessa perspectiva, estamos cientes de que uma seleção ou classificação é um processo arbitrário que se articula com objetivos específicos e, conseqüentemente, os mesmos objetos podem ser organizados de maneiras diferentes (MANAIRDES, 2021).

2.1 PNBE: Para iniciar a história

O PNBE esteve em vigência durante vinte anos e, por isso, em 2021, afirmamos que foi o programa governamental de incentivo à leitura que vigorou por mais tempo. Anteriormente,³² existiram: Programa Nacional de Salas de Leitura/Bibliotecas Escolares (1984-1997), PROLER (1992-até dias atuais³³), Pró-Leitura (1992-1996) e o Programa Nacional Biblioteca do Professor (1994-1997). Ao observar esses programas, nos questionamos: Por que essas ações governamentais foram extintas?

A resposta a esse questionamento está no fato de convivermos com frequentes mudanças e descontinuidades de programas governamentais devido à variabilidade de interesses político-ideológicos. Por isso, concordamos com Eloísa Höfling (1993) na afirmação de que o ato de alteração de programas é recorrente na história da administração pública, entretanto, não podemos naturalizar essas ocorrências.

Pesquisadoras (HÖFLING, 1993; CUSTÓDIO, 2000; FERNANDES, 2004, CASSIANO, 2007, LAJOLO; ZILBERMANN, 2017) em diferentes estudos, relacionam a

³² Para maior aprofundamento sobre os programas anteriores ao PNBE, sugerimos a leitura dos trabalhos de Custódio (2000), Soares (2002), Fernandes (2004; 2007) e Brandão (2016).

³³ É pertinente ressaltar que o Proler passou a ser uma ação específica do Ministério da Cultura, por isso, não contabilizamos a sua vigência.

falta de articulação entre as trocas, alterações e substituições das políticas ou programas. Evidentemente, as ações governamentais de distribuição de materiais de leitura ocupam lugar de disputas e interesses, uma vez que o governo é o maior comprador do mercado editorial brasileiro e, com isso, é o responsável pelas prescrições curriculares e pela emissão dos documentos oficiais que impõem às editoras as regras e especificidades para a produção e circulação dos livros escolares.

Para comprovar que o governo é o maior comprador do mercado editorial, analisamos os dados do relatório “Pesquisa Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro” (NIELSEN BOOK, 2020), coordenada pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e pela Câmara Brasileira do Livro e verificamos que, no ano de 2019, foram negociados 434 milhões de exemplares de livros no Brasil, sendo 209 milhões (48%) para o mercado e 224 milhões (52%) para o governo. A partir dessas informações, podemos afirmar que os programas de distribuição de livros são objetos de interesses políticos, educacionais, econômicos e culturais.

De certo modo, existem as questões comerciais, que movimentam toda a produção editorial para: atender às determinações dos editais; marcar a presença das editoras no mercado e, conseqüentemente, das(os) autoras(es) na composição dos acervos das escolas públicas brasileiras; e inserir nesse universo, instituições e profissionais, que ganham destaque por participarem dos processos de coordenação, avaliação e seleção dos materiais para os programas.

De forma sintetizada, relacionamos os programas governamentais com o capital simbólico, definido por Bourdieu (1989, p. 107) como “uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital, físico, econômico, social, cultural), percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor”. Dentro desse contexto, a implementação de uma ação de adquirir, avaliar, selecionar, negociar e distribuir livros para as escolas públicas pode ser entendida como um lugar de legitimação dos envolvidos; agentes públicos, mercado editorial, instituições e participantes/profissionais.

Uma situação a ser destacada é a passagem do PNBE por diferentes governos (FIGURA 10). Observar essa trajetória nos dá condições de afirmar que o período de vigência deu ao Programa *status* de ação de Estado, e não de ação de governo possibilitando a ampliação da abrangência do público atendido e conseqüentemente, promoveu a cumulatividade das ações.

A Figura 10 explicita o percurso dos governos e das edições do PNBE com os nomes

dos presidentes e dos ministros da educação respectivamente.

Figura 10 – Linha do Tempo: Governos (1997-2021) e ações do PNBE



Fonte: Elaborada pela autora com dados da Pesquisa (2021).

Na interpretação de Gatti (1994, p. 19), os programas educacionais “devem ser assumidos como responsabilidade social mais ampla e de múltiplos parceiros, e não como apanágio de uma administração”, já que os programas têm sua eficácia interligada a três características: a gradatividade, a cumulatividade e a continuidade. A autora afirma que o *continuum* “é uma necessidade incontestável” e significa ações por períodos longos, isto é, por um “tempo razoável de execução para se ter um mínimo de consolidação que permita uma avaliação de seu impacto na qualidade de execução” (GATTI, 1994, p. 19).

Diante desses critérios, avaliamos que, no decorrer das várias edições, o PNBE passou por mudanças e alterações significativas, e as novas organizações não alcançaram a estabilidade necessária para a consolidação e a aferição do avanço ou retrocesso do programa, fato novamente ocasionado pela sua interrupção. O reconhecimento de que as discontinuidades e as rupturas dos programas governamentais são comuns dentro das políticas educacionais “é, no mínimo, desanimador e pode ser avaliado pela permanência crônica dos problemas que assolam nosso ensino e pela continuidade da não-superação” (GATTI, 1994, p. 20).

Diante disso, partimos para conhecer brevemente o contexto do PNBE e, para tanto, lançamos a pergunta: Qual a origem do Programa Nacional Biblioteca da Escola?

As políticas educacionais dos anos 1990 articularam medidas, organizações e programas para promover a universalização da Educação Básica. Sobre isto, Eneida Shiroma, Maria Célia Moraes e Olinda Evangelista (2000, p. 73) expuseram que “a prioridade do Estado nessa década foi assegurar o acesso e permanência na escola” dos estudantes da Educação Básica.

Consequentemente, os discursos políticos são utilizados como justificativas para as ações governamentais, ou seja, é uma situação comum os governos darem ênfase ao direito à Educação Básica em discursos e planos, com o intuito de organizar ou consolidar compromissos de Estado. Mas cabe apontar “com veemência que esses compromissos sistematicamente não se concretizam. Ou seja, há um eterno escapismo na sua realização; isto é, há sempre alguma desculpa para sua não realização ou algum desvio que acaba pela implementação de ações que não atendem” às especificidades do ensino (GATTI, 1994, p. 10).

No livro *Literatura infantil brasileira: uma outra nova história*, Marisa Lajolo³⁴ e Regina Zilberman (2017) afirmam que o Programa Nacional Salas de Leitura/Bibliotecas

³⁴ Marisa Lajolo integrou a Comissão Especial de seleção do [acervo](#) do PNSL/BE em 1984.

Escolares (1984-1997) constituiu-se como a “versão zero” do Programa Nacional Biblioteca da Escola. E salientamos que nenhum documento do PNBE faz menção ao PNSL/BE como marco iniciador do PNBE. Entretanto, o PNBE foi uma “nova roupagem” para o PNSL/BE.

Esse seria um ponto de reflexão acerca dos programas governamentais: conhecer ações existentes e se apropriar delas. Dessa maneira, consideramos que os responsáveis por instituir o PNBE poderiam ter utilizado o PNSL/BE para respaldar as diretrizes dessa “nova criação”. E concordamos com Juddy Sebba (2007) quanto ao fato de que o PNBE seria uma forma distinta de abrir possibilidades ao sistema de fazer coisas novas ou até fazer as mesmas coisas de um jeito melhor. Nessa direção, entendemos que, se isso tivesse acontecido, talvez o Programa não apresentasse as fragilidades que foram surgindo no decorrer do seu funcionamento, tais como livros nas caixas, sem uso por estudantes e comunidades escolares, bem como o distanciamento da formação docente com o Programa.

A partir de tal cenário, retomamos que, para a organização e o funcionamento do PNBE, houve a publicação de vários documentos oficiais que nortearam as ações durante o período vigente (1997-2017). Essa seriação de portarias, resoluções e editais possibilitam uma representação da história do PNBE, já que cada documento contribui para o entendimento do funcionamento e da organização do Programa.

Tal constatação nos leva à compreensão de que os documentos oficiais foram articulados para prevenir ou amenizar problemas que apareciam no decorrer da vigência do PNBE. No entanto, consideramos que eles não foram suficientes para resolver as fragilidades do processo de implementação do Programa, como avaliação, seleção, distribuição e circulação. Em outra dimensão, Célia Fernandes (2017) e Célia Fernandes e Maísa Cordeiro (2012) reconhecem, em seus estudos, que os editais foram gradativamente inserindo mais detalhes para o processo de avaliação e seleção dos livros, valorizando a diversificação da autoria, dos gêneros, das temáticas e das representações culturais.

Informo que, por meio dos documentos oficiais, é possível a construção de “algumas” histórias (VALARINI, 2015; FERNANDES, 2017; FERNANDES, CORDEIRO, 2012) do e com o PNBE. Porém, verificamos que não é uma tarefa simples ter acesso a todas essas publicações, já que os próprios órgãos responsáveis, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e mesmo o MEC, falham nessa organização e disponibilização. Para exemplificar, existem materiais no portal do FNDE, outros no site do MEC e, ainda, alguns em páginas de repositórios não específicas do Programa.

Diante disso, o acesso ocorre por meio de buscas no *Google*, que encaminham o leitor para websites, onde estão alocadas algumas publicações, ou para as páginas específicas

do FNDE, MEC e/ou Diário Oficial da União (DOU). Cabe destacar que a tentativa de ir diretamente aos sites oficiais é desgastante e pouco produtiva. Observamos que a localização desses registros no *Google* se dá em páginas estagnadas, com informações estáticas e sem as devidas atualizações.

A publicização de documentos norteadores de um programa governamental é sempre necessária, visto que é o que possibilita o conhecimento das concepções, da política, das decisões, das omissões e das ações implementadas, tornando as questões envolvidas acessíveis para discussões e manifestações de ordem social, política, acadêmica e científica. Na visão de José Marques Neto (2010, p. 16), “governos mostram que têm uma política efetiva para um setor quando criam marcos de legalidade e instrumentos gerenciais para sustentar investimentos suficientes para que aquele setor se desenvolva na escala necessária ao país”. E é com esse interesse em registrar os documentos norteadores das ações do PNBE no período de 1997 a 2017 que elaboramos o Quadro 4.

Em relação aos documentos e à trajetória do PNBE, encontramos sua história escrita em pesquisas. No entanto, percebemos que a própria instituição FNDE/MEC e os órgãos oficiais que são responsáveis por assegurar as políticas envolvidas não sistematizaram a trajetória do Programa com os documentos, as publicações oficiais e a articulação para sua implementação e manutenção. Tratamos isso como uma problemática, pois o fato contribui para que, na ausência da memória de um programa, os governantes sigam com a publicação de decretos, portarias e editais sem considerar o que já existia. Na avaliação de Ezequiel Silva (2010, p. 39), “as políticas são implementadas a esmo, na base do “achismo”, sem dados científicos de suporte”.

Dentro da lista de documentos do Quadro 4, é pertinente especificar que os editais datados para os anos de 2015 e 2016 não evoluíram em todo o processo do PNBE, que compreende as seguintes etapas: inscrição, avaliação, seleção, negociação e distribuição. Por exemplo, o Edital PNBE 2015 e o PNBE Indígena 2015 passaram pela fase da avaliação, porém, não prosseguiram para as próximas etapas e, por isso, as obras selecionadas não foram divulgadas.

Quadro 4 – Documentos norteadores do PNBE de 1997-2017

Nº	Documentos publicados
1	Portaria MEC n.º 584, de 28/4/1997, cria o PNBE
2	Portaria MEC n.º 652/97 aprova relação de títulos para atendimento
3	Resolução CD/FNDE n.º 08/99 estabelece critérios para atendimento pelo PNBE
4	Portaria MEC n.º 318/99 aprova relação de títulos
5	Resolução n.º 14, de 15/08/2000, define critérios de atendimento
6	Portaria MEC n.º 1.930/01 define critérios de atendimento
7	Portaria MEC n.º 1.960/01 institui colegiado para colaborar na execução do PNBE 2001
8	Portaria MEC n.º 1.958/01 institui Comissão Técnica para estabelecimento de critérios de avaliação e seleção das obras
9	Portarias MEC n.º 2.458/01 e n.º 2.942/01 ampliam o atendimento do Programa
10	Portaria MEC n.º 2.565/01 publica a relação das coleções selecionadas
11	Portaria n.º 1.440, de 15/05/2002, institui Comissão Técnica para estabelecimento de critérios de atendimento
12	Portaria n.º 2.250, de 05/8/2002, publica a relação do acervo composto de oito coleções
13	Resolução n.º 008, de 08/04/2003, de 14/04/2003, determina a distribuição do PNBE 2003
14	Resolução n.º 049, de 20/11/2003, determina a distribuição das coleções de literatura e de informação do PNBE 2003
15	Edital de convocação para apresentação das obras do PNBE 2003
16	Resolução n.º 58, de 23/12/2004, dispõe sobre o PNBE 2005
17	Edital de convocação para inscrição de obras de literatura para o PNBE 2005
18	Resolução/CD/FNDE n.º 2, de 09/02/2006, determina a distribuição de obras de literatura pelo PNBE/2006
19	Portaria/MEC n.º 1518, de 31/08/2006, divulga o resultado de avaliação do PNBE 2006
20	Edital de convocação para inscrição de obras de literatura para o PNBE 2006
21	Resolução/CD/FNDE n.º 4, de 03/04/2007, determina a distribuição anual das obras
22	Resolução/CD/FNDE n.º 50, de 30/10/2007, dispõe sobre a acessibilidade de obras de orientação pedagógica aos docentes do ensino comum e do atendimento educacional
23	Resolução/CD/FNDE n.º 2, de 08/01/2008, dispõe sobre a acessibilidade de obras de orientação pedagógica aos docentes do ensino comum e do atendimento educacional
24	Resolução n.º 20, de 16/05/2008, determina a distribuição anual de obras do PNBE
25	Edital de convocação para inscrição de obras de literatura para o PNBE 2008
26	Edital de convocação para inscrição de obras de literatura para o PNBE Especial 2008
27	Resolução/CD/FNDE n.º 7, de 20/06/2009, dispõe sobre o PNBE
28	Edital de convocação para inscrição de obras de literatura para o PNBE 2009
29	Decreto n.º 7.084, de 27/01/2010, dispõe sobre os programas de materiais didáticos e PNBE
30	Edital de convocação para inscrição de obras de literatura para o PNBE 2010
31	Edital de convocação para inscrição de obras de apoio pedagógico para o PNBE Professor 2010
32	Edital de convocação para inscrição periódicos no processo de avaliação e seleção para o PNBE Periódicos 2010
33	Edital de convocação para inscrição de obras de literatura para o PNBE 2011
34	Edital de convocação para inscrição periódicos no processo de avaliação e seleção para o PNBE Periódicos 2011
36	Edital de convocação para inscrição de obras de literatura para o PNBE 2012
37	Edital de convocação para inscrição periódicos no processo de avaliação e seleção para o PNBE Periódicos 2012
39	Edital de convocação para inscrição de obras de literatura para o PNBE 2013
40	Edital de convocação para inscrição de obras referências para o PNBE temático 2013
41	Edital de convocação para inscrição de obras de apoio pedagógico para o PNBE Professor 2013
42	Portaria SEB n.º 27, de 25/10/2012, divulga o resultado da avaliação pedagógica do PNBE 2013
43	Portaria SEB n.º 42, de 21/08/2013, divulgar o resultado da avaliação das obras de apoio pedagógico do PNBE 2013
45	Portaria n.º 5, de 24/01/2014, divulga as obras selecionadas para o PNBE Temático 2013
46	Edital de convocação para inscrição de obras de literatura para o PNBE 2014
47	Portaria SEB n.º 59, de 06/11/2013, divulga o resultado da avaliação pedagógica do PNBE 2014
48	Edital de Chamada pública n.º 2/2014 – Chamada de candidaturas de Instituições Públicas de Educação Superior brasileiras interessadas em coordenar a avaliação pedagógica do PNBE 2015
49	Edital de convocação para inscrição de obras de literatura para o PNBE 2015
50	Edital de convocação para inscrição de obras de literatura para o PNBE Indígena 2015
51	Edital de convocação para inscrição de periódicos no processo de avaliação e seleção para o PNBE Periódicos 2016
52	Decreto n.º 9099, de 18/07/2017, dispõe sobre a revogação do PNBE

Fonte: Elaborado pela autora com dados de Brasil (2002, 2006, 2016, 2021).

Ao observar o Quadro 4 é preciso informar que o Edital do PNBE Temático 2013, que se iniciou em 2012, mas foi consolidado somente em 2016, com a distribuição do correspondente acervo às escolas. De acordo com o Relatório de gestão do Fundo Nacional de

Desenvolvimento da Educação, o FNDE adquiriu os livros do PNBE Temático em 2015 com o objetivo de “contribuir para a formação de uma cultura cidadã e que se opusesse a todo tipo de preconceito e discriminação” (BRASIL, 2015, p. 117). Nessa ação, foram adquiridos 3.937.410 exemplares das obras selecionadas,³⁵ por um valor de aquisição de R\$32.1 milhões. Os acervos chegaram em 2016, beneficiando aproximadamente 60 mil escolas públicas. Essa é considerada a última ação do Programa, logo, o Edital PNBE/2014 tornou-se o marco final da distribuição de obras literárias para as escolas públicas.

Desse modo, prosseguimos com o governo de Fernando Henrique Cardoso, com o percurso de cinco edições do PNBE e um conjunto de 18 produções acadêmicas para ampliar as discussões para a comunidade científica.

2.2 PNBE no governo de FHC (1997-2002)

O contexto político de 1995, ano em que o Presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu o poder, foi marcado por um rol de medidas que culminaram em políticas educacionais. Esse período caracterizou-se, principalmente, pela criação do Plano Decenal de Educação para Todos 1993-2003 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n.º 9394 (BRASIL, 1996). Também, particularizou-se pela consonância com o estabelecido na Constituição Federal de 1988 e buscou cumprir o compromisso com a universalização e a melhoria na qualidade do Ensino Fundamental (EF), bem como garantir o atendimento aos alunos com materiais didáticos e pedagógicos.

De acordo com Lajolo e Zilberman (2017, p. 69), com a promulgação da LDB, foram necessárias algumas medidas legais para sua implementação e, com isso, apareceram “iniciativas políticas em distintos formatos e com diferentes horizontes ideológicos”. Dentre algumas ações, citamos: a reestruturação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), a elaboração e distribuição dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s) e a criação do Programa Toda Criança na Escola e PNBE.

No governo de FHC, o PNBE tinha como objetivo promover a leitura entre docentes e discentes por meio da aquisição de diversos materiais de leitura e composição da biblioteca

³⁵ Portaria n.º 5, de 24 de janeiro de 2014. Divulga o resultado da avaliação pedagógica das obras inscritas para o Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE Temático 2013. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=9&data=28/01/2014>>. Acesso em: 17 maio 2021.

escolar (BRASIL, 1997). Segundo Leonardo Secchi (2014), essas ações se configuram como programas, leis, campanhas, projetos, esclarecimentos públicos e rotinas administrativas.

Sobre a escolha da nomeação do PNBE, encontramos uma influência por parte do Proler. Dessa forma, Elizabeth Serra, em uma entrevista para Cecília Junqueira (2008, p. XIV), revelou que sugeriram a “mudança do nome para implantar a palavra biblioteca no imaginário da criança”. No relatório produzido durante o seminário “PNBE: O direito de ler literatura”,³⁶ para a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), Serra (2002) declarou que o termo sala de leitura se tornava inadequado, pois não fortalecia a compreensão do conceito de biblioteca.

O PNBE no governo de FHC sempre esteve conectado com a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), uma instituição de direito privado, de utilidade pública federal e estadual, de caráter técnico-educacional e cultural, sem fins lucrativos, estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. Acreditamos que essa relação deu-se por ser uma instituição com o objetivo de “promover a leitura e divulgar o livro de qualidade para crianças e jovens, defendendo o direito dessa leitura para todos, por meio de bibliotecas escolares, públicas e comunitárias” (FNLIJ, 2021, s/p).

O governo de FHC implementou cinco edições do PNBE, porém, as ações de aquisição e distribuição das obras não aconteceram nos anos previstos e cada uma das edições apresentou um direcionamento diferente na sua organização e em seu atendimento. Ressalta-se que, nas ações do PNBE, estavam previstas a aquisição de livros de literatura e de revistas pedagógicas, fato que se tornou interessante para o mercado editorial, uma vez que envolvia vendas de grandes volumes com bons resultados financeiros para as editoras, e negociações diretas e de expressivas tiragens. Barbara Freitag, Valéria Motta e Wanderly Costa (1989), na história do livro didático, analisaram que o interesse das editoras em participar e incluir suas obras nas compras do governo promovia a produção e adequação de materiais de acordo com as instruções dos documentos norteadores, como se fosse uma encomenda para um importante comprador de vários exemplares.

Em relação aos dados sobre quantidades e investimentos, existem variações entre os relatórios anuais e o site do FNDE/MEC. É por isso que, nas produções acadêmicas que trabalharam com essas informações, encontramos algumas diferenças numéricas, que, portanto, não podem ser consideradas como erros. Na Tabela 3, por exemplo, utilizamos o

³⁶ Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1gtesCqRei0gr119DmCtC-6SXyGuLN8vI?usp=sharing>>. Acesso em: 15 maio 2021.

Relatório de Atividades 2002 para uma visualização quantitativa de exemplares e recursos financeiros no intervalo de 1998 a 2002.

Tabela 3 – Edição, aquisição e investimento do PNBE no governo FHC

Edição	Público de atendimento	Quantidade de exemplares de livros/revistas	Recursos financeiros \cong^{37} (Total em R\$)	Custo \cong exemplar em R\$
PNBE 1998	Bibliotecas das escolas de 1ª a 8ª série com mais de 500 alunos	3.660.000	R\$ 23,5 milhões	R\$ 6,42
PNBE 1999	Bibliotecas das escolas de 1ª a 4ª série com mais de 150 alunos	3.924.000	R\$ 17,5 milhões	R\$ 4,45
PNBE 2000	Bibliotecas das escolas participantes do Programa Parâmetros em Ação - professores	3.728.000	R\$ 15,1 milhões	R\$ 4,05
PNBE 2001	Bibliotecas das escolas com a 4ª e 5ª séries (quatro acervos completos por escola), todos os alunos de 4ª e 5ª séries (uma coleção)	60.923.940	R\$ 50,3 milhões	R\$ 0,82
PNBE 2002	Bibliotecas das escolas com a 4ª série (um acervo completo por escola), todos os alunos da 4ª série (uma coleção)	21.082.880	R\$ 19,8 milhões	R\$ 0,93
TOTAL		93.318.820	R\$ 126,2 milhões	R\$ 1,35

Fonte: Elaborada pela autora com dados de Brasil (2002)

Nesse aspecto, existiam críticas sobre a participação e a contemplação das editoras. Nas palavras de Carlos Xavier (2010, p. 150), pequenas empresas se tornavam invisíveis dentro dos programas governamentais, ou seja, nem eram notadas e o argumento era o de que as empresas de pequeno e médio porte não tinham capacidade, nem agilidade para a produção de grandes quantidades de exemplares.

Com um olhar direcionado aos indicadores numéricos do PNBE, avaliamos que o governo, no seu papel de importante comprador, conseguiu adquirir livros/revistas por valores variados para as cinco edições e, explicitamente, notamos a lógica de que quanto maior for o volume da compra, menor será o custo por exemplar. Aparecida Paiva (2012), no livro *Literatura fora da caixa*, reiterou que a escolha de uma obra para compor acervo de um programa de leitura mobiliza totalmente o mercado editorial. Dentro desse contexto, a Liga Brasileira de Editoras (LIBRE), “reivindicava diversidade da seleção das obras e das editoras, nacionalização da escolha e não apenas a concentração de grupos do eixo Rio – São Paulo” (XAVIER, 2010, p. 151), assim como a democratização e a transparência de todo processo.

A primeira edição, PNBE 1998, partiu de vestígios do programa anterior. A equipe³⁸ designada em 1996 para o PNSL/BE responsabilizou-se pela seleção dos materiais para

³⁷ Devido às possibilidades de arredondamentos e variações, utilizaremos os dados como \cong (aproximados).

³⁸ Alfredo Bosi, Cândido Mendes, Eduardo Portela, Lygia Fagundes Telles, Sérgio Paulo Rouanet e pela Assessora Internacional do Gabinete do Ministro da Educação, Heloisa Vilhena de Araújo.

compor um acervo³⁹ de 215 títulos. Em 1997, iniciou-se a aquisição do PNBE 1998 com 180 títulos e, em 1998, mais 107 títulos foram comprados. Na composição geral, 84% eram livros de ficção e não ficção e 16% eram atlas, dicionários e enciclopédias.

Os títulos contemplados para os acervos receberam críticas em algumas pesquisas (FERNANDES, 2004; OLIVEIRA, 2008) e no relatório do TCU⁴⁰ (BRASIL, 2002), pois indicaram inadequação para o público-alvo que seria atendido pelo Programa (1ª a 8ª séries). Docentes de 60 escolas, que participaram da auditoria sobre o PNBE 1998, manifestaram dificuldades para o uso das obras alegando que elas exigiam da(o) leitora(or) conhecimentos mais avançados e que os livros não correspondiam aos interesses dos discentes.

Para a segunda edição, PNBE 1999, o FNDE contratou a FNLIJ⁴¹ para selecionar 106 títulos de Literatura Infantil, e a Secretaria de Educação Especial (SEESP) indicou mais 4 obras⁴² voltadas para crianças portadoras de necessidades especiais, totalizando 110 títulos. Nas palavras da FNLIJ, as escolhas tinham como objetivo reunir os livros “mais expressivos e significativos da produção brasileira de qualidade”, bem como incluir livros traduzidos, para possibilitar as(os) estudantes da 1ª a 4ª séries o contato com clássicos internacionais (FNLIJ, 2008, p. 204).

Dessa forma, o objetivo das escolhas para o PNBE 1999 induz reflexões a partir das indagações: Quem determina a qualidade das obras? É possível relacionar uma lista de títulos literários mais significativos e expressivos? Para quem? De acordo com Cunha (2004, p. 77), é um desafio definir o que é qualidade na literatura infantil e juvenil e, na tentativa de justificar, a autora expressa que:

em primeiro lugar, não tenho certeza de que existe um conjunto bem definido ao qual podemos chamar de literatura infantil. Ou melhor, acredito que coexistem (no mercado e nas escolas) várias literaturas infantis diferentes, devido à grande variedade de propostas estilísticas, estéticas, temáticas, mercadológicas etc. Em segundo lugar, desconfio que seria impossível afirmar categoricamente o que é qualidade nesse campo, pois existem várias formas de avaliar (CUNHA, 2004, p. 77).

³⁹ Lista dos títulos do PNBE no Relatório de atividades do FNDE (1998, p. 87-91). BRASIL. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/relatorios/relatorios-de-atividades?download=3587:relatorio-atividades-fnde-1998&start=9>>. Acesso em: 10 maio 2021.

⁴⁰ Disponível em: <<https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/826>>. Acesso em: 10 maio 2021.

⁴¹ Títulos do Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE - 1999. Disponível em: <<https://www.fnlij.org.br/site/pnbe-1999.html>>. Acesso em: 10 maio 2021.

⁴² *Estórias da velha Totônia* (ANO), de José Lins do Rego; *Um amigo diferente* (ano), de Claudia Werneck; *Somos todos iguais* (ANO), de Itamar Marcondes Farah e Nancy Pagnanelli; *Mandiola e Douradinho* (ANO), de Apolônio Abadio do Carmo.

Tatiane Monteiro (2007), com a dissertação “Era uma vez... Uma construção discursiva do conceito de qualidade na literatura infantil e juvenil”, analisou 212 pareceres das obras do PNBE 1999 para compreender a construção discursiva sobre o conceito de qualidade atribuída à Literatura Infantil e Juvenil (LIJ). E, nos resultados da sua pesquisa afirmou que, nos documentos analisados, havia “uma utilização ‘vazia’” do vocábulo qualidade e um afastamento “das polêmicas que acompanham a literatura infantil e juvenil desde a sua gênese histórica, tais como a ligação com o didatismo, o moralismo e à superproteção da criança e do jovem” (MONTEIRO, 2007, s/p).

Elizabeth Serra se responsabilizou pelo processo de seleção, já Fátima Miguez, Laura Sandroni e Nilma Lacerda colaboraram para a confecção final do relatório da seleção do PNBE 1999 (SERRA; ZINCONE, 2008, p. 204). Para cada uma das 106 obras, foram elaborados 2 pareceres que, no entendimento da equipe da FNLIJ, constituiriam-se em recursos para a formação leitora da(o) professora(or) e, conseqüentemente, o encontro facilitado das(os) estudantes com as obras. A FNLIJ (2008) propôs ao MEC a publicação dos 212 pareceres das obras como apoio aos professores, mas só conseguiu autorização para a divulgação dos documentos no site da FNLIJ.

Em relação ao aspecto da seleção das obras, Monteiro (2007) argumentou que os envolvidos no processo (documentos e avaliadores) trazem suas concepções e saberes como forma de poder e, a partir deles, passam a determinar “o que deve ou não ser lido”. Nessa mesma direção, Fernandes (2004, p. 243) expôs que, em um processo de seleção de obras literárias, estão envolvidos “juízos de valor, que podem ser caprichosos e subjetivos, porque estão estreitamente ligados aos preconceitos e às crenças de certos grupos sociais que exercem e mantêm o poder sobre os outros”.

Diante disso, Lívio Oliveira (2008, p. 166), em sua tese, afirmou que os pareceres e documentos revelaram termos “vagos e até conflitantes, que serviam tanto para aprovar quanto para rejeitar, principalmente por não terem critérios de avaliação totalmente explícitos”. Essas considerações sobre o processo de seleção, entretanto, não desconstruem a importância dos acervos distribuídos para as escolas públicas. Desse modo, concordamos com Gláucia Kaercher (2006), quando na sua dissertação, defende que as obras do PNBE não podem ser ignoradas. Elas devem ser utilizadas para um trabalho aberto às possibilidades e/ou limites desses acervos, articulado com uma intenção crítica e com consciência das fragilidades existentes.

A terceira edição, PNBE 2000, organizou-se para distribuir materiais didático-pedagógicos para os docentes do Ensino Fundamental, assim como livro “*Histórias e*

histórias: guia do usuário do Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE 99 (BRASIL 2001). Percebemos haver uma falha cronológica no Programa, pois todo esse material instrutivo e de divulgação do PNBE 1999 foi distribuído depois da chegada do acervo às escolas. Fernandes (2004), Oliveira (2008) e o relatório do TCU argumentaram que a separação entre acervo e Guia causou prejuízos para a circulação das obras nas escolas públicas e que, para algumas delas, o recebimento dos livros ficou no campo do desconhecimento.

Luís Camargo (2002, p. 22),⁴³ que participou da elaboração do guia do PNBE 1999, mencionou a necessidade da conexão do Programa com os aspectos pedagógicos, que devem ser articulados com a mesma importância dada ao gerenciamento administrativo e financeiro. O autor compara a formação docente com o alimento e, por isso, reitera: é “preciso se alimentar periodicamente”.

A quarta edição, PNBE 2001, inaugurou, por sua vez, um novo formato do Programa, que passou a ter a denominação de *Literatura em minha casa* (LMC).⁴⁴ E o diferencial foi a formação de 6 coleções,⁴⁵ com 5 títulos e gêneros diferentes. Sobre o nome do programa, encontramos na pesquisa de Moama Marques (2007), que Luiz Britto participou da comissão de avaliação e seleção como representante da Associação de Leitura do Brasil (ALB). O pesquisador foi o responsável pela escolha do nome LMC, pois os livros seriam distribuídos para as(os) alunas(os), ou seja, as obras ficariam nas residências das(os) estudantes.

Nessa perspectiva, Jaqueline Araújo (2008), em sua dissertação, relacionou a ação LMC com o termo “livros que andam”, pois essa ação tinha como objetivo distribuir livros literários para os discentes da 4ª e da 5ª série do Ensino Fundamental. A pesquisadora partiu da característica andante das obras, desde a trajetória de passagem pelos órgãos oficiais de educação, chegando às escolas, passando para as mãos dos alunos, para as suas casas e, ainda possivelmente, para outros lugares. Entendemos o significado da ação de distribuir as obras

⁴³ Disponível em: < <https://drive.Google.com/drive/folders/1gtesCqRei0gr119DmCtC-6SXyGuLN8vI?usp=sharing> >. Acesso em: 15 mar. 2021.

⁴⁴ Comissão do LMC: Elizabeth Serra (Secretária Geral e representante da FNLIJ), Percival Leme Brito (ALB - Associação de Leitura do Brasil), especialistas como Maria José Nóbrega, Antônio Augusto Batista (CEALE – Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita), Maria da Glória Bordini, Presidência do CONSED (Conselho Nacional de Secretários de Educação) e da UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) e um representante da Secretaria de Educação Fundamental. (SERRA, 2002, p. 22). Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1gtesCqRei0gr119DmCtC-6SXyGuLN8vI?usp=sharing>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

⁴⁵ Lista das coleções do PNBE 2001. Disponível em: <ftp://ftp.fnnde.gov.br/web/biblioteca_escola/titulos_colectoes_pnbe_2001.pdf>. Acesso em: 10 maio 2021.

para as(os) estudantes como um meio de acesso a um bem cultural, o livro, com direito à “posse”, ao contato com a materialidade, à liberdade de folhear, de tocar, ler, reler e dizer que é seu. Conforme dados do relatório “Retratos da leitura no Brasil” (2001, p. 5), “61% dos brasileiros adultos alfabetizados têm muito pouco ou nenhum contato com os livros. O difícil acesso a livros é forte barreira para o incremento à leitura”.

Uma crítica para o PNBE 2001 ocasionou-se a partir da padronização da materialidade dos livros, uma vez que determinaram as especificações técnicas para formato, cores, tamanho, número de páginas, capa, miolo e acabamentos, uniformizando os exemplares. Esse fato está citado em praticamente todas as produções acadêmicas que privilegiaram o período de 1997 a 2002 do Programa.

Figura 11 – Capa, quarta capa e página da obra *Palavra de Poeta*



Fonte: Lisboa et al. (2001).

Marques (2007), em sua dissertação, compilou relatórios e documentos oficiais do MEC e da FNLIJ e esclareceu que a comissão de avaliação e seleção não teve autonomia para defender a presença no acervo de livros iguais aos do mercado usual e, além disso, quando formaram a comissão, os padrões já haviam sido estabelecidos. Com isso, as editoras tiveram que produzir os livros dentro de determinações, restrições e prazos impostos pelo edital, num processo que aconteceu de forma aligeirada, tanto para a seleção das obras quanto para a produção industrial.

O formato físico das obras foi alvo de críticas, pois a padronização diferenciava os livros do governo dos livros adquiridos no mercado editorial (FIGURA 19). Nessa perspectiva, Serra (2002) revelou que:

Não era escolha de livros do mercado. Tinha que se produzir alguma coisa que ainda não existia. Era defendida a ideia de o livro ser colorido. Mas foi preciso aceitar alguns pressupostos como, por exemplo, ser preto e branco por dentro. Isso incomodou a todos, mas era evidente que alguns fatores em relação ao formato, para uma produção gigantesca de 60 milhões de livros para distribuição, tinham a ver com os recursos (SERRA, 2002, p. 25).

Serra (2002), na representação da FNLIJ, integrou a comissão de avaliação e justificou que a padronização e as ilustrações em preto e branco aconteceram por questões econômicas previstas pelo MEC. Explicou que, somada à situação exposta, houve um problema estrutural, pois as editoras precisavam “produzir 60 milhões de livros de uma só vez, em dois meses” e, diante dessas condições, “a intenção e a imensidão do programa acabou vencendo” (SERRA, 2002, p. 26).

A exposição dessas situações, no que concerne à elaboração dos documentos norteadores de um programa governamental dessa magnitude, demonstra que ações macro são necessárias para o atendimento a esse mercado gigantesco envolvido. Mas, muitas vezes, essas mesmas ações criam entraves para a implementação do próprio programa, já que a elaboração de editais, decretos e portarias centralizados no FNDE/MEC geram lacunas e/ou restrições técnicas, especializadas e até mesmo organizacionais, que desaguam, por sua vez, nos atores envolvidos em todo processo.

A quinta edição, PNBE 2002, continuou a proposta do PNBE 2001, porém, a ação formalizou-se com oito coleções⁴⁶ (de cinco volumes cada), programadas para que as(os) estudantes da 4ª série recebessem uma das coleções enquanto que, para as bibliotecas escolares, seria disponibilizado o acervo completo. Com essa restrição de atendimento, houve uma queda significativa no quantitativo de livros e no investimento financeiro, visto que a aquisição e distribuição relativas ao PNBE 2001 alcançaram 8.561.639 discentes, ao passo que o PNBE 2002 alcançou 3.841.268 alunas(os).

Célia Fernandes (2004), Gláucia Kaercher (2006), Regina Copes (2007), Moama Marques (2007), Lívio Oliveira (2008), Jaqueline Araújo (2008), Fabrícia Paiva (2008) e outras, indicam que os livros não foram entregues às(aos) estudantes em muitas escolas públicas e que alguns gestores (direção e coordenação) optaram pelo uso deles no ambiente escolar. Outros, ainda, simplesmente deixaram os acervos nas bibliotecas, sem dinamizar a

⁴⁶ Lista das coleções do PNBE 2002 – *Literatura em minha casa*. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3497-portaria-mec-n%C2%BA-2250-de-05-de-agosto-de-2002>>. Acesso em: 10 maio 2021.

circulação ou a disponibilização para discentes e docentes. Para muitos gestores de escolas, a distribuição das obras para os alunos promoveria desperdício, porque, segundo eles, os livros seriam extraviados.

Tendo em vista isso tudo, a auditoria do TCU (BRASIL, 2002) e os resultados das pesquisas sobre/com o PNBE demonstraram que as edições do PNBE de 1998 a 2002 apresentavam fragilidades, principalmente nos aspectos da divulgação e da utilização dos acervos nas escolas públicas. Conforme dados da FNLIJ⁴⁷ (2002, p. 71), “as principais limitações do PNBE foram apontadas pelo não-uso (ou pelo uso indevido) dos acervos. Os relatos mostram que os acervos, muitas vezes, ficavam encerrados em salas de diretores ou em bibliotecas pouco dinâmicas”.

A partir das discussões acerca das edições do PNBE durante o governo de FHC apresentamos as pesquisas de Mestrado (M) e Doutorado (D) que investigaram as edições do PNBE de 1998 a 2002 (QUADRO 5).

Quadro 5 – Produções acadêmicas com foco no PNBE de 1998 a 2002

Nº	Edição do Programa	Pesquisadora(or)	Orientadora(or)	Nível de titulação	Ano de defesa
1	PNBE 1997-2002	FERNANDES, C. R. D.	LAJOLO, M. P.	D	2004
2	PNBE 1997-2003	OLIVEIRA, L. L. de	BOCCHINI, M. O.	D	2008
3	PNBE 1999	KAERCHER, G. E. P. da S.	MEYER, D. E. E.	D	2006
4	PNBE 1999	MONTEIRO, T.	DAHER, M. del C. F. G.	M	2007
5	Literatura em Minha Casa	TAVARES, J. A. de	AGUIAR, M. A. da S.	M	2004
6	Literatura em Minha Casa	PAVANI, E. E. I	BRITTO, L. P. L.	M	2004
7	Literatura em Minha Casa	ROSSI, M. S. de O.	SILVA, R. M. G.	M	2004
8	Literatura em Minha Casa	SILVA, D. C. O.	CARVALHO, N. C. de	M	2005
9	Literatura em Minha Casa	SILVA, J. M. da	CARVALHO, M. A. de O.	M	2005
10	Literatura em Minha Casa	RIGOLETO, A. U. O.	DI GIORGI, C. A. G.	M	2006
11	Literatura em Minha Casa	COPEES, R. J.	SAVELI, E. de L.	M	2007
12	Literatura em Minha Casa	COSTA, K. M. de M.	MELO, O. M. de F. C.	M	2007
13	Literatura em Minha Casa	LAMPA, J. M. M.	TESCAROLO, R.	M	2007
14	Literatura em Minha Casa	SOUSA, H. O. de	LÚCIO, A. C. M.	M	2007
15	Literatura em Minha Casa	MARQUES, M. L. de L.	BARBOSA, S. de F. P.	M	2007
16	Literatura em Minha Casa	ARAÚJO, M. J. de G. M. de	GOULART, C. M. A.	D	2008
17	Literatura em Minha Casa	PAULA, F. F. de	FERNANDES, C. R. D.	M	2010
18	Literatura em Minha Casa	MORAES, L. G. O. de	SILVA, M. A. da	M	2010

Fonte: Elaborado pela autora com dados da Pesquisa (2021).

O Quadro 5 apresenta quatro teses e catorze dissertações que tiveram como foco de suas pesquisas o PNBE de 1998 a 2002. Notamos que apenas duas teses tiveram suas investigações no governo de FHC, enquanto que os outros dezesseis estudos aconteceram no

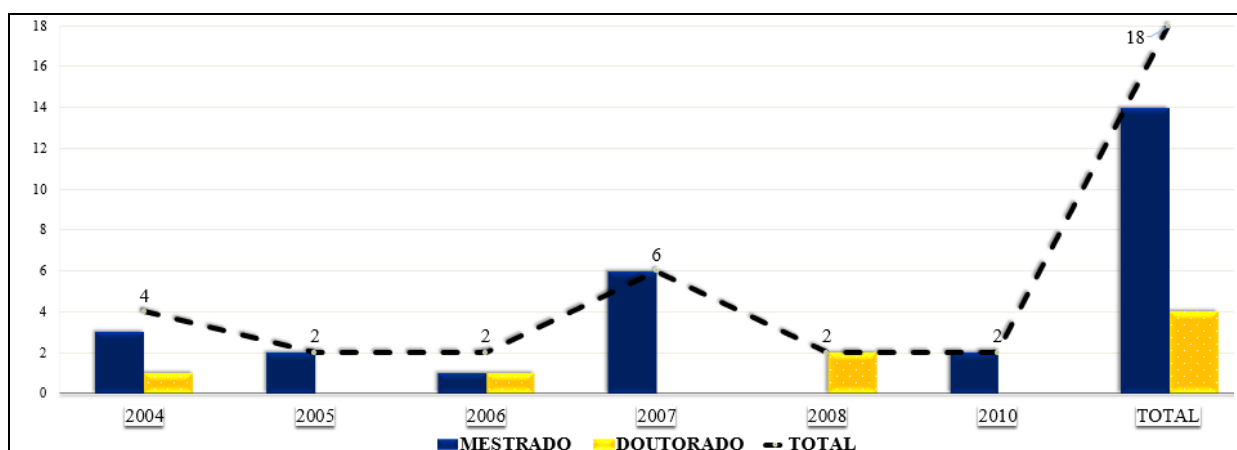
⁴⁷ Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1gtesCqRei0gr119DmCtC-6SXyGuLN8vI?usp=sharing>>. Acesso em: 13 maio 2021.

governo de Lula. São elas: “Práticas de leitura escolar no Brasil: representações da escola, de professores e do ensino na literatura infanto-juvenil a partir dos anos 80” (FERNANDES, 2004) e “O mundo na caixa: gênero e raça no Programa Nacional Biblioteca da Escola – 1999” (KAERCHER) (2006).

O PNBE 2001 e o PNBE 2002 se sobressaíram nos interesses das pesquisas acadêmicas, pois, para o recorte temporal de 1997 a 2002, catalogamos dezoito produções e, dentro desse montante, catorze (78%) tiveram o foco em *Literatura em minha casa*. As dissertações e teses mapeadas com essa especificidade, nas edições do Programa no governo de FHC, mantiveram uma regularidade ano a ano, sendo que o ano de 2009 foi o único a ficar ausente e, com isso, calculamos a proporção de 2,5 produções por ano.

O Gráfico 1 apresenta a progressão ano a ano das pesquisas do Quadro 5 (p. 79).

Gráfico 1 – Progressão das pesquisas com foco no PNBE de 1998 a 2002



Fonte: Elaborado pela autora com dados da Pesquisa (2021).

O ponto mais alto das investigações aconteceu em 2007. Em busca de uma lógica ou de um acontecimento para a compreensão evolutiva do PNBE, retornamos aos anos de 2004 e 2005. Nessa perspectiva, analisamos algumas variáveis como: troca de governo e finalização da ação LMC, principalmente porque a compra e distribuição de livros para as(os) estudantes era uma iniciativa única e totalmente inovadora em um programa governamental de grande porte e, para muitos alunos, seria o único meio de ter livros literários em sua posse. Os dados da pesquisa, “Retratos da leitura no Brasil” (CBL; SNEL, 2001, p. 5), mostraram que “6,5 milhões de pessoas das camadas mais pobres da população dizem não ter nenhuma condição de adquirir um livro, embora metade dos livros lidos não sejam comprados”.

Entendemos o interesse pelas pesquisas com LMC, pois distribuir as coleções diretamente para as(os) estudantes tornou-se a maior ação do PNBE no governo de FHC. Isso

significou um aumento exorbitante no quantitativo de exemplares e nos recursos financeiros utilizados, diferentemente dos PNBEs de 1998, 1999 e 2000, que custaram juntos R\$ 56,1 milhões, enquanto só o PNBE 2001 investiu R\$ 50,3 milhões.

Ainda, sobre o destaque para os estudos sobre o programa *Literatura em minha casa*, apontamos a ampliação de profissionais na composição da equipe de avaliadores. Segundo Serra (2002), a comissão técnica instituída pelo Ministro da Educação responsabilizou-se por coordenar todo processo e a CONSED e UNDIME por indicar professores de cada estado. Participaram 60 avaliadoras(es), que foram distribuídos em pares para cada avaliação, ou seja, 2 professoras(es) analisavam a mesma obra sem, entretanto, conhecerem o seu par, em uma ação chamada “avaliação às cegas”.

Analisar a formação das comissões de avaliações auxiliam a compreensão das origens de algumas dissertações e/ou teses. Por exemplo, Luiz Percival Leme Britto integrou a comissão de avaliação da edição LMC (PNBE 2001, PNBE 2002) e orientou a dissertação “Literatura em minha casa nasce na escola”, de Pavani (2004). Esse cenário é comum dentro do contexto das produções acadêmicas, uma vez que as funções exercidas nas ações do Programa se entrelaçam com o interesse na temática para estudos.

Para outra exemplificação, citamos a Profa. Dra. Célia Regina Delácio Fernandes, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), que é uma referência consistente para pesquisas sobre/com o PNBE. Sua ligação com o Programa iniciou com a participação na elaboração da obra *Histórias e histórias: guia do usuário do Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE 99* (BRASIL 2001). Posteriormente, em 2004, defendeu a tese com estudos sobre as edições de 1998 a 2002. Ademais, participou do processo de avaliação das obras literárias de várias edições e manteve um ciclo contínuo de orientações de mestrado, a saber:

1. “Literatura infantojuvenil e políticas públicas de leitura: um estudo do projeto Literatura em minha casa” (PAULA, 2010);
2. “Representação da professora na literatura infantojuvenil do PNBE /2008” (BUENO, 2012);
3. “Representações de leitura na literatura infantojuvenil: um estudo do PNBE – 2009” (IGUMA, 2012);
4. “Leitura, literatura, biblioteca e políticas públicas: um estudo de caso em Dourados/MS” (CORDEIRO, 2013);
5. “Escrita e escritores na ficção de Lygia Bojunga dentro do acervo PNBE” (HOKI, 2014);
6. “Mediadores e práticas de leitura literária: um estudo do acervo PNBE” (MAIA, 2014);

7. “A poesia infantojuvenil do PNBE 2013 para o Ensino Fundamental II” (SOUZA, 2016);
8. “Representações de escrita e leitura no acervo do Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE /2013” (LIMA, 2016);
9. “Representação de avós mediadores de leitura em obras de literatura infantil no PNBE” (FRANCISCATTI, 2016);
10. “Representações indígenas no PNBE 2014” (DORNELLES, 2017);
11. “Representações de personagens indígenas de autoria indígena nas obras do PNBE /2006” (ALMINO, 2018).

Outro fator a ser destacado com relação à Profa. Dra. Célia Fernandes foi a realização de seu pós-doutorado sobre os editais do PNBE (2006-2014), em 2017, na Universidade Estadual de Maringá (UEM), sob a supervisão da Profa. Dra. Mirian Zappone. Vale destacar que a referida pesquisadora, supervisora do pós-doutorado de Fernandes (2017), participou da elaboração do livro *Histórias e histórias: guia do usuário do Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE 99* (BRASIL, 2001a), obra que contou, com a participação da Profa. Dra. Marisa Lajolo, que foi, por sua vez, orientadora do doutorado da Profa. Dra. Mirian Zappone (1998–2001). Com isso, avaliamos que discente, orientadora e supervisora estabeleceram uma rede intencional e formal.

Ao tratar da relevância na comunicação do conhecimento científico, anunciamos que Fernandes (2004) não autorizou a disponibilização da sua tese nos repositórios das IES, mas, em 2007, publicou a obra *Leitura, literatura infanto-juvenil e educação* no formato impresso e, em 2013, reproduziu o livro em ebook possibilitando o acesso digitalmente no site da Editora da Universidade Estadual de Londrina (UEL) (FERNANDES, 2007; 2013). Com certeza, essa transposição da pesquisa em livros configurou-se como uma ampliação e divulgação da sua investigação. Desse modo, a situação exposta explica a baixa incidência da tese de Fernandes nas referências do *corpus* analisado e a presença da pesquisadora nas citações de outros estudos, como os de obras publicadas.

Considerando esse horizonte, concordamos com Bernadette Campello (2000) e Dário Fiorentini et al. (2016) quando elas(es) afirmam que são poucas as dissertações e teses que são publicadas em formato livro ou que alcançam a transposição para artigos de periódicos. É por isso que os autoras(es) defendem a pertinência de estudos de mapeamentos e de revisões, por serem meios de divulgação dessas pesquisas, consideradas literatura cinzenta e fontes primárias.

Marisa Lajolo, orientadora de Fernandes (2004), coordenou a produção do Guia para o PNBE 99 (BRASIL, 2001a) e, na edição do PNBE 2002, responsabilizou-se pela escolha e

pela apresentação das obras selecionadas para a Editora Objetiva. Ainda em 2002, fez uma carta intitulada “Livros do PNBE 2001 e 2002 são para os alunos levarem para casa” (FNLIJ, 2002, p. 2), denunciando que as obras não estavam sendo entregues aos alunos: “dessa vez, é a escola que não está fazendo o dever de casa”. Isso promoveu um alerta para os pais e para a sociedade sobre a aquisição das coleções e a chegada delas nas escolas.

A restrição em entregar aos alunos era justificada por alegações de perdas e “destruição” dos livros e por consideraram ser mais proveitoso redistribuir os exemplares entre as diferentes turmas. Fernandes (2007, p. 76), na sua tese, analisou essa ocorrência como “falta de informação, conscientização, autoritarismo da direção, resistência...” e entendeu que essa ação comprovava a necessidade de que a comunidade conhecesse e participasse das políticas públicas para a leitura. A partir disso, indagamos: Quais as possibilidades de uma ação ocorrer conforme citada em um documento? Uma nova sistematização para uma ação governamental invalida os agentes do trabalho?

Com a intenção de promover a divulgação do PNBE e de auxiliar no trabalho docente, o MEC organizou a elaboração de guias (QUADRO 6). No entanto, as ações não foram exitosas, porque não houve sintonia cronológica entre a distribuição dos materiais de orientação aos docentes e os respectivos acervos.

Quadro 6 – Publicações do MEC para o PNBE no Governo FHC

Nº	Documentos	Ano de distribuição
1	Guia do Livronauta – sobrevoando o tesouro da biblioteca e aterrissando na prática – PNBE 1998	2001
2	Histórias e histórias: guia do usuário do Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE 1999	2000

Fonte: Elaborado pela autora com dados da Pesquisa (2021).

A irregularidade temporal contribuiu para o desconhecimento e a não utilização dos acervos e dos guias. Conforme o Relatório do TCU (BRASIL, 2002, p. 228), o *Histórias e histórias: guia do usuário do Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE 99*, “foi enviado cerca de dois anos após a entrega do acervo. A equipe constatou nas visitas em campo que a maior parte das escolas beneficiadas pelo PNBE 99 não o recebeu, não sabe da sua existência, ou não o utiliza”.

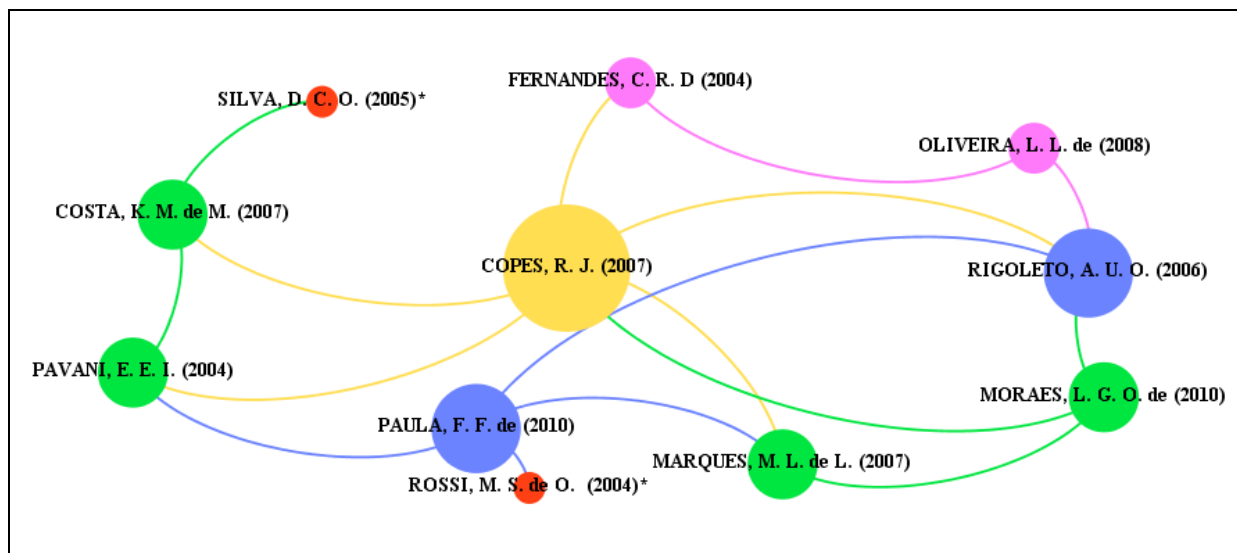
Ainda, sobre o Guia do PNBE 1999, temos a tese de Débora Araújo (2015), com a crítica sobre a qualidade do material. A pesquisadora, em contato com o livro disponibilizado na internet, inferiu que a obra não foi revisada, pois encontrou erros de diagramação e escrita o que gerou uma baixa qualidade ao texto, por isso, considerou que uma “inadequação do gasto público envolvendo a publicação de um material do PNBE “(ARAÚJO, 2015, p. 148).

A observação da pesquisadora aponta a importância de estudo e análise dos materiais elaborados e distribuídos pelo MEC, pois os guias auxiliam a compreensão da concepção de leitura, literatura e formação do leitor. E não podemos negar a abrangência e poder de uma obra e/ou qualquer publicação encaminhada pelo Ministério da Educação às escolas públicas, afinal, o simples fato de ter o governo como emissor, para muitos profissionais, significa que esse material deve ser visto e aceito como “algo de qualidade” e, conseqüentemente, “sem erros”.

Em relação à distribuição do *Guia do Livronauta – sobrevoando o tesouro da biblioteca e aterrissando na prática - PNBE 1998* (2001b) o desemparelhamento cronológico foi ainda mais grave. Somente três anos após o recebimento dos acervos do PNBE 2001 é que o material orientativo, que contém sugestões para a utilização dos livros, chegou às escolas. Desse modo, essa situação evidenciou a desordem e desorganização nas ações do Programa, o que implicou gastos de recursos públicos sem o devido aproveitamento, uma vez que 23 mil exemplares do Guia foram impressos por uma empresa privada por encomenda do Ministério da Educação (OLIVEIRA, 2008; ARAUJO, 2015).

Ao formar o conjunto da literatura cinzenta com foco nas edições do PNBE do período de 1997 a 2002, procuramos estabelecer as relações entre as pesquisas (FIGURA 12).

Figura 12 - Rede de citação entre as pesquisas com foco no PNBE 1998 ao PNBE 2002



Cada círculo (nós/atores) é uma referência (pesquisador); o tamanho dos círculos representa o grau de conexões entre citado e citante das pesquisas sobre/com o PNBE; e as cores demonstram o mesmo número de interações. Cada linha (arestas) retrata as conexões e as cores marcam o citante a partir da cor das(os) pesquisadoras(es). *Pesquisa sem texto completo neste estudo.

Fonte: Elaborada pela autora com dados da Pesquisa (2021).

Entendemos que uma das contribuições e dos compromissos das produções no *stricto sensu* é a divulgação e o diálogo com o conhecimento produzido cientificamente. Diante

disso, consideramos que a representação da rede de citação possibilita a visualização da circulação das produções acadêmicas, da contribuição para/com outros estudos e da saída das dissertações e teses dos repositórios das IES (FIGURA 12).

Apesar desse exercício de interseção, não surgiram dissertações/teses diferentes da composição do conjunto já analisado e, assim, a rede de referências formou-se com onze pesquisadoras(es) em 32 (100%) conexões e, de forma distributiva, temos que: 55% das relações formalizaram-se, porque seis autoras(es) foram citados em outros estudos; 27% dos elos estabeleceram-se, porque três discentes citaram outras investigações; e apenas duas(dois) pesquisadoras(es) ocuparam o lugar de citados e citantes (FIGURA 12).

Tendo em vista que “todo autor espera incorporar-se ao fluxo de conhecimento, o que se reflete em suas citações” (LOPES; ROMANCINI, 2006, p. 148), avaliamos que as redes de comunicação entre orientadoras(es) e temáticas, assim como a acessibilidade às produções, podem contribuir para isso: seja para facilitar a presença em referências de investigações, seja para inserir outras pesquisas nessas citações.

Ao comparar o Quadro 4 e a Figura 17, reconhecemos, dentre as dezoito pesquisas, que sete delas (40%) estão ausentes na rede, pois não construíram relações de referências (citantes e citadas) com as outras investigações, sendo:

1. “Vamos fazer do Brasil um país de leitores? Análise da implementação e funcionamento do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) no município do Recife de 1998 a 2002”, de Tavares (2004);
2. “O mundo na caixa: gênero e raça no Programa Nacional Biblioteca da Escola – 1999”, de Kaercher (2006);
3. “Era uma vez... Uma construção discursiva do conceito de qualidade na literatura infantil e juvenil”, de Monteiro (2007);
4. “Livros que andam: disponibilidade, acesso e apropriação da leitura no contexto do programa Literatura em minha casa”, de Araújo (2008);
5. “Literatura em minha casa e na escola: projetos de formação de leitores no Ensino Fundamental”, de Silva (2005b);
6. “As condições para o uso eficaz da literatura de massa no desenvolvimento da linguagem: a formação docente necessária”, de Lampa (2010); e
7. “As vozes da experiência e a experiência das vozes: práticas de leitura com textos da coleção Literatura em minha casa”, de Sousa (2010).

A partir da representação do tamanho dos círculos, observamos que 37% das relações na rede construíram-se com as pesquisas citadas a seguir. A dissertação “Políticas públicas de incentivo à leitura: um estudo do projeto Literatura em minha casa”, de Copes (2007), a qual

está conectada com seis estudos, a saber:

1. “Literatura em minha casa nasce na escola”, de Pavani (2004);
2. “Literatura em minha casa: entre representações e práticas de leitura”, de Costa (2007);
3. “Práticas de leitura escolar no Brasil: representações da escola, de professores e do ensino na literatura infanto - juvenil a partir dos anos 80”, de Fernandes (2004);
4. “Literatura em minha casa: uma história sobre leitura, literatura e leitores”, de Marques (2007);
5. “O Programa Literatura em minha casa enquanto política pública: avaliando a formação de famílias leitoras”, de Rigoletto (2006);
6. “Política de leitura: a gestão do programa federal Literatura em minha casa”, de Moraes (2010).

Essas seis interações atingiram 25% das conexões, por exemplo, a dissertação “O Programa Literatura em minha casa enquanto política pública: avaliando a formação de famílias leitoras”, de Rigoletto (2006), interagiu com quatro pesquisas:

1. “Políticas públicas de incentivo à leitura: um estudo do projeto Literatura em minha casa”, de Copes (2007);
2. “Indústria Cultural e Governo Federal: o caso do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e suas seis primeiras edições”, de Oliveira (2008);
3. “Política de leitura: a gestão do programa federal Literatura em minha casa”, de Moraes (2010);
4. “Literatura infantojuvenil e políticas públicas de leitura: um estudo do projeto Literatura em minha casa”, de Paula (2010).

Outras 25% das interações consolidaram-se por: “Literatura infantojuvenil e políticas públicas de leitura: um estudo do projeto Literatura em minha casa”, de Paula (2010), por meio das conexões com quatro estudos:

1. “Campanha Pública da leitura forma leitores? Um estudo sobre as instâncias mediadoras da Literatura em minha casa/2001”, de Rossi (2004);
2. “Literatura em minha casa nasce na escola”, de Pavani (2004);
3. “O Programa Literatura em minha casa enquanto política pública: avaliando a formação de famílias leitoras”, de Rigoletto (2006);
4. “Literatura em minha casa: uma história sobre leitura, literatura e leitores”, de

Marques (2007).

Enquanto 13% das conexões distribuíram-se entre Costa (2007), Oliveira (2008) e Moraes (2010), pois referenciaram os estudos de Pavani (2004), Silva (2005), Rigoletto (2006) e Marques (2007). Isso pode ser visto no Quadro 7.

Quadro 7 – Conexões entre pesquisas com equivalência a 13% da rede exposta na Figura 7 (p. 84)

Pesquisadoras(es) — Títulos das pesquisas citantes	Pesquisadoras(es) — Títulos das pesquisas citadas
Costa (2007) – Literatura em minha casa: entre representações e práticas de leitura	Pavani (2004) – Literatura em minha casa nasce na escola
	Silva (2005) – Literatura em minha casa: em escolas públicas do município de Londrina
Oliveira (2008) – Indústria cultural e governo federal: o caso do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e suas seis primeiras edições	Fernandes (2004) – Prática de leitura escolar no Brasil: representações da escola, de professores e do ensino na literatura infanto-juvenil a partir dos anos 80
	Rigoletto (2006) – O Programa Literatura em minha casa enquanto política pública: avaliando a formação de famílias leitoras
Moraes (2010) – Política de leitura: a gestão do programa federal Literatura em minha casa	Rigoletto (2006) – O Programa Literatura em minha casa enquanto política pública: avaliando a formação de famílias leitoras 2014
	Marques (2007) – Literatura em minha casa: uma história sobre leitura, literatura e leitores

Fonte: Elaborado pela autora com dados da Pesquisa (2021).

Em relação às(aos) pesquisadoras(es) citantes, interpretamos que Fernandes (2004), Pavani (2004), Rossi (2004) e Tavares (2004), por serem as primeiras produções identificadas, adequam-se à lógica de não haver estudos para referenciar. No entanto, Fernandes (2004) informou em sua tese que tinha conhecimento de duas dissertações em andamento. Já Silva (2005a), Silva (2005b) e Lampa (2007), por não termos o acesso ao texto completo, não foi possível fazer a comparação entre os trabalhos e o registro da existência de citação tornou-se inviável.

No cenário do governo FHC, o PNBE transcorreu em 5 edições com investimentos de R\$ 126.2 milhões. É fato que pesquisadoras(es), integrantes das comissões de seleção dos livros, Tribunal de Contas e as conversas de bastidores nas instituições escolares ressaltavam a relevância do Programa, porém, destacando que ainda seriam necessárias alterações e mudanças para que os acervos circulassem dentro das escolas e das bibliotecas.

A verticalização das ações do PNBE não progrediu para a inclusão de gestores e profissionais da educação no processo. Dessa maneira, o desconhecimento e a dificuldade em trabalhar com as obras configuraram-se como os problemas de maior impacto para a efetiva implementação do Programa. Relembramos que essas questões foram os impasses para a funcionalidade do PNSL/BE e, ainda, para as ações do Programa substituto, foram negadas as

articulações operacionais que possibilitariam amenizar ou até resolver esses pontos conflitantes.

Em 2002, ano eleitoral, havia a possibilidade de continuidade do PNBE em 2003, pois, no Plano Plurianual (PPA),⁴⁸ do período de 2000/2003 (BRASIL, 2000), constava a previsão das ações do Programa. No entanto, como acontece em qualquer troca de governo, possivelmente, o FNDE e o MEC estavam diante da incógnita da (des)continuidade. Sobre isso, Marques (2007), em sua dissertação, afirmou que os documentos das avaliações ocorridas em 2002 apresentavam a preocupação do MEC/FNDE com a continuidade do Programa, pois, como se tratava de ano eleitoral, havia a possibilidade de ocorrer mudança de governo. E chegando aqui ao final do governo FHC, trazemos algumas considerações, presentes nos *corpus* de estudo e nos documentos que retratam o período de 1997 a 2002:

- O PNBE como uma “nova ação” se justificava a partir de outras organizações maiores, como Plano Decenal de Educação para Todos (1993 a 2003), Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Toda criança na escola, dentre outras;
- O Programa, iniciou-se em 1997, apropriando-se das comissões do PNSL/BE (Programa anterior) e sem construir diretrizes específicas para a implementação desse novo Programa;
- Os acervos do PNBE 1998 foram consolidados sem um cronograma específico que definisse os critérios de escolhas dos materiais ou do público alvo do atendimento. Havia uma desordem cronológica no processo de inscrição, avaliação, negociação, aquisição e na distribuição das edições do PNBE e dos correspondentes materiais orientativos (guias). Essa irregularidade resultou em conflitos com a destinação de recursos financeiros, desorganização no calendário para a chegada das obras literárias ao destino e para a adequada apropriação e circulação dos livros entre os profissionais da educação e a comunidade escolar;
- Alternância de ação, atendimento e formato físico dos livros com decisões horizontais e centralizadas no MEC e FNDE. Houve ausência na oitiva das reais necessidades e realidades distintas das escolas públicas brasileiras, bem como uma desarticulação entre as normas impostas e as esferas estaduais e municipais;
- Baixo conhecimento da existência do Programa e desconhecimento dos livros literários pelas instituições escolares beneficiadas com os acervos. As pesquisas revelaram que havia associação do PNBE com o PNLD e, por isso, os profissionais da educação não faziam diferenciação entre os acervos didáticos, paradidáticos e literários;
- Falta de estrutura física. Muitas escolas não tinham biblioteca nem profissionais para o espaço específico de “guarda dos acervos”;

⁴⁸ Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa/ppa-2000-2003>>. Acesso em: 5 maio 2021.

- Transição da direção, da coordenação e dos profissionais das bibliotecas escolares. Isso tornou comum a transferência da culpabilidade entre os responsáveis pelo processo de recebimento, divulgação e circulação;
- Falta de formação docente com as temáticas de leitura, literatura e mediação das atividades de leitura. Isso destacou a necessidade de articulação do PNBE com a formação docente;
- Conflitos entre o atendimento às escolas e os dados do Censo Escolar. O As informações conflituosas não propiciaram uma distribuição igualitária do acervo, houve exclusão de instituições ou recebimento de volumes insuficientes. Isso porque os dados utilizados eram de anos anteriores e, portanto, havia escolas ainda não cadastradas, como as escolas do campo e instituições menores, evidenciando um apagamento de dados importantes e a negação ao direito e à garantia de recebimento das obras literárias por toda a rede escolar;
- Hegemonia de autoria, temáticas e editoras nas obras selecionadas.

É preciso ressaltar que os documentos elaborados pelo TCU, o Relatório da FNLIJ e o conjunto da literatura cinzenta analisada dialogam e concordam entre si. Ao observar as publicações, encontramos todos os itens elencados anteriormente. No aspecto de envolvimento de profissionais e instituições no processo de avaliação, conforme as análises efetuadas, verificamos que o MEC e FNDE, como instituições centralizadoras das ações, não dispunham de estruturas mais flexíveis capazes de promover as necessárias alterações organizacionais que permitiriam o bom desempenho do Programa.

Diante disso, reiteramos que os envolvidos em comissão técnica e pareceristas já argumentavam sobre a importância da formação docente, a qualidade das obras literárias e a necessidade de ampliação, além de equidade no atendimento. Segundo Grossi (2002), todos manifestavam a importância da continuidade do PNBE, porém reconhecendo que esse programa ainda tinha graves problemas em sua estrutura e implementação que necessitavam ser corrigidos.

Em continuidade, apresentamos o Programa durante o funcionamento no governo Lula, com a aquisição de sete edições e com um grupo de 37 produções acadêmicas para ampliação das discussões do contexto científico.

2.3 PNBE no governo de Lula (2003-2010)

Como já expusemos anteriormente, o PNBE consolidou-se como objeto de auditoria do TCU e, mesmo com apontamentos acerca de suas fragilidades, o Relatório (BRASIL, 2002) expunha ações de continuidade, ampliação e acompanhamento. Foram organizadas ações para a manutenção do PNBE, principalmente o *Literatura em minha casa* e, com isso,

“alguns documentos foram organizados pela equipe do MEC para que fossem entregues ao novo governo, bem como textos de outros setores, a exemplo da Carta de Jundiá pela Leitura Literária no Brasil” (MARQUES, 2007, p. 74). Houve o direcionamento de uma carta da Associação de Escritores e Ilustradores de Literatura Infantil e Juvenil (AEILIJ) endereçada ao Presidente Lula pela (FERNANDES, 2004), que enfatizava a importância do PNBE.

O PNBE 2003 prosseguiu com as entregas da edição LMC para estudantes da 4ª a 8ª séries e as novas ações com Educação de Jovens e Adultos, biblioteca escolar, biblioteca do professor, bibliotecas públicas e Casa de leitura. Para tanto, foram adquiridos 49.034.192 livros literários a um custo de R\$ 110,7 milhões. Segundo Iara Prado (2002, p. 10), Secretária de Educação Fundamental (SEF / MEC), o *Literatura em minha casa* iniciou-se com a distribuição das coleções para estudantes da 4ª série, pois se entendia que, nessas turmas, os discentes poderiam ser considerados leitores e escritores em potencial. Consequentemente, a intenção era a de “transformar as ações numa política: toda 2ª série ganhando um grupo de livros e toda 5ª série ganhando outro acervo, com livro juvenil”. Ao analisar a argumentação de Prado (2002) juntamente com os dados e a organização do Programa, avaliamos que a intenção, mesmo que não exposta explicitamente, conduzia as ações do PNBE para o atendimento às turmas participantes das 4ª e 8ª séries, ou seja, às turmas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). E os PNBEs de 2001 a 2003 comprovam essa hipótese.

Apesar dos esforços para a continuidade e ampliação do PNBE, aconteceram alguns contratempos, como um na Bienal do livro do Rio de Janeiro, em que o Presidente Lula pronunciou à imprensa que o Brasil era um país de não-leitores e que ainda não sabia quais ações e investimentos o Ministério da Educação estava fazendo para resolver o problema (KAERCHER, 2006). Essa instabilidade do Programa contribuiu para o encerramento da edição LMC e, em 2005, retornou-se ao objetivo inicial: distribuir acervos com obras literárias às bibliotecas escolares.

Nessa perspectiva, o PNBE 2005 passou a descentralizar o MEC e a atribuir o processo de avaliação e seleção dos livros à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a qual se tornou a instituição responsável por organizar a equipe de pareceristas, com profissionais especialistas em literatura infantil (MONTUANI, 2009; PAIVA, 2008; PAIVA, 2010; ARAÚJO, 2013).

Outro diferencial nessa edição relacionou-se com a formação dos acervos, pois as(os) pesquisadoras(es) selecionaram um conjunto de títulos e, a partir da listagem dos livros, os docentes das escolas puderam escolher os livros para atendimento das(os) alunas(os) dos

Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Andrade e Corrêa (2006?, p. 9), no artigo “Os critérios dos especialistas para os livros literários a serem lidos na escola”,⁴⁹ revelaram as participações e ocorrências das obras do PNBE 2005 no processo de avaliação e relataram a formação de “cinco equipes, compostas por uma coordenadora e cerca de dez pareceristas, todos professores e/ou especialistas na área da leitura e literatura infantil, na cidade do Rio de Janeiro e ainda em alguns outros lugares do Brasil”.

Sobre a participação das obras no processo de avaliação, Andrade e Corrêa (2006?) apontaram que a primeira ação, elaboração do edital, era de responsabilidade do MEC. Portanto, quando a comissão assumia a continuidade das etapas de avaliação e seleção, deparava-se com muitas condições e restrições, inclusive quanto à inscrição dessas obras pelas editoras, que retratavam a lógica de mercado e, de certo modo, impunham o que deveria ser vendido para o público em geral ou para os programas governamentais. Entendemos, aqui, que a intenção de cristalização do mercado para validar e selecionar alguns títulos literários em várias edições era viabilizada pelo próprio edital, que determinava a “proibição” de selecionar livros contemplados em anos anteriores.

Do mesmo modo, observamos que os documentos oficiais, as pesquisas do *corpus* de estudo e outras publicações não expõem os critérios ou a forma como aconteceram os convites para a participação nas equipes avaliadoras do PNBE 2005. Nesse contexto, acreditamos na hipótese de que os pareceristas já tinham conexões com os profissionais do grupo de pesquisa *Laboratório de Linguagem, Leitura, Escrita e Educação* (LEDUC), da Faculdade de Educação da UFRJ. Essa análise surgiu a partir das observações que estamos destacando sobre as relações estabelecidas entre pesquisas, pesquisadoras(es) e IES.

Paiva (2008) e Montuani (2009) consideraram a participação dos docentes como uma tentativa de aproximação dos profissionais das escolas com o Programa, com isso, as pesquisadoras defendem que o envolvimento dos docentes no processo de escolhas dos títulos para compor o acervo promoveu melhor interação entre docentes, alunos e livros, ainda que os dados revelem desconhecimento e ausência de uso do material no ambiente escolar.

Complementarmente, Andrade e Corrêa (2006?, p. 2), integrantes da comissão de avaliação, apontaram as “questões práticas, de tempo, tecnologia e acesso a meios informáticos por parte dos professores” como problemas para a implementação efetiva da organização do PNBE 2005. Diante disso, analisaram que:

⁴⁹ Disponível em: <http://www.usp.br/cje/depaula/wp-content/uploads/2017/03/Ludmila-e-Priscila_Crit%C3%A9rios-Literatura-na-Escola-ilovepdf-compressed.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

A ideia original de colocar à disposição a descrição da composição dos diferentes lotes por meios informáticos para que professores de salas de leitura, professores, coordenadores ou diretores pudessem escolher o que mais conviesse à sua escola, não foi bem-sucedida e a maioria dos lotes foi distribuída pelo Brasil sem que esta escolha se desse (ANDRADE; CORRÊA, 2006?, p. 2).

A inserção dos docentes no processo de escolha dos títulos para o acervo do PNBE 2005 revelou as fragilidades existentes nas escolas públicas, pois houve problemas de comunicação entre gestores e professoras(es), inexistência de meios informáticos e indisponibilidade de tempo para as ações. Diante disso, avaliamos que não adianta prever uma ação inclusiva de participação dos profissionais da educação sem mobilizar divulgação ou prover as condições necessárias para a respectiva implementação.

Ademais, reiteramos o distanciamento das(os) pesquisadoras(es) em relação aos docentes das escolas públicas. Este campo de poder se estabelece com a generalização de que as(os) pesquisadoras(es) selecionadas(os) não têm condições de participar do processo e/ou avaliar e selecionar as obras literárias para as escolas e alunas(os). Essas considerações podem ser entendidas a partir do discurso de Andrade e Corrêa (2006?, p. 2), de que os especialistas, “formados pela universidade, inseridos em uma visão de pesquisa, encontram-se ainda longe da escola, mas ocupavam naquele momento o lugar de representantes legítimos com competência para poder julgar o que se quer para a escola, vindo diretamente da universidade”.

O envolvimento em uma ação como o PNBE constrói caminhos, dados e interesses para estudos, pesquisas e necessidade de verificação dos resultados. Para contribuir com isso, de 2006 a 2008, o grupo de pesquisas LEDUC desenvolveu o projeto “Programa Nacional de Biblioteca na Escola – PNBE – 2005: seleção, escolha, acesso e apropriação do acervo em escolas do Estado do Rio de Janeiro”. Portanto, novamente, verificamos a consolidação de redes acadêmicas, pois, ao comparar o mapeamento dos corpus de estudo, localizamos três dissertações da UFRJ, sendo que duas delas se realizaram sob a orientação da Profa. Dra. Ludmila Thomé de Andrade — “Livros de imagens e formação literária e primeiro segmento do Ensino Fundamental”, de Ulup (2007), com a discussão da política pública de leitura com ênfase no livro de imagem, e “A literatura infantojuvenil na formação social do leitor: a voz do especialista e a vez do professor nos discursos do PNBE 2005”, de Paiva (2008) com a descrição e análise dos pareceres produzidos por docentes e especialistas. A terceira dissertação, sob a orientação da Profa. Dra. Patricia Corsino — “Biblioteca ramal de Nova Iguaçu: letramento e práticas leitoras”, de Lima (2010), abordava a compreensão das

interações entre leitoras(es) e livros em uma biblioteca.

Ao citar as pesquisas com foco no PNBE 2005, podemos fazer a relação das produções acadêmicas com os envolvidos no processo de seleção, pois inferimos que, quanto mais pesquisadoras(es) e docentes participarem da implementação de um programa governamental, maiores serão as possibilidades de ampliação das discussões científicas e maior será o conhecimento entre profissionais da educação. Por isso, entendemos que as produções acadêmicas são um meio de divulgação e avaliação do Programa.

No PNBE 2006,⁵⁰ criou-se uma programação de atendimento, isto é, um ano para os Anos Iniciais e o outro para os Anos Finais. A partir dessa edição, o Ceale, órgão complementar da Faculdade de Educação, da UFMG, passou a ser responsável pelo processo de seleção do Programa até o PNBE 2014. Diante disso relembramos que o Ceale, representado pelo Prof. Dr. Antônio Augusto Batista, participou da comissão técnica das edições do *Literatura em minha casa*. De tal modo, a pesquisa de Silva (2009) indicou que participaram 60 especialistas na avaliação das obras, sendo 30 de Minas Gerais (MG) e 30 distribuídos pelos estados de São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Rio Grande do Sul (RS), Bahia (BA) e Distrito Federal (DF). Essa edição contou com 1.718 livros inscritos, dos quais 225 títulos formaram os acervos (3 acervos com 75 obras diferentes) para as escolas públicas com atendimento aos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Retomando a trajetória do PNBE, ressaltamos a ausência do PNBE 2007 devida à alteração no cronograma de implementação do Programa. Com isso, seguiu-se a programação de distribuição dos acervos no ano representado pela nomeação da edição, isto é, “até 2006, o nome do programa se referia ao ano de aquisição. Em 2007, passou a referir-se ao ano de atendimento. Assim, os livros do PNBE 2008 foram adquiridos em 2007, os do PNBE 2009 foram adquiridos em 2008 e assim por diante” (BRASIL, 2021).

A Tabela 4 apresenta as edições e os indicadores numéricos dos quantitativos de exemplares e recursos financeiros. Ratificamos que, devido às diferenças apresentadas nos documentos, utilizamos as informações disponibilizadas no portal do FNDE para a apresentação desses dados.

⁵⁰ Lista das obras selecionadas. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=13910&Itemid=>>. Acesso em: 18 maio 2021.

Tabela 4 – Edição, aquisição e investimento do PNBE no governo Lula

Edição	Público de atendimento	Quantidade de exemplares livros/revistas	Recursos financeiros ≅ (Total em R\$)	Custo ≅ exemplar em R\$
PNBE 2003	Literatura em Minha Casa – 4ª e 8ª séries Palavra da Gente – 2ª fase do EJA Biblioteca das escolas da 5ª a 8ª série Biblioteca do Professor – docentes 1ª a 4ª série Casa da Leitura: Prefeituras	49.034.192	R\$ 110,7 milhões	R\$ 2,25
PNBE 2005	Escolas públicas com EF – Anos Iniciais	5.918.966	R\$ 47,2 milhões	R\$ 7,97
PNBE 2006	Escolas públicas com EF – Anos Finais	7.233.075	R\$ 45,5 milhões	R\$ 6,42
PNBE 2008	Escolas públicas com EI Escolas públicas com EF – Anos Iniciais Escolas públicas com EM	8.601.932	R\$ 65,2 milhões	R\$ 7,57
PNBE 2009	Escolas públicas com EF – Anos Finais Escolas públicas com EM PNBE Especial	10.593.491	R\$ 77,5 milhões	R\$ 7,31
PNBE 2010	Escolas públicas com EI Escolas públicas com EF – Anos Iniciais EJA PNBE do Professor – docentes PNBE Periódicos	30.415.720	R\$ 146,7 milhões	R\$ 4,82
PNBE 2011	Escolas públicas com EF – Anos Finais Escolas públicas com EM PNBE Periódicos	17.115.844	R\$102 milhões	R\$ 5,96
Total		128.913.220	R\$ 594,8 milhões	R\$ 4,61

Fonte: Elaborada pela autora com dados de Brasil⁵¹ (2021).

O PNBE 2008⁵² incluiu a Educação Infantil (crianças de 4 a 5 anos) e o Ensino Médio no grupo de atendimento do Programa. Essa implementação aconteceu em função do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que visava a continuidade da política da universalização da Educação Básica. Conforme Relatório de Gestão do FNDE 2007, no Brasil, havia um entendimento de que cada nível, etapa ou modalidade de ensino eram processos de ensino independentes, com objetivos particulares e que as mudanças no atendimento do PNBE afirmavam a concepção de “elos de uma cadeia que deveriam se reforçar mutuamente” (BRASIL, 2007, p. 115).

Explicitadas tais alterações em relação à abrangência do atendimento e conseqüentemente à ampliação da quantidade de livros adquiridos, o PNBE 2008 finalizou com a seguinte divisão percentual: 56,8% dos acervos atenderam ao Ensino Fundamental, 34,4% à Educação Infantil e 8,7% ao Ensino Médio. Para atender a essa divisão, o Programa organizou um cronograma de distribuição com o detalhamento que segue: receberiam as edições pares a Educação Infantil (EI), os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (EF) e a

⁵¹ Dados estatísticos. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/biblioteca-na-escola/dados-estatisticos>>. Acesso em: 24 maio 2021.

⁵² Lista das obras adquiridas. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=13911&Itemid=>>. Acesso em: 18 maio 2021.

Educação de Jovens e Adultos (EJA); e receberiam as edições ímpares os Anos Finais do Ensino Fundamental (EF) e Ensino Médio (EM).

Mudanças no atendimento do PNBE possibilitaram que mais estudantes tivessem acesso às obras literárias no ambiente escolar, visto que é conhecida a dificuldade da maioria das pessoas adquirirem livros. Os dados da pesquisa *Retratos da leitura no Brasil*, organizada em livro por Amorim (2008, p. 207) revelaram que “66% dos livros estão nas mãos de 20% da população”, enquanto que aproximadamente 35% da população só têm acesso a esses itens por meio da distribuição do governo. Na visão de Silva (2013, p. 30), “a elitização do livro não ocorre ao acaso: ela é parte de uma política que, intencionalmente, quer manter o povo na ignorância e na alienação de modo que a manipulação ocorra sem conflitos ou contestações”.

O PNBE 2009⁵³ atendeu às escolas públicas nos Anos Finais do Ensino Fundamental e EM. Gramacho (2013), na sua dissertação, considerou que o acervo do Programa direcionado ao Ensino Médio apresentou uma diversidade de títulos que possibilitou um diálogo com vistas a um novo redimensionamento para o ensino da literatura.

O PNBE 2010,⁵⁴ última edição distribuída pelo governo de Lula, trouxe a ampliação do atendimento com o envio de obras teóricas e metodológicas para os docentes com o PNBE do Professor. Para a Educação Infantil, os acervos passaram a atender duas categorias: creche (0 a 3 anos) e pré-escola (4 a 5 anos). Montuani (2013), Paiva e Soares (2014) e Silva (2015), argumentaram que as inscrições de obras para a primeira infância apresentaram-se em proporções desiguais quando comparadas com as do EF. Enquanto que, no PNBE 2008, a etapa Educação Infantil recebeu a inscrição de 1.735 títulos, o Ensino Fundamental recebeu 3.470. No montante total das obras, a distribuição porcentual foi de 33% para a EI e 67% para o EF. Uma das justificativas para essa diferença de valores foi o custo mais elevado do mercado editorial para as crianças de 0 a 5 anos.

A entrada da Educação Infantil no PNBE possibilitou mudanças em relação à produção de livros literários para a infância: bebês de até 1 ano e 6 meses; crianças de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses; e crianças pequenas de 4 a 5 anos e 11 meses. E com o governo na posição de comprador de altas tiragens de livros para essa faixa etária, haveria uma dinamização na produção literária. Por exemplo, para atender a EI, em 2008, o governo

⁵³ Lista das obras adquiridas. Disponível em: <
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=13912&Itemid=>. Acesso em: 18 maio 2021.

⁵⁴ Lista das obras adquiridas. Disponível em: <
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=13913&Itemid=>. Acesso em: 18 maio 2021.

adquiriu 1.948.140 exemplares por um custo de \cong R\$9 milhões e, em 2010, comprou 3.390.100 livros, investindo \cong R\$12 milhões. Ao comparar os dados numéricos, consideramos que, para o PNBE 2010, houve um aumento em 74% no quantitativo de exemplares e 35% nos recursos públicos utilizados.

Ratificando que o Programa Nacional Biblioteca da Escola, assim como o PNSL/BE previam, entre suas ações, a distribuição de periódicos⁵⁵ para as escolas públicas a partir da Edição de 2010, o FNDE/MEC começou a lançar publicamente editais para inscrição e seleção de revistas. Assim, evidenciamos que o PNBE Periódicos de 2010 adquiriu 11.530.430 exemplares de revistas e beneficiou 143.773 escolas públicas por meio de um investimento de R\$29 milhões. Compreendemos que a aquisição de obras literárias do PNBE Literário formalizou-se como o “guarda-chuva” do Programa, pois sempre foi a ação de maior abrangência. Na sequência, seria o PNBE Periódicos, para o qual é possível encontrar dados sobre sua distribuição nos relatórios de atividades do FNDE, mesmo sem haver editais específicos para o período de 1998 a 2009.

Apontamos que, em relação ao PNBE Periódicos e ao PNBE do Professor, não encontramos as informações sobre a equipe responsável pelo processo de avaliação e seleção. Analisamos os documentos oficiais e as publicações, bem como as pesquisas de mestrado de com estudos sobre/com o PNBE Periódicos, são elas:

1. “Contribuições da revista ciência hoje das crianças para o letramento”, Carloto (2013);
2. “Revista ciência hoje das crianças: um estudo sobre potencialidades e fragilidades educativas da comunicação da ciência no âmbito escolar”, de Celinski (2014);
3. “Revistas pedagógicas na leitura docente: acesso e usos no cotidiano escolar”, de Jesus (2014);
4. “A infância impressa o que dizem as revistas nova escola e pátio sobre as crianças”, de Porciuncula (2016).

Analisamos três dissertações com foco no PNBE do Professor: “O PNBE do Professor: uma possibilidade de formação estudo de caso da Superintendência Regional de ensino de Governador Valadares”, de Silva (2014); “PNBE do Professor: usos e desusos:”, de Brandão (2016); e “PNBE do Professor: livros e bibliotecas para a formação docente”, de Piedade (2018). Entretanto, em nenhum dos materiais analisados, identificamos qualquer referência à instituição ou aos profissionais que participaram como avaliadores das revistas e

⁵⁵ Lista de periódicos selecionados. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=13916&Itemid=>. Acesso em: 18 de mai. de 2021.

livros pedagógicos.

Com o intuito de apresentar algumas as produções com estudos sobre as edições dos PNBEs de 2003 a 2010 selecionamos um conjunto de 37 produções acadêmicas.

Quadro 8 – Produções acadêmicas com foco nos PNBEs de 2003 a 2010

Nº	Edição do Programa	Pesquisadora (or)	Orientadora (or)	Nível de titulação	Ano de defesa
1	1999 – 2010	CARLETO, E. A.	GUIMARÃES, S.	D	2014
2	PNBE 2005	ULUP, N.	ANDRADE, L. T. de	M	2007
3	PNBE 2005	PAIVA, F. V.	ANDRADE, L. T. de	M	2008
4	PNBE 2005	FERREIRA, L. C. da S.	GOMES, A. L.	M	2008
5	PNBE 2005	RODRIGUES, L. N.	CESAR, A. L. S.	M	2009
6	PNBE 2005	MONTUANI, D. F. B.	PAIVA, A.	M	2009
7	PNBE 2005	LIMA, S. X. de	CORSINO, P.	M	2010
8	PNBE 2005	LEMO, H. D.	PAIVA, A.	M	2010
9	PNBE 2006	SILVA, B. L. M. da	PAIVA, A.	M	2009
10	PNBE 2006	ALMINO, J. da S.	FERNANDES, C. R. D.	M	2018
11	PNBE 2007	VENÂNCIO, A. C. L.	SILVA, P. V. B. da	M	2009
12	PNBE 2008	COSTA, C. D. M. da	PAIVA, A.	M	2009
13	PNBE 2008	ESPEIORIN, V. M.	RAMOS, F. B.	M	2010
14	PNBE 2008	CARETTI, L. da S.	ZUIN, V. G.	M	2011
15	PNBE 2008	OLIVEIRA, V. C. de S. de	SILVA, P. V. B. da	M	2011
16	PNBE 2008	LÓ, J. E. D.	RAMOS, F. B.	M	2011
17	PNBE 2008	KICH, M.	RAMOS, F. B.	M	2011
18	PNBE 2008	SILVA, H. P.	OLIVEIRA, J. A. D.	M	2012
19	PNBE 2008	BUENO, G. K. dos S.	FERNANDES, C. R. D.	M	2012
20	PNBE 2008 PNBE 2010	SANTOS, G. A. G. dos	NASCIMENTO, M. L. B. P.	M	2013
21	PNBE 2008	ROS, E. C.	GEBARA, A. E. L.	M	2014
22	PNBE 2009	GUTIERRES, A.	RAMOS, F. B.	M	2010
23	PNBE 2009	LIMA, F. das C. N. de	ALVES, M. da P. C.	M	2011
24	PNBE 2010	TEIXEIRA, M. G. S.	PAIVA, A.	M	2011
25	PNBE 2009	IGUMA, A. de O.	FERNANDES, C. R. D.	M	2012
26	PNBE 2009	GRAMACHO, R. L. de A.	ARAPIRACA, M. de A.	M	2013
27	PNBE 2009	SILVA, J. S. da	CARVALHO, D. B. A. de	M	2014
28	PNBE 2010	SOUZA, F. C. de	PRIETO, R. G.	M	2011
29	PNBE 2010	LOPES, N. R.	ARENA, D. B.	M	2012
30	PNBE 2010	RODRIGUES, P. R. S.	AQUINO, M. de A.	M	2012
31	PNBE 2010	OLIVEIRA, L. G. de	RAMOS, F. B.	M	2013
32	PNBE 2010	NUNES, M. F.	PILLAR, A. D.	D	2013
33	PNBE do Professor 2010	SILVA, M.S. da	CRISTOFARO, R. de	M	2014
34	PNBE 2010	NEGRI, A. S. de	RAMOS, F. B.	M	2014
35	PNBE 2010	MARANGONI, M. C. T.	RAMOS, F. B.	D	2015
36	PNBE 2010	VOLMER, L.	RAMOS, F. B.	D	2015
37	PNBE 2010	AGLIARDI, D. A.	RAMOS, F. B.	D	2016

Fonte: Elaborado pela autora com dados da Pesquisa (2021).

Iniciamos com a rede acadêmica formada com a Profa. Dra. Aparecida Paiva (UFMG), coordenadora do Ceale do PNBE 2006 ao PNBE 2014 que, com o projeto de pesquisa *Livros para crianças e jovens no Brasil*, orientou 5 pesquisas de mestrado, sendo:

1. “O PNBE/2005 na rede municipal de ensino de Belo Horizonte: uma discussão de possíveis impactos da política de distribuição de livros de literatura na formação de leitores”, de Montuani (2009);
2. “A dinâmica das interações visuais e verbais no livro produzido para crianças: um olhar sobre o PNBE 2005”, de Lemos (2010);

3. “Programa Nacional Biblioteca da Escola - edição 2006: A chegada dos acervos nas escolas da rede municipal do ensino de belo horizonte e a leitura de obras por jovens leitores”, de Silva (2009);
4. “Literatura premiada entra na escola? A presença dos livros premiados pela FNLIJ, na categoria criança, em bibliotecas escolares da rede municipal de Belo Horizonte”, de Costa (2009);
5. “Catálogos de editora de literatura infanto juvenil: uma leitura”, de Teixeira (2011).

As dissertações de Montuani (2009), Silva (2009) e Morais (2009) consolidaram-se como uma pesquisa em rede, em que trabalharam com um formulário específico para a geração de investigações distintas. A partir dessas três pesquisas, a orientadora Profa. Dra. Aparecida Paiva organizou a obra *Literatura fora da caixa: O PNBE na escola – distribuição, circulação e leitura* (2012) e escreveu o artigo “Políticas públicas de leitura: pesquisas em rede”. As discentes participaram com artigos referentes às dissertações: “Acervos de literatura chegam na escola?” (MONTUANI, 2009), “Acervos de literatura para jovens agradam os leitores?” (SILVA, 2009) e “Formam-se leitores nas bibliotecas escolares” (MORAIS, 2009). A composição da obra trouxe o Prof. Dr. Thiago Valente, da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e a Profa. Dra. Eliane Ferreira (UNESP/Assis), com textos breves (de 4 a 5 páginas) para cada capítulo, a saber: “Para conhecer a fundo o PNBE”, “Livros e leitores em circulação”, “Tirar do limbo, sair da caixa, Livros de mão em mão” e “Obras lidas, leitores premiados” (VALENTE; FERREIRA, 2012). Esses escritos dialogavam ou complementavam o artigo central.

Entendemos que a interação estabelecida entre Valente e Galvão (2012)⁵⁶ apresenta marcadores comuns, tais como:

1. realização do doutoramento no intervalo de 2005 a 2009, na UNESP/Assis, com a orientação do Prof. Dr. João Luís Ceccantini;
2. participação do grupo de pesquisa Leitura e Literatura na escola;
3. desenvolveram projetos de pesquisa, extensão e de ensino comuns e, em vários, encontramos o PNBE presente na descrição;
4. trocas de integração em bancas examinadoras de orientandas(os) dos PPGs;
5. autoria e coautoria em artigos, capítulos de livros e outras produções científicas e acadêmicas;
6. participação do processo de avaliação e seleção do PNBE. Essa exposição consegue explicar a relação com a Profa. Dra. Aparecida Paiva e ressalta a

⁵⁶ Os dados apresentados foram consultados na Plataforma *Lattes*.

importância e relevância das(es) pesquisadoras(es) divulguem suas pesquisas por meio de publicação delas(es).

Nessa perspectiva, o livro *Literatura fora da caixa: O PNBE na escola – distribuição, circulação e leitura* (PAIVA, 2012) atendeu aos marcadores citados para a composição da autoria. E essa dinâmica, a de publicar artigos a partir dos estudos de mestrado, amplia as possibilidades de circulação e divulgação das investigações *stricto sensu*. Sobre o aspecto de comunicação científica, Christian Laville e Jean Dionne (1999, p. 238), afirmam que “pesquisa só tem valor quando comunicada. É desse modo que ela contribui para o progresso dos conhecimentos de que dispomos”. Ademais, exercer a função social das investigações é promover a devolutiva para a sociedade.

Portanto, propiciar a circulação entre os pares, isto é, entre discentes, docentes, pesquisadoras(es) e outras(os), torna-se o primeiro encaminhamento, tanto pela disponibilização do material, quanto pela participação em eventos, publicação de artigos e/ou livros⁵⁷ e, por concordarmos com essa argumentação, realizamos a análise da circulação das produções do *corpus* de estudo desde o início da nossa pesquisa. Para Maciel (2008, p. 17), “é compromisso das universidades públicas não somente produzir, mas socializar e avaliar as suas produções acadêmicas”.

Ao explorar o Quadro 8, encontramos a Profa. Dra. Flávia Brocchetto Ramos, da Universidade de Caxias do Sul (UCS), atuante no PPG em Educação e em Letras, com uma rede de pesquisa consolidada. Dentre os 37 estudos selecionados, que investigaram edições do PNBE vigentes no governo Lula, localizamos oito produções sob a sua orientação:

1. “Educação pelo poético: a poesia na formação da criança”, de Espeiorin (2010);
2. “Educação literária pela mediação: estudo aplicado no primeiro ano do Ensino Fundamental”, de Ló (2011);
3. “Mediação de leitura literária: o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)/2008, de Kich (2011);
4. “A mediação docente como estratégia para o aprimoramento da competência leitora”, de Gutierrez (2010);

⁵⁷ Especificamente sobre o objeto livro, informamos que a Capes desenvolve um processo avaliatório para classificação - QUALIS das produções em livros informadas pelos PPGs como produto dos docentes, gerados pela mensuração da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Diante disso, a autoria compõe um dos critérios de qualificação da obra e a atribuição de notas é significativa para a contemplação de vínculos autorais do discente ou docente com o PPG, bem como para a participação de pesquisadoras(es) de outras instituições nacionais e/ou internacionais e para a integração dessas(es) autoras(es) em grupos de pesquisa.

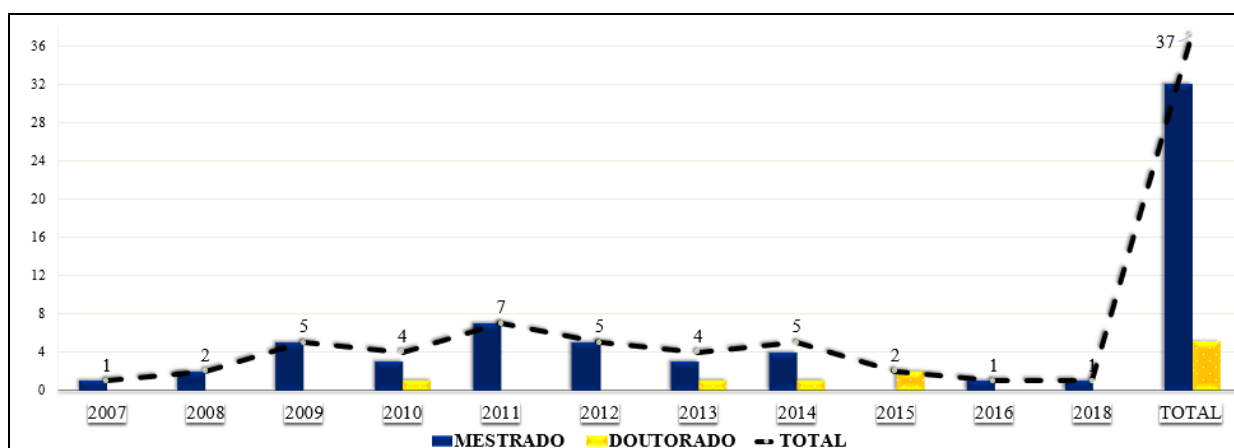
5. “Leitura de narrativas visuais e verbo-visuais no PNBE – 2010”, de Oliveira (2013); “Letramento no compasso da poesia: experiência pedagógica em uma turma de 1º ano do Ensino Fundamental”, de Negri (2014);
6. “Brincadências com a poesia infantil: um quintal para o letramento poético, de Marangoni (2010), e Mostrar? Esconder? Seduzir? O papel do narrador em obras do PNBE 2010”, de Volmer (2015).

A Profa. Dra. Flávia Ramos, de 2009 a 2010, sob a orientação da Profa. Dra. Aparecida Paiva, com o projeto de pós-doutorado “O PNBE/2008 em Caxias do Sul: recepção e usos para o letramento literário”, investigou a recepção e a promoção do acervo do PNBE/2008 em escolas municipais de Caxias do Sul, com o intuito de contribuir para a análise do processo de mediação. Percebemos que, para além dos dados da sua pesquisa, ela ampliou o conhecimento do Programa com a orientação de 2 pesquisas: 1) Kich (2011), em uma investigação com o objetivo de identificar os processos de mediação dos acervos do PNBE/2008, realizados em duas escolas municipais de Caxias do Sul/RS; 2) Ló (2011), que com “observações em uma turma do 1º ano do Ensino Fundamental”, analisou a literatura na formação dos alunos no início do processo de alfabetização. Todo esse trilhar, resultou na publicação do ebook *Literatura na escola: da concepção à mediação do PNBE* (RAMOS, 2013).

Diante desses dados, ressaltamos a cronologia das edições e dos projetos de pesquisas desenvolvidos por pesquisadoras(es): Fernandes (2004; 2007; 2013), Paiva (2008; 2012) e Ramos (2013), em que foram realizadas orientações, com vertentes diversificadas, a partir da progressão do Programa e do envolvimento com o objeto de estudo em contexto profissional – doutorado, pós-doutorado, coordenação do PNBE e avaliadoras(es) das obras. Observar esses dados nos levou aos elementos que promoveram o interesse de estudos nessas edições:

1. PNBE 2008 - mudança na nomeação (ano referente à distribuição) pelo que, em 2009 os acervos já estavam há um ano nas escolas públicas;
2. inclusão do atendimento à Educação Infantil no PNBE 2008; 3) PNBE 2009 – ampliou a distribuição para o Ensino Médio.

Sob a perspectiva do desenvolvimento das dissertações e das teses, percebemos uma progressão quantitativa de produções acadêmicas com a cronologia das edições do PNBE. O Gráfico 2 apresenta as pesquisas que priorizaram as edições de 2003 a 2010, conforme apresentadas no Quadro 7 (p. 97).

Gráfico 2 – Evolução das pesquisas com foco nos PNBEs de 2003 a 2010

Fonte: Elaborado pela autora com dados da Pesquisa (2021).

Os dados mostram uma estabilidade das produções no quesito anual. E apenas em 2017, não encontramos investigações com as edições de 2003 a 2010. No intervalo de 2007 a 2018, calculamos 3 estudos como média anual e, considerando esse quantitativo, é possível assegurar que os anos de 2009 a 2014 concretizaram-se como elevada incidência em investigações, pois, no intervalo de três anos, acumularam-se 27 dissertações e 3 teses, ou seja, 80% das pesquisas apresentadas. E o maior indicador está em 2011, com a defesa de sete dissertações: sobre o PNBE 2008 (4 produções), PNBE 2009 (1 produção), e PNBE 2010 (2 produções).

Durante os oito anos (2003-2010) do governo Lula o PNBE alcançou a aquisição de sete edições. Para cada uma delas, notamos mudanças no atendimento e na programação, sempre com previsão em portarias, resoluções e editais. Desse modo, aconteceram publicações de pesquisa encomendada pelo MEC e de obras (QUADRO 9) com o intuito de contribuir tanto para o conhecimento e a divulgação do Programa, quanto para a formação específica dos docentes para a implementação das ações direcionadas à leitura dos discentes.

Quadro 9 – Publicações do MEC para o PNBE durante o governo Lula

Nº	Documentos	Ano de distribuição
1	Por uma Política de Formação de Leitores	2006
2	Biblioteca na Escola	2006
3	Dicionários em Sala de Aula	2006
4	Pesquisa do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): leitura e biblioteca nas escolas públicas brasileiras – 2008	2008
5	Catálogo Infantil Acervo/2008 - Literatura na infância: imagens e palavras	2008

Fonte: Elaborado pela autora com dados da Pesquisa (2021).

O artigo “Por uma Política de Formação de Leitores” (BRASIL, 2006) e o livro *Pesquisa do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): leitura e biblioteca nas escolas públicas brasileiras*, sob a coordenação das pesquisadoras Jane Paiva e Andréa

Berenblum da UFRJ (BRASIL, 2008), expuseram reflexões sobre a pesquisa *Retratos de leitura* (2001) e os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica. Elas concordaram que a “formação insuficiente de professores, sem competência leitora; baixas remunerações; carências na qualidade de vida da população” (BRASIL, 2006, p. 18) e o pouco efeito do programa de incentivo à leitura foram alguns dos fatores que explicam a baixa proficiência leitora das(os) estudantes.

A investigação (BRASIL, 2008), desenvolvida pela SEB/MEC com parceria de uma equipe de pesquisadoras(es) da UFRJ, verificou o uso dos acervos do PNBE em 196 escolas distribuídas em oito estados e 19 municípios. Os dados da pesquisa revelaram o baixo uso das obras literárias, o desconhecimento dos acervos pelos profissionais da educação e a necessidade formativa para os docentes. Além disso, os resultados indicaram que a ausência de uma política de formação de leitores contribuiu para que o PNBE não atingisse o êxito esperado na circulação e utilização dos acervos nas unidades escolares.

Entendemos que uma política pública de leitura consiste em articular os eixos acesso, formação e prática com ações, projetos e programas, a partir de dados e situações reais representados em pesquisas. De certo modo, o PNBE realizou apenas ações para a distribuição de materiais de leitura e, por isso, o relacionamos com a famosa frase de Monteiro Lobato, “Um país se faz com homens e livros”, e complementamos com a argumentação de Ezequiel Silva (2015, p. 15), de que a frase deveria ser “Um país se faz com homens, livros e leitura”. Faltou a prática cultural ou processo cognitivo que torna possível a produção das ideias que decorrem da interação dos homens com os livros”.

O *Catálogo Infantil Acervo/2008 - Literatura na infância: imagens e palavras*, sob a coordenação das pesquisadoras Aparecida Paiva e Magda Soares, com a participação de três docentes da área de leitura e de literatura — Ligia Cademartori, Rildo Cosson e Hércules Corrêa (BRASIL, 2008) —, teve como objetivo contribuir para a formação docente e ampliar os caminhos da divulgação e do conhecimento dos acervos no ambiente escolar e, por isso, organizaram textos breves com apresentação de cada título.

A partir de tais publicações, reafirmamos a pertinência das IES e de outras instituições estarem diretamente envolvidas com a implementação de programas governamentais, pois esse engajamento permite o fluxo de estudos, interesses e conhecimento e, mais ainda, se torna um caminho para a divulgação e o conhecimento acerca das ações e do material por parte dos profissionais da educação.

Anteriormente destacamos a importância do Ceale no processo de coordenação da avaliação e seleção das obras do PNBE e que, associado aos interesses em investigar as obras

literárias infantil e juvenil, conciliaram-se as discussões com o Programa em publicações, como o *Coleção Literatura e educação*, que tem a participação de diferentes pesquisadoras(es) compondo os oito volumes, a saber:

1. *Literatura e letramento: espaços, suportes e interfaces* (PAIVA; MARTINS; PAULINO; MACHADO, 2006);
1. *A escolarização da leitura literária* (MARTINS; BRANDÃO; MACHADO, 2007);
2. *Literatura: Saberes em movimento* (PAIVA; MARTINS; PAULINO; CORRÊA; VERSIANI, 2007);
3. *No fim do século: a diversidade* (PAULINO; MARTINS; PAIVA; MACHADO, 2008);
4. *Democratizando a leitura: pesquisas e práticas* (PAULINO; MARTINS; PAIVA; MACHADO, 2008);
5. *Leituras literárias: Discursos transitivos* (PAULINO; MARTINS; PAIVA; MACHADO, 2008);
6. *Literatura infantil: Políticas e concepções* (PAIVA; SOARES, 2008);
7. *Escolhas (literárias) em jogo* (MACHADO; PAIVA; MARTINS; PAULINO, 2008).

O envolvimento das IES no processo de avaliação e seleção das obras para o PNBE, pode ser visto como uma arena de disputa acadêmica e científica, visto que a participação dessas(es) autoras(es), geralmente, resulta em produções com chances de financiamento e/ou publicação pelo MEC. Ademais, há disponibilidade de recursos públicos direcionados para o pagamento dos participantes no processo, ou seja, um lugar de *status* para os profissionais selecionados. Além disso, torna-se um lugar possível para destacar as concepções trazidas pelos documentos elaborados pelo FNDE/MEC, bem como para os participantes nas funções de coordenação e para os avaliadores (pareceristas). Marques Neto (2010, p. 26) afirma que a existência do “Fla x Flu político” acentua “diferenças entre as diversas correntes teóricas” e salienta que, mesmo que todos defendam a leitura e o livro como essenciais para a formação do cidadão, o fato de “qualquer ideia ou projeto” ser realizado pelo “concorrente” é, por definição, incompetente”.

Essas discussões, traz o questionamento de Araújo (2010) sobre a democratização no processo de seleção da IES para a coordenação do processo de avaliação e seleção das obras. A pesquisadora relatou em sua tese que, por meio de uma entrevista com um representante da Coordenação-Geral de Materiais Didáticos (Cogeam), recebeu a informação de que a Secretaria de Educação Básica (SEB) era o órgão responsável por fazer a escolha da

instituição de ensino superior. Com isso, entendemos que essa escolha acontecia por uma determinação interna pelo FNDE e pelo MEC, possivelmente, a partir do conhecimento das IES envolvidas em estudos e pesquisas com leitura, literatura e livros literários e didáticos, ou mesmo de relações com os responsáveis pela implementação do Programa. Já Paiva (2008), na obra *Literatura na infância: imagens e palavras*, expôs a existência de uma publicação de edital, na página do FNDE, como definidora das normas e dos procedimentos para a concorrência e, assim, as instituições interessadas direcionariam suas propostas conforme detalhamento do documento oficial, obedecendo as normas pelas quais aconteceria o processo de avaliação das obras do PNBE.

Com os desencontros nas informações e o interesse em aferir os dados corretos, Araújo (2015) verificou o assunto na internet e no Diário Oficial da União (DOU) sem, no entanto, localizar nenhum documento que fizesse referência ao processo de escolha da IES. A única publicação existente é o Edital de chamada pública⁵⁸ (BRASIL, 2014), do dia 20 de outubro de 2014, com a convocação das instituições públicas da Educação Superior para a coordenação da avaliação das obras de literatura para os Anos Finais do Ensino Médio no PNBE 2015.

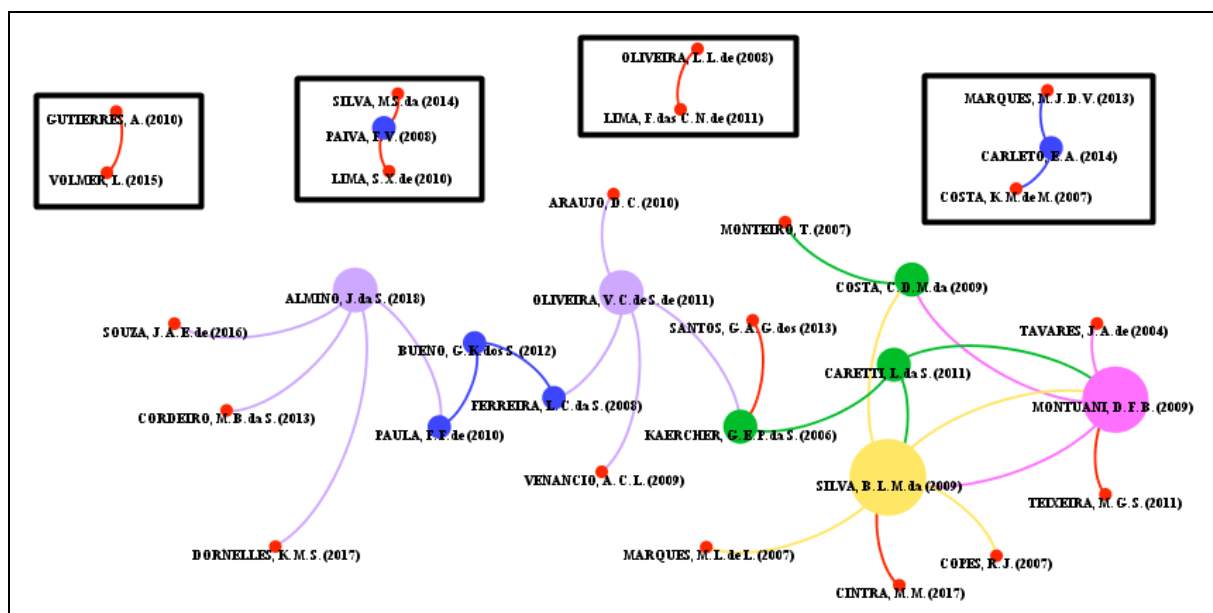
Ao analisar o conjunto de pesquisas discutidas anteriormente percebemos alguns pontos que justificam o uso de outras investigações como parte das referências: 1) validação da investigação — comprovar o diferencial do novo estudo e/ou o caráter de ineditismo; 2) Complementaridade da produção — revelar o passo adiante para dar continuidade e/ou manter o diálogo para o desenvolvimento de outro fato ou fenômeno; 3) Caracterização do conhecimento sobre o objeto de estudo — apresentar os conhecimentos prévios sobre a temática e/ou comparar dados.

Com a rede de referências, ilustrada na Figura 13, percebemos a comunicação científica por meio de 32 (100%) pesquisadoras(es), que estabeleceram 60 (100%) conexões — citadas(os) e citantes nas produções acadêmicas. No contexto geral da rede, a distribuição das(os) autoras(es) ficou assim: 17 (53%) foram citados, 12 (38%) exerceram a função de citante e 3 (9%) ocuparam o lugar de citado e citante.

58

Disponível em:
<<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=20/10/2014&jornal=3&pagina=57&totalArquivos=244>>. Acesso em: 18 maio 2021.

Figura 13 – Redes de citação entre as pesquisas com foco nos PNBEs de 2003 a 2010



Cada círculo (nós/atores) é uma referência (pesquisador). O tamanho dos círculos representa o grau de conexões entre citado e citante das pesquisas sobre/com o PNBE e as cores demonstram o mesmo número de interações. Cada linha (arestas) retrata as conexões e as cores marcam o citante a partir da cor das(os) pesquisadoras(es).

Fonte: Elaborada pela autora com dados da Pesquisa (2021).

No âmbito das relações, as 3 pesquisas que exerceram o papel de citante e citada foram:

1. “Programa Nacional Biblioteca da Escola-edição 2006. A chegada dos acervos nas escolas da rede municipal do ensino de Belo Horizonte e a leitura de obras por jovens leitores”, de Silva (2009);
2. “O PNBE/2005 na rede municipal de ensino de Belo Horizonte: uma discussão de possíveis impactos da política de distribuição de livros de literatura na formação de leitores”, de Montuani (2009);
3. “Literatura premiada entra na escola? A presença dos livros premiados pela FNLIJ, na categoria criança, em bibliotecas escolares da rede municipal de Belo Horizonte”, de Costa (2009).

Esses três estudos foram realizados na UFMG, sob a orientação da Profa. Dra. Aparecida Paiva. Ademais, a autora Silva (2009), com a pesquisa de mestrado, ocupa a centralidade da maior sub-rede, com ligações em sete produções. Em seguida temos Montuani (2009), com a sua dissertação compartilhando seis elos com outras investigações.

A distribuição das pesquisas citadas e citantes formalizaram 5 sub-redes, com 4 componentes isolados, formados por 31% de (10) produções com representação de 20% (6) das relações, sendo:

1. “A mediação docente como estratégia para o aprimoramento da competência leitora”, de Gutierres (2010) citada em “Mostrar? Esconder? Seduzir? O papel do narrador em obras do PNBE 2010”, de Volmer (2015);

2. “Biblioteca ramal de Nova Iguaçu: letramento e práticas leitoras”, de Lima (2010) e “O PNBE do Professor: uma possibilidade de formação estudo de caso da superintendência regional de ensino de Governador Valadares”, de Silva (2014) citaram “A literatura infanto-juvenil na formação social do leitor: a voz do especialista e a vez do professor nos discursos do PNBE 2005”, de Paiva (2008);
3. “Indústria cultural e governo federal: o caso do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e suas seis primeiras edições”, de Oliveira (2008) citada em “O Programa Nacional Biblioteca da Escola e as vozes dos professores de Língua Portuguesa do Ensino Médio”, de Lima (2011);
4. Literatura infantil como espaço de formação: um estudo com obras de Ruth Rocha, de Carleto (2014) citou “Literatura em minha casa: entre representações e práticas de leitura”, de Costa (2007) e “Programa Nacional Biblioteca da Escola: PNBE do correio à sala de aula”, de Marques (2013).

Para André Cardoso (2020, p. 182), “o componente principal da rede é formado pelo maior conjunto de atores conectados por laços”. Diante disso, verificamos que a maior sub-rede formou-se com 69% (22) de pesquisadoras(es) e em 80% (24) das conexões. Silva (2009) e Montuani (2009) trazem a maior representatividade na comunicação científica e são seguidas pelas pesquisas “Representações de personagens indígenas de autoria indígena nas obras do PNBE/2006”, de Almino (2010), “Educação das relações étnico-raciais e estratégias ideológicas no acervo do PNBE 2008 para Educação Infantil”, de Oliveira (2011).

A dissertação de Oliveira (2011) referenciou as pesquisas de mestrado “Literatura infanto-juvenil e diversidade”, de Venâncio (2009), e “Relações raciais, discurso e literatura infanto-juvenil,” de Araújo (2010). E, ao analisar essas conexões, chegamos ao encontro do orientador Dr. Prof. Paulo Silva, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e entendemos que um grupo de pesquisadoras(es) resultaram da orientação do referido orientador.

Ao trazermos dados da trajetória do PNBE e das produções acadêmicas, concluímos que, com a continuidade e com as alterações na aquisição das obras no processo de seleção e no atendimento às(aos) estudantes, houve aumento no interesse para as pesquisas nos programas de pós-graduação. Constatamos que um fator de grande influência foi a descentralização da coordenação da avaliação dos livros literários, que passou a ser função da UFRJ (PNBE 2005) e, na sequência, do Ceale (PNBE 2006 ao PNBE 2014). E isso consequentemente incluiu profissionais de diferentes IES. De certo modo, não podemos esquecer que os PNBEs de 2001 a 2003, *Literatura em minha casa*, iniciaram a inserção de profissionais especialistas para avaliação das obras literárias.

Além disso, os dados mostraram a ampliação no quantitativo de exemplares oferecidos, bem como nos recursos financeiros dispendidos. Por exemplo, o Programa fechou o ciclo desse intervalo com a aquisição de 128.913.220 livros/revistas, resultado de um

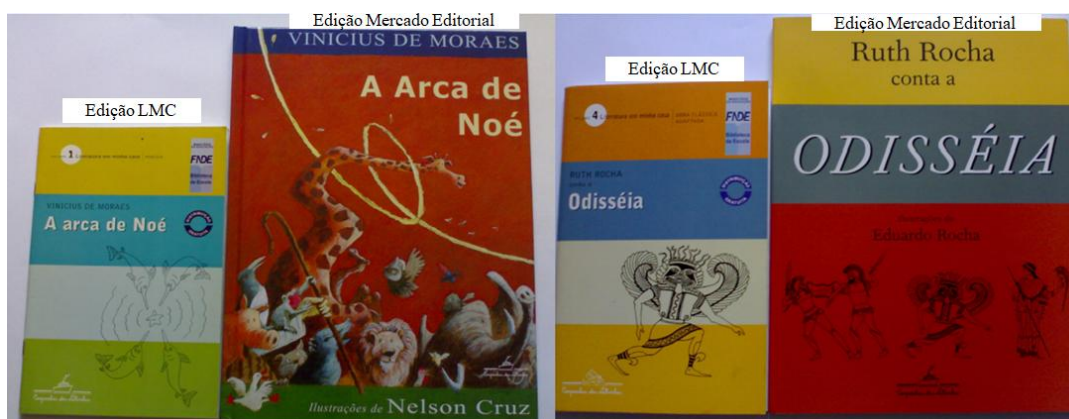
investimento de R\$ 594.8 milhões. Ao comparar os ciclos do PNBE do governo FHC (1997 a 2002), que contou com a disponibilização de 93.318.820 livros/revistas e recursos de R\$ 126.2 milhões, com os ciclos do governo Lula (2003 a 2010), verificamos um crescimento de $\cong 19\%$ nos números de exemplares e $\cong 173\%$ nos recursos financeiros.

Vale ressaltar, entretanto, que, para uma análise coerente, precisamos considerar o tempo de cada governo, bem como a regularidade e a organização das edições. Para exemplificar, apresentamos os dados em outra análise estatística, como o cálculo da média por número de edições. Na era FHC, houve a aquisição para cinco PNBE e, portanto, estabeleceu-se uma média de 18.663.764 exemplares por edição e R\$ 25.2 milhões de investimento para cada uma. Já na era Lula, concretizou-se a compra de 7 edições do PNBE com uma média de 18.416.174 exemplares, a um valor total de R\$ 85 milhões. Com essa demonstração, notamos que, para avaliar os números do Programa, é necessário um trabalho quantitativo e qualitativo e a verificação em diferentes contextos para, assim, conseguirmos entender o desenvolvimento e a ampliação do Programa.

Ao analisar esse contexto variável, da média de exemplares e de investimentos por edição, compreendemos que a aproximação do governo FHC (5 edições) com o governo Lula (7 edições) resultou de ações do PNBE com a edição do — *Literatura em minha casa*, pois a aquisição desses livros para os alunos atingiu alto quantitativo de exemplares, porém a restrição de padrão e formato das obras possibilitou a compra de grande volume com baixo investimento para aquisição, tanto que a média em cifras ficou em R\$ 1,35/por exemplar com FHC e R\$ 4,61/por exemplar com Lula.

A Figura 14 mostra a versão adquirida pelo governo federal em comparação com a obra disponibilizada para compras privadas.

Figura 14 – Comparação de obras do *Literatura em minha casa* com obras do mercado editorial



Fonte: Adaptação de Oliveira (2008, p. 131).

Com a amplitude do PNBE, podemos assegurar que suas ações passaram a ter um significativo interesse para o mercado editorial e para as Instituições de Ensino Superior. Como já demonstramos, um título selecionado para o Programa requer altas tiragens para atender as escolas públicas do país. E, com isso, amplia-se a circulação no cenário educacional e se alargam os interesses em estudos de leitura, literatura e Prática Pedagógica. Ainda sobre a relação entre o PNBE e as editoras, Xavier (2010, p.151) manifestou que, no governo FHC, a LIBRE não teve espaço para interlocução com os responsáveis pelo Programa — FNDE/MEC. Já no governo Lula, abriram-se as condições para o diálogo e, a partir disso, o mercado editorial puderam “se expressar e apresentar documentos que comprovavam a falta de democratização” na participação das editoras.

Com o alcance de doze anos de vigência e com a passagem por dois governos (FHC e Lula), o PNBE ainda não tinha alcançado a estabilidade, pois a sua continuidade dependia de acompanhar a cumulatividade das sucessivas alterações impostas pelas mudanças nas políticas em cada ciclo dos dois governos. Para Eliana Yunes (2010, p. 154), era preciso “consolidar o que finalmente se obteve com a efetiva capilarização do debate e com a inserção de diferentes fatores no processo de pensar a leitura, inclusive a partir das práticas, o que deve ser a meta principal dos próximos anos e governos”.

Um fator primordial do Programa no governo Lula foi a organização para atender a todas as modalidades de ensino, sendo: anos pares para a distribuição dos acervos para a Educação Infantil, E.F - Anos Iniciais e EJA e anos ímpares para o E.F - Anos Finais e Ensino Médio). No entanto, essa funcionalidade passou a vigorar a partir do PNBE 2009 e, portanto, no ano de 2010, houve a aquisição de três edições (PNBE 2009, PNBE 2010 e PNBE 2011) com o atendimento aos requisitos das modalidades elencadas acima.

Nessa perspectiva, mesmo sendo 2010 um ano eleitoral, o PNBE 2011 garantiu a distribuição no respectivo ano. Ademais, no instrumento de planejamento do governo, com diretrizes, ações, objetivos e metas — Plano Plurianual (PPA),⁵⁹ do período de 2008/2011 (BRASIL, 2000) — estava contemplada a programação das ações do Programa. Dentro desse contexto de finalização do governo Lula (2003 a 2010), com a implementação do PNBE 2003, PNBE 2005, PNBE 2006, PNBE 2008, PNBE 2009 e PNBE 2010, passamos a elencar algumas considerações que permearam o Programa ou resultaram de todo esse período:

⁵⁹ Disponível em:< https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa/arquivos/ppas-anteriores/ppa-2008-2011/081015_ppa_2008_mespres.pdf>. Acesso em 05 mai. de 2021.

- O PNBE 2003 - *Literatura em minha casa* já estava prevista no PPA 2000/2003, portanto, atendeu às(aos) estudantes da 4ª série, da 8ª série e da 2ª fase do EJA, às bibliotecas das escolas da 5ª a 8ª série, à biblioteca do professor – alfabetizadoras(es) da 1ª série a 4ª série – e às bibliotecas municipais. Deste modo, tornou-se a ação com maior aquisição de livros (49.034.192 milhões) durante o referido governo Lula.
- Retorno à distribuição de obras literárias, de livros teóricos e metodológicos e de revistas para composição dos acervos das bibliotecas escolares;
- Ampliação do atendimento para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, o EJA e o Ensino Médio;
- Organização da regularidade cronológica para atendimento aos níveis de ensino;
- Descentralização do processo avaliativo, compartilhando as responsabilidades com a UFRJ e posteriormente com o Ceale, da UFMG;
- Elaboração de guias com programação única entre a distribuição desses materiais e acervos literários.

Mesmo com a troca de governo e a continuidade de várias edições do PNBE, mantiveram-se alguns apontamentos que haviam sido estabelecidos no governo de FHC, tais como:

- Manteve a problemática do uso e da circulação dos acervos. Os dados do *corpus* de estudo apontaram o desconhecimento do Programa, tanto que permaneceram fechadas ou guardadas em armários e/ou salas da gestão de escolas as caixas com obras literárias;
- Houve um avanço na contemplação distributiva no âmbito de autoria, regiões, editoras e temáticas. No entanto, o edital ainda necessitava de melhorias em relação à participação das editoras, dos profissionais pareceristas e da contemplação da diversidade étnico-racial;
- Permaneceu a desarticulação entre as ações do PNBE e a formação docente;
- Persistiu a diferença entre os dados do Censo Escolar e os das escolas no ano de distribuição, pois as informações validadas se referiam ao ano anterior ao da entrega dos acervos;
- Ainda havia a falta de parcerias entre as três esferas do governo — federal, estadual e municipal;
- Foi mantida a necessidade do acompanhamento do PNBE a partir da entrega dos acervos às escolas públicas;
- Persistiu a ausência de equidade no processo de atendimento, pois existiam escolas não cadastradas no Censo escolar e as instituições rurais, quilombolas e indígenas dependiam da distribuição a partir das Secretarias de educação. Com isso, muitas escolas não receberam os acervos.

Diante dos dados expostos, retomamos que o PNBE 2010, a partir da previsão do

PPA 2008/2010, foi adquirido e avaliado no governo Lula, porém, a sua efetiva distribuição ocorreu no governo Dilma.

2.4 PNBE no governo de Dilma Rousseff (2011-2016)

Um novo governo sempre traz possibilidades de descontinuidade de ações governamentais anteriores. No entanto, visualizamos uma vantagem com a entrada do governo Dilma, pois era a continuidade de um mesmo partido. Será que essa seria uma garantia para a não finalização do PNBE?

Para descrever a transição do PNBE do governo de FHC para Lula e deste para a gestão Dilma, respaldamo-nos em Yunes (2010, p. 154), para compreender que “avançamos com certeza, não sem risco do retrocesso de que é feita a história política, na qual a demanda por continuidade e avanço é abalroada por interesses menores e vaidades pessoais”.

Como informamos anteriormente, o PNBE 2011 estava com as fases de inscrição, avaliação, seleção e negociação garantidas e, no governo Dilma, houve a continuidade com a distribuição de 17.115.844 exemplares de livros e revistas para as escolas públicas com atendimento aos alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Assim, essa edição fechou com o investimento de \cong R\$ 102 milhões.

Diante do contexto de continuidade e de investimento, apresentamos a Tabela 5 com as edições e os quantitativos de exemplares e de recursos no PNBE de 2012 a 2014. As informações utilizadas são do portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, visto que há diferenças em documentos e sites do FNDE/MEC.

Tabela 5 – Edição, aquisição e investimento do PNBE no governo Dilma

Edição	Público de atendimento	Quantidade de exemplares de livros/revistas	Recursos financeiros (Total em R\$)	Custo exemplar em R\$
PNBE 2012	Escolas públicas com EI Escolas públicas com EF – Anos Iniciais EJA PNBE Periódicos	25.635.233	R\$ 135 milhões	R\$ 5,27
PNBE 2013	Escolas públicas com EF – Anos Finais Escolas públicas com EM PNBE Periódicos PNBE do Professor PNBE Temático	38.356.370	R\$ 280.2 milhões	R\$ 7,30
PNBE 2014	Escolas públicas com EI Escolas públicas com EF – Anos Iniciais EJA PNBE Periódicos	34.145.070	R\$ 150.8 milhões	R\$ 4,42
Total		98.136.673	R\$ 566 milhões	R\$5,77

Fonte: Elaborada pela autora com dados da Pesquisa (2021).

Em relação ao PNBE 2012, ratificamos que, no Plano Plurianual de 2008 a 2011 do

governo Lula, constava a programação para a realização da edição 2012. E isso aconteceu no governo Dilma, que, em 2011, promoveu a avaliação e a aquisição das obras para a composição dos acervos.

O PNBE 2012⁶⁰ distribuiu 25.635.233 de exemplares, entre livros e revistas, a um custo aproximado de R\$ 135 milhões. Essa primeira negociação do Programa no governo Dilma teve um aumento de aproximadamente 50% no quantitativo de exemplares e de 32% no investimento financeiro. É importante retomar que o diferencial numérico de uma edição para outra se dá, geralmente, pelos critérios de distribuição, de público-alvo e de características físicas das obras, tais como: tamanho, cor, tipo de papel e quantidade de páginas recomendadas para cada faixa etária contemplada.

No PNBE 2012, houve a inclusão de obras no formato *MecDaisy*. Diante disso, houve um avanço tecnológico, pois a disponibilização de livros dependia das publicações em formato digital acessível. Esse formato permite gerar, por exemplo, livros digitais falados, reprodução sincronizada de trechos selecionados, recuo e avanço de parágrafos, além da busca rápida por seções ou capítulos (BRASIL, 2013). Essa implementação para as escolas com Anos Iniciais e EJA teve um investimento de R\$ 2.4 milhões e uma compra de 743.066 livros, que foram convertidos para esse formato e receberam o selo *MecDaisy*. O montante desse recurso representou 2% da cifra total (R\$ 135 milhões) do PNBE 2012.

Costenaro (2015, p. 141), em sua dissertação, analisou a acessibilidade de leitura do *Mecdaisy* nos livros do acervo do PNBE e concluiu que os estudantes com deficiência visual (DV) “têm o direito garantido de escolher, dentre as mais variadas soluções tecnológicas de leitura e quais são as mais adequadas e pertinentes para cada situação, de modo que eles se beneficiem das mesmas vantagens que as pessoas que enxergam na hora de ler um livro”. Desse modo, o pesquisador argumenta que os programas governamentais contemplavam a representatividade das pessoas com DV, gerando empoderamento, inclusão e democratização das ações e das escolhas.

A edição do PNBE 2013⁶¹ continuou com a inclusão de 2.785.419 exemplares no formato *MecDaisy*, totalizando um custo de R\$ 9.1 milhões. Costenaro (2015), na sua dissertação, denunciou que, na página do Sistema de Controle de Materiais Didáticos

⁶⁰ PNBE 2012 - Obras Selecionadas. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=13915&Itemid=>>. Acesso em: 24 maio 2021.

⁶¹ PNBE 2013 - Obras Selecionadas. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=13992&Itemid=>>. Acesso em: 24 maio 2021.

(SIMAD), constava que as escolas deveriam ter recebido 1.080 títulos. Porém, na coleta de dados com a direção das escolas e com as Secretarias Municipais de Educação, verificou-se o recebimento de apenas 180. O pesquisador chama a atenção para esses dados, pois considera que sua pesquisa, realizada em um município, antevia a probabilidade de que a situação encontrada em sua investigação fosse de abrangência nacional. Diante disso, entendemos a necessidade de conferência diretamente no órgão responsável (FNDE/MEC) e nas instituições contempladas pelo Programa.

O conjunto de pesquisas analisadas aponta, em seus dados, que há um desconhecimento por parte dos docentes da chegada dos acervos em suas escolas e mostram que, muitas vezes, os livros estão na unidade, porém sem receber divulgação devida que permita o conhecimento da existência dos acervos. Nesse sentido, aflora-se a importância de ações avaliativas e de acompanhamento acerca da distribuição e utilização dos acervos pelos profissionais da educação.

O Relatório de gestão de 2012 (BRASIL, 2013) antecipava algumas ocorrências orçamentárias com relação às ações do PNBE, fazendo antever que a organização dos PNBEs Temático, PNBE do Professor e PNBE 2014 não finalizaria em 2013, uma vez que os gastos para sua efetivação não puderam ser realizados no período correto. Porém, nos primeiros meses de 2014, quase todas as etapas do processo já haviam sido cumpridas, inclusive a distribuição, exceto as relacionadas ao PNBE Temático.

O PNBE 2014, última edição do Programa, consolidou-se com a distribuição de obras literárias e de periódicos para as escolas com atendimento à Educação Infantil, aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e à Educação de Jovens e Adultos. Sobre a distribuição para a EI, o MEC, entendeu a importância das obras literárias para as crianças, com isso, organizaram as ações para que o PNBE 2014 fosse disponibilizado para as bibliotecas das instituições, bem como para as salas de aula ou outros espaços de trabalho com as(os) pequenas(os).

O PNBE 2014 conseguiu entregar 12.175.178 exemplares com um investimento de R\$ 50.5 milhões, enquanto o PNBE 2012 distribuiu 3.485.200 exemplares a um custo de R\$ 24.6 milhões. Esses dados comprovam que, da edição do PNBE 2012 para o PNBE 2014, houve um aumento de 249% nas aquisições de exemplares e 105% em recursos públicos.

Com interesse no processo formativo docente e na ampliação das possibilidades de conhecimento e divulgação dos acervos, o Ceale produziu uma Coleção, por intermédio da coordenação das pesquisadoras professoras Aparecida Paiva e Magda Soares, bem como de um coletivo de pesquisadoras(es) de diferentes IES. Trata-se da Coleção *PNBE na escola* –

*Literatura fora da caixa*⁶² (BRASIL, 2021) em três volumes (Educação Infantil, Anos Iniciais do EF e EJA) e que deveriam ser distribuídos juntamente com os acervos do PNBE 2014 (QUADRO 10).

Quadro 10 – Publicações do MEC para o PNBE no governo Dilma

Nº	Documentos	Ano de distribuição
1	Literatura Fora da caixa – Educação infantil – Guia 1	2014
2	Literatura Fora da caixa – Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Guia 2	2014
3	Literatura Fora da caixa – Educação de Jovens e Adultos – Guia 3	2014

Fonte: Elaborado pela autora com dados da Pesquisa (2021).

Essas publicações, caracterizadas como guias, foram organizados com textos teóricos e metodológicos e com a discussão de “especificidades de cada gênero, abordando obras que os representam, no intuito de que essas leituras funcionem como exemplos e incentivo para a apropriação dos acervos pelos mediadores de leitura, de forma a enriquecer as atividades de leitura na escola” (SOARES; PAIVA, 2014, p. 11). Ao final, eles apresentaram todos os títulos dos livros do acervo específicos para cada nível de titulação.

Com embasamento na análise das produções acadêmicas apresentadas no decorrer dessa pesquisa, avaliamos que esse ciclo foi o de maior expansão na distribuição de materiais de leitura para as escolas públicas brasileiras. Por isso, destacamos a importância de ações governamentais na aquisição e distribuição de obras literárias para as escolas, pois compreendemos que um programa pode ser, para muitos dos discentes e docentes das escolas públicas brasileiras, o único meio possível de acesso aos livros literários.

Segundo a pesquisa *Retratos de leitura* (FAILLA, 2012, p. 135), “quanto maior a escolaridade e a classe socioeconômica, maior a proporção de compradores de livros”. Essa informação mostra que a maior parte da população brasileira não faz parte desse grupo. Diante dessa situação, não temos como não pensar nas perguntas apresentadas por Silva (2013, p. 66): “Quantas pessoas querem ler e não podem ler neste país? Quantos são os analfabetos, não por opção, mas por imposição do capitalismo selvagem? Quantos são os profissionais que leem nada ou coisa nenhuma devido a salários aviltados e a péssimas condições de trabalho?”.

Esses questionamentos nos levam a refletir sobre a condição de “sobrevivência” de grande parte da população brasileira e a confrontar suas necessidades básicas com a oportunidade de comprar livros. É diante disso que as pesquisas ressaltam a relevância na

⁶² Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20407>. Acesso em: 18 maio 2021.

distribuição de obras literárias para as bibliotecas escolares e indicam que faltou a implementação de ações que fomentassem a divulgação e a utilização desses livros.

Portanto, entendemos que as ações do PNBE não estiveram articuladas com outras iniciativas dos governos federal, estadual e municipal. Gatti (1994, p. 17) explica que “é complexa a teia de relações entre essas três instâncias, inclusive porque essas relações não estão imunes aos aspectos políticos partidários”. Além disso, em programas governamentais torna-se comum a transferência de responsabilidades entre União, Estados e Municípios, estendidas para escolas, profissionais da educação e até mesmo para a comunidade escolar. Ezequiel Silva (2010, p. 12) afirma que, muitas vezes, as ações do governo federal não ressoam aos interesses dos governos estaduais e municipais e, “sem que os valores decorrentes do acesso e da assiduidade à leitura sejam sensivelmente percebidos para o avanço do país, as vozes em favor da mudança se perderão no ar ou não entrarão nos ouvidos duros, caducos de muitos presidentes, governadores e prefeitos”.

Para ajudar na disseminação dessas ações, consideramos que as produções acadêmicas podem ser um meio para essa divulgação e para o conhecimento dos programas governamentais. Nesse sentido, verificamos que, no grupo das produções acadêmicas, há um grande volume de dissertações e teses com foco nas edições do PNBE 2013 e PNBE 2014 em que 34 (53%) produções acadêmicas tiveram como objeto de estudo as edições do PNBE 2013 e PNBE 2014. Em relação aos orientadores, percebemos a presença das professoras pesquisadoras Célia Regina Delácio Fernandes e Flávia Brocchetto Ramos, que já foram citadas nos outros conjuntos de pesquisas do governo FHC e Lula.

Em uma análise geral das dissertações e teses, observamos que a história do PNBE foi contada em diferentes formatos e algumas investigações foram criteriosas na exposição das informações, pois demonstraram dados sistematizados e analisados do Programa na sua amplitude e com foco nas especificidades de cada edição (MARQUES, 2013; VALARINI, 2015; BRANDÃO, 2016; PIEDADE, 2018, entre outras). Outras produções (LACERDA, 2013; PORCIUNCULA, 2014; MORENO, 2015; LIMA, 2016) tiveram interesse em analisar as obras dos acervos e fazer uma passagem pela história do PNBE, mas sem se ater aos detalhes da sua trajetória e funcionalidade.

Quadro 11 – Produções acadêmicas com foco no PNBE 2011 ao PNBE 2014 Continua.

Nº	Edição do Programa	Pesquisadora(or)	Orientadora(or)	Nível de ensino	Ano de defesa
1	1997 a 2014	VALARINI, S. D.	MARTHA, A. A. P.	D	2015
2	2004 a 2013	GUERRA, M. P. R.	SALGUEIRO, M. A. D.	M	2015
3	2004 a 2014	QUEIROZ, S. T. de	BOTELHO, D. M.	M	2018
4	2006 a 2013	BARREIROS, R. C.	VIEIRA, N. R. F.	D	2014
5	2006 a 2013	PASCUALI, D. C. dos S.	FERREIRA, N. S. de A.	M	2017
6	2006 a 2014	NASCIMENTO, V. Y. do	RAMOS, P. E.	M	2018
7	2006 a 2014	SILVA, C. S. C.	CARRIJO, S. A. B.	M	2018
8	2008 a 2014	LEONARDI, S. E. R.	BUFREM, L. S.	D	2016
9	2008 a 2014	SPENGLER, M. L. P.	DEBUS, E. S. D.	D	2017
10	2008 a 2014	BERNARDES, T. V. M.	DEBUS, E. S. D.	M	2018
11	2010 a 2015	ATHAYDE, A. B. A.	BRANDILEONE, A. P. F. N.	M	2017
12	PNBE 2008, PNBE 2010, PNBE 2012	PEREIRA, I. S. S.	JULIANO, D. B. R.	M	2014
13	PNBE 2008, PNBE 2010, PNBE 2012, PNBE 2014	LIMA, L. A. M. de	SOUSA, G. H. P. de	M	2015
14	PNBE 2011	LACERDA, M. G.	FARBIARZ, J. L.	M	2013
15	PNBE 2011	MAIA, E. T. da	FERNANDES, C. R. D.	M	2014
16	PNBE 2011	PORCIUNCULA, R. F.	SPAREMBERGER, A.	M	2014
17	PNBE 2011	SILVA, L. C. e	SILVA, P. V. B. da	M	2012
18	PNBE 2011, PNBE 2013	GABRIEL, T. F.	VALENTE, T. A.	M	2016
19	PNBE 2011, PNBE 2013	FRANCISCATI, J. de B.	FERNANDES, C. R. D.	M	2016
20	PNBE 2012	BUFFON, E. C.	RAMOS, F. B.	M	2014
21	PNBE 2012	SAMPAIO, L. O. L.	AQUINO, M. de A.	D	2014
22	PNBE 2012	TAVARES, E. C. C.	CESAR, M. R. de A.	D	2015
23	PNBE 2012	MORENO, J. L. B.	MOTA, M. R. A.	M	2015
24	PNBE 2012	SILVA, E. V. K. da	LOTTERMANN, C.	M	2015
25	PNBE 2012, PNBE 2014	SANTOS, E. P. dos	AMARILHA, M.	M	2018
26	PNBE 2013	MARQUES, M. J. D. V.	ARENA, A. P. B.	M	2013
27	PNBE 2013	BATTISTI, R.	PORTO, A. P. T.	M	2015
28	PNBE 2013	CALLIARI, E. A. da S.	RODRIGUES, I. de	M	2015
29	PNBE 2013	ALVES, K. F.	RAMOS, F. B.	M	2016
30	PNBE 2013	ALMEIDA, J. de D.	KIRCHOF, E. R.	M	2016
31	PNBE 2013	MARTINHAGO, D. B.	CABRAL, G. da S.	M	2016
32	PNBE 2013	LEONARCZYK, E.	ZAPPONE, M. H. Y.	M	2016
33	PNBE 2013	BONFIM, L. A.	LOTTERMANN, C.	M	2016
34	PNBE 2013	SOUZA, J. A. E. de	FERNANDES, C. R. D.	M	2016
35	PNBE 2013	VARGAS, T. de	ROHING, T. M. K.	M	2016
36	PNBE 2013	LIMA, M. F. de	FERNANDES, C. R. D.	M	2016
37	PNBE 2013	GONCALLES, M. C.	ZAPPONE, M. H. Y.	M	2016
38	PNBE 2013	LIRA, T. G. de S.	SANTOS, L. A.	M	2016
39	PNBE 2013	DALENOGARE, R. A.	RAMOS, F. B.	M	2017
40	PNBE 2013	MAZUR, R. A. B.	VALENTE, T. A.	M	2017
41	PNBE 2013	MORAES, A. C. de	BRANDILEONE, A. P. F. N.	M	2018
42	PNBE 2013	LIMA, R. B. de	OLIVEIRA, G. G. S. de	M	2018
43	PNBE 2013, PNBE 2014	LACERDA, M. G.	FARBIARZ, J. L.	D	2018
44	PNBE 2014	WERLANG, S. D.	RAMOS, F. B.	M	2015
45	PNBE 2014	LAZZARI, F.	RAMOS, F. B.	M	2016
46	PNBE 2014	MENON, M. M.	CARVALHO, C.	M	2016
47	PNBE 2014	MORESCHI, M. T.	NOGUEIRA, E. J.	M	2017
48	PNBE 2014	SILVA, T. G. da	BORTOLANZA, A. M. E.	M	2017
49	PNBE 2014	DORNELLES, K. M. S.	FERNANDES, C. R. D.	M	2017
50	PNBE 2014	SILVA, M. R.	SILVA, A. S. da	M	2017
51	PNBE 2014	MARCAL, C.	ANDRE, T. C.	M	2017
52	PNBE 2014	OLIVEIRA, M. R. de	CAMPOI, I. C.	M	2018
53	PNBE 2014	HUNING, R. I.	KRATOCHVIL, C. F.	M	2018
54	PNBE 2014	SOARES, U. F.	IWAMOTO, H. M.	M	2018
55	PNBE 2014	BARBOSA, A. C. B.	FREIRE, R. T. J.	M	2018

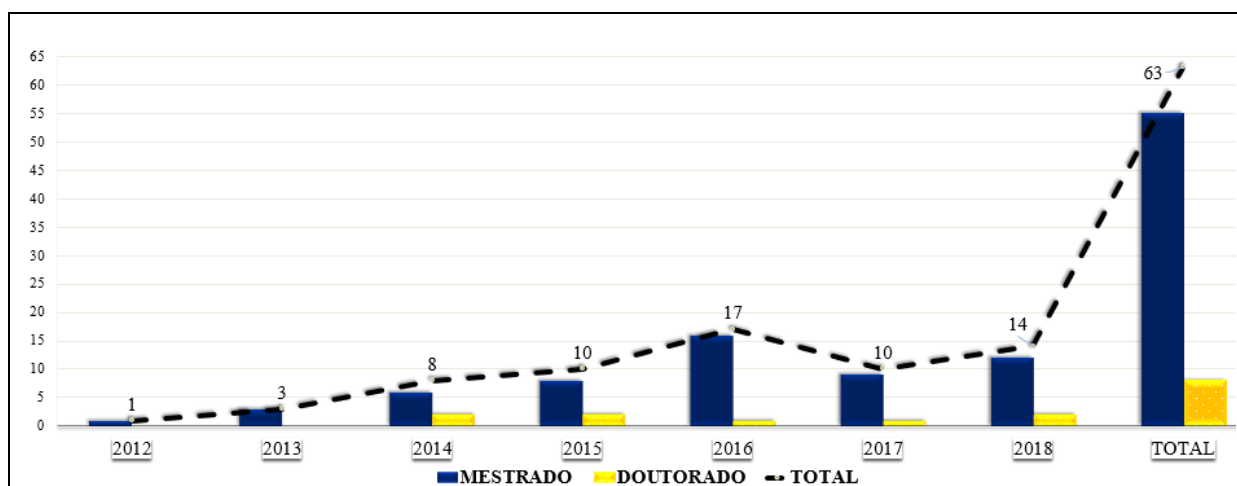
Fonte: Elaborado pela autora com dados da Pesquisa (2021).

Quadro 11 –Produções acadêmicas com foco no PNBE 2011 ao PNBE 2014 Continua.

Nº	Edição do Programa	Pesquisadora(or)	Orientadora(or)	Nível de ensino	Ano de defesa
56	PNBE 2014	BITTENS, C. M. R. V.	NAVAS, D.	M	2018
57	PNBE 2014	COSTENARO, R.	SCHLÜNZEN, E. T. M.	M	2015
58	PNBE do Professor 2010 PNBE do Professor 2013	PIEDADE, A. A. dos S.	BITTENCOURT, C. M. F.	D	2018
59	PNBE do Professor 2013	BRANDAO, C. L.	RODRIGUES, S. de F. P.	M	2016
60	PNBE Periódicos	CARLOTTO, O. B.	RAMOS, F. B.	M	2013
61	PNBE Periódicos	JESUS, E. M. de	GOULART, C. M. A.	M	2014
62	PNBE Periódicos 2012 PNBE Periódicos 2014	PORCIUNCULA, E. de M.	MOTA, M. R. A.	M	2016
63	PNBE Periódicos 2013	CELINSKI, G. M.	LIMA, M. R. DeL V. de	M	2014

Fonte: Elaborado pela autora com dados da Pesquisa (2021).

A observação do conjunto selecionado para o governo de Dilma encaminhou-se para a averiguação da evolução das dissertações e teses com foco nas edições do PNBE de 2011 a 2014, conforme ilustra o Gráfico 3. O conjunto de 63 produções acadêmicas distribuiu-se em 55 estudos de mestrado e 8 investigações de doutorado, todos defendidos no intervalo de 2012 a 2018. Ao analisar os dados estatisticamente, verificamos uma média de nove pesquisas por ano.

Gráfico 3 – Evolução das pesquisas com foco no PNBE 2011 ao PNBE 2014

Fonte: Elaborado pela autora com dados da Pesquisa (2021).

Dentro desse contexto, notamos um crescimento gradual a partir de 2014 e com maior incidência em 2016. Em uma busca para tentar entender o elevado indicador de dezessete estudos defendidos em 2016, retornamos a 2014 como o ano inicial para o desenvolvimento das dissertações. Desse modo, chegamos à conclusão de que isso aconteceu devido a ampliação e regularidade do Programa e isso mobilizou o interesse em compreender e avaliar essas alterações por meio de investigações em escolas e/ou bibliotecas, bem como

analisar o conjunto materiais adquiridos e distribuídos pelo governo.

Além disso, consideramos que, no decorrer das edições, com o Ceale na coordenação do processo de avaliação e seleção, houve uma significativa ampliação para a participação de profissionais distribuídos nas IES brasileiras e, conseqüentemente, criou-se uma rede de colaboradores no território nacional, os quais vivenciavam as ações do PNBE. Para José Perez (2010, p. 1180), a motivação para a investigação de um programa governamental se relaciona com o “examinar a implementação das políticas, assim como reexaminar o que foi implementado e deu certo e o que de fato funciona”, assim como “investigar sob que condições as diversas políticas educacionais são implementadas, como elas funcionam e se são exitosas”.

A Figura 15 expõe três mapas do Brasil expondo a abrangência e a presença do PNBE nos estados brasileiros. Em uma versão, temos a participação de profissionais no processo avaliativo (1º mapa azul); em outra, o IES de origem das pesquisas de mestrado e de doutorado sobre/com o PNBE (2º mapa amarelo); e a última delas traz o IES de origem das(os) pesquisadoras(es) participantes das bancas de defesa da literatura cinzenta analisada (3º mapa verde).

Os mapas ilustrados na Figura 15 apresentam a ampliação e diversificação do PNBE dentro do território brasileiro, assim como valida nossa afirmação de que a participação de profissionais no processo de avaliação e a continuidade e abrangência do Programa são fatores decisivos para a visibilidade. Ademais, não podemos esquecer que, em 2013, foi instituído o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), um programa do governo federal para a formação das(os) professoras(es) alfabetizadoras(es) e que trouxe, em sua proposta, ações práticas e teóricas aos docentes. Também houve a elaboração de cadernos de estudos e informações sobre/com o PNBE, com situações provocadoras para que os docentes conhecessem e utilizassem as obras do acervo (BRANDÃO, 2016). A importância da articulação do PNBE com outros programas governamentais teve destaque em todas as edições e em todos os governos.

No contexto acadêmico, percebemos nitidamente uma progressão no quantitativo das pesquisas e, por isso, compreendemos que o aumento nas investigações contribui para a ampliação das redes de citação. Para validar essa assertiva, construímos a rede de citação e, portanto, informamos que a verificação das referências aconteceu nas 63 (100%) produções acadêmicas do Quadro 11 (p. 113 – 114).

Diante disso, o mapeamento consolidou a rede com 64 pesquisadoras(es) em 156 (100%) conexões, sendo que: 36 (57%) autoras(es) foram citadas(os) em investigações

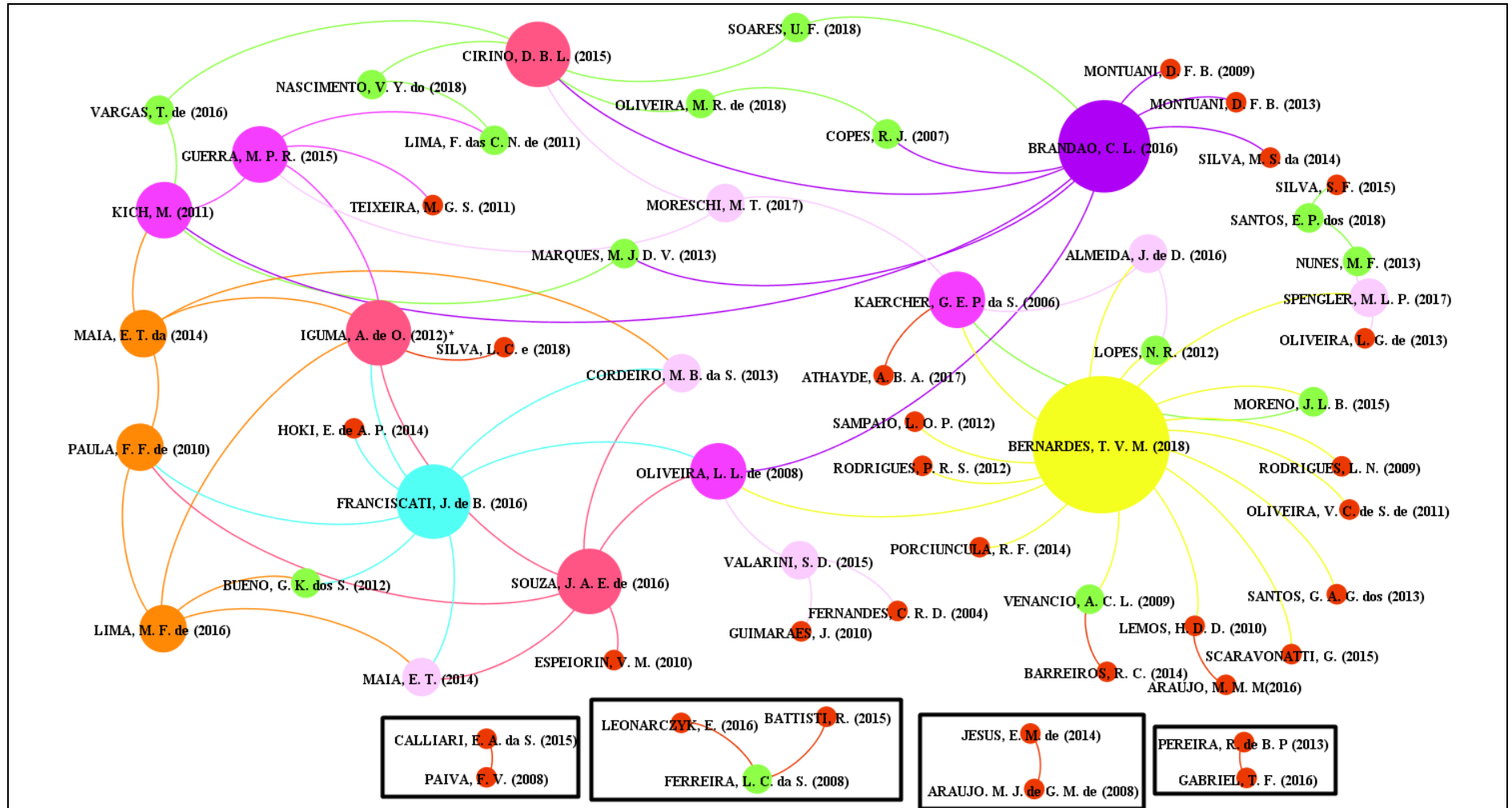
sobre/com o PNBE, 21 (33%) pesquisas citaram outros estudos e apenas seis (10%) ocuparam o lugar de citado e citantes (FIGURA 16). Ao observar a rede de citação, entendemos que o fato de pesquisadoras(es) citarem outras produções acadêmicas cria vínculos e promove a difusão das análises produzidas sobre o objeto de estudo. Essas relações são necessárias para confirmarmos ou refutarmos dados e/ou informações. Além disso, as referências nas pesquisas contribuem para a localização ou o encontro com autoras(es) sobre a temática ou o campo de abordagem para as “novas investigações”.

A circulação das produções acadêmicas entre as(os) pesquisadoras(es) traz momentos de compreensão e aprendizagem do objeto analisado, do tipo de pesquisa e da temática de interesse. Esse movimento é imprescindível para o envolvimento, o crescimento e a efetivação de linhas de pesquisa e do grupo de pesquisa, além de proporcionar visibilidade ao IES e às(os) professoras(es) pesquisadoras(es).

Nessa perspectiva, a Figura 16 revela a formação de cinco sub-redes (100%) com a seguinte distribuição: quatro componentes mantiveram relações isoladas, correspondendo a 6% das ligações no âmbito da totalidade:

1. “As sequências didáticas como estratégia para o letramento literário”, de Calliari (2015) referenciou a dissertação “A literatura infanto-juvenil na formação social do leitor: a voz do especialista e a vez do professor nos discursos do PNBE 2005”, de Paiva (2008);
2. “A(s) violência(s) na literatura infantojuvenil brasileira: uma análise a partir do PNBE 2013”, de Leonarczyk (2008) e “A representação feminina em obras da literatura juvenil brasileira do século XXI: um olhar sobre protagonistas adolescentes de narrativas que integram o PNBE/2013”, de Battisti (2015) referenciaram a dissertação “A personagem do conto infanto-juvenil brasileiro contemporâneo: uma análise a partir das obras do PNBE/2005”, de Ferreira (2008);
3. “Revistas pedagógicas na leitura docente: acesso e usos no cotidiano escolar”, de Jesus (2014) referenciou a tese “Livros que andam: disponibilidade, acesso e apropriação da leitura no contexto do programa Literatura em Minha Casa”, de Araújo (2008);
4. “Estratégias de leitura literária para a formação do leitor: PNBE e sala de leitura no contexto paulista”, de Gabriel (2016) referenciou a tese “O leitor através do espelho – e o que ele ainda não encontrou por lá!”, de Pereira (2013).

Figura 15 – Redes de referências entre as pesquisas com foco no PNBE 2011 ao PNBE 2014 – citados e citantes



Nota: O tamanho dos círculos representa o grau de conexões entre as pesquisas sobre/com o PNBE. Cada círculo (nós/atores) é uma referência (pesquisador) e cada linha (arestas) significa uma conexão (entrada - ser citado e saída - citar). As cores idênticas registram o mesmo número de conexões.

Fonte: Elaborado pela autora com dados da Pesquisa (2021)

As quatro sub-redes, isoladas representaram conexões diversificadas, pois houve variação nas regiões e áreas. Por exemplo: Calliari (2015), da Região Nordeste e da área de Linguística, Letras e Artes, referenciou Paiva (2008), que é da Região Sudeste e da área de Ciências Humanas; Leonarczyk (2008) e Battisti (2015), da Região Sul e da área de Linguística, Letras e Artes, citaram os estudos de Ferreira (2008), que é da Região Centro-Oeste e pertence à mesma área; Pereira (2013), da região Sudeste e área de Ciências Humanas, citou Gabriel (2016), da Região Sudeste e área de Linguística, Letras e Artes.

Analisamos essas relações como aleatórias, tal como descreve Pisciotta (2006): uma rede aberta ocorre quando as(os) autoras(es) não estão preocupadas(os) com a formação de uma rede e se encontram aleatoriamente por meio de um interesse comum. Em outro aspecto, temos a rede intencional, que é uma formalização consciente e explícita, como é o caso da pesquisa de Jesus (2014) em conexão com Pereira (2013), pois ambas são da Região Sul, da área de Ciências Humanas e foram orientadas pela Profa. Dra. Cecília Maria Aldigueri Goulart, da Universidade Federal Fluminense (UFF).

A maior sub-rede expõe 54 pesquisadoras(es) em 154 conexões, seja como citado e ou como citante, totalizando 94% dos elos na rede de citação. A dissertação “A literatura de temática africana e afro-brasileira nos acervos do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) para a Educação Infantil”, de Bernardes (2018), representa 9% das ligações por referenciar quatorze pesquisas. Em seguida, temos outra dissertação “PNBE do Professor: usos e desusos”, de Brandão (2016), com 6% das relações por ter citado oito produções acadêmicas e ser referenciada em um trabalho. Há a pesquisa de mestrado “Representação de avós mediadores de leitura em obras de literatura infantil no PNBE”, de Franciscatti (2016), com 4% das interações estabelecidas, uma vez que apresentou sete estudos do *corpus* analisado.

Já as dissertações “Representações de leitura na literatura infantojuvenil: um estudo do PNBE – 2009”, de Iguma (2012), e “Programa nacional biblioteca da escola - PNBE: apropriação dos acervos para a formação de leitores no município de Ipameri-Goiás”, de Cirino (2015), fizeram presença na rede porque cada uma foi citada em seis investigações, enquanto “A literatura de temática africana e afro-brasileira nos acervos do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) para a Educação Infantil”, de Souza (2016), manteve seis conexões por citar outros estudos. Diante disso, analisamos que as três pesquisadoras ocuparam 12% das interações estabelecidas na rede de referência exposta na Figura 22.

Ao observar o funcionamento do PNBE e as produções acadêmicas no governo Dilma, relembramos a ampliação do investimento no Programa Nacional Biblioteca da Escola

e, conseqüentemente, o aumento das pesquisas de mestrado e de doutorado com ênfase nas edições de 2011, 2012, 2013 e 2014. É importante lembrar que os acervos do PNBE 2011 foram adquiridos no governo Lula e, por isso, não computamos os seus investimentos financeiros.

No governo Lula, foram comprados 128.913.220 livros/revistas por um custo de R\$ 594.8 milhões, totalizando a aquisição de seis edições (PNBE 2003, PNBE 2004, PNBE 2005, PNBE 2006, PNBE 2008, PNBE 2009, PNBE 2010 e PNBE 2011). Já no governo Dilma, foram adquiridos 98.136.673 livros/revistas com um investimento de R\$ 566 milhões na aquisição de três edições (PNBE 2012, PNBE 2013, PNBE 2014), resultando em uma queda de menos 24% no quantitativo de exemplares e 5% em cifras.

Ao comparar e calcular a média dos investimentos em cada governo, verificamos que: com o presidente Lula, o PNBE consolidou-se com R\$ 99 milhões por edição, enquanto que, no período da presidenta Dilma, ele se estabeleceu com R\$ 188 milhões por edição. Esses dados nos dão condições para afirmar a ampliação dos recursos no conjunto das ações do PNBE 2012, PNBE 2014, PNBE 2015, pois, a partir da média, notamos o dobro dos valores financeiros.

Dentro do contexto de organização do PNBE expusemos que, em 2013, começaram a surgir fragilidades nas ações do Programa devido a problemas com restrição dos recursos financeiros. Isso se comprova com o fato de a edição do PNBE 2014 não seguir a programação de avaliar, selecionar, negociar e adquirir os acervos ainda dentro do ano de 2013. Por falta de verbas, esse processo estendeu-se para 2014, quando conseguiu que a distribuição acontecesse. Essa alteração na programação financeira promoveu um desalinhamento das ações do PNBE, gerado pela “baixa disponibilização de recursos financeiros para o FNDE” (BRASIL, 2016). E isso prosseguiu para os anos seguintes, de 2014 a 2016.

Em 2014, por exemplo, houve o contingenciamento de R\$ 124 milhões para a ação de aquisição e distribuição de livros. Diante disso, para o PNBE 2015, publicou-se o Edital e até houve avaliação das obras. No entanto, não houve continuidade nas etapas de negociação, aquisição e distribuição, nem a divulgação dos resultados obtidos com as obras selecionadas. Não podemos esquecer que estávamos em um período de instabilidade do governo Dilma, devido à crise econômica e política e à abertura do processo de impeachment. De fato, como consequência, em 12 de maio de 2016, Michel Temer assumiu interinamente o cargo de presidente da República Brasileira e, em agosto, ocupou o cargo de forma definitiva.

De certo modo, em 2015, o PNBE ficou estagnado, sem ações e sem previsão para a

continuidade ou perspectiva de mudanças. E, com a crise política e econômica daquele momento, tornou-se baixa a probabilidade de reversão no quadro de estagnação em que se encontrava o Programa. Nessa perspectiva, é importante apontar fatos relativos à implementação durante o governo Dilma, pois foram anos de manutenção e ampliação em meio a fragilidades e problemas advindos de governos anteriores e que perduraram até as últimas edições.

Muitos apontamentos citados nos governos FHC e Lula poderiam ser expostos novamente, já que, durante a vigência do PNBE, não foram resolvidos e/ou atenuados. Diante dessa discussão, trazemos brevemente alguns apontamentos ressaltados na literatura cinzenta e nas produções científicas:

- Ampliação dos acervos literários, com atendimento previsto para todas as etapas de ensino da Educação Básica e distribuição de livros teóricos e metodológicos para as(os) professoras(es) da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos;
- Desconhecimento e baixa utilização dos acervos pelos profissionais da educação e, conseqüentemente, pelos estudantes;
- Falta de estrutura física e de recursos humanos para o funcionamento das bibliotecas escolares;
- Desarticulação entre as três esferas de governos: federal, estadual e municipal;
- Centralização da coordenação do processo de avaliação, que ficou sob a responsabilidade do Ceale por nove anos. Em 2014, o MEC/FNDE publicou o Edital de chamada pública (BRASIL, 2014) convocando as IES para o processo de seleção, como responsável pelo processo de avaliação do PNBE 2015. No entanto, não houve prosseguimento nas ações;
- Alteração nos editais sobre a diversificação na seleção de obras, com variações em autoria, gêneros, suportes (impresso e *Mecdaisy*);
- Desvinculação entre o PNBE e outros programas governamentais;
- Ausência de formação docente articulada com o PNBE, assim como de formação continuada com temáticas de leitura, literatura e mediação literária. Sob esse aspecto, o PNAIC possibilitou a movimentação dos acervos nas turmas de alfabetização;
- Falta de equidade distributiva: a ampliação dos acervos e do atendimento não supriu isso;
- Encaixotamento dos livros em armários fechados e trancados em salas de gestores (direção e coordenação), que continuou a existir;
- Falta de acompanhamento na chegada e de orientação quanto ao uso dos acervos nas escolas públicas;

- Rotatividade de gestores e profissionais responsáveis pelo trabalho na biblioteca escolar;
- Unicidade na visão das necessidades e do funcionamento das escolas e bibliotecas (quando existiam), no perfil docente e discente, bem como nas decisões de escolhas de livros nos acervos;
- Desigualdade no atendimento às escolas do campo, quilombolas e indígenas.

Trazer essas considerações não descaracteriza a importância de um programa de distribuição de obras literárias, periódicos e livros teóricos e metodológicos para alunas(os) e professoras(es) das escolas públicas brasileiras. Todos os itens elencados no governo FHC, Lula e Dilma deveriam estar presentes nas discussões no momento da organização de cada edição do PNBE. Entretanto, o funcionamento do Programa e os dados das dissertações e teses mostraram, explicitamente, a formalização de uma política distributiva de materiais para leitura que estava se aproximando da sua inexistência durante o governo de Michel Temer.

2.5 PNBE no governo de Michel Temer 2016-2018

Na programação orçamentária de 2016, não constava a continuidade do Programa Nacional Biblioteca da Escola e, como dissemos, desde o ano de 2013, o PNBE trazia, em sua organização e em seu planejamento, alterações de investimento e/ou cancelamentos com a justificativa de migração orçamentária para atendimento a outras políticas educacionais.

O relatório de gestão do FNDE (2016; 2017) informa que o não funcionamento do PNBE não trouxe prejuízos educacionais para às escolas públicas, pois, na visão do MEC, a distribuição de 19.9 milhões de exemplares de livros literários pelo programa do Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – 2ª edição teria sido suficiente para a ação de disponibilizar obras literárias para as(os) estudantes. A aquisição dos acervos do PNAIC sofreu impactos pelo déficit nos recursos públicos, tanto que o Edital, da segunda edição, foi publicado em 2013 e somente em 2017 é que os livros literários chegaram às escolas.

Cabe destacar que, em 2013, a primeira edição do PNAIC distribuiu 10.729.575 exemplares de livros literários destinados à utilização em sala de aula do 1º ao 3º ano e nesse mesmo ano houve a entrega de 38.356.370 obras do PNBE 2013 para as escolas públicas com atendimento aos Anos Finais do EF e Ensino Médio, portanto, não há como considerar que um programa teria condições de superar ou excluir o outro, pois a funcionalidade e o público eram distintos e, neste caso, o PNAIC não deveria excluir o PNBE.

A despeito da estagnação do PNBE em 2015, o FNDE ressaltou que não houve prejuízo para as escolas públicas. No entanto essa é uma visão de governo, numa perspectiva

de quantidade de livros, que desconsidera a modalidade de ensino atendida e os discentes que ficaram excluídos e não receberam as obras literárias. Além disso, o PNBE 2015 atenderia os estudantes dos Anos Finais do EF e Ensino Médio, e as obras previam a composição do acervo das bibliotecas escolares.

Nesse debate, concordamos com Ezequiel Silva (2010, p. 104), que “o discurso ainda é maior do que o recurso” e, com isso, a descontinuidade passa a ser atribuída pela falta de verba. Dentro desse cenário, é pertinente apresentar a síntese do PNBE em todos os governos (TABELA 6).

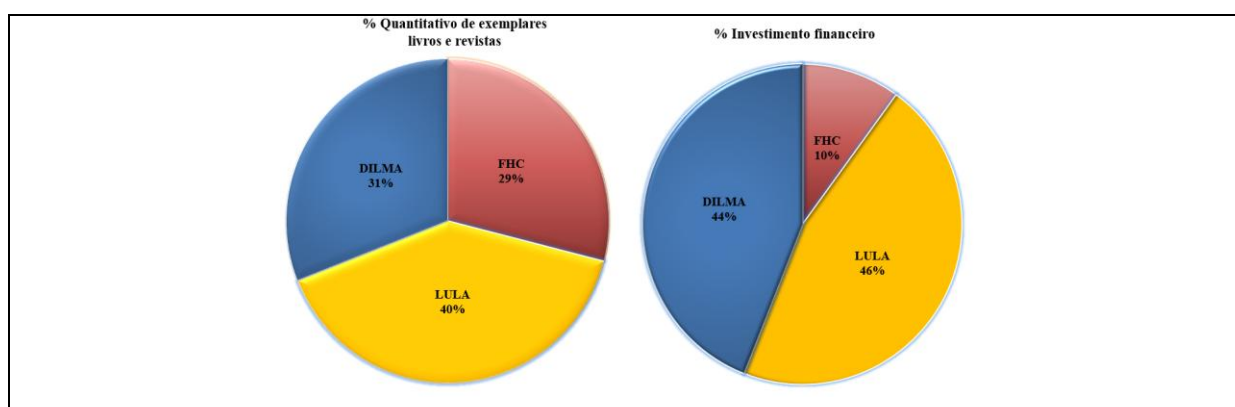
Tabela 6 - Síntese do PNBE em cada governo de 1998-2014

Governo	Edições do PNBE	Exemplares de livros/revistas		Recursos financeiros		Custo exemplar em R\$
		Quantidade	% acumulado	Total em R\$	% acumulado	
FHC	PNBE 1998 ao PNBE 2002	93.318.820	29%	R\$ 126.2 milhões	10%	R\$ 1,35
Lula	PNBE 2003 ao PNBE 2011	128.913.220	40%	R\$ 594.8 milhões	46%	R\$ 4,61
Dilma	PNBE 2012 ao PNBE 2014	98.136.673	31%	R\$ 566 milhões	44%	R\$ 5,77
Total		320.368.713	100%	R\$ 1.287 bilhão	100%	R\$ 4,00

Fonte: Elaborada pela autora com dados da Pesquisa (2021).

O PNBE teve as ações implementadas em três governos (FHC, Lula e Dilma), alcançou a distribuição de 15 edições e consolidou a entrega de 320.368.713 exemplares de livros e revistas com aplicação de R\$1.287 bilhão. Durante a vigência do Programa, houve mudanças nos critérios de atendimento, no processo de avaliação e no formato das obras, porém, os avanços não garantiram a continuidade das ações. O Gráfico 4 expõe o percentual de aquisição de exemplares de livros e investimento financeiro.

Gráfico 4 – Percentual em relação à aquisição de exemplares e aos investimentos financeiros no PNBE (1997-2016)



Fonte: Elaborado pela autora com dados da Pesquisa (2021).

Conforme já havia acontecido com o PNSL (1986-1997) no governo de FHC, em 2017, o governo de Temer determinou a extinção do PNBE (1997-2017) e a (re)criação de outro programa, ato concretizado pelo Decreto nº 9.099 (BRASIL, 2017), que formalizou e configurou um novo formato e uma nova nomeação para PNLD.

A partir disso, ficou determinado ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático, centralizado nas ações no FNDE/MEC, a responsabilidade de adquirir e distribuir livros de literatura, de pesquisa e de referência a estudantes e professoras(es) da Educação Básica. Sem intuito de um aprofundamento, ressaltamos que, até 2021, ocorreram duas edições (2018 e 2020) para aquisição e distribuição das obras literárias intituladas como PNLD Literário. Com isso, surge a necessidade de pesquisas específicas para a compreensão e verificação das ações do referido Programa, no intuito de analisar os editais, a qualidade das obras e o processo de seleção e escolhas.

Cosson (2020) argumenta que a implementação do PNLD Literário resultou de uma improvisação aligeirada, devido a críticas e resistências que finalizaram o PNBE e incluíram a aquisição de obras literárias no programa do livro didático. Em outras palavras, o programa tomou aquilo que o PNBE tinha de bom, mas não resolveu os problemas que o PNBE apresentava e, ainda, o fez de forma tão desastrosa que a situação ficou ainda pior.

Diante do exposto, finalizamos esse capítulo, **PNBE: 20 anos de história**, com a informação de que a criação do PNBE no cenário educacional foi resultado da extinção do PNSL/BE e que ele mesmo foi encerrado com a chegada do PNLD. Portanto, inferimos que o ciclo PNSL/BE → PNBE → PNLD configura como “novo programa” com um contexto de uma “velha história”.

Desse modo, concordamos com Silva (2010, p. 111) quando defende que projetos, programas e ações precisam ser formulados “a partir de — e com base em — dados oriundos de investigações científicas. Mais especificamente, que sejam políticas sustentadas por horizontes desvelados e descobertos por pesquisas de realidade”. Desse modo, ao analisar os programas de aquisição de livros pelo governo federal, o autor questiona:

Quais as pesquisas científicas que sustentam essa política? Que pesquisas mostram a eficácia dos materiais comprados para a melhoria dos índices e do desempenho em leitura do nosso alunado? Quais necessidades e interesses dos professores e alunos são atendidos através dessas bilionárias aquisições? (SILVA, 2010, p. 112).

Essas indagações nos levam para o capítulo 3, **Panorama da literatura cinzenta sobre/com PNBE no Brasil**, em que apresentamos o contexto das produções acadêmicas a

partir do desenvolvimento da comunidade científica em comparação com dados do contexto nacional dos PPGs e do *corpus* de estudo. Isso tudo com vistas a descrever, ainda, a segunda categoria de análise: *Demografia das pesquisas sobre/com o PNBE (1998-2018)*.

3 PANORAMA DA LITERATURA CINZENTA SOBRE/COM O PNBE NO BRASIL EM PPG DE 2004 A 2008

*O olho vê, a lembrança revê, e a imaginação transvê.
É preciso transver o mundo.*
Manoel de Barros

A nossa relação com este capítulo partiu da apropriação da epígrafe de Manoel de Barros (2015), sob o entendimento de que a coleta de dados é o momento em que o olho vê, enquanto que o tratar e analisar os dados é quando a lembrança revê e a apresentação dessas informações surge com o desafio do que a imaginação transvê. É a partir dessa analogia que trataremos este capítulo com o objetivo apresentar o panorama da demografia da base acadêmica sobre/com o PNBE no Brasil entre 2004 a 2018, a partir de dissertações e teses.

Os indicadores analisados são distribuição temporal, nível de titulação, progressão quantitativa da produção, área de conhecimento, instituições de desenvolvimento dos trabalhos, distribuição geográfica, natureza jurídica das IES, pesquisadoras(es), redes de colaboração entre discente e orientadora(or) e redes de citação. Esses indicadores serão discutidos nas seções seguintes, para tanto, utilizamos dados quantificáveis e procedimentos estatísticos com resultados sistematizados e analisados na perspectiva da temática dentro do contexto nacional.

3.1 Distribuição temporal, nível de titulação e progressão quantitativa da produção

Prosseguimos com os primeiros indicadores: a análise da distribuição temporal e do nível de titulação organizados por meio de dados do contexto nacional e da literatura cinzenta estudada. Em uma análise da progressão da formação em nível *stricto sensu*, no intervalo de 2004 a 2018, verificamos que 56.160 pesquisadoras(es) defenderam dissertações e teses nos programas de pós-graduação na área da educação no Brasil. Isso correspondeu a 78% (43.554) pesquisadoras(es) recebendo a titulação de mestras(es) e 22% (12.606) de doutoras(es).⁶³

Explicitar essa trajetória formativa interessou-nos para que, mesmo que de forma simplificada, pudéssemos conhecer o contexto nacional em pesquisas no período selecionado,

⁶³ Indicamos que, no decorrer, das apresentações e da análise dos dados, a exposição do percentual será com arredondamento (sem casa decimal) numérico e percentual.

situação que nos levou a algumas conclusões: o percentual de diplomados em mestrado aumentou em 125% e, em doutorado, 231% e, considerando o total de 56.160 mestras(es) e doutoras(es), esse percentual alcançou uma tendência ascendente de 143%.

Dentro desse contexto, a Tabela 6 registra o quantitativo ano a ano e as devidas porcentagens de crescimento⁶⁴ da literatura cinzenta produzida nos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Educação (PPGE).

Tabela 7 – Distribuição das produções acadêmicas dos PPGEs por titulação acadêmica e ano de defesa (2004-2018)

Ano	Mestrado		Doutorado		Total	
	Nº total	% de crescimento	Nº total	% de crescimento	Nº total	% de crescimento
2004	1901	—	386	—	2287	—
2005	2016	6%	492	27%	2508	10%
2006	2208	16%	497	29%	2705	18%
2007	2302	21%	566	47%	2868	25%
2008	2482	31%	659	71%	3141	37%
2009	2583	36%	705	83%	3288	44%
2010	2488	31%	718	86%	3206	40%
2011	2667	40%	751	95%	3418	49%
2012	2713	43%	757	96%	3470	52%
2013	3153	66%	969	151%	4122	80%
2014	3149	66%	1121	190%	4270	87%
2015	3553	87%	1120	190%	4673	104%
2016	3843	102%	1211	214%	5054	121%
2017	4220	122%	1377	257%	5597	145%
2018	4276	125%	1277	231%	5553	143%
Total	43.554	—	12.606	—	56.160	—

Fonte: Elaborada pela autora com dados Brasil (2021).⁶⁵

Em 2013, conforme a tabela, houve um crescimento de 80% nas pesquisas *stricto sensu* na área da Educação. Esse aumento percentual se explica pelo desenvolvimento dos PPGEs, visto que, no período de 2004 a 2013, o número de programas quase duplicou, ou seja, passou de 73 a 142, correspondendo a 95% de expansão. Os dados explicitam uma tendência crescente nos estudos de mestrado e de doutorado em PPGE no período de 2004 a 2018, e esse fato contribuiu para o processo de democratização do conhecimento no Brasil. Mesmo com a diferença de PPGE entre as regiões brasileiras, observamos o crescimento de dissertações e teses significativa, com as mais variadas temáticas e em diferentes campos de pesquisa.

⁶⁴ A taxa de % crescimento é equivalente à diferença entre o valor da frequência do ano posterior com o ano anterior. Exemplo: ano 2005 (2.016) – ano 2004 (1.901) = 115 ÷ ano 2004 (1.901) x 100% = 6%.

⁶⁵ Disponível em: <<https://geoCapes.Capes.gov.br/geoCapes>>. Acesso em: 18 abr. 2021.

Outra fonte valiosa para um maior aprofundamento na análise da progressão desses estudos é a sistematização do contexto das produções no âmbito da política da pós-graduação no Brasil, o número de programas e outros. A partir da tabela, verificamos que, no ano de 2004, titularam-se 2.287 discentes, sendo 83% no mestrado e 17% no doutorado. Já em 2018, há registro de 5.553 estudantes, sendo 77% mestrandos e 23% doutorandos. Portanto, entre os anos de 2004 e 2018, houve um aumento de 143% no número de alunos matriculados no início do ano, nos cursos de mestrado e doutorado em Educação. Esse aumento é resultado do surgimento de 103 novos programas e de novas modalidades da pós-graduação: mestrado acadêmico e mestrado profissional.

No contexto macro dos PPGs do Brasil, o estudo *Brasil: Mestres e doutores 2019* (CGEE, 2019, n.p), apontou que, no período de 1996 a 2017, foram titulados 743.998 mestras(es) e 230.124 doutoras(es) e, ao analisar os números de formação *stricto sensu* por proporção da população e comparar os indicadores com os de outros países, “percebe-se que ainda é necessária uma grande expansão da pós-graduação brasileira para que o País possa se aproximar da situação dos países mais desenvolvidos”.

Além disso, no âmbito do desenvolvimento dos PPGs, notamos a ocorrência de um avanço gradual e sem oscilações exorbitantes. Porém, por meio de uma comparação numérica individual entre mestrado e doutorado, avaliamos que as diferenças são bem marcantes. Por exemplo: a tabela mostra que, em 2012, as pesquisas de mestrado elevaram-se em 43%, ao passo que as investigações de doutorado evoluíram em 96%. Esses dados no conjunto dos estudos indicam que foi necessário um intervalo de oito anos (2004 a 2012) para alcançar um progresso de 52%.

Considerando todo o período, constatamos que, em 2004, havia 73 PPGs e em 2018 esse quantitativo elevou-se para 176, o que comprova um crescimento aproximado de 140%. Essa expansão nas produções acadêmicas se emparelha com a progressão dos programas de pós-graduação no Brasil.

Nessa perspectiva, ao analisarmos calculando a média, identificamos que, em PPGs, no intervalo de 2004 a 2018, foram defendidas 3.744 pesquisas/por ano, gerando um crescimento aproximado de 10% ao ano. E a média anual, com tendência ascendente, registrou 2.903 dissertações de mestrado (8%) e 840 teses de doutorado (15%). Essas informações do contexto nacional acerca dos titulados no mestrado e doutorado no período de 2004 a 2018 foram essenciais para a reflexão do desenvolvimento do *corpus* de estudo da nossa investigação, pois mostrou similaridade com a progressão dos programas de pós-graduação e do nível de titulação.

A literatura cinzenta sobre/com o PNBE analisada formou-se por um conjunto de 168 trabalhos defendidos no intervalo citado, distribuiu-se em: 143 dissertações de mestrado (85%), sendo 131 de mestrado acadêmico e 12 de mestrado profissional, e 25 teses de doutorado (15%).⁶⁶ Sobre essa diferença quantitativa entre mestrado e doutorado, Martins, Silva e Tavares (2010, p. 73) esclarecem que se pode “atribuir à própria configuração dos cursos de pós-graduação nacionais, relativos à área da educação, cuja oferta preponderante se volta a programas de mestrado”.

Em 2004, havia apenas quatro produções (três dissertações e uma tese), em 2018, esse número saltou para 24 pesquisas (21 dissertações e 3 teses). Assim, percebemos que o ano inicial (2004) atingiu 2% (4) do *corpus* de estudo e o ano final (2018) atingiu 14% (24), ou seja, houve um crescimento de cinco vezes, correspondente a uma diferença de 500%, como pode ser aferido na Tabela 8.

Tabela 8 – Distribuição das produções acadêmicas sobre/com PNBE por titulação acadêmica e ano de defesa (2004-2018)

Ano	Mestrado		Doutorado		Total	
	Nº total	% de crescimento	Nº total	% de crescimento	Nº total	% de crescimento
2004	3	—	1	—	4	—
2005	2	-33%	0	-100%	2	-50%
2006	1	-67%	1	0%	2	-50%
2007	7	133%	0	-100%	7	75%
2008	3	0%	2	100%	5	25%
2009	5	67%	0	-100%	5	25%
2010	8	167%	1	0%	9	125%
2011	7	133%	0	-100%	7	75%
2012	7	133%	0	-100%	7	75%
2013	8	167%	3	200%	11	175%
2014	14	367%	3	200%	17	325%
2015	16	433%	6	500%	22	450%
2016	26	767%	3	200%	29	625%
2017	15	400%	2	100%	17	325%
2018	21	600%	3	200%	24	500%
TOTAL	143	—	25	—	168	—

Fonte: Elaborado pela autora com dados da Pesquisa (2021).

Ao observar os dados (TABELA 8), é possível destacar que, desde o aparecimento dos primeiros estudos em 2004, as produções com o PNBE expandiram-se, ainda que de forma irregular e desproporcional. Notamos que, a partir de 2013, as pesquisas de mestrado e

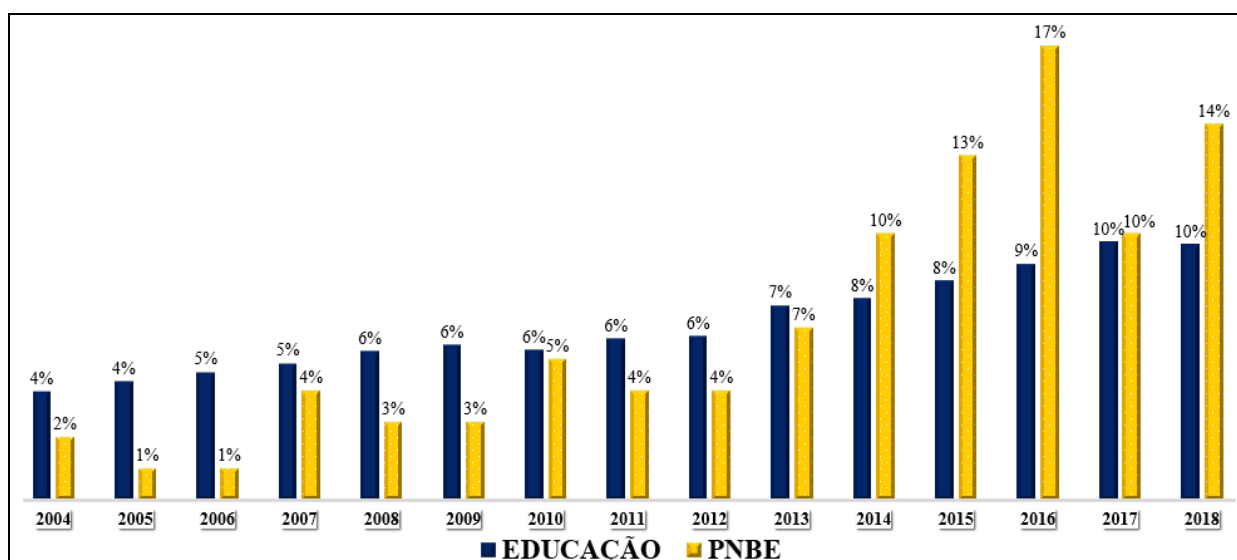
⁶⁶ Para diferenciar as modalidades *stricto sensu*, informamos que o mestrado acadêmico (MA) é a preparação para o exercício da docência no Ensino Superior e para a pesquisa acadêmica, enquanto que o mestrado profissional (MP) é um direcionamento para estudar técnicas, processos ou temáticas que atendem a alguma necessidade específica da profissão. E o doutorado (DO) é a certificação da capacidade em desenvolver pesquisas em uma determinada área da ciência (BRASIL, 2021).

doutorado passaram a ter um aumento no que se refere à quantidade, isto é, de 2013 a 2018, intensificou-se a literatura cinzenta sobre/com o PNBE.

No ano de 2018, os PPGs brasileiros concederam 21 títulos de mestrado e 3 de doutorado com as pesquisas sobre/com o PNBE. Quando comparados aos títulos concedidos em 2004, observamos um crescimento de 600% no número de mestras(es) e 200% no de doutoras(es). Com esses dados, verificamos um crescimento de 500% de titulados em nível de mestrado e doutorado. Ao distribuímos as 168 investigações em 15 anos (2004-2018), encontramos uma média aproximada de 11 pesquisas/ano, com um percentual de 33% ao ano. As taxas anuais de crescimento variaram em 10 dissertações de mestrado/ano, com 40% de aumento anual, e 2 teses de doutorado/ano com uma proporção de 13% de acréscimo ano a ano.

Para uma comparação da progressão dos estudos nos programas de pós-graduação em Educação com as produções acadêmicas sobre/com o PNBE, elaboramos o Gráfico 5, com o percentual de frequência de títulos concedidos a cada ano, entre 2004 a 2018, período em que foram titulados 43.554 mestras(es) e 12.606 doutoras(es) na área da Educação.

Gráfico 5 – Comparativo da progressão em % de frequência ano a ano das pesquisas dos PPGs e das produções acadêmicas sobre/com o PNBE



Fonte: Elaborado pela autora com dados de Brasil (2021) e da pesquisa (2021).

Consideramos que os dados revelam que a progressão cronológica em percentual de dissertações e teses dos PPGs manteve um aumento gradativo e sequencial, enquanto que o conjunto de produções acadêmicas sobre/com o PNBE passou por oscilações, com altas e quedas. Alguns aspectos que contribuíram para essa variação estão relacionados com a

continuidade das edições do Programa, o interesse dos conhecimentos ligados à política pública, os livros, a leitura e o crescimento quantitativo dos programas de pós-graduação.

Ao longo do período de 2004 a 2018, as taxas de crescimento dos programas de pós-graduação apresentaram uma tendência geral de aumento e estabilização. Nessa perspectiva, analisamos que os PPGs estabeleceram-se com uma média em torno de 6% no aumento de titulados em nível *stricto sensu* por ano e que as produções acadêmicas sobre/com o PNBE indicaram 4%. No anos de 2013 a 2017, o aumento do número de mestras(es) e doutoras(es) atingiu os mesmos percentuais de 7% e 10% respectivamente; e no período de 2014 a 2018, observamos os maiores indicadores: de 8% até 17%.

Ressaltamos que as 168 dissertações e teses estavam distribuídas em 58 IES vinculadas a 84 PPGs, com atendimento a quatro grandes áreas: Ciências Humanas; Linguística, Letras e Artes; Ciências Sociais Aplicadas; Multidisciplinar e Ciências da Saúde. Portanto, relacionamos que, para além do aumento dos programas de pós-graduação, o interesse e a necessidade de estudos surgiram de acordo com a progressão do Programa em si, no seu contexto histórico, político e educacional. Nesse ponto, registramos que temáticas sobre leitura, escrita e acesso aos materiais sempre estiveram presentes em discussões acadêmicas e governamentais, principalmente a partir de 1990, quando o sistema de avaliação externa passou a ter influência em ações para a implementação de políticas públicas.

O número de dissertações e teses em PPGs progrediram significativamente (137%) no período de 2004 a 2018. Ao analisarmos o crescimento das produções acadêmicas sobre/com o PNBE notamos uma alta de 500%. Um fator para a ampliação das pesquisas *stricto sensu* foi o aumento dos programas de pós-graduação, a mobilização para a expansão das modalidades — acadêmico e profissional —, assim como a abertura de vagas em diferentes áreas de conhecimento.

3.2 Área de conhecimento

Em termos de organização, sabemos que cada PPG está vinculado a uma grande área e subáreas de concentração por meio de uma definição da Capes e que, a partir dela, são estabelecidas as linhas de pesquisa, as atividades de ensino e de pesquisa e as produções científicas e técnicas.

O Sistema Nacional de Pós-Graduação organiza os cursos de doutorado e mestrado

em programas vinculados a 4967 áreas de avaliação estruturadas em três Colégios, que se desdobram em nove grandes áreas, a saber: 1) Colégio de Ciências da Vida: Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde; 2) Colégio de Humanidades: Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes; 3) Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar: Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, Multidisciplinar (CAPES, 2017).

Essa organização interfere diretamente no aumento dos PPGs, pois a estruturação dos Colégios e grande áreas segue hierarquia determinada pela Capes e a criação e ampliação de um novo PPG depende, diretamente, das condições acadêmicas e científicas da IEs, assim como o desenvolvimento de políticas e projetos que visam a avanços da produção científica e tecnológica. A Tabela 9 exibe a distribuição das 168 dissertações/teses por Colégio e grande área de conhecimento no período de 2004 a 2018.

Tabela 9 – Distribuição do *corpus* de estudo por Colégio e grande área de conhecimento (2004 a 2018)

Colégio	Grande área	Nº total	% do total
Humanidades	Ciências Humanas	97	58%
	Linguística, Letras e Artes	59	35%
	Ciências Sociais Aplicadas	7	4%
Ciências da Vida	Multidisciplinar	4	2%
Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar	Ciências da Saúde	1	1%
Total		168	100%

Fonte: Elaborada pela autora com dados da Pesquisa (2021).

A tabela 9 indica que 97% (163) das dissertações e teses sobre/com o PNBE são do Colégio Humanidades, enquanto, 2% (4) originaram-se do Colégio Ciências da Vida e apenas 1% (1) dos estudos surgiu do Colégio Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar. Portanto, 3% (4) do corpus distinguem-se do Colégio Humanidades, compondo duas grandes áreas de conhecimento:

Ciências da Saúde:

1. Cintra (2017), com a dissertação “Produção de Conhecimento em Educação Física no Ensino Médio: O Impacto dos Livros no chão da escola”, na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), no PPG em Educação Física, investigou o uso dos livros do PNBE do Professor entre os docentes de Educação Física.

⁶⁷ Lista com as áreas de avaliação. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/TabelaAreasConhecimento_072012_atualizada_2017_v2.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

Multidisciplinar:

1. Rodrigues (2009), com a pesquisa de mestrado “A literatura infanto juvenil afro-brasileira e a Lei 10.639: Um olhar sobre as obras adotadas pelo PNBE/MEC 2005”, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), no PPG em Estudos Étnicos e Africanos, analisou obras do PNBE para avaliar a relação com a Lei 10.639/2003;
2. Marçal (2017), com a dissertação “As emoções e sentimentos na literatura infantil: Perspectiva Vigotskiana”, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNESPAR), no PPG em Ensino, pesquisou os livros do PNBE para crianças de 3 a 5 anos que tematizavam emoções e sentimentos;
3. Oliveira (2018), com a dissertação “Princesas subversivas? Literatura infantil contemporânea sob a perspectiva dos estudos de gênero”, na Universidade Estadual do Paraná (UNIOESTE), no PPG em Ensino, analisou livros do PNBE para compreender o conceito de gênero;
4. Lacerda (2018), com a investigação “História em quadrinhos como ferramenta de ensino para divulgação dos benefícios tecnológicos e biotecnológicos na perspectiva da surdez desde a organização da primeira escola para surdos no Brasil”, na Universidade Federal Fluminense (UFF), no PPG em Ciências e Biotecnologia, discutiu sobre as histórias em quadrinhos desenvolvidas para a surdez como ferramenta de ensino na divulgação da biotecnologia.

Essas cinco pesquisas de mestrado mostraram que, mesmo elas estando inseridas nas áreas de Ciência da Saúde e Multidisciplinar tiveram o PNBE como objeto de estudo e desenvolveram ações investigativas no campo dos discursos presentes nos livros e no uso das obras na prática docente.

Tendo em vista a distribuição de pesquisas *stricto sensu* por Colégios e grande área de conhecimento, ainda, existe outra subdivisão caracterizada por área de avaliação do programa de pós-graduação, por isso, destacamos que, em 2018, existiam 4.363 (100%) PPGs, dos quais 176 (4%) foram avaliados na área de Educação e 153 (3%) na área de Linguística e Literatura. Contudo, os dados revelam que em 2018 tínhamos 48 áreas de conhecimento de avaliação para os 4.363 PPGs.

Desse modo, formou-se um ranking com as seguintes áreas: 1º lugar, Interdisciplinar, com 353 (8%) programas; 2º lugar, Ciências Agrárias, com 224 (5%); 3º lugar, Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, com 187 (4%); 4º lugar, Educação, com 176 (4%); 5º lugar, Ensino, com 156 (3%); e 6º lugar, Linguística e Literatura, com 153 (3%) programas. Esses dados auxiliam na compreensão do desenvolvimento dos PPGs no âmbito de que o quantitativo e o ranking podem estar relacionados com a criação, extinção e ampliação de programas nos Colégios e grandes áreas de conhecimento.

Consideramos ser necessário retomar o quantitativo das pesquisas por titulação acadêmica, que foram distribuídas em 131 produções de mestrado acadêmico, 12 de mestrado profissional (QUADRO 12) e 25 de doutorado.

Quadro 12 – Dissertações de mestrado profissional sobre/com o PNBE de 2004 a 2018

Nº	Pesquisadora(or) ano de defesa	Título da dissertação	IES	Área de avaliação do PPG
1	SILVA, M. S. da (2014)	O PNBE do Professor: uma possibilidade de formação estudo de caso da superintendência regional de ensino de Governador Valadares	UFJF	Educação
2	CALLIARI, E. A. da S. (2015)	As sequências didáticas como estratégia para o letramento literário	UESC	Letras
3	MARSON, I. C. (2016)	Didática da leitura subjetiva: o sujeito leitor no ensino de leitura na escola	UENP	Letras
4	GABRIEL, T. F. (2016)	Estratégias de leitura literária para a formação do leitor: PNBE e sala de leitura no contexto paulista	UENP	Letras
5	COIMBRA, S. A. D. de O. (2016)	O programa de bibliotecas da rede municipal de educação de Belo Horizonte: caminhos para uma política de formação de leitores	UFJF	Educação
6	LIRA, T. G. de S. (2016)	Leitura do texto literário no Ensino Fundamental II: a formação de leitores por meio do gênero conto	UFPB	Letras
7	BASTOS, L. R. L. (2017)	Adaptação em HQ no ensino de história: uma análise sobre a condição feminina na sociedade brasileira oitocentista a partir das personagens D. Evarista e Bertoleza	UFMG	Educação
8	ATHAYDE, A. B. A. (2017)	A temática afro-brasileira no Programa Nacional Biblioteca da Escola nos Anos Finais do Ensino Fundamental: uma intervenção midiática para o letramento literário	UENP	Letras
9	MAZUR, R. A. B. (2017)	Método comunicacional: proposta de ensino de literatura	UENP	Letras
10	RUIZ, U. C. de A. (2018)	Literatura de temática africana e afro-brasileira no PNBE do Ensino Fundamental II: um estudo sobre o conto popular de matriz africana	UNESP	Letras
11	MORAES, A. C. de (2018)	A representação feminina na obra a mocinha do mercado central, de Stella Maris Rezende (2011): uma proposta para a educação literária	UENP	Letras
12	SOARES, U. F. (2018)	Políticas públicas de incentivo à leitura: o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) no câmpus Paraíso do Tocantins do Instituto Federal do Tocantins	UFT	Planejamento Urbano e Regional

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2021).

Ao observar a baixa incidência de pesquisas *stricto sensu* com o MP⁶⁸ (QUADRO 12) pode ser explicado por ser uma funcionalidade recente nos PPGs. Por isso, informamos

⁶⁸ Em 1998, iniciou-se a implementação dos programas com mestrado profissional por meio da Portaria n.º 80/1998. Foi nesse ano que se criou os três primeiros MP: na área de Economia na Sociedade Brasileira de Instrução (SBI), no Rio de Janeiro; na área de Educação Física, na (APS) em Brasília; e na área de Engenharia de

que o primeiro mestrado profissional foi implementado em 1999 e que, em 2017, 18% do total de títulos de mestrado concedidos foram de mestrado profissional (CGEE, 2019). Especificamente na área Educação, apenas em 2010, na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), no Programa de Gestão e Avaliação da Educação Básica, é que se criou o primeiro mestrado profissional. Em 2011, na Universidade Estadual do Amazonas (UEA), no Programa de Letras e Artes, implementou-se o primeiro MP na área de Linguística, Letras e Artes.

Detectamos, com base nas informações disponibilizadas no banco de dados da Capes, que o mestrado profissional em Educação, no intervalo de 2010 a 2018, consolidou-se com 46 PPGs, o que marcou uma média de cinco programas por ano, e que o MP em Letras, no período de 2011 a 2018, formalizou-se com a média de um programa por ano. Portanto, essas informações contribuem para entender a baixa incidência de MP no corpus analisado. Por outro lado, com esses dados percebemos que, no intervalo de 2010 a 2018, houve um crescimento total de 4.500% (1 para 46) na área da Educação e 700% (1 para 8) na área de Linguística, Letras e Artes de PPG com mestrado profissional. Com isso, consideramos que o MP é recente nessas áreas, fato que explica os baixos percentuais em Educação com 13% e Linguística, Letras e Artes com 6%.

Do conjunto das 168 dissertações e teses encontramos oito (66%) pesquisas de MP realizadas na área de Linguística, Letras e Artes, três (25%) na área de Educação e uma (8%) na área de Planejamento Urbano e Regional. Dentro deste contexto, cinco dissertações foram defendidas na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e, por isso, é válido informar que a instituição de origem do Mestrado Profissional em Letras é a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que abarca uma rede⁶⁹ com várias IES de todas as regiões brasileiras, dentre elas, a UENP, a UNESP (Câmpus de Assis/SP), a Universidade Estadual de Santa Catarina, que estão presentes no *corpus* dessa pesquisa em PPG com mestrado profissional.

O surgimento de mestrado profissional em rede nacional partiu de indicações no Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), que tinha o objetivo de expandir a pós-graduação, assim como ampliar a oferta nas áreas e reduzir o desequilíbrio regional. No entanto, mesmo

Produção, na Universidade Federal do Pernambuco (UFPE). Disponível em: <<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-Capes-80-1998-12-16.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

⁶⁹ Mestrado profissional em rede nacional da UFRN. É por isso que, ao buscar os programas na plataforma Capes, constarão apenas o registro da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pois ela é a matriz das outras IES, com 35 polos distribuídos em todas as regiões: Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul.

com o aumento dos PPGs, ainda vivenciamos uma disparidade no âmbito das áreas e da distribuição das regiões brasileiras.

3.3 Regiões brasileiras e a distribuição das pesquisas sobre/com o PNBE

Em 2018, existiam, no Brasil, 4.363 programas de pós-graduação nacional difundidos nas diversas regiões, a saber: Sudeste com 1.940 (44%); Sul com 939 (22%); Nordeste com 882 (20%); Centro-Oeste com 358 (8%); Norte com 244 (6%). Tendo visto que o quantitativo de PPG influencia diretamente na incidência de pesquisas de mestrado e doutorado, compreendemos a predominância de produções acadêmicas na região Sudeste: quase a metade dos programas está nesta localidade.

Esses dados, em ordem de classificação por quantitativo dos programas *stricto sensu* nas regiões brasileiras, trazem uma correspondência com a ordenação da literatura cinzenta das pesquisas sobre/com o PNBE. A Tabela 10 apresenta a distribuição das 168 produções acadêmicas em regiões brasileiras com a subdivisão nas grandes áreas de conhecimento.

Tabela 10 – Distribuição da literatura cinzenta sobre/com o PNBE por região e grande área do conhecimento (2004 – 2018)

Região brasileira	Ciências da Saúde	Multidisciplinar	Ciências Sociais Aplicadas	Linguística, Letras e Artes	Ciências Humanas	Nº total	% total
Sudeste	1	1	4	12	42	60	36%
Sul	—	2	2	20	34	58	35%
Nordeste	—	1	—	11	12	24	14%
Centro-Oeste	—	—	—	14	8	22	13%
Norte	—	—	1	2	1	4	2%
Total	1	4	7	59	97	168	100%
%	1%	2%	4%	35%	58%	100%	100%

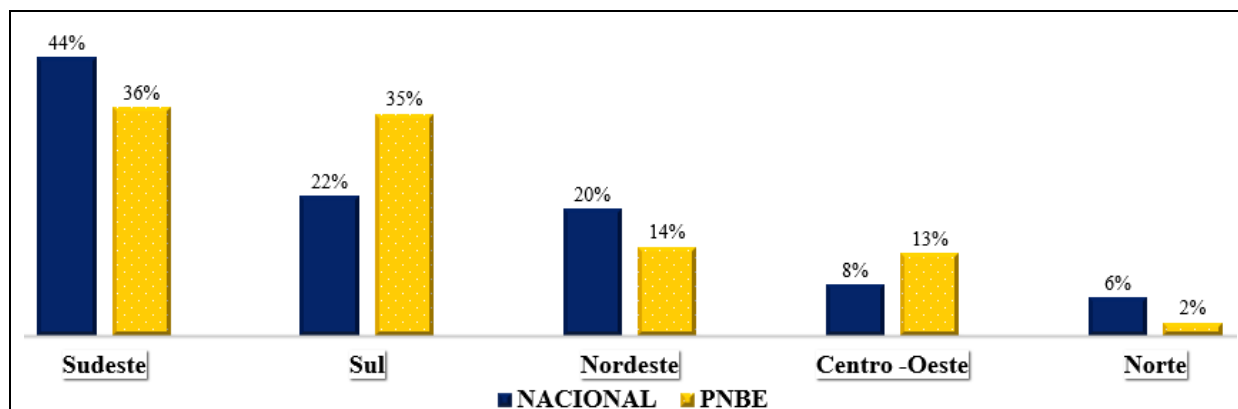
Fonte: Elaborada pela autora com dados de Brasil (2021) e da pesquisa (2021).

Para uma comparação na quantidade dos programas de pós-graduação nacionais pertencentes às produções acadêmicas sobre/com o PNBE, analisamos os dados em percentual de frequência no Gráfico 6. Ao trabalhar as informações quantitativas em porcentagens, avaliamos que a região Sul abarca 22% dos programas de pós-graduação do Brasil, enquanto que as dissertações e teses do *corpus* de estudo correspondem a 35%. Essa diferença ocorre devido à alta incidência de investigações (15) sob orientação da Profa. Dra. Flávia Ramos (UCS), pesquisadora que influenciou a mobilização das pesquisas.

Outro dado a ser destacado está na região Centro-Oeste. Ela tem 8% dos programas *stricto sensu* nacionais, mas, no conjunto das 168 dissertações e teses, representa 13% dos estudos, fato determinado pelo destaque do volume de estudos (11) oriundos da UFGD, os

quais foram orientados pela Profa. Dra. Célia Fernandes, profissional que participou da elaboração do Guia do PNBE 1998 e pesquisou, no doutorado, o PNBE de 1998 a 2004.

Gráfico 6 – Distribuição dos PPGs nacionais e do *corpus* de análise sobre/com o PNBE por regiões brasileiras (2004 – 2018)



Fonte: Elaborado pela autora com dados de Brasil (2021) e da pesquisa (2021).

De modo geral, o que queremos destacar é que, ao analisar os dados no formato de ranking (GRÁFICO 6), percebemos que eles caminham igualmente, tanto a distribuição dos PPGs nacionais quanto as pesquisas sobre/com o PNBE. No tocante à distribuição das pesquisas por regiões brasileiras, entendemos que a ampliação e/ou criação de programas de pós-graduação *stricto sensu*, bem como a incidência de mestrados e doutorados subdivididos nas grandes áreas de conhecimento, determinam diretamente o quantitativo e o nível de titulação das pesquisas nas IES.

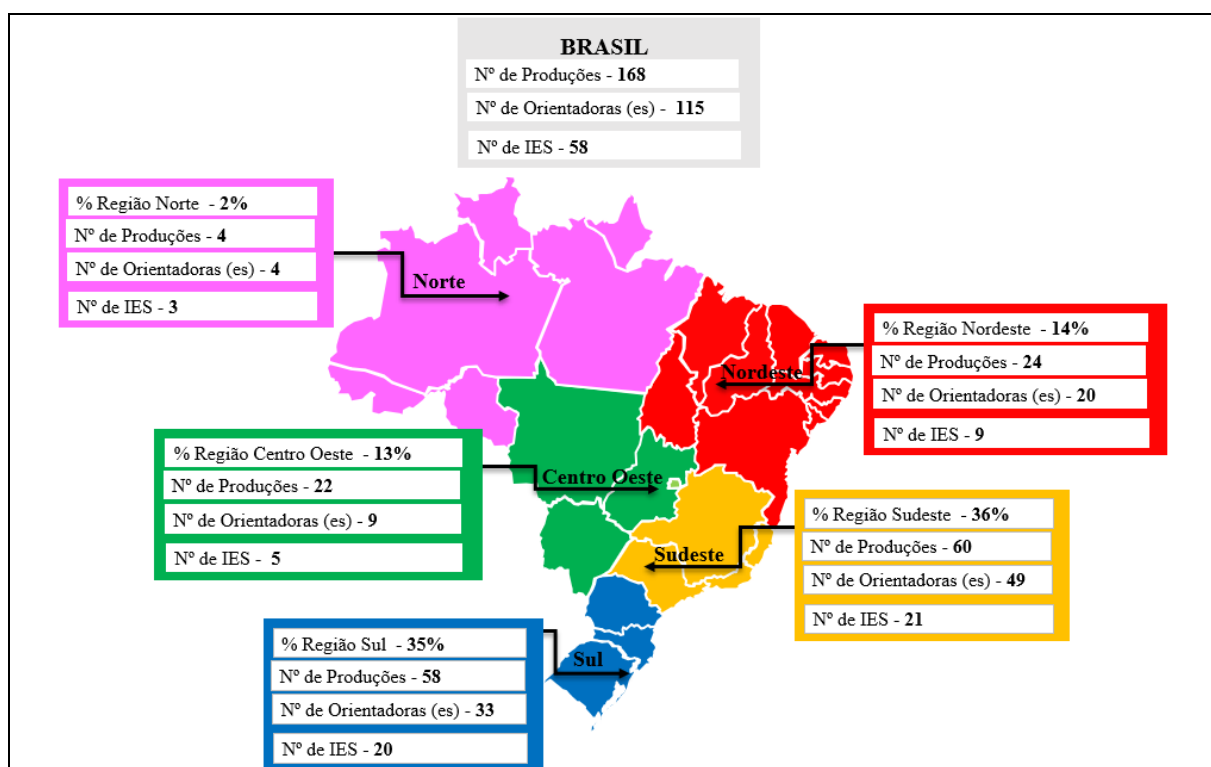
O reduzido percentual de pesquisas de doutorado e a ausência dessas produções nas regiões Centro-Oeste e Norte estão associadas à distribuição irregular desses estudos no território brasileiro. Por exemplo, em 2018, os dados disponibilizados na Capes indicavam a existência de 2.279 PPGs com doutorado, distribuídos nas regiões Sudeste com 1.179 (52%), Sul com 485 (22%), Nordeste com 361 (16%), Centro-Oeste com 170 (7%) e Norte com 84 (4%).

De modo específico, em 2018, os PPGs distribuíram nas regiões brasileiras da seguinte forma: Sudeste com 70 (40%), Sul com 44 (25%), Nordeste com 33 (19%), Centro-Oeste com 16 (9%) e Sul com 13 (7%). Ao compararmos esses dados no contexto nacional, na área da Educação e no conjunto da literatura cinzenta, averiguamos uma similaridade entre os indicadores numéricos. De fato, nossos dados corroboram com os estudos de Mainardes (2021), Silva (2017), Fiorentini, Passos e Lima (2016), Gatti, Barreto e André (2011) e Aliga

(2013) compartilham nos dados a disparidade existente na distribuição regional e a concentração de pesquisas e pesquisadoras(es) na região Sudeste e Sul.

Com o interesse em apresentar uma visão panorâmica das 168 dissertações e teses elaboramos a Figura 17 com o mapa do Brasil apontando a distribuição do *corpus* de estudo organizado por cada região brasileira, no âmbito quantitativo, para os indicadores de frequência numérica e percentual.

Figura 16 – Mapa do Brasil com a distribuição da literatura cinzenta sobre/com o PNBE por quantitativo e percentual de frequência de produções, orientadoras(os) e IES.



Fonte: Elaborada pela autora com dados da pesquisa (2021).

Ao analisar a distribuição das 168 dissertações e teses, percebemos que, de forma diferenciada, as produções originaram-se das cinco regiões brasileiras (QUADRO 13), contemplando 20 estados com desdobramento em 58 IES. De tal modo, os dados mostrados sinalizam que as Regiões Sul (36%) e Sudeste (36%) concentraram o maior número de produções acadêmicas, uma vez que, nessas regiões, foram defendidos 71% do *corpus* do estudo situados em sete estados e 41 PPGs. Nessa perspectiva, consideramos como os cinco maiores estados, São Paulo (15%), Paraná (14%), Rio Grande do Sul (12%), Minas Gerais (10%) e Rio de Janeiro (9%), que concentraram 60% das IES com 85% das produções acadêmicas sobre/com o PNBE.

Quadro 13 – Distribuição do corpus de estudo por região, estado e grande área do conhecimento a literatura cinzenta sobre/com o PNBE
 Continua

Região Brasileira	UF	IES	Ciências Humanas	Linguística, Letras e Artes	Ciências Sociais Aplicadas	Multidisciplinar	Ciências da Saúde	Nº total	% total
SUDESTE	SP	Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho (UNESP)	8	1	—	—	—	9	5%
	MG	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	7	—	—	—	—	7	4%
	SP	Universidade de Campinas (UNICAMP)	5	1	—	—	—	6	4%
	SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)	2	3	—	—	—	5	3%
	RJ	Universidade Federal Fluminense (UFF)	2	—	1	1	—	4	2%
	SP	Universidade de São Paulo (USP)	2	1	1	—	—	4	2%
	RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	3	—	—	—	—	3	2%
	RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ)	—	—	2	—	—	2	1%
	RJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)	—	2	—	—	—	2	1%
	ES	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	1	1	—	—	—	2	1%
	MG	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	2	—	—	—	—	2	1%
	SP	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	2	—	—	—	—	2	1%
	MG	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	2	—	—	—	—	2	1%
	SP	Universidade de Sorocaba (UNISO)	2	—	—	—	—	2	1%
	SP	Universidade de Uberaba (UNIUBE)	2	—	—	—	—	2	1%
	RJ	Universidade Católica de Petrópolis (UCP)	1	—	—	—	—	1	1%
	MG	Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	1	—	—	—	—	1	1%
	MG	Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	—	—	—	—	1	1	1%
	SP	Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL)	—	1	—	—	—	1	1%
	SP	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	—	1	—	—	—	1	1%
SP	Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)	—	1	—	—	—	1	1%	
SUL	RS	Universidade Caxias do Sul (UCS)	12	3	—	—	—	15	9%
	PR	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	8	—	2	—	—	10	6%
	PR	Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)	—	5	—	—	—	5	3%
	PR	Universidade Estadual de Maringá (UEM)	—	4	—	—	—	4	2%
	RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	3	—	—	—	—	3	2%
	PR	Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	—	2	—	1	—	3	2%
	RS	Fundação Universidade do Rio Grande (FURG)	2	—	—	—	—	2	1%
	PR	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	1	1	—	—	—	2	1%
	SC	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	2	—	—	—	—	2	1%
	SC	Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)	2	—	—	—	—	2	1%
	PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR)	1	—	—	—	—	1	1%
	PR	Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	1	—	—	—	—	1	1%

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2021).

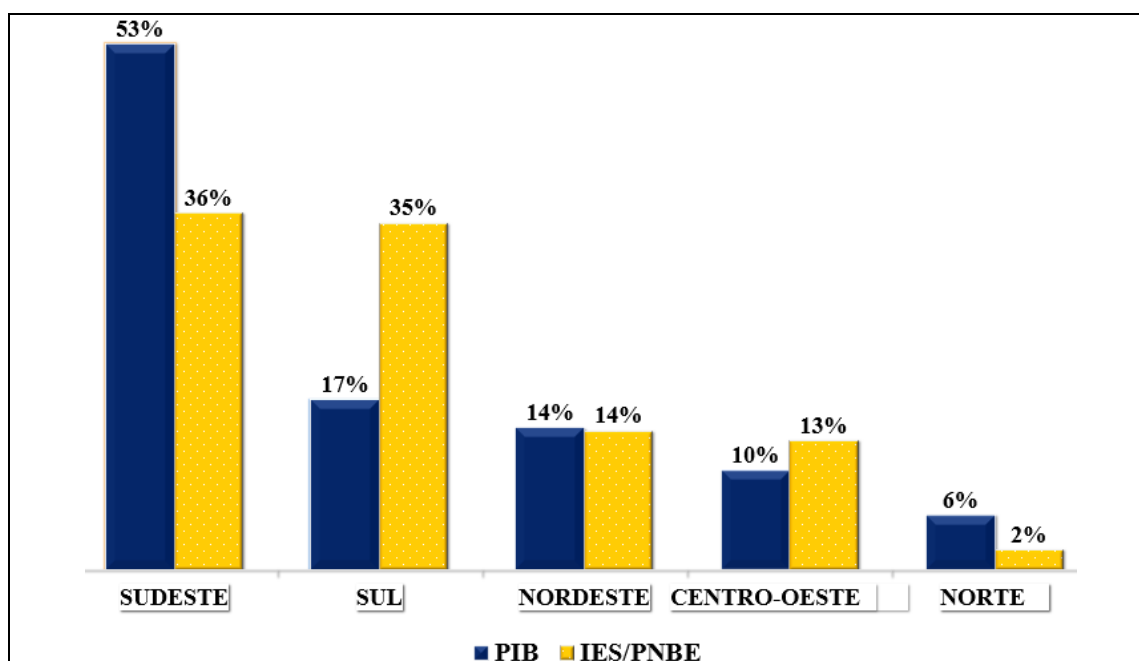
Quadro 13 – Distribuição do corpus de estudo por região, estado e grande área do conhecimento a literatura cinzenta sobre/com o PNBE
Continua

Região Brasileira	UF	IES	Ciências Humanas	Linguística, Letras e Artes	Ciências Sociais Aplicadas	Multidisciplinar	Ciências da Saúde	Nº total	% total
SUL	RS	Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)	—	1	—	—	—	1	1%
	RS	Universidade Federal da Fronteira do Sul (UFFS)	—	1	—	—	—	1	1%
	RS	Universidade Luterana do Brasil (ULBRA)	1	—	—	—	—	1	1%
	PR	Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)	—	—	—	1	—	1	1%
	SC	Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)	—	1	—	—	—	1	1%
	SC	Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)	1	—	—	—	—	1	1%
	RS	Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF)	—	1	—	—	—	1	1%
RS	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI)	—	1	—	—	—	1	1%	
NORDESTE	CE	Universidade Estadual do Ceará (UECE)	—	1	—	—	—	1	1%
	PB	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	3	3	—	—	—	6	4%
	BA	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	2	2	—	1	—	5	3%
	RN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	3	1	—	—	—	4	2%
	PE	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	3	—	—	—	—	3	2%
	PB	Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	—	2	—	—	—	2	1%
	BA	Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)	—	1	—	—	—	1	1%
	PI	Universidade Estadual do Piauí (UESPI)	—	1	—	—	—	1	1%
	PE	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	1	—	—	—	—	1	1%
CENTRO - OESTE	GO	Universidade Federal de Goiás (UFG)	4	1	—	—	—	5	3%
	MS	Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	—	11	—	—	—	11	7%
	DF	Universidade de Brasília (UNB)	1	2	—	—	—	3	2%
	MT	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	2	—	—	—	—	2	1%
	MS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	1	—	—	—	—	1	1%
NORTE	TO	Universidade Federal de Tocantins (UFT)	—	1	1	—	—	2	1%
	AC	Universidade Federal do Acre (UFAC)	—	1	—	—	—	1	1%
	AM	Universidade Federal da Amazônia (UFAM)	1	—	—	—	—	1	1%
Total			97	59	7	4	1	168	107%
Total			58%	35%	4%	2%	1%	100%	—

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2021).

É pertinente esclarecer que, para entender as desigualdades regionais brasileiras com profundidade, precisaríamos avaliar, no PNPG, as ações do governo federal, os interesses políticos e sociais e o desenvolvimento econômico e educacional. Consideramos que essa discussão demandaria outro estudo e trazemos um exemplo para comprovar essa afirmação. Em 2018, a pesquisa *Contas regionais do Brasil*,⁷⁰ publicada pelo IBGE, revelou os cinco maiores estados em participação percentual e posição relativa do Produto Interno Bruto (PIB) nacional: São Paulo (32%), Rio de Janeiro (11%), Minas Gerais (9%), Rio Grande do Sul (6%) e Paraná (6%), acumulando 64% do PIB. De forma similar, reiteramos que a participação percentual das regiões brasileiras no Produto Interno Bruto em 2018 assemelha-se à ordem classificatória do *corpus* de análise. Vejamos o Gráfico 7.

Gráfico 7 – Ordem classificatória do percentual do PIB e das IES do *corpus* de análise (2004 – 2018)



Fonte: Elaborado pela autora com dados de Brasil (2021) e da pesquisa (2021).

Os dados comparativos entre as regiões brasileiras mostrados no Gráfico 7 sinalizam que as Regiões Sul e Sudeste apresentam os maiores indicadores e, em relação às pesquisas *stricto sensu*, retomamos que essas regiões concentram o maior número de PPG e para uma análise maior é preciso averiguar outros dados, como: abrangência das grandes áreas do conhecimento, expansão das IES, quantitativo de PPG, concentração de pesquisadoras(es),

⁷⁰ Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

financiamento de bolsas acadêmicas da Capes, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

A observação dos dados nos leva à seguinte classificação: 1º) Região Sudeste, 2º) Região Sul, 3º) Região Nordeste, 4º) Região Centro-Oeste, 5) Região Norte. Vale destacar que a ordem citada retrata a concentração de pesquisas de maneira descentralizada, ou seja, o volume dos estudos contempla vários programas e orientadoras(es), porém a distribuição entre as regiões mostrou quantidades diferenciadas e desiguais.

Os dados apresentados sobre percentuais e quantidade de PPG no Brasil possibilitam estabelecer relações com essa disparidade. Retomamos que as redes formadas por profissionais participantes do processo de coordenação e avaliação das obras do PNBE e o interesse no Programa enquanto objeto de estudo possibilitam uma articulação para o desenvolvimento de pesquisas e projetos acadêmicos e científicos.

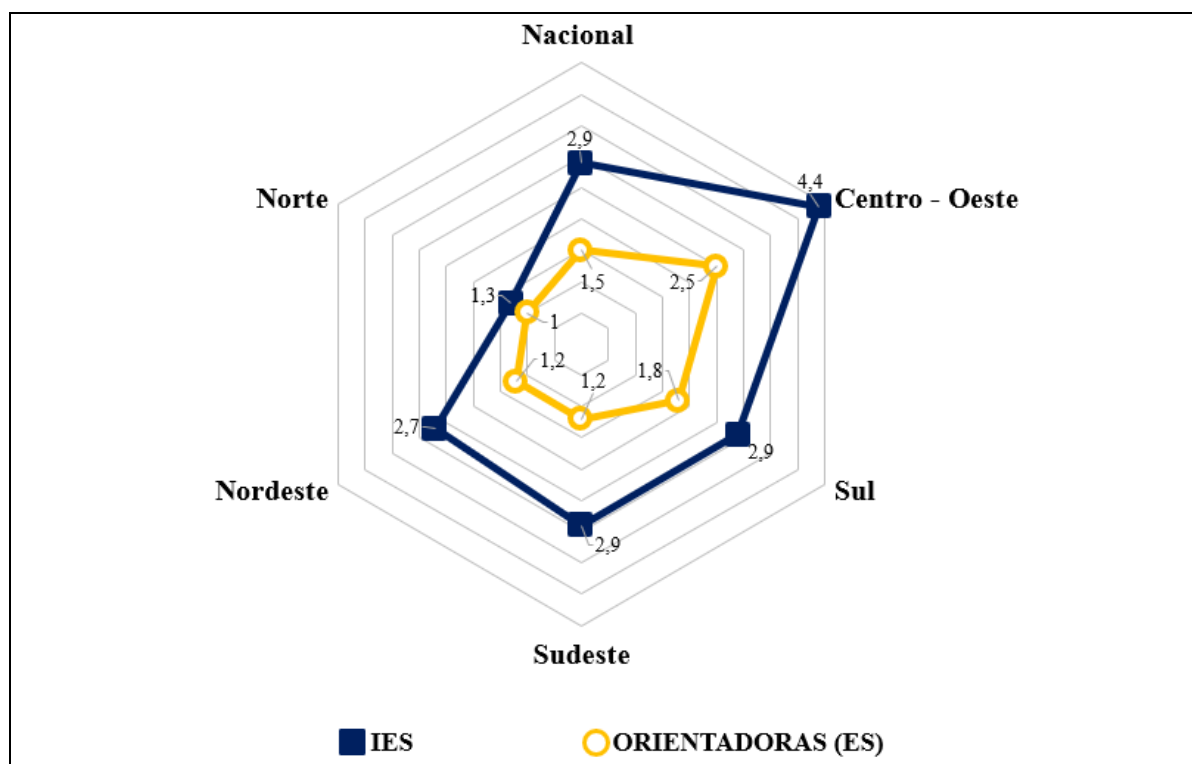
Nessa perspectiva, percebemos que a própria literatura cinzenta resulta numa visibilidade e expansão de pesquisadoras(es) envolvidas(os) com a temática e, ainda, há o fato de ser uma ação governamental que mobiliza disputas educacionais e políticas envolvendo orçamentos federais, estaduais, municipais e conseqüentemente das próprias IES. Em outra dinâmica de estudo dos dados, avaliamos a concentração de investigações *strictu sensu* por meio da representação das cinco regiões brasileiras no âmbito das IES e das(os) orientadoras(es) vinculados à literatura cinzenta.

Afirmamos que a literatura cinzenta, no contexto nacional, dispõe de uma taxa de 2,9% de estudos por IES e 1,5% de pesquisas por orientadora(or). Ao tratar esses dados em cada região, percebemos a concentração das pesquisas sobre/com o PNBE pela seguinte ordenação: 1º) Região Centro-Oeste, 2º) Região Sul, 3º) Região Sudeste, 4º) Região Nordeste e 5º) Região Norte (GRÁFICO 8).

De certo modo, essa classificação (GRÁFICO 8) traz um significado para a centralização das produções acadêmicas, pois o quantitativo de investigações surge a partir de programas e orientadoras(es) com alta abrangência na respectiva temática, como no caso do PNBE. Com esse direcionamento, demonstramos as regiões com os indicadores iguais ou maiores que a média (2,9% IES e 1,5% orientação) do *corpus* de estudo. Nessa perspectiva, a região Centro-Oeste, com a maior taxa, 4,4%, para a IES revela uma centralidade para a UFGD e o índice de 2,5% para o campo de orientação, determina a representação da Profa. Dra. Célia Fernandes, do programa de pós-graduação em Letras. Na região Sul, uma taxa de 2,9% para as IES, por uma concentração na Universidade de Caxias do Sul e a marca de 1,8%

para a orientação retratada pela Profa. Dra. Flávia Ramos, vinculada ao PPG em Educação e em Letras.

Gráfico 8 – Índices de orientadoras(es) e IES por média em relação ao *corpus* de estudo

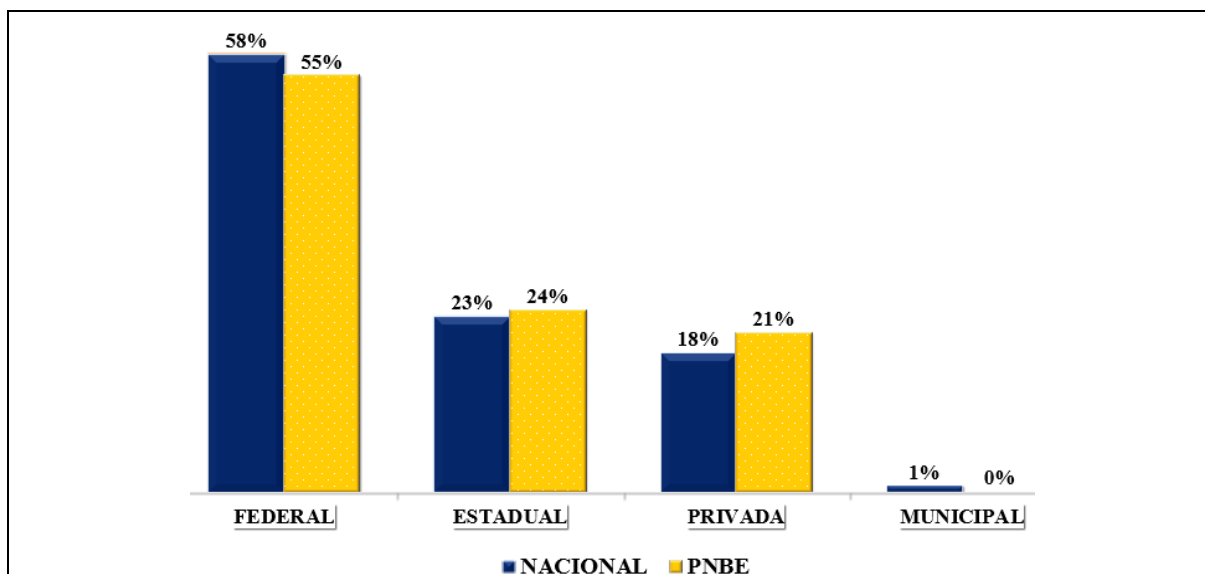


Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2021).

No contexto das pesquisas sobre/com o PNBE, ressaltamos que o quantitativo das produções acadêmicas é estabelecido pelo interesse nas temáticas: livros, leitura, literatura, biblioteca escolar, prática pedagógica e outras. Essa escolha de tema é influenciada pelo Programa no campo educacional e político e, ainda, pela participação das IES e pesquisadoras(es) no processo de implementação das ações governamentais.

A divisão dos programas de pós-graduação por categoria administrativa evidencia que 92 pesquisas foram defendidas em IES de natureza federal, 40 em instituições estaduais e 36 em IES privadas. Diante do contexto nacional, verificamos que, em 2018, existiam 2.517 PPGs de ordem federais, 1.008 estaduais, 804 privadas e 34 municipais. “Os programas federais foram responsáveis pela maior parte da expansão da pós-graduação no período. Mais da metade de mestras(es) e de doutoras(es) titulados no Brasil entre 1996 e 2017 obtiveram seus títulos em programas federais” (CGEE, 2019, n.p.). Com esses dados, constatamos que o contexto da literatura cinzenta sobre/com o PNBE se assemelha aos parâmetros do contexto nacional, conforme exposto no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Ordem classificatória do percentual do PIB e das IES do *corpus* de análise (2004 – 2018)



Fonte: Elaborado pela autora com dados de Brasil (2021) e da pesquisa (2021).

O Gráfico 9 mostra que, em 2018 no Brasil, mais da metade dos PPGs pertencem às instituições de ensino superior de natureza federal. No âmbito nacional, as entidades públicas alcançaram 82% (58% federal e 23% estadual). Segundo a pesquisa do CGEE (2019, n.p.), “as instituições públicas municipais titularam doutoras(es) pela primeira vez em 2009 e vêm aumentando sua participação, embora com número ainda restrito de doutoras(es) no período (128)”.

Mencionamos que na categoria municipal, constam 34 PPGs divididas nas seguintes regiões: Sul (17), Sudeste (16) e Centro-Oeste (1). O conjunto do *corpus* analisado consolidou-se com 79% em IES estatais (55% federal e 24% estadual). A literatura cinzenta alcançou 21% em instituições privadas localizadas na região Sudeste com sete instituições e região Sul com sete IES. A Tabela 11 apresenta as 168 produções acadêmicas distribuídas por região brasileira, UF, IES e natureza jurídica.

Conforme pode ser observado na Tabela 11, as instituições com maior abrangência nas produções acadêmicas são as de natureza federal, com destaque para a UFGD, que realizou onze pesquisas. Já na modalidade estadual, está a UNESP, com nove estudos. E nas entidades privadas, a UCS consolidou 15 investigações. Nas regiões Centro-Oeste e Norte, a natureza jurídica estabeleceu-se apenas em universidades federais; na região Nordeste, ela contemplou IES estaduais e federais; e na região Sudeste e Sul, encontramos dissertações e teses originadas em instituições federais, estaduais e privadas.

Tabela 11 – Distribuição quantitativa e em percentual da literatura cinzenta sobre/com o PNBE por região brasileira, UF, IES e natureza jurídica (2004 – 2018)

Região Brasileira	UF	IES	Natureza jurídica			Nº total	% total	
			Federal	Estadual	Privada			
SUDESTE	ES	UFES	2	—	—	2	1%	
		UFJF	2	—	—	2	1%	
	MG	UFMG	7	—	—	7	4%	
		UFOP	1	—	—	1	1%	
		UFTM	1	—	—	1	1%	
		UFU	2	—	—	2	1%	
		UNIUBE	—	—	2	2	1%	
	RJ	PUC	—	—	2	2	1%	
		UCP	—	—	1	1	1%	
		UERJ	—	2	—	2	1%	
		UFF	4	—	—	4	2%	
		UFRJ	3	—	—	3	2%	
		UNESP	—	9	—	9	5%	
		UFSCAR	2	—	—	2	1%	
		PUC	—	—	5	5	3%	
		SP	UNICAMP	—	6	—	6	4%
			UNICSUL	—	—	1	1	1%
	UNIFESP		1	—	—	1	1%	
	UNISO		—	—	2	2	1%	
	UPM		—	—	1	1	1%	
SUL	PR	USP	—	4	—	4	2%	
		PUC	1	—	—	1	1%	
		UEL	—	2	—	2	1%	
		UEM	—	4	—	4	2%	
		UENP	—	5	—	5	3%	
		UEPG	—	1	—	1	1%	
		UFPR	10	—	—	10	6%	
		UNESPAR	—	1	—	1	1%	
		UNIOESTE	—	3	—	3	2%	
		FUPF	—	—	1	1	1%	
	RS	FURG	2	—	—	2	1%	
		UCS	—	—	15	15	9%	
		UFPEL	1	—	—	1	1%	
		UFRGS	3	—	—	3	2%	
		ULBRA	—	—	1	1	1%	
	SC	URI	—	—	1	1	1%	
		UFFS	1	—	—	1	1%	
		UFSC	2	—	—	2	1%	
		UNESC	—	—	2	2	1%	
		UNISUL	—	—	1	1	1%	
CENTRO-OESTE	UNIVALI	—	—	1	1	1%		
	DF	UNB	3	—	—	3	2%	
	GO	UFG	5	—	—	5	3%	
	MS	UFGD	11	—	—	11	7%	
		UFMS	1	—	—	1	1%	
	MT	UFMT	2	—	—	2	1%	
	NORDESTE	BA	UESC	—	1	—	1	1%
		CE	UFBA	5	—	—	5	3%
			UECE	—	1	—	1	1%
		PB	UFCG	2	—	—	2	1%
UFPB			6	—	—	6	4%	
PE		UFPE	3	—	—	3	2%	
		UFRPE	1	—	—	1	1%	
PI		UESPI	—	1	—	1	1%	
RN		UFRN	4	—	—	4	2%	
NORTE		AC	UFAC	1	—	—	1	1%
	AM	UFAM	1	—	—	1	1%	
	TO	UFT	2	—	—	2	1%	
TOTAL			92	40	36	168	107%	
			55%	24%	21%	100%	—	

A soma das porcentagens em 107% excede aos 100% devido ao arredondamento.

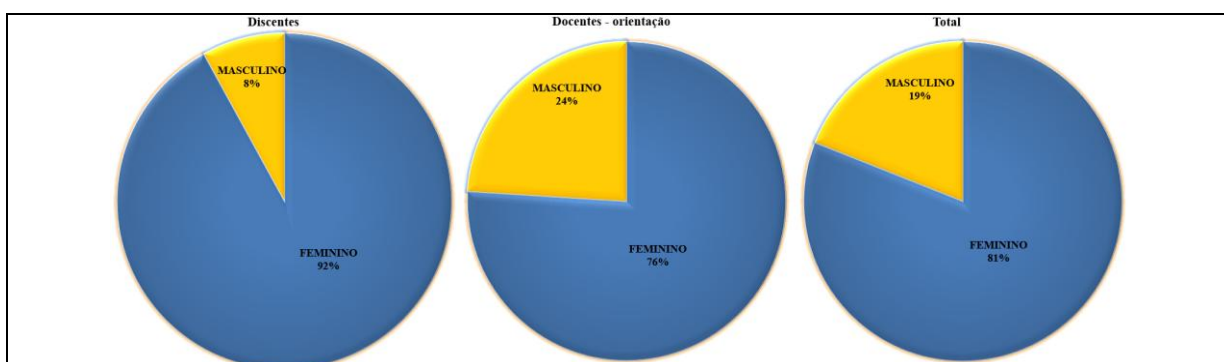
Fonte: Elaborada pela autora com dados da pesquisa (2021).

A distribuição dos PPGs interferem diretamente no grupo de pesquisadoras(es) existentes em cada IES, inclusive, são as(os) responsáveis por contribuir para a abertura de novas vagas e a implementação dos níveis de mestrado e/ou doutorado.

3.4 Discentes e docentes: Um olhar para as(os) pesquisadoras(es)

Considerando o total de pesquisas (168) desenvolvidas por 165 (100%) discentes, 151 (92%) pertencem ao sexo feminino e 14 (8%) ao sexo masculino. Na categoria docentes, dos 115 (100%), 87 (76%) são do sexo feminino e 28 (24%) do sexo masculino. No total, dentre os 270 (100%) discentes e docentes, 238 (81%) são do sexo feminino e 42 (19%) do masculino. A diferença por distribuição de sexo (GRÁFICO 10) presente na literatura cinzenta analisada é semelhante aos dados do Censo Escolar realizado pelo INEP e pelo diagnóstico das Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes (CHSSALLA).⁷¹

Gráfico 10 – Distribuição de discentes e docentes por sexo (2004 – 2018)



Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2021).

O Gráfico 10 aponta que as mulheres são maioria entre as(os) tituladas(os) e entre as(os) orientadoras(es). Esses dados retratam o perfil da docência na Educação Básica e no Ensino Superior. Entretanto, ao analisar os indicadores do INEP (BRASIL, 2018), notamos que, conforme o nível de titulação, há um aumento numérico na presença de professores do sexo masculino, a saber: na Educação infantil, são 97% mulheres e 3% homens; nos Anos Iniciais do EF, 89% e 11%; nos Anos Finais do EF, 68% e 32%; e no Ensino Médio, 59% e

⁷¹ Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes (CHSSALLA) – em 2020, o O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), publicou o livro *Diagnóstico das ciências humanas, sociais aplicadas, linguística, letras e artes no Brasil*. Disponível em: <https://www.cgEE.org.br/documents/10195/734063/CGEE-2020-CHSSALLA.pdf/11b5fc64-5554-42d4-baf0-46a73639b1a1?version=1.4>. Acesso em: 10 de maio 2021.

41%. Já no Ensino Superior, os professores aparecem em percentuais maiores que as professoras, e o estudo de CHSSALLA (2020) reitera que, mesmo com a isonomia, entre sexo, existente nas universidades públicas, existem mais homens na docência e nas IES privadas, onde essa predominância fica ainda mais marcada.

Sob o aspecto dos discentes em formação *stricto sensu* e na pesquisa da CGEE (2019), verificou-se, em 2017, a predominância das mulheres nos PPGs de mestrado no Brasil e em vários países. Em percentual e classificação, temos: Polônia (65,9%), Israel (66,3%), Reino Unido (59,7%), Finlândia (59,2%), Portugal (58,5%), Estados Unidos (57,9%), Hungria (57,9%), Espanha (57,8), Nova Zelândia (57,6%), Canadá (56,6%), México (56,3%), Dinamarca (56,1%) e Brasil (55,8%). Nos programas de doutorado, a proporção majoritária das mulheres está restrita a poucos países: Polônia (55,3%), Portugal (54,7%), Brasil (54,4), Israel (53,1%), Finlândia (53%) e México (51%).

Como vimos o conjunto das 168 dissertações e teses surgiu das investigações realizadas por 165 discentes com a orientação de 115 professoras (es) pesquisadoras (es). Portanto, calcula-se uma média de 1,5% de pesquisas por orientadoras (es). A contagem de frequência de discentes, docentes e produções acadêmicas auxilia no entendimento da visibilidade e do impacto dentro da comunidade científica em que se inserem.

O desenvolvimento de uma dissertação e/ou tese precisa estar articulado com o interesse da(o) estudante de mestrado e/ou doutorado, sendo necessário, entretanto, que exista uma relação com o projeto de estudo e pesquisa da(o) orientadora(or), até mesmo por ser uma exigência da organização dos PPGs a partir da estrutura definida pela Capes. Para Severino (2012), as investigações precisam de um alinhamento com as temáticas delimitadas por linhas de pesquisa, de forma direta ou por afinidade. Diante disso, entendemos que a orientação de uma investigação abre espaços para a continuidade e para a complementaridade de temáticas. Portanto, no que concerne às(aos) estudantes pesquisadoras(es), informamos que quatro autoras prosseguiram com a temática do PNBE do mestrado para o doutorado:

- Montuani (2009; 2013), no PPG em Educação da UFMG, sob orientação da Profa. Dra. Aparecida Paiva, com a pesquisa de mestrado intitulada “O PNBE/2005 na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte: Uma discussão de possíveis impactos da política de distribuição de livros de literatura na formação de leitores”, que investigou alguns possíveis impactos da política pública de distribuição de livros de literatura em 168 escolas da rede municipal de Belo Horizonte. Já a tese “Programa Nacional Biblioteca da Escola — PNBE: conhecimento, circulação e usos em um município de Minas Gerais”, averiguou a circulação e os usos das obras do PNBE em 19 escolas da Rede Municipal de Ensino de Lagoa Santa (MG). Os resultados desses estudos dialogaram entre si,

principalmente em relação ao desconhecimento do Programa pelos profissionais da educação, “a ausência de bibliotecas e/ou profissionais que nela atuem e a limitação de práticas escolares fomentadoras do uso do material” (MONTUANI, 2013, p. 205).

- Araújo (2010; 2015), no PPG em Educação da UFPR, sob orientação do Prof. Dr. Paulo Vinicius Baptista da Silva, defendeu a dissertação “Relações raciais, discurso e literatura infantojuvenil”, que pesquisou, em salas de aula de quinto ano (na época a nomenclatura era 4ª série), como a produção, veiculação e recepção de obras literárias infantojuvenis disseminavam discursos que reproduziam hierarquias raciais. Já na tese, “Literatura infantojuvenil e política educacional: estratégias de racialização no Programa Nacional de Biblioteca da Escola (PNBE)”, discutiu como os atores de execução do PNBE e os profissionais da educação influenciavam na composição dos acervos quanto à diversidade étnico-racial e à qualidade literária. Os resultados dessas pesquisas denunciaram a presença da hierarquização branco e negro nas práticas escolares, na mídia e nas obras literárias e, ainda, revelaram o silêncio do MEC, manifestado em práticas de discriminação entre as demandas da diversidade étnico-racial. Nessa perspectiva, destaca-se a “cristalização da arte literária restrita a determinados grupos de autoras/es ou concepções sobrepondo-se ainda à democratização das vozes na literatura (posicionadas não mais como exóticas, apartadas ou menos qualificadas)” (ARAÚJO, 2015, p. 306).
- Lacerda (2013; 2018), no PPG em Design da PUC-RJ, sob orientação da Profa. Dra. Jackeline Lima Farbiarz, com a dissertação “Design na leitura: Uma possibilidade de mediação entre o jovem e a leitura literária”, que analisou o lugar do *design* nos livros selecionados pelo PNBE. Já na tese “A formação visual do leitor por meio do Design na Leitura: livros para crianças e jovens”, analisou o projeto gráfico dos livros do PNBE e estabeleceu a relação entre o *design* e o processo de formação visual do leitor da Educação (Ensino Fundamental e Ensino Médio). Os resultados desses estudos detectaram que muitas obras do acervo do PNBE estavam distanciadas do conceito de *design* e que, na maioria das vezes, o diferencial gráfico se pautava em valorização da fruição do leitor e em diálogos de diferentes linguagens na composição do objeto livro. Nesse sentido, o projeto gráfico não apresenta em seu conjunto uma progressão condizente com o processo escolar e com a compreensão do texto verbal e, ainda, passa a representar o texto visual de forma reduzida e simplificada (LACERDA, 2018).
- E eu, Brandão (2016), autora da dissertação “PNBE do Professor: Usos e desusos”, no PPG em Educação da UFMT (Campus de Rondonópolis), sob orientação da Profa. Dra. Sílvia de Fátima Pilegi Rodrigues, que defendi o estudo em que investiguei a aquisição, distribuição e circulação das obras teóricas e metodológicas em quatro escolas estaduais de Primavera do Leste (MT). E, agora, com esta tese, “Estado da Arte em Programa Nacional Biblioteca da Escola: Uma história (1997–2018)”, no PPGE da Unesp, orientada pela Profa. Dra. Renata Souza, analiso a literatura cinzenta sobre/com o Programa Nacional Biblioteca da Escola, realizada nos programas de pós-graduação, a fim de compreender o PNBE no contexto da sua história, da comunicação científica e dos conhecimentos produzidos nas Instituições de Ensino Superior do Brasil, no período de 1997 a 2018.

Ao trabalhar com a média, indicamos a incidência de 1,5% de pesquisas/orientadoras(es). Nesse ponto, registramos que 45% (75) das produções acadêmicas consolidaram-se sob a orientação de 22 professoras(es), ao passo que 55 % (93) dos estudos estabeleceram-se a partir de 93 orientadoras(es). Portanto, o grupo de autoridades do conhecimento sobre/com o PNBE formou-se por cinco docentes com os maiores indicadores quantitativos no *corpus* de estudo (TABELA 12).

Tabela 12 – Orientadoras(es) autoridades do conhecimento e pesquisadoras em produções acadêmicas sobre/com o PNBE no período de 2004-2018

Nº	IES	Orientadora(or)	Nº total	% total
1	UCS	RAMOS, F. B.	15	8,9%
2	UFGD	FERNANDES, C. R. D.	11	6,5%
3	UFMG	PAIVA, A.	6	3,6%
4	UFPR	SILVA, P. V. B. Da	5	3,0%
5	UFG	PERES, S. M.	3	1,8%
Total			40	23,8%

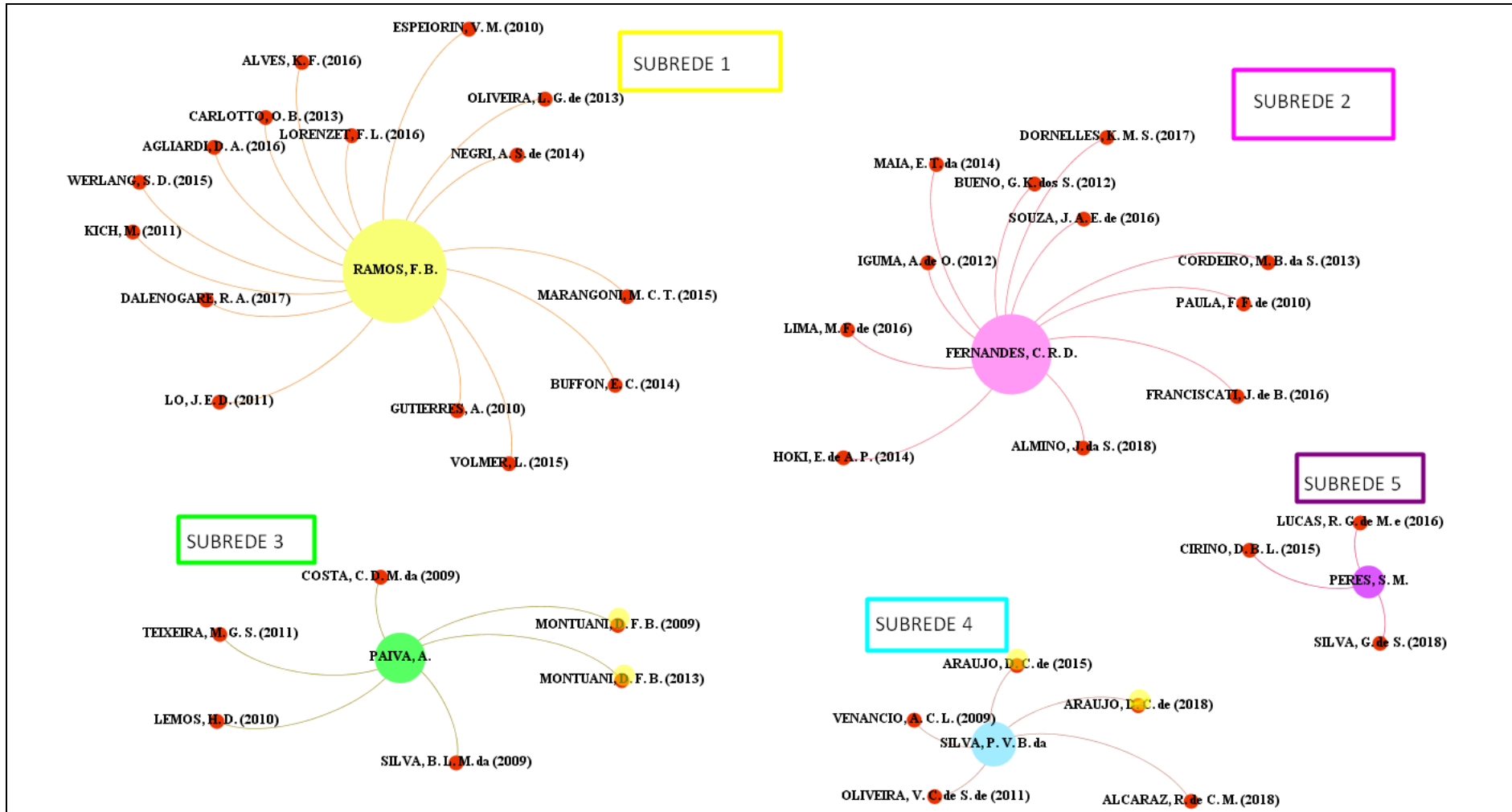
Fonte: Elaborada pela autora com dados da pesquisa (2021).

O grupo de docentes se divide em programas de pós-graduação de duas Grandes Áreas de conhecimento:

1. Linguística, Letras e Artes: Célia Fernandes (UFGD) e Selma Peres (UFG);
2. Ciências Humanas: Aparecida Paiva (UFMG), Paulo da Silva (UFPR) e Flávia Ramos (UCS) com a integração em ambas as áreas — PPG em Educação e PPG em Letras.

Ao analisar e definir as(os) pesquisadoras(es) autoridades em estudos sobre/com o PNBE, verificamos que cada uma(m) conduz uma rede na IES. Ao relacionar os dados dos docentes com os discentes, construímos quatro redes individuais para uma descrição de elementos, ordenadas pela indicação numérica de cada sub-redes (FIGURA 18).

Figura 17 – Redes de orientadoras(os) autoridades do conhecimentos com discentes das pesquisas sobre/com o PNBE (2004-2018)



O tamanho dos círculos representa o grau de conexões de cada pesquisadora(or) com os discentes. Cada círculo vermelho representa um discente e o círculo amarelo sobreposto faz referência aos discentes que realizaram o mestrado e doutorado. O círculo do centro de cada sub-rede é a(o) orientadora(or).

Fonte: Elaborado pela autora com dados da Pesquisa (2021).

O maior componente (sub-rede 1) traz em sua composição a Profa. Dra. Flávia Ramos com quinze laços (orientandos). Os primeiros trabalhos sob sua orientação foram defendidos em 2010, por Espeiorin (2010) e Gutierrez (2010). Notamos uma regularidade anual na trajetória de orientação de pesquisas sobre/com o PNBE, conforme pode ser verificado no Quadro 14.

Quadro 14 – Orientandas(os) da Profa. Dra. Flávia Ramos distribuídas por nome da(o) pesquisadora(or), ano de pesquisa, título da pesquisa e nível de titulação

Nº	Pesquisadora (or) Ano de defesa	N m	Título da pesquisa	Nível de titulação
1	PAULA, F. F. de (2010)		Literatura infantojuvenil e políticas públicas de leitura: um estudo do projeto literatura em minha casa	M
2	BUENO, G. K. dos S. (2012)		Representação da professora na literatura infantojuvenil do PNBE/2008	M
3	IGUMA, A. de O. (2012)		Representações de leitura na literatura infantojuvenil: um estudo do PNBE – 2009	M
4	CORDEIRO, M. B. da S. (2013)		Leitura, literatura, biblioteca e políticas públicas: um estudo de caso em Dourados/MS	M
5	HOKI, E. de A. P. (2014)		Escrita e escritores na ficção de Lygia Bojunga dentro do acervo PNBE	M
6	MAIA, E. T. da (2014)		Mediadores e práticas de leitura literária: um estudo do acervo PNBE	M
7	SOUZA, J. A. E. de (2016)		A poesia infantojuvenil do PNBE 2013 para o Ensino Fundamental II	M
8	LIMA, M. F. de (2016)		Representações de escrita e leitura no acervo do Programa Nacional Biblioteca da Escola — PNBE/2013	M
9	FRANCISCATI, J. de B. (2016)		Representação de avós mediadores de leitura em obras de literatura infantil no PNBE	M
10	AGLIARDI, D. A. (2016)		Ler um livro de capa a capa: experiências de leitura com estudantes da educação de jovens e adultos	D
11	LORENZET, F. L. (2016)		Leitura literária da narrativa visual na Educação Infantil	M
12	ALVES, K. F. (2016)		Literatura e estratégias de leitura no Ensino Médio: análise de proposta para a formação de leitores autônomos	M
13	DALENOGARE, R. A. (2017)		Livro de poesia no Ensino Médio: possibilidades de análise	M
14	DORNELLES, K. M. S. (2017)		Representações indígenas no PNBE 2014	M
15	ALMINO, J. da S. (2018)		Representações de personagens indígenas de autoria indígena nas obras do PNBE/2006	M

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2021).

Anteriormente, citamos que a Profa. Dra. Flávia Ramos (UCS), no período de 2009 a 2010, realizou o pós-doutoramento com a pesquisa *O PNBE/2008 em Caxias do Sul: recepção e usos para o letramento literário* sob supervisão da Profa. Dra. Aparecida Paiva (UFMG), coordenadora do Ceale e do processo de seleção e avaliação do PNBE 2006 ao PNBE 2014. Com essa informação, entendemos que essa situação que impulsiona o interesse investigativo para as diferentes dissertações e teses que a Profa. Dra. Flávia Ramos orientou. Esses relacionamentos são desencadeados a partir da organização dos PPGs em linhas e grupos de pesquisa, eixos temáticos, corpo docente e discente, projetos de pesquisa e vários

outros elementos acadêmicos e profissionais que possibilitam diferentes relações (MELO; SANTANA; SILVA; SOUZA, 2021). Outro fato encontrado está relacionado com a sua participação como parecerista na comissão de avaliação e seleção das obras literárias nas edições do PNBE 2009 ao PNBE 2014. Já para o PNBE 2015, integrou a comissão técnica do Programa que, no entanto, teve suas ações interrompidas pelo MEC.

Os projetos de pesquisa que deram origem à orientação das produções acadêmicas citadas no Quadro 13 foram:

- 2009 – 2010: O PNBE/2008 em Caxias do Sul: recepção e usos para o letramento literário;
- 2011 – 2014: PNBE 2010 na escola: leituras possíveis,
- 2012 – 2015: Desafios e acolhimentos da literatura infantil: a mediação de leitura literária;
- 2014 – 2016: Narrativa visual no PNBE 2014: composição e leitura;
- 2014 – 2017: Leitor do PNBE 2014: do papel à mediação;
- 2017 – Atual: Mediação de leitura literária: análise de instâncias paratextuais em obras selecionadas pelo PNBE.

De certo modo, toda a trajetória da referida professora e pesquisadora promoveu a publicação de artigos em periódicos e livros, a participação em eventos, a orientação em iniciação científica, mestrado e doutorado, bem como a integração como membro de bancas de qualificação e defesa de dissertações e teses com a temática do PNBE (QUADRO 15).

Quadro 15 – Relação de pesquisas com participação em bancas examinadoras pela Profa. Dra. Flávia Ramos

Nº	Ano de defesa	IES	Título de pesquisa	Pesquisadora(or)	Orientadora	Nível de titulação
1	2010	UFMG	A dinâmica das interações visuais e verbais no livro produzido para crianças: um olhar sobre o PNBE 2005	LEMOS, H. D.	PAIVA, A.	D
2	2013	UFMG	O Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE: conhecimento, circulação e usos em município de Minas Gerais	MONTUANI, D. F. B.	PAIVA, A.	D
3	2015	FUPF	O espaço da biblioteca escolar: dinamização do acervo do PNBE 2013	VARGAS, T. de	ROSING, T. M.	M
4	2016	UNIVALI	O livro de imagem: análise estética do PNBE	ARAÚJO, M. M. M.	CARVALHO, C.	M

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2021).

Ao observar o Quadro 15, avaliamos a relação entre as pesquisadoras Profa. Dra. Flávia Ramos (UCS) e a Profa. Dra. Aparecida Paiva (UFMG) como uma consolidação nas investigações sobre/com o PNBE, mediadas pelo desenvolvimento do pós-doutoramento e pela integração na comissão de avaliação e seleção das obras para os acervos do PNBE.

A sub-rede 2 formou-se com a Profa. Dra. Célia Fernandes (UFGD), com onze laços (orientandos). A referida docente possui uma trajetória no Programa Nacional Biblioteca da Escola, desde 1999, com a participação na elaboração do material *Histórias e Histórias: Guia do usuário do Programa Nacional Biblioteca na Escola*. Em seguida, o PNBE tornou-se seu objeto de estudo na investigação de doutorado “Práticas de leitura escolar no Brasil: representações da escola, de professores e do ensino na literatura infanto-juvenil a partir dos anos 80”, defendida na UNICAMP, sob orientação da Profa. Dra. Marisa Lajolo. Portanto, a pesquisadora iniciou como orientanda e prosseguiu como orientadora de estudos sobre/com o PNBE.

Notamos que o título e o objetivo da tese de Fernandes (2004) marcam os interesses investigativos da pesquisadora, pois algumas dissertações, em que ela desenvolveu o papel de orientadora, o foco do trabalho foi a análise da representatividade nos livros literários (QUADRO 16). Nessa perspectiva, as dissertações investigaram a representação nos seguintes contextos: regional e nacional (PAULA, 2010), de professora (BUENO, 2012), de leitura (IGUMA, 2012), de escrita (HOKI, 2014), de mediação e prática de leitura literária (MAIA, 2014), de leitura e escrita (LIMA, 2016), de avós (FRANCISCATTI, 2016), de indígenas (DORNELLES, 2017) e de personagens indígenas (ALMINO, 2018).

O primeiro trabalho, defendido com uma pesquisa sobre/com o PNBE, orientado pela Profa. Dra. Fernandes, foi elaborado pela pesquisadora Paula (2010), que analisou a diversidade de gêneros, temas e autoria de diferentes épocas e regiões, bem como a materialidade da obra em acervos da edição *Literatura em minha casa* de 2001, 2002 e 2003. Inferimos que essa investigação promoveu uma complementação e continuidade da tese de Fernandes (2004), pois pesquisou a representação da escola em obras do PNBE, porém, na composição do texto, analisou a autoria regional e nacional.

Quadro 16 – Orientandas(os) da Profa. Dra. Célia Fernandes distribuídas por nome da(o) pesquisadora(or), ano de pesquisa, título da pesquisa e nível de titulação

Nº	Pesquisadora (or) Ano de defesa	Título da pesquisa	Nível de titulação
1	PAULA, F. F. de (2010)	Literatura infantojuvenil e políticas públicas de leitura: um estudo do projeto literatura em minha casa	M
2	BUENO, G. K. dos S. (2012)	Representação da professora na literatura infantojuvenil do PNBE/2008	M
3	IGUMA, A. de O. (2012)	Representações de leitura na literatura infantojuvenil: um estudo do PNBE – 2009	M
4	CORDEIRO, M. B. da S. (2013)	Leitura, literatura, biblioteca e políticas públicas: um estudo de caso em Dourados/MS	M
5	HOKI, E. de A. P. (2014)	Escrita e escritores na ficção de Lygia Bojunga dentro do acervo PNBE	M
6	MAIA, E. T. da (2014)	Mediadores e práticas de leitura literária: um estudo do acervo PNBE	M
7	SOUZA, J. A. E. de (2016)	A poesia infantojuvenil do PNBE 2013 para o Ensino Fundamental II	M
8	LIMA, M. F. de (2016)	Representações de escrita e leitura no acervo do Programa Nacional Biblioteca da Escola — PNBE/2013	M
9	FRANCISCATI, J. de B. (2016)	Representação de avós mediadores de leitura em obras de literatura infantil no PNBE	M
10	DORNELLES, K. M. S. (2017)	Representações indígenas no PNBE 2014	M
11	ALMINO, J. da S. (2018)	Representações de personagens indígenas de autoria indígena nas obras do PNBE/2006	M

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2021).

Entendemos que a origem das dissertações expostas no Quadro 16 advém dos projetos de pesquisa da orientadora, a saber: 2007-2017: Imagens de escola e de leitura na literatura infantojuvenil; 2014-2017: Políticas públicas de leitura e o cânone da literatura infantojuvenil brasileira, bem como de todo o seu envolvimento em ações de estudos e participação na comissão de avaliação e seleção das obras literárias, ora na função de parecerista, ora como coordenadora de grupo de avaliadores do PNBE 2010 ao PNBE 2014. No PNBE 2015, integrou a comissão, porém o processo foi interrompido. Em 2014, publicou o artigo “Textos em Verso, Poema, Quadra, Parlenda, Cantiga, Trava-Língua, Adivinha”, na obra *PNBE na escola: literatura fora da caixa - Anos Iniciais Ensino Fundamental* (2014), organizado por Soares e Paiva (2014).

Além disso, como já vimos anteriormente, a Profa. Dra. Célia Fernandes, em 2017, realizou o pós-doutorado supervisionado pela Profa. Dra. Mirian Zappone (UEM), que analisou os editais do PNBE de 2006 ao PNBE 2014. Em 1999, as referidas pesquisadoras participaram da elaboração do material *Histórias e histórias: guia do usuário do Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE 99*.

De forma complementar, analisamos os membros das bancas das dissertações e teses do *corpus* desta tese e encontramos a participação Profa. Dra. Célia Fernandes na defesa de mestrado de Guimarães (2010), com a pesquisa “Biblioteca escolar e políticas públicas de

incentivo à leitura: de museu de livros e espaço de saber e leitura”, desenvolvida na Unesp, campus de Presidente Prudente/SP.

A rede 3, orientada pela Profa. Dra. Aparecida Paiva, consolidou-se com seis laços (orientandas) (QUADRO 17). Ao analisar o *Curriculum Lattes* da pesquisadora, verificamos que ela integrou o projeto de pesquisa Livros para crianças e jovens no Brasil: produção, perfil e circulação, do período de 2008 a 2012. Como já apresentamos, a referida professora coordenou o processo de avaliação e seleção do PNBE 2006 ao PNBE 2014, e as investigações de Costa (2009), Montuani (2009) e Silva (2009) contemplaram uma pesquisa em rede com o objetivo de analisar os impactos e a implantação do Programa na rede municipal de Belo Horizonte. Essas dissertações resultaram em artigos publicados na obra *Literatura fora da caixa: O PNBE na escola – distribuição, circulação e leitura* (PAIVA, 2012).

Quadro 17 – Orientandas(os) da Profa. Dra. Aparecida Paiva distribuídas por nome da(o) pesquisadora(or), ano de pesquisa, título da pesquisa e nível de titulação

Nº	Pesquisadora(or) Ano de defesa	Título da pesquisa	Nível de titulação
1	COSTA, C. D. M. da (2009)	Literatura premiada entra na escola - a presença dos livros premiados pela FNLIJ, na categoria criança, em bibliotecas escolares da rede municipal de Belo Horizonte	M
2	MONTUANI, D. F. B. (2009)	O PNBE/2005 na rede municipal de ensino de Belo Horizonte: uma discussão de possíveis impactos da política de distribuição de livros de literatura na formação de leitores	M
3	SILVA, B. L. M. da (2009)	Programa Nacional Biblioteca da Escola-Edição 2006. A chegada dos acervos nas escolas da rede municipal do ensino de Belo Horizonte e a leitura de obras por jovens leitores.	M
4	LEMOS, H. D. (2010)	A dinâmica das interações visuais e verbais no livro produzido para crianças: um olhar sobre o PNBE 2005	D
5	TEIXEIRA, M. G. S. (2011)	Catálogos de editora de literatura infanto juvenil: uma leitura	M
6	MONTUANI, D. F. B. (2013)	Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE: conhecimento, circulação e usos em um município de Minas Gerais	D

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2021).

É pertinente retomar que Montuani (2009, 2013) desenvolveu a pesquisa de mestrado e de doutorado com o PNBE como objeto de estudos e estabeleceu-se como a última orientanda da professora pesquisadora Aparecida Paiva que, posteriormente, aposentou-se. Acreditamos que o encerramento da docência na UFMG justifica as restrições das informações no *Curriculum Lattes* e o fato de a última atualização ter ocorrido em 2012. Sobre a participação em bancas de defesa, verificamos a sua presença em duas pesquisas (QUADRO 18).

Quadro 18 – Relação de pesquisas com participação nas bancas examinadoras pelo Profa. Dra. Aparecida Paiva

Nº	Ano de defesa	IES	Título	Pesquisadora(or)	Orientadora(or)	Nível de titulação
1	2013	UFRGS	Leitura mediada do livro de imagem no Ensino Fundamental: letramento visual, interação e sentido	NUNES, M. F. N.	PILLAR, A. D.	D
2	2016	UFMT	PNBE do Professor: Usos e desusos	BRANDÃO, C. L.	RODRIGUES, S. de F. P.	M

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2021).

Para além das participações em bancas de avaliação de mestrado e doutorado, a pesquisadora, com foco na temática sobre/com o PNBE, publicou artigos em periódicos e livros, organizou material orientativo para o PNBE 2008 (*Catálogo Infantil Acervo/2008 - Literatura na infância: imagens e palavras*) e PNBE 2014 (*PNBE na escola: literatura fora da caixa*) e, em 2014, no ebook *Literatura na Educação Infantil acervos, espaços e mediações*, participou com o artigo “*PNBE: seleção, distribuição, circulação e usos de livros de literatura na Educação Infantil: uma política em (re)construção*”. Nessa produção, Paiva (2014) promoveu uma trajetória significativa no Programa, representando papéis de pesquisadora e de coordenadora do PNBE.

A sub-rede 3, orientada pela Profa. Dra. Aparecida Paiva (UFMG), e a rede 4, pelo Prof. Dr. Paulo Vinicius Baptista da Silva (UFPR) apresentam dimensões e tamanhos iguais, pois ambos orientaram seis estudos na literatura cinzenta analisada. Outra semelhança para essas redes é a continuidade e a complementaridade de pesquisa do mestrado para o doutorado com Montuani (2009, 2013) na UFMG e Araújo (2010, 2015) na UFPR.

A sub-rede 4, orientada pelo Prof. Dr. Paulo Silva, consolidou-se com seis laços (discentes) (QUADRO 19). De acordo com as informações disponibilizadas no *Curriculum Lattes*, o referida(o) pesquisadora(or) tem como foco de interesse investigações sobre a diversidade no campo das políticas públicas e dos programas de distribuição de livros: PNLD e PNBE. A partir dos seus interesses investigativos, desenvolveu os seguintes projetos de pesquisa:

- 2009 a 2010: Prática Pedagógica de Trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/03, 2010-2013: Discurso e relações raciais em livros didáticos;
- 2012 até hoje (2021): Promoção da igualdade étnico-racial e defesa de direitos de crianças e adolescentes e 2013-2020: Discurso e relações raciais.

Quadro 19 – Orientandas(os) da Prof. Dr. Paulo Silva distribuídas por nome da(o) pesquisadora(or), ano de pesquisa, título da pesquisa e nível de titulação

Nº	Pesquisadora(or) Ano de defesa	Título da pesquisa	Nível de ensino
1	VENÂNCIO, A. C. L. (2009)	Literatura infanto-juvenil e diversidade	M
2	ARAUJO, D. C. de (2010)	Relações raciais, discurso e literatura infanto-juvenil	M
3	OLIVEIRA, V. C. de S. de (2011)	Educação das relações étnico-raciais e estratégias ideológicas no acervo do PNBE 2008 para Educação Infantil	M
4	ARAUJO, D. C. de (2015)	Literatura infanto-juvenil e política educacional: estratégias de racialização no Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) 2015	D
5	ALCARAZ, R. de C. M. (2018)	Políticas de leitura para a infância no município de Curitiba: o livro como direito à promoção da igualdade racial	D

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2021).

Em relação à participação em bancas examinadoras, encontramos a presença do Prof. Dr. Paulo Silva (UFPR), na dissertação “A Literatura de Temática africana e afro-brasileira nos acervos do Programa Nacional Biblioteca Da Escola (PNBE) para a Educação Infantil”, de Bernardes (2018), da UFSC, orientada pela Profa. Dra. Eliane Santana Dias Debus.

A análise das bancas examinadoras nos levou a localizar a Profa. Dra. Gládis Kaercher como membro da banca da dissertação “Literatura infanto-juvenil e política educacional: estratégias de racialização no Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) 2015”, defendida por Araújo (2015). Retomamos que Kaercher (2006), com a tese “O mundo na caixa: gênero e raça no Programa Nacional Biblioteca da Escola – 1999”, da UFRGS, integra o *corpus* de estudo. Diante disso, destacamos a sua presença inicial como orientanda e posteriormente como avaliadora.

A sub-rede 5, orientada pela Profa. Dra. Selma Peres (UFG), houve três dissertações de mestrado em Educação (QUADRO 20). Conforme dados do *Curriculum Lattes*, a referida pesquisadora desenvolveu projetos de pesquisa com abordagem ao Programa Nacional Biblioteca da Escola, a saber: “Políticas de Incentivo à Leitura: interfaces dos programas adotados no Brasil a partir da década de 90, de 2007-2014”; “Políticas Públicas de Leitura e Formação de Leitores: Um estudo do Programa Nacional Biblioteca da Escola em Goiás, de 2015-2018”; e “Leitura: história, política e práticas, de 2012-2020”.

Quadro 20 – Orientandas(os) da Prof. Dr. Paulo Silva distribuídas por nome da(o) pesquisadora(or), ano de pesquisa, título da pesquisa e nível de titulação

Nº	Pesquisadora(or) Ano de defesa	Título da pesquisa	Nível de ensino
1	CIRINO, D. B. L. (2015)	Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE: Apropriação dos acervos para a formação de leitores no município de Ipameri-Goiás	M
2	LUCAS, R. G. de M. e (2016)	A apropriação do acervo do PNBE em oficinas literárias	M
3	SILVA, G. de S. (2018)	Estado da arte da leitura no Brasil: 2010 a 2015	M

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2021).

A averiguação no *Curriculum Lattes* não mostrou a participação da Profa. Dra. Selma Martines Peres em bancas de defesa de mestrado ou doutorado. A pesquisadora defendeu sua dissertação “Branca de Neve: a imagem animada de uma escrita” (1999), sob orientação da Profa. Dra. Aparecida Paiva, na UFMG; e, no período de 2011 a 2012, realizou o pós-doutoramento na mesma IES.

Informamos que toda análise revelada partiu dos dados retirados do *Curriculum Lattes*, portanto, como são informações inseridas pelas(os) próprias(os) pesquisadoras(os), consideramos a possibilidade de ausência ou inconsistência nos dados. Seguindo para a circulação das pesquisas, realizamos um mapeamento (manual) sobre as referências das produções acadêmicas e analisamos a listagem de pesquisas de mestrado e doutorado citadas⁷² nas pesquisas dos discentes dos *corpus* de estudo.

Ao todo, tivemos 168 (100%) discentes - pesquisadoras(es) e, desse montante, encontramos 59 (35%) dissertações e/ou teses que não foram citados (grau de entrada) e nem citaram (grau de saída) outras pesquisas sobre/com o PNBE, enquanto 109 (65%) discentes contribuíram na divulgação e na circulação de outros estudos. Nessa perspectiva, contabilizamos as informações estatísticas para identificar as(os) pesquisadoras(es) mais citadas(os). Portanto, a Tabela 13 retrata os resultados por meio da distribuição de discentes, grau de entrada (citado), grau de saída (citante) e a somatória indicada por grau de divulgação (citado e citante).

⁷² Utilizamos o termo referências e citação como sinônimos, pois entendemos que autoras(es) apresentadas(os) nas pesquisas compõem as referências.

Tabela 13 – Relação de pesquisadoras(es) e quantitativo em que foram citados e citantes
Continua

Nº	Discente — Pesquisadora(or) e ano de defesa	Grau de entrada citado		Grau de saída citante		Grau de divulgação Citado e citante	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
		total	total	total	total	total	Total
1	MONTUANI, D. F. B. (2009)	14	5,9%	3	1,2%	17	3,5%
2	COPEPES, R. J. (2007)	11	4,6%	5	2,1%	16	3,3%
3	ALIAGA, R. (2013)	1	0,4%	14	5,8%	15	3,1%
4	ARAUJO, D. C. de (2015)	1	0,4%	14	5,8%	15	3,1%
5	BERNARDES, T. V. M. (2018)	—	—	15	6,2%	15	3,1%
6	PENIDO, T. N. (2018)	—	—	15	6,2%	15	3,1%
7	SILVA, B. L. M. da (2009)	10	4,2%	4	1,7%	14	2,9%
8	PAULA, F. F. de (2010)	9	3,8%	4	1,7%	13	2,7%
9	OLIVEIRA, L. L. de (2008)	9	3,8%	2	0,8%	11	2,3%
10	CORDEIRO, M. B. da S. (2013)	4	1,7%	7	2,9%	11	2,3%
11	CIRINO, D. B. L. (2015)	7	2,9%	4	1,7%	11	2,3%
12	SILVA, S. F. da (2015)	2	0,8%	9	3,7%	11	2,3%
13	BRANDAO, C. L. (2016)	3	1,3%	8	3,3%	11	2,3%
14	FERREIRA, L. C. da S. (2008)	10	4,2%	—	—	10	2,1%
15	KAERCHER, G. E. P. da S. (2006)	10	4,2%	—	—	10	2,1%
16	PAIVA, F. V. (2008)	7	2,9%	—	—	7	1,5%
17	KICH, M. (2011)	7	2,9%	—	—	7	1,5%
18	GUERRA, M. P. R. (2015)	3	1,3%	4	1,7%	7	1,5%
19	IGUMA, A. de O. (2012)*	7	2,9%	—	—	7	1,5%
20	ALCARAZ, R. de C. M. (2018)	—	—	7	2,9%	7	1,5%
21	MOTTA, A. C. A. (2018)	—	—	7	2,9%	7	1,5%
22	BUFALO, K. S. (2018)	—	—	7	2,9%	7	1,5%
23	PAVANI, E. E. I. (2004)	6	2,5%	—	—	6	1,3%
24	COSTA, K. M. de M. (2007)	4	1,7%	2	0,8%	6	1,3%
25	COSTA, C. D. M. da (2009)	5	2,1%	1	0,4%	6	1,3%
26	MONTUANI, D. F. B. (2013)	3	1,3%	3	1,2%	6	1,3%
27	HOKI, E. de A. P. (2014)	1	0,4%	5	2,1%	6	1,3%
28	SOUZA, J. A. E. de (2016)	1	0,4%	5	2,1%	6	1,3%
29	FRANCISCATI, J. de B. (2016)	—	—	6	2,5%	6	1,3%
30	FIGUEIREDO, A. R. A. (2018)	—	—	6	2,5%	6	1,3%
31	ARAUJO, D. C. de (2010)	1	0,4%	5	2,1%	6	1,3%
32	MARQUES, M. L. de L. (2007)	6	2,5%	—	—	6	1,3%
33	LIMA, F. das C. N. de (2011)	4	1,7%	1	0,4%	5	1,0%
34	CARETTI, L. da S. (2011)	2	0,8%	3	1,2%	5	1,0%
35	OLIVIERA, V. C. de S. de (2011)	1	0,4%	4	1,7%	5	1,0%
36	MARQUES, M. J. D. V. (2013)	4	1,7%	1	0,4%	5	1,0%
37	LIMA, M. F. de (2016)	—	—	5	2,1%	5	1,0%
38	RIGOLETO, A. U. O. (2006)	5	2,1%	—	—	5	1,0%
39	VENÂNCIO, A. C. L. (2009)	5	2,1%	—	—	5	1,0%
40	BUENO, G. K. dos S. (2012)	2	0,8%	2	0,8%	4	0,8%
41	MAIA, E. T. da (2014)	—	—	4	1,7%	4	0,8%
42	MADEIRA, T. F. L. (2016)	—	—	4	1,7%	4	0,8%
43	ALMINO, J. da S. (2018)	—	—	4	1,7%	4	0,8%
44	LOPES, N. R. (2012)	4	1,7%	—	—	4	0,8%
45	MONTEIRO, T. (2007)	3	1,3%	—	—	3	0,6%
46	TEIXEIRA, M. G. S. (2011)	2	0,8%	1	0,4%	3	0,6%
47	KAERCHER, G. E. P. da S. (2005)	3	1,3%	—	—	3	0,6%
48	PEREIRA, R. de B. (2013)	1	0,4%	2	0,8%	3	0,6%
49	PORCIUNCULA, R. F. (2014)	3	1,3%	—	—	3	0,6%
50	VALARINI, S. D. (2015)	—	—	3	1,2%	3	0,6%
51	BARROSO, F. C. da S. (2015)	—	—	3	1,2%	3	0,6%
52	GUIMARÃES, J. (2010)	3	1,3%	—	—	3	0,6%
53	ALMEIDA, J. de D. (2016)	1	0,4%	2	0,8%	3	0,6%
54	MORESCHI, M. T. (2017)	—	—	3	1,2%	3	0,6%
55	SPENGLER, M. L. P. (2017)	1	0,4%	2	0,8%	3	0,6%

Fonte: Elaborada pela autora com dados da pesquisa (2021).

Tabela 13 – Relação de pesquisadoras(es) e quantitativo em que foram citados e citantes
 Continua

Nº	Discente — Pesquisadora(or) e ano de defesa	Grau de entrada citado		Grau de saída citante		Grau de divulgação Citado e citante	
		Nº total	% total	Nº total	% total	Nº total	% total
56	NASCIMENTO, V. Y. do (2018)	—	—	3	1,2%	3	0,6%
57	MORAES, L. G. O. de (2010)	1	0,4%	2	0,8%	3	0,6%
58	SILVA, D. C. O. (2005)	3	1,3%	—	—	3	0,6%
59	LEMOS, H. D. (2010)	3	1,3%	—	—	3	0,6%
60	TAVARES, J. A. de (2004)	3	1,3%	—	—	3	0,6%
61	MAIA, E. T. (2014)	3	1,3%	—	—	3	0,6%
62	OLIVEIRA, V. C. de S. de (2011)	3	1,3%	—	—	3	0,6%
63	FERNANDES, C. R. D. (2004)	3	1,3%	—	—	3	0,6%
64	GUTIERRES, A. (2010)	1	0,4%	1	0,4%	2	0,4%
65	SANTOS, G. A. G. dos (2013)	1	0,4%	1	0,4%	2	0,4%
66	VENANCIO, A. C. L. (2009)	2	0,8%	—	—	2	0,4%
67	SILVA, M. S. Da (2014)	1	0,4%	1	0,4%	2	0,4%
68	CARLETO, E. A. (2014)	—	—	2	0,8%	2	0,4%
69	MORENO, J. L. B. (2015)	1	0,4%	1	0,4%	2	0,4%
70	SCARAVONATTI, G. (2015)	1	0,4%	1	0,4%	2	0,4%
71	PEREIRA, E. P. (2015)	1	0,4%	1	0,4%	2	0,4%
72	VARGAS, T. De (2016)	—	—	2	0,8%	2	0,4%
73	VINTER, R. B. (2017)	1	0,4%	1	0,4%	2	0,4%
74	SILVA, M. S. Da (2014)	2	0,8%	—	—	2	0,4%
75	NUNES, M. F. (2013)	2	0,8%	—	—	2	0,4%
76	OLIVEIRA, M. R. De (2018)	—	—	2	0,8%	2	0,4%
77	SANTOS, E. P. Dos (2018)	—	—	2	0,8%	2	0,4%
78	SOARES, U. F. (2018)	—	—	2	0,8%	2	0,4%
79	SILVA, L. C. E (2012)	1	0,4%	1	0,4%	2	0,4%
80	ESPEIORIN, V. M. (2010)	2	0,8%	—	—	2	0,4%
81	RODRIGUES, L. N. (2009)	2	0,8%	—	—	2	0,4%
82	ULUP, N. (2007)	2	0,8%	—	—	2	0,4%
83	LIMA, S. X. De (2010)	—	—	1	0,4%	1	0,2%
84	VOLMER, L. (2015)	1	0,4%	—	—	1	0,2%
85	ROSSI, M. S. De O. (2018)	1	0,4%	—	—	1	0,2%
86	BARREIROS, R. C. (2014)	—	—	1	0,4%	1	0,2%
87	BATTISTI, R. (2015)	—	—	1	0,4%	1	0,2%
88	CALLIARI, E. A. Da S. (2015)	—	—	1	0,4%	1	0,2%
89	ARAÚJO, M. M. M. (2016)	—	—	1	0,4%	1	0,2%
90	LEONARCZYK, E. (2016)	—	—	1	0,4%	1	0,2%
91	BASTOS, L. R. L. (2017)	—	—	1	0,4%	1	0,2%
92	ATHAYDE, A. B. A. (2017)	—	—	1	0,4%	1	0,2%
93	CINTRA, M. M. (2017)	—	—	1	0,4%	1	0,2%
94	SOUZA, K. A. B. (2018)	—	—	1	0,4%	1	0,2%
95	GUIMARAES, J. (2010)	1	0,4%	—	—	1	0,2%
96	OLIVEIRA, L. G. de (2013)	1	0,4%	—	—	1	0,2%
97	SILVA, S. F. (2015)	1	0,4%	—	—	1	0,2%
98	DORNELLES, K. M. S. (2017)	1	0,4%	—	—	1	0,2%
99	BARRETO, T. R. F. (2008)	1	0,4%	—	—	1	0,2%
100	ARAÚJO, D. C. (2010)	1	0,4%	—	—	1	0,2%
101	SILVA, H. P. (2012)	1	0,4%	—	—	1	0,2%
102	RODRIGUES, P. R. S. (2012)	1	0,4%	—	—	1	0,2%
103	SAMPAIO, L. O. P. (2012)	1	0,4%	—	—	1	0,2%
104	LACERDA, M. G. (2013)	1	0,4%	—	—	1	0,2%
105	PEREIRA, R. de B. P. (2013)	—	—	1	0,4%	1	0,2%
106	LACERDA, M. G. (2018)	—	—	1	0,4%	1	0,2%
107	JESUS, E. M. de (2014)	—	—	1	0,4%	1	0,2%
108	ARAÚJO, M. J. de G. M. de (2008)	1	0,4%	—	—	1	0,2%
109	GABRIEL, T. F. (2016)	—	—	—	—	0	0,0%
Total		236	100%	239	100%	475	100%

Fonte: Elaborada pela autora com dados da pesquisa (2021).

Ao trabalharmos com as 109 produções acadêmicas, verificamos que 75 dos estudos foram apenas referenciados (grau de entrada), 69 investigações citaram (grau de saída) outras(os) pesquisadoras(es) e 39 situaram-se em ambos os campos — entrada e saída. Compreender a circulação de cada discente entre pesquisas é pertinente para reflexões nos PPGs, pois a divulgação é importante o incentivo à apreciação e ao uso das dissertações e teses, fazendo elas saírem do arquivamento e do esquecimento.

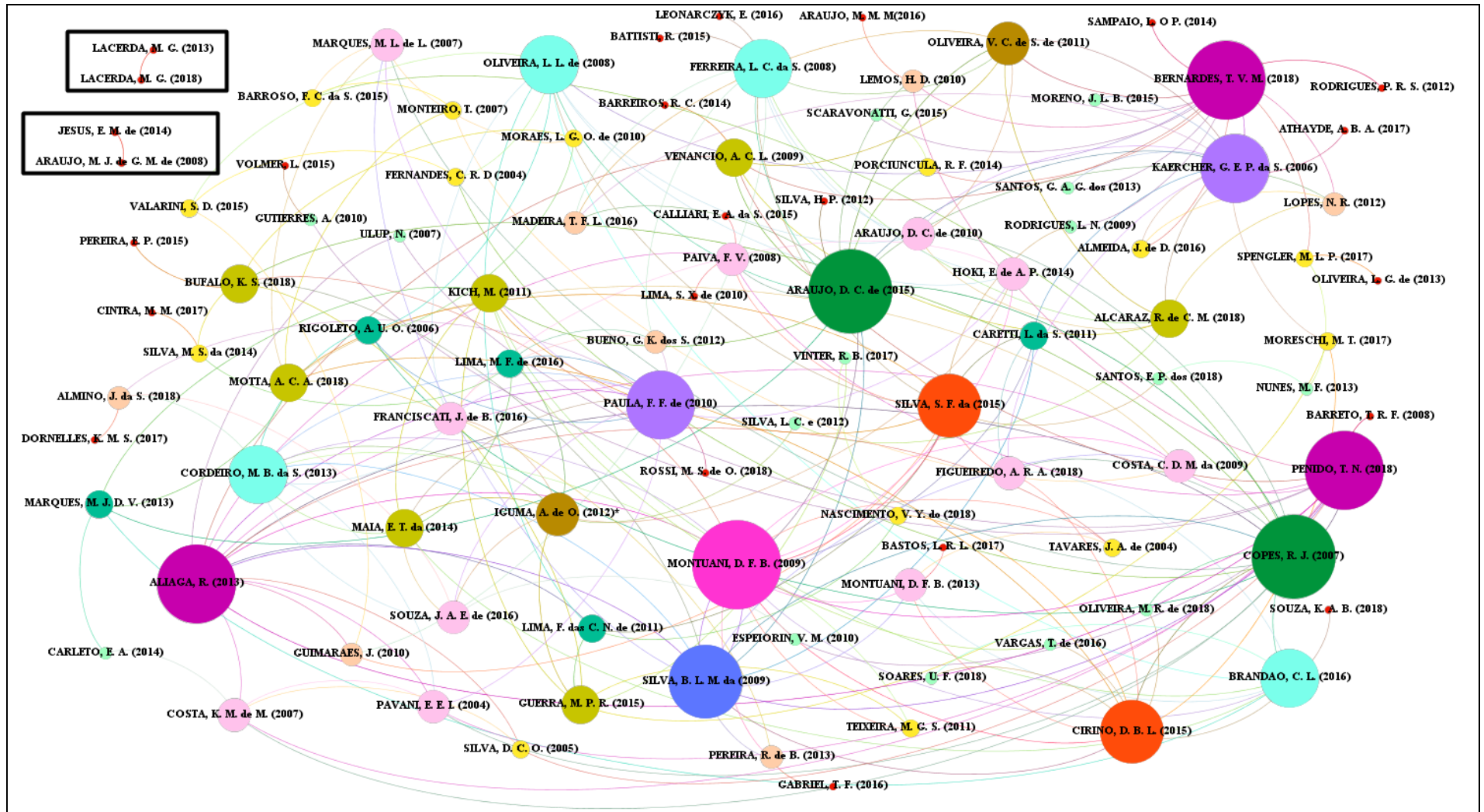
Na tabela 13, utilizamos a variável numérica das dissertações e/ou teses para analisar as(os) autoras(es) de maior impacto e visibilidade no *corpus* de estudo. Sobre a primeira coluna de dados, relativa ao número total de citações recebidas por discentes, apresenta-se alta correlação (239) com a primeira variável (236), demonstrando que as duas se estabeleceram com quantitativos semelhantes. Diante disso, o conjunto autoridade entre os citados abarca cinco estudos (23%): Montuani (2009), Copes (2007), Silva (2009), Ferreira (2008) e Kaercher (2006), por meio dos parâmetros de 10 a 14 de frequência, o que corresponde a 4,2% e 5,9% respectivamente.

Na segunda coluna de dados, apresenta-se a relação número de citações por número de pesquisas em que a(o) pesquisadora(or) foi citado, o que permite destacar que o grupo autoridade entre os citantes consolidou-se com quatro autoras (24%): Bernardes (2018), Penido (2017), Aliaga (2013) e Araújo (2015), com indicadores de 14 e 15, que resultaram em 5,8% e 6,2% dessas ocorrências.

Já a terceira coluna demonstra a somatória para o grau de divulgação — citante e citado —, em que se identificou o coletivo de ascendente a partir da variável de 120 (25%) de frequência, com uma variação numérica de 13 a 17 e percentuais de 2,7% a 3,5%, consolidada por oito pesquisas: Montuani (2009), Copes (2007), Aliaga (2013), Araújo (2015), Bernardes (2018), Penido (2017), Silva (2009) e Paula (2010).

Em ordem cronológica, Copes (2007) foi a primeira pesquisadora a relacionar-se com cinco produções anteriores: Pavani (2004), Fernandes (2004), Rigoletto (2006), Costa (2007) e Marques (2007). Para uma visualização das informações dispostas na Tabela 15, elaboramos a rede de colaboração com citantes e citados formada por 109 pesquisadoras(es) com 242 conexões (FIGURA 19).

Figura 18 – Rede colaborativa entre as pesquisas — citantes e citadas



Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2021) por meio do software Gephi.

Esses dados se ampliam e se complementam no aspecto de verificação da intensidade da colaboração, pois contribuem para a compreensão da presença das(os) pesquisadoras(es) e para o impacto da circulação dos estudos na área temática e de conhecimento. A análise da rede auxilia a visualização e compreensão da inserção e do impacto de uma pesquisa para uma área de conhecimento e/ou temática.

A rede de colaboração (FIGURA 19) com 109 pesquisadoras(es) foi gerada a partir dos 168 estudos analisados, uma vez que 59 investigações não fizeram menção a nenhuma pesquisa dos *corpus* de estudo. Em relação à estrutura da rede, indicamos que as cores representam as(os) pesquisadoras(es) com o mesmo volume de relações, enquanto o tamanho demonstra as incidências quantitativas das conexões. Novamente, trazemos a função social das produções acadêmicas quanto à divulgação e ao compartilhamento das pesquisas e conhecimentos.

A observação da Figura 24 corrobora os dados expostos anteriormente e, ainda, nos mostra a formação de uma rede de colaboração com quatro sub-redes. Três são representadas por pesquisas isoladas, com seis autoras(es) e três conexões: Pereira (2013) e Gabriel (2006), Lacerda (2018) e Lacerda (2013), Jesus (2014) e Araújo (2008). E uma é constituída por 103 pesquisadoras(es), resultando em 239 conexões. Afirmamos, portanto, que representar os dados quantitativos (TABELA 13) e associá-los às imagens das redes de colaboração possibilita comparar e ampliar as reflexões acerca da importância da circulação dessas informações.

O processo de averiguação das referências contribui para entender a divulgação da literatura cinzenta no campo científico e acadêmico. Noronha (1996) reitera que as dissertações e teses, na maioria das vezes, ficam armazenadas e sem circulação entre outras investigações. Nessa perspectiva, a autora defende que as(os) pesquisadoras(es) precisam ter conhecimento dos estudos defendidos nas diversas instituições para, assim, conseguirem sair da possibilidade de leitura única, ou seja, produções lidas unicamente por orientadoras(es) e membros das bancas.

3.5 Banca examinadora: Interação entre IES e pesquisadoras(es)

As pesquisas de mestrado e doutorado no seu processo de finalização requerem a formalidade da defesa pública das correspondentes dissertações ou teses. Trata-se do momento em que o trabalho é avaliado por uma banca de pesquisadoras(es) escolhidos pela(o)

orientanda(o) e orientadora(or). Para Severino (2012, p. 96), “a banca representa a instituição, a comunidade científica da área e até mesmo a própria sociedade, atestando a contribuição trazida pelo trabalho.”

A organização e os protocolos para a realização da defesa pública de mestrado e/ou doutorado são determinados por normas específicas de cada PPG. No entanto, para a maioria dos programas, a composição da banca deve ser de membros internos da própria IES e externos de outras IES. Entendemos que as(os) participantes desse processo avaliatório representam o conhecimento, os estudos e as pesquisas na temática da dissertação e/ou tese a ser defendida. Diante disso, compreendemos que integrar uma banca de defesa possibilita exposição, consolidação, aprofundamento e interação com a comunidade científica relativamente ligada ao tema investigado.

Entendendo a importância da banca, realizamos uma exploração nas bancas examinadoras do *corpus* de estudo para verificar as relações estabelecidas entre as IES (TABELA 14) e as(os) pesquisadoras(es). Destacamos que, para a localização desses dados, foi necessário seguir um longo trajeto, pois observamos que essa informação não é obrigatória nas páginas pré-textuais das dissertações e teses, assim como não é regra constar no *Curriculum Lattes*, tanto do discente como do membro da banca. Portanto, realizamos o seguinte percurso: Plataforma Sucupira → Texto completo → Plataforma *Lattes* → *Google*.

Dessa forma, retomamos que as 168 dissertações e teses se originaram de 58 IES e, com a averiguação das bancas, encontramos 95 instituições com relações internas e externas. Notamos, portanto, o acréscimo de 35 IES para a formalidade da defesa pública dessas pesquisas. Dessa maneira, estabelecemos que os dados seriam trabalhados apenas para as relações interinstitucionais e, por isso, excluimos a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) e Universidade Estadual do Ceará (UECE), pois as duas ficaram com a participação intrainstitucional. A partir disso, consolidamos as informações de 93 IES com conexões interinstitucionais, conforme mostra a Tabela 16.

Organizamos os dados por meio dos seguintes marcadores: grau de entrada, quando a IES é visitante, isto é, participa da banca como convidada externa; grau de saída, quando a IES é anfitriã, ou seja, participa e/ou convida uma instituição externa para composição da banca; e grau de relação, quando há uma somatória entre ser convidada(o) e fazer o convite para a banca examinadora.

Tabela 14 – Relação de IES com quantitativo de interação em bancas examinadoras interinstitucionais continua.

Nº	IES	Grau de entrada convidado		Grau de saída convidou		Grau de relação convidado e convidou	
		Nº total	% total	Nº total	% total	Nº total	% total
1	UCS	5	3,4%	11	7,3%	16	5,3%
2	UFPR	2	1,3%	13	8,6%	15	5,0%
3	UNESP	8	5,4%	5	3,3%	13	4,3%
4	UFSC	7	4,7%	5	3,3%	12	4,0%
5	UFMG	6	4,0%	6	4,0%	12	4,0%
6	USP	7	4,7%	4	2,6%	11	3,7%
7	PUC - SP	3	2,0%	7	4,6%	10	3,3%
8	UFRGS	5	3,4%	5	3,3%	10	3,3%
9	UFGD	4	2,7%	6	4,0%	10	3,3%
10	UNICAMP	3	2,0%	6	4,0%	9	3,0%
11	UFRJ	6	4,0%	2	1,3%	8	2,7%
12	UEM	4	2,7%	4	2,6%	8	2,7%
13	UFF	3	2,0%	4	2,6%	7	2,3%
14	UERJ	5	3,4%	2	1,3%	7	2,3%
15	UFRN	1	0,7%	6	4,0%	7	2,3%
16	UNB	4	2,7%	2	1,3%	6	2,0%
17	UENP	2	1,3%	4	2,6%	6	2,0%
18	UFU	2	1,3%	3	2,0%	5	1,7%
19	UFCG	3	2,0%	2	1,3%	5	1,7%
20	UFG	2	1,3%	3	2,0%	5	1,7%
21	UFPB	—	—	5	3,3%	5	1,7%
22	UFPE	3	2,0%	2	1,3%	5	1,7%
23	UNIFESP	2	1,3%	2	1,3%	4	1,3%
24	UNIOESTE	2	1,3%	2	1,3%	4	1,3%
25	UFSCAR	1	0,7%	3	2,0%	4	1,3%
26	ULBRA	2	1,3%	1	0,7%	3	1,0%
27	PUC - RJ	—	—	3	2,0%	3	1,0%
28	UMINHO - PORTUGAL	3	2,0%	—	—	3	1,0%
29	UFMS	2	1,3%	1	0,7%	3	1,0%
30	UEL	2	1,3%	1	0,7%	3	1,0%
31	UEPG	1	0,7%	2	1,3%	3	1,0%
32	UFBA	1	0,7%	2	1,3%	3	1,0%
33	UFES	1	0,7%	2	1,3%	3	1,0%
34	UFOP	2	1,3%	1	0,7%	3	1,0%
35	FUPF	1	0,7%	1	0,7%	2	0,7%
36	FURG	—	—	2	1,3%	2	0,7%
37	PUC - RS	2	1,3%	—	—	2	0,7%
38	UNIVALI	1	0,7%	1	0,7%	2	0,7%
39	UFT	1	0,7%	1	0,7%	2	0,7%
40	UFAM	—	—	2	1,3%	2	0,7%
41	UFC	2	1,3%	—	—	2	0,7%
42	UFMT	—	—	2	1,3%	2	0,7%
43	UNESPAR	1	0,7%	1	0,7%	2	0,7%
44	UNESC	1	0,7%	1	0,7%	2	0,7%
45	UFTM	1	0,7%	1	0,7%	2	0,7%
46	UNISUL	—	—	2	1,3%	2	0,7%
47	UNIUBE	—	—	2	1,3%	2	0,7%
48	UFPEL	1	0,7%	—	—	1	0,3%
49	UA - PORTUGAL	1	0,7%	—	—	1	0,3%
50	MACKENZIE	1	0,7%	—	—	1	0,3%
51	UNINOVE	1	0,7%	—	—	1	0,3%
52	FEEVALE	1	0,7%	—	—	1	0,3%
53	UNISC	1	0,7%	—	—	1	0,3%
54	UNISINO	1	0,7%	—	—	1	0,3%
55	UTFPR	1	0,7%	—	—	1	0,3%
56	UESC	—	—	1	0,7%	1	0,3%
57	UESPI	—	—	1	0,7%	1	0,3%
58	UNIPAMPA	1	0,7%	—	—	1	0,3%
59	UFAC	—	—	1	0,7%	1	0,3%
60	UFOPA	1	0,7%	—	—	1	0,3%

Fonte: Elaborada pela autora com dados da pesquisa (2021).

Tabela 14 – Relação de IES com quantitativo de interação em bancas examinadoras interinstitucionais continua.

Nº	IES	Grau de entrada convidado		Grau de saída convidou		Grau de relação Convidado e convidou	
		Nº total	% total	Nº total	% total	Nº total	% total
61	UNIR	1	0,7%	—	—	1	0,3%
62	UEPB	1	0,7%	—	—	1	0,3%
63	IFES	1	0,7%	—	—	1	0,3%
64	INES - RJ	1	0,7%	—	—	1	0,3%
65	UEMG	1	0,7%	—	—	1	0,3%
66	UFJF	—	—	1	0,7%	1	0,3%
67	PUC - MG	1	0,7%	—	—	1	0,3%
68	UNI	1	0,7%	—	—	1	0,3%
69	UNEMAT	1	0,7%	—	—	1	0,3%
70	UCSAL	1	0,7%	—	—	1	0,3%
71	UFPI	1	0,7%	—	—	1	0,3%
72	UNIP	1	0,7%	—	—	1	0,3%
73	UPF - BARCELONA	1	0,7%	—	—	1	0,3%
74	FLACSO - ARGENTINA	1	0,7%	—	—	1	0,3%
75	UCP	1	0,7%	—	—	1	0,3%
76	UEBA	1	0,7%	—	—	1	0,3%
77	UFRPE	—	—	1	0,7%	1	0,3%
78	EDITORA FTD	1	0,7%	—	—	1	0,3%
79	SME - SC	1	0,7%	—	—	1	0,3%
80	UNIFESSPA	1	0,7%	—	—	1	0,3%
81	UNIMEP	1	0,7%	—	—	1	0,3%
82	FACP	1	0,7%	—	—	1	0,3%
83	UFLA	1	0,7%	—	—	1	0,3%
84	UNICSUL	—	—	1	0,7%	1	0,3%
85	FMU	1	0,7%	—	—	1	0,3%
86	USJT	1	0,7%	—	—	1	0,3%
87	UNISO	—	—	1	0,7%	1	0,3%
88	SEDUC - SC	1	0,7%	—	—	1	0,3%
89	UPM	—	—	1	0,7%	1	0,3%
90	UMESP	1	0,7%	—	—	1	0,3%
Total		149	100%	151	100%	300	100%

Fonte: Elaborada pela autora com dados da pesquisa (2021).

Lopes e Romancini (2006, p. 143) ressaltam que “é comum que a defesa seja a primeira etapa da divulgação da pesquisa, que poderá, posteriormente, ser comunicada — total ou parcialmente, com um volume maior ou menor de alterações — em outros formatos”, como: apresentação em eventos, artigos em periódicos e livros etc.

O conhecimento sobre a circulação e divulgação de temáticas específicas direciona as(os) pesquisadoras(os) a conectarem com outra(o) pesquisadora(or) que tenha participação significativa na área e no objeto de estudo de interesse. Diante disso, é comum orientanda(o) e orientadora(or) indicarem para a composição da banca examinadora pesquisadoras(es) que concentram estudos, pesquisas e envolvimento com a produção científica.

Destacamos que as informações da Tabela 16 auxiliaram a compreensão sobre as IES que centralizaram as discussões sobre/com o PNBE no seu núcleo institucional e as que descentralizaram ao convidar docentes de outras IES. Tal percepção é confirmada com a descentralização promovida por orientadoras(os) das seguintes instituições: UCS, UFGD,

UFPR, UNESP, UFMG, UFRN e USP. Essas duas últimas tiveram destaque: a UFRN, com quatro dissertações, participou de duas bancas examinadoras e recebeu sete IES externas nas defesas públicas; e a USP, com três dissertações e uma tese, convidou cinco IES externas e participou de oito bancas examinadoras.

Analisando as conexões entre as IES que formalizam uma rede de comunicação, concordamos com Pisciotta (2006, p. 133), quando afirma que “os nós das redes se definem pelas relações que estabelecem com outros nós, eles não só emitem, mas recebem e impõem modificações pela mesma via por onde entram as influências”. Nesse contexto, elaboramos a rede (FIGURA 20), com a representação do total de ligações (visitante e anfitriã) entre as IES na composição da banca examinadora de defesa pública de mestrado e/ou doutorado.

No contexto do componente, ilustrado na Figura 25, as IES dividiram-se em sete (100%) sub-redes. Duas (3%) (UECE, URI) não trouxeram conexões com outras IES, quatro (11%) (UFFS — UNICENTRO, UFAM — UFOPA — UNIR, UNISUL — FMU e UESPI — UNIPAMPA) configuram-se com relações isoladas e o maior componente (86%) construiu-se com interações entre 84 IES. Apontamos que as instituições — UCS (19), UFPR (17), UNESP (15), UFMG (14), UFSC (14), USP (13), PUC/SP (12), UFGD (12), UFRGS (12) e UNICAMP (11) — consolidaram o quantitativo superior a dez (10) conexões interinstitucionais.

No conjunto das bancas analisadas, encontramos interações constituídas por diferentes instituições de ensino superior nacional e internacional (FIGURA 20). Foram 91 IES nacionais e 4 internacionais, sendo estas: a Universidade Pompeu Fabra (UPF), da Espanha, que integrou a banca na UFPR; a Universidade de Aveiro (UA), de Portugal, que compôs a banca examinadora na PUC-RJ; a Universidade do Minho (UMINHO), de Portugal, que participou da defesa pública na UCS e UFPR; e a Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), da Argentina, que esteve presente em defesa pública na UFRGS.

Dentre as ligações, notamos conexões com outros órgãos, como: a Editora FTD - Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), Rio de Janeiro; a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), Santa Catarina; e a Secretaria Municipal de Educação (SME), Santa Catarina.

Cada instituição elabora o próprio regimento para a organização dos PPGs e, em geral, recomenda que membros da banca de defesa tenham vínculos com as IES e com PPGs. Segundo Naves (2013, p. 14), “a formação de bancas examinadoras deve obedecer às normas acadêmicas definidas pelas universidades, com nível de atuação variando na graduação, [...] e na pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*”. A normatização de cada PPG é que definirá o número de examinadoras(es), a titulação das(os) pesquisadoras(es), a indicação de membros externos e internos, assim como todos os procedimentos específicos para cada nível acadêmico. De certo modo, não é proibido a participação de outras(os) pesquisadoras(es) e/ou profissionais, no entanto, essa participação, em alguns programas, requerem uma solicitação e justificativa para aprovação do colegiado.

A análise realizada a partir do corpus dessa tese, mostrou que ao trabalhar com as 93 (100%) IES, verificamos que 39 (42%) tiveram interações por participar de bancas em outras instituições, uma (1%) foi por convidar IES externa e 53 (57%) relacionaram-se com ambas as ações de visitante e anfitriã.

Além disso, precisamos lembrar que a composição da banca tem o impacto da existência ou não de financiamento e das facilidades de deslocamentos de professoras(es) das IES. No que diz respeito a essa situação, sabemos da existência de possibilidades de acontecer a defesa por meio de plataforma virtual. Entretanto, há uma predominância e preferência para que ocorra de forma presencial.

As relações interinstitucionais favorecem o conhecimento de um objeto para construção, divulgação e uso por pesquisadoras(es) de outros lugares nacionais e/ou internacionais. Em contrapartida, as ligações intrainstitucionais abrem caminhos para a consolidação de grupos ou pesquisas no interior da IES. De uma forma ou de outra, as relações formalizadas em redes estão a serviço de ações coletivas para o desenvolvimento do conhecimento, a organização e a estrutura da posição dos atores: “disputas no campo científico, os capitais sociais, informacionais e simbólicos investidos nas práticas e políticas da pesquisa, a interação de atores humanos e não-humanos e suas complexas mediações nas redes sociotécnicas de conhecimentos” (MARTELETO, 2007, p. 10).

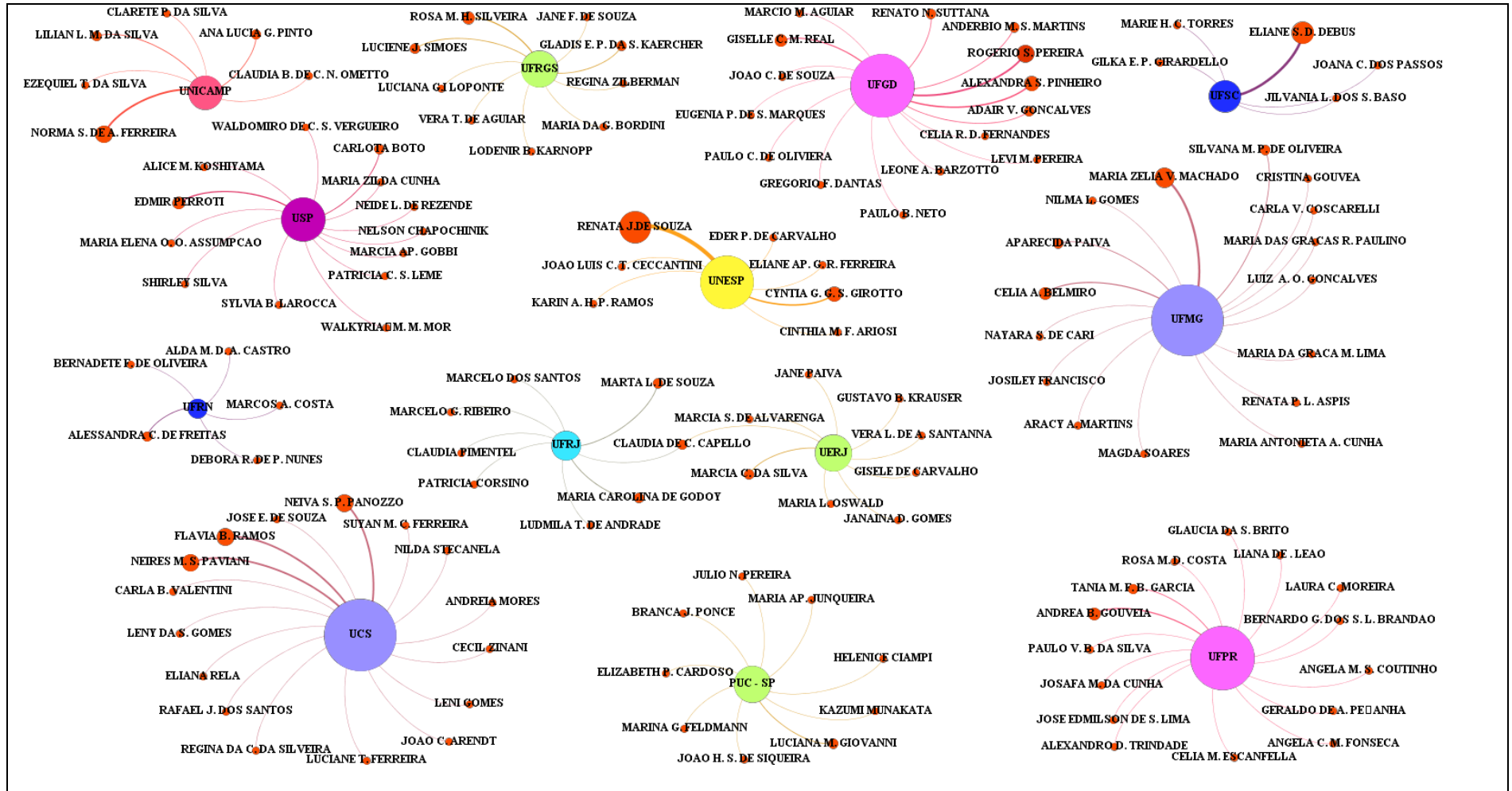
Considerando que não pretendemos estabelecer uma relação direta de causa e efeito sobre a quantidade dos estudos, de IES, de pesquisadoras(es) com aspectos positivos e/ou negativos do Programa, ou seja, determinar uma qualificação. De tal modo, não pode ser negado que esse envolvimento auxilia no processo de tornar a ação de governo visível para diálogos educacionais e políticos. Poblacion e Noronha (2006, p. 71) afirmam que “a produção do conhecimento e a busca da erudição contribuem para o crescimento exponencial

da Ciência e representam escolhas feitas pelos pesquisadores. Essas escolhas revertem em serviços e produtos que beneficiam o país.”

As bancas de defesa contribuem para a ampliação do número de profissionais envolvidos em investigações de mestrado e doutorado, além de terem possibilidades de influenciar novas pesquisas e novas relações. Nesse aspecto, mapeamos os docentes das IES com maior representatividade, a saber: UCS, UFPR, UNESP, UFMG, UFSC, USP, PUC-SP, UFGD, UFRGS, UFRN, UNICAMP, UFRJ e UERJ.

Na análise gráfica (FIGURA 21), são apresentadas 12 sub-redes com 117 pesquisadoras(es). Notamos que um componente está formado por duas IES, UFRJ e UERJ, com a Profa. Dra. Claudia Capello sendo o ponto de ligação entre elas. Essa situação demonstra as relações de docentes, integrados em PPGs de diferentes IES como colaboradores ou porque passaram de uma instituição para outra. No *corpus* de estudo, encontramos outras docentes conectadas em duas IES: Profa. Dra. Vera Aguiar na PUC/ RJ e UFRGS e a Profa. Dra. Márcia Silva na UFPB e UFCG. Diante disso, ressaltamos que a identificação na sub-rede corresponde ao vínculo relativo ao ano de participação na banca de defesa.

Figura 20– Rede de IES ascendente com a representação das(os) pesquisadoras(es)



O tamanho dos círculos representa o total de pesquisadoras(es) envolvidos na rede e o total das participações de cada pesquisadora(or). As cores iguais representam os mesmos indicadores numéricos.

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados da pesquisa (2021) e com auxílio do *software Gephi*.

Nessa perspectiva, descrevemos as IES com o total de pesquisadoras(es) e a(o) professora(or) doutora(or) em destaque na sub-rede: UFMG — 16, Aparecida Paiva e Maria Zélia Machado; UCS — 16, Neires Paviani, Flávia Ramos e Neiva Panozzo; UFGD — 15, Rogério Pereira e Alexandra Pinheiro; UFPR — 15, Andrea Gouveia, Tania Garcia; USP — 13, Edmir Perotti e Carlota Boto; UFRGS — 9, Rosa Silveira e Gládis Kaercher; UERJ — 9, Márcia Silva; PUC-SP — 9, Luciana Giovani; UFRJ — 8, Maria Godoy e Marta Souza; UNESP — 7, Renata Souza e Cynthia Giroto; UNICAMP — 6, Norma Ferreira, Lilian Silva e Ana Pinto; UFSC — 5, Eliane Debus; UFRN — 5, Alessandra Freitas.

Apontamos que, no contexto geral, no *corpus* de estudo, mapeamos 95 IES com a representação de 347 docentes, com uma variação de 1 a 11 participações em bancas de defesa, em que 291 (85%) estiveram presentes em bancas de defesa apenas uma vez e, portanto, na Tabela 15, apresentamos as(os) 53 (15%) pesquisadoras(es) com duas ou mais participações como membros de bancas que totalizam em 32,8% do conjunto total.

A cada dado analisado, percebemos pesquisadoras(es) que já foram citadas(os) anteriormente e, com isso, conseguimos realizar novas conexões e formação de outros tipos de redes, por produções científicas, vínculos profissionais, áreas de pesquisa ou mesmo temáticas de interesse entre os docentes. Embora nossa investigação não tencione um aprofundamento nas relações de colaboração entre todos os docentes e membros de banca, a visualização das redes e dos quadros possibilita conhecer várias(os) pesquisadoras(es) envolvidas(os) em estudos com/sobre o PNBE.

Um fato a ser destacado é que muitas(os) professoras(es) doutoras(es) não apareceram com alto quantitativo no mapeamento das dissertações e teses, são eles: Edgar Kirchof (ULBRA), Eliane Ferreira (UNESP), José Pinheiro (UFMG), Thiago Valente (UENP) e Rosa Silveira (UFRGS). Entretanto, as informações no *Curriculum Lattes* mostraram que houve produções acadêmicas e científicas delas(es) com o Programa. Por exemplo, as(os) pesquisadoras(es) Eliane Debus (UFSC), Hércules Corrêa (UFOP), Paulo Ramos (UNIFESP) e Renata Souza (UNESP) constaram em diversas bancas de defesa e, no *corpus* de orientadoras(es), apareceram apenas uma ou no máximo duas vezes, apesar de terem desenvolvido projetos de pesquisas, produções acadêmicas e científicas com a presença do PNBE.

Tabela 15 – Pesquisadoras(es) com duas ou mais participações em banca de defesa do *corpus* de estudo

Nº	IES	Pesquisadora(or)	Nº total	% total
1	UNESP	Renata Junqueira de Souza	10	2,2%
2	UFSC	Eliane Santana Dias Debus	7	1,6%
3	UFOP	Hércules Toledo Corrêa	6	1,3%
4	UFMG	Maria Zélia Versiani Machado	6	1,3%
5	UCS	Flávia Brochetto Ramos	5	1,1%
6	UFGD	Rogério Silva Pereira	5	1,1%
7	UCS	Neires Maria Soldatelli Paviani	5	1,1%
8	UCS	Neiva Senaide Petry Panozzo	5	1,1%
9	UNICAMP	Norma Sandra de Almeida Ferreira	5	1,1%
10	UFGD	Alexandra Santos Pinheiro	4	0,9%
11	UNIFESP	Paulo Eduardo Ramos	4	0,9%
12	UNESP	Cyntia Graziella Guizelim Simões Giroto	4	0,9%
13	UFMG	Célia Abicalil Belmiro	3	0,7%
14	UENP	Vanderléia Da Silva Oliveira	3	0,7%
15	UFPR	Andrea Barbosa Gouveia	3	0,7%
16	USP	Edmir Perrotti	3	0,7%
17	UEM	Mirian Hisae Yaegashi Zappone	3	0,7%
18	UFRGS	Rosa Maria Hessel Silveira	3	0,7%
19	UFGD	Adair Vieira Gonçalves	2	0,4%
20	UFBA	Florentina S. Souza	2	0,4%
21	UFRGS	Gládis Elise Pereira da Silva Kaercher	2	0,4%
22	UFBA	Lícia Maria Freire Beltrão	2	0,4%
23	UERJ	Márcia Cabral da Silva	2	0,4%
24	UNIVALI	Adair de Aguiar Neitzel	2	0,4%
25	UFU	Adriana Pastorello Buim Arena	2	0,4%
26	UFRN	Alessandra Cardozo de Freitas	2	0,4%
27	UNICAMP	Ana Lúcia Guedes Pinto	2	0,4%
28	UFGD	Anderbio Marcio Silva Martins	2	0,4%
29	UNESC	André Cechinel	2	0,4%
30	UFMG	Aparecida Paiva	2	0,4%
31	USP	Carlota Boto	2	0,4%
32	UERJ, UFRJ	Cláudia de Cássia Capello	2	0,4%
33	UFPB	Edvaldo Carvalho Alves	2	0,4%
34	UMINHO – PORTUGAL	Fernando José Fraga de Azevedo	2	0,4%
35	UFGD	Giselle Cristina Martins Real	2	0,4%
36	UFMG	José Helder Alves Pinheiro	2	0,4%
37	UNICAMP	Lilian Lopes Martin da Silva	2	0,4%
38	PUC – SP	Luciana Maria Giovanni	2	0,4%
39	UFRN; UFCG	Marcia Tavares Silva	2	0,4%
40	UFRJ	Maria Carolina de Godoy	2	0,4%
41	FACP	Maria das Dores Soares Mazieiro	2	0,4%
42	UFPB	Maria Ester Vieira de Sousa	2	0,4%
43	UFCG	Maria Marta dos Santos Silva Nobrega	2	0,4%
44	UFF	Maria Teresa Esteban do Valle	2	0,4%
45	UFG	Maria Zaira Turchi	2	0,4%
46	UFRJ	Marta Lima de Souza	2	0,4%
47	UFBA	Mônica de Menezes Santos	2	0,4%
48	UENP	Nerynei Meira Carneiro Bellini	2	0,4%
49	UFGD	Renato Nésio Suttana	2	0,4%
50	UFMG	Silvana Maria Pessôa de Oliveira	2	0,4%
51	UFPR	Tania Maria Figueiredo Braga Garcia	2	0,4%
52	UENP	Thiago Alves Valente	2	0,4%
53	UFRGS; PUC – RS	Vera Teixeira Aguiar	2	0,4%
Total			154	32,8%

Fonte: Elaborada pela autora com dados da pesquisa (2021).

Ao compararmos o grupo de 115 orientadoras(es) e 334 membros das bancas de defesa, averiguamos que 21 docentes exerceram as duas funções (orientação e banca), sendo elas(es): Aparecida Paiva (UFMG), Clarice Lottermann (UNIOESTE), Claudia Ometto (UNICAMP), Alice Martha (UEM), Célia Fernandes (UFGD), Eliane Ferreira (UNESP),

Edgar Kirchof (ULBRA), Eliane Debus (UFSC), Flávia Ramos (UCS), Hércules Corrêa (UFOP), José Pinheiro (UFMG), Lilian Silva (UNICAMP), Marli Costa (UNESC), Mirian Zappone (UEM), Norma Ferreira (UNICAMP), Paulo Ramos (UNIFESP), Paulo Silva (UFPR), Renata Souza (UNESP), Rosa Silveira (UFRGS), Tamara André (UNIOESTE) e Thiago Valente (UENP).

Além da identificação das(os) examinadoras(es) nas bancas de teses e dissertações, analisamos os dados para definir o grupo de pesquisadoras(ES) com mais de duas participações em bancas e, por isso, selecionamos as(os) docentes com mais de duas participações, consolidando, assim, 18 pesquisadoras(es) (TABELA 16). Informamos que a definição desses profissionais ocorreu por meio da comparação e análise dos dados juntamente com o cálculo de quartil, método já apresentado nessa tese.

Tabela 16 – Pesquisadoras(es) com mais de duas participação com membro de bancas de defesa do *corpus* de estudo

Nº	IES	Pesquisadora(or)	Nº total	% total
1	UNESP	Renata Junqueira de Souza	10	2,2%
2	UFSC	Eliane Santana Dias Debus	7	1,6%
3	UFOP	Hércules Toledo Corrêa	6	1,3%
4	UFMG	Maria Zélia Versiani Machado	6	1,3%
5	UCS	Flávia Brochetto Ramos	5	1,1%
6	UFGD	Rogério Silva Pereira	5	1,1%
7	UCS	Neires Maria Soldatelli Paviani	5	1,1%
8	UCS	Neiva Senaide Petry Panozzo	5	1,1%
9	UNICAMP	Norma Sandra de Almeida Ferreira	5	1,1%
10	UFGD	Alexandra Santos Pinheiro	4	0,9%
11	UNIFESP	Paulo Eduardo Ramos	4	0,9%
12	UNESP	Cyntia Graziella Guizelim Simões Giroto	4	0,9%
13	UFMG	Célia Abicalil Belmiro	3	0,7%
14	UENP	Vanderléia Da Silva Oliveira	3	0,7%
15	UFPR	Andrea Barbosa Gouveia	3	0,7%
16	USP	Edmir Perrotti	3	0,7%
17	UEM	Mirian Hisae Yaegashi Zappone	3	0,7%
18	UFRGS	Rosa Maria Hessel Silveira	3	0,7%
Total			84	18,8%

Fonte: Elaborada pela autora com dados da pesquisa (2021).

As informações apresentadas na Tabela 16 surgiram a partir do critério das colaborações em bancas de defesa, pois, para escolher a(o) examinadora(or), discentes e orientadoras(es), geralmente, buscamos pesquisadoras(es) com uma representação e visibilidade na temática a ser avaliada ou docentes com afinidades com o objeto investigado. De certo modo, entendemos que a tríade formada entre aluna(o), orientadora(or) e membro da banca possibilita a abertura de caminhos para parcerias, continuidade acadêmica, publicações e (re)conhecimento. É como afirma Bourdieu (1989, p. 124), todas as ações “estão orientadas para a aquisição de autoridade científica (prestígio, reconhecimento, celebridade etc.), o que

chamamos comumente de ‘interesse’ por uma atividade científica (uma disciplina, um setor dessa disciplina, um método etc.) tem sempre uma dupla face”.

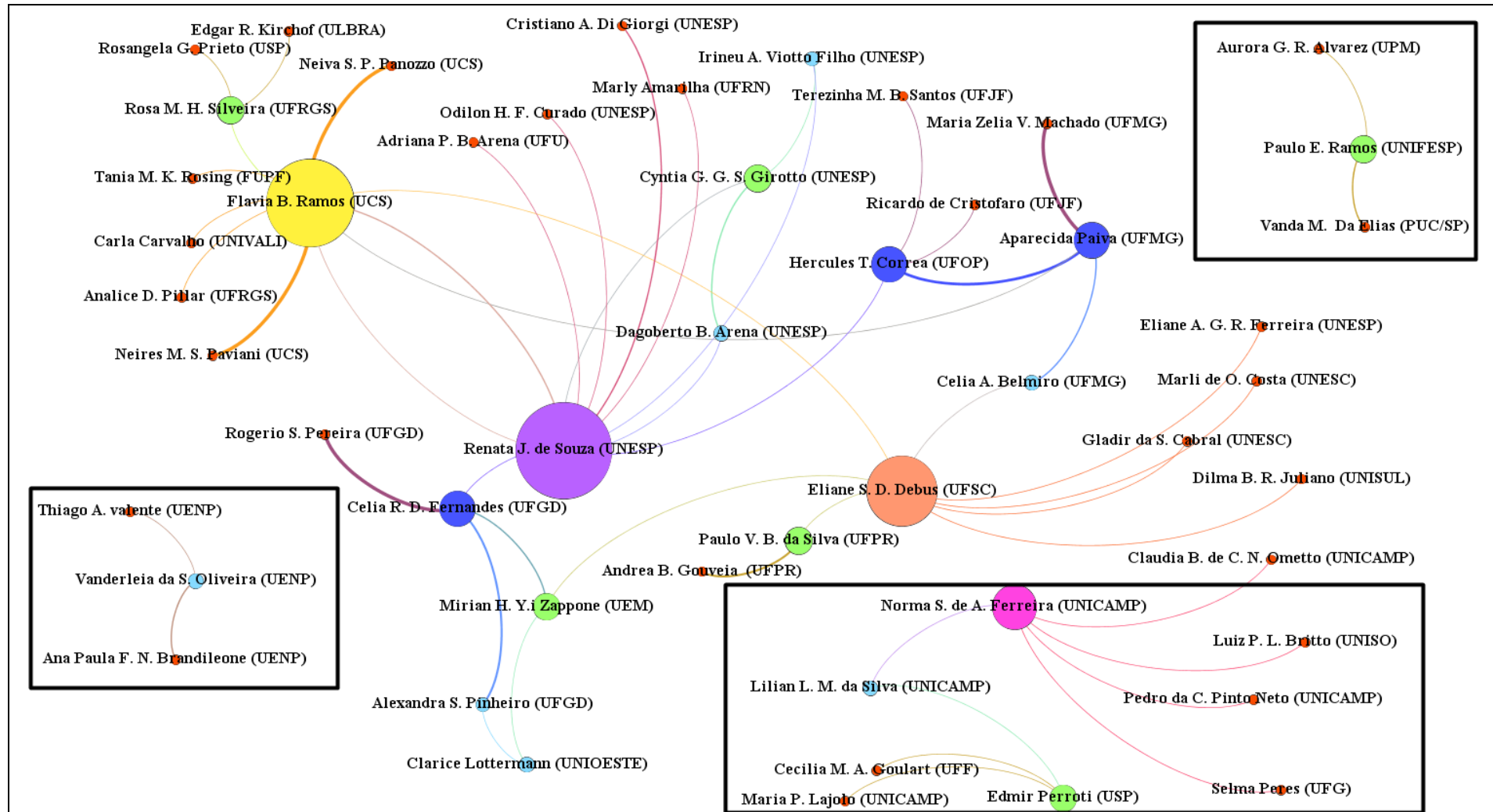
Em vários momentos desta tese, defendemos e argumentamos sobre a necessidade de analisar os dados sob diferentes aspectos para uma melhor compreensão e definição dos resultados. Diante disso, trabalhamos as informações para a construção da rede de colaboradoras(es) em bancas de defesa sobre/com o PNBE (FIGURA 27).

Ao refletirmos sobre o quantitativo como critério para determinar a influência de uma pesquisa ou pesquisadora(or), avaliamos a pertinência em trabalhar com as informações das(os) 18 examinadoras(es) de bancas de defesa para entender as relações com as(os) orientadoras(es), ou seja: verificar se a conexão é sempre única com a mesma IES e docente ou se é diversificada. Desse modo, a análise resultou na Figura 22, em que nomeamos a rede de colaboradoras(es) em bancas de defesa sobre/com o PNBE.

A observação da rede de colaboradoras(es) em bancas de defesa de mestrado e doutorado contribui para confirmar alguns dados apresentados, como o coletivo de orientadoras(es)/autoridades, pois encontramos, em várias discussões sobre os dados da demografia acadêmica sobre/com o PNBE, a presença das(os) professoras(es) pesquisadoras(es) Aparecida Paiva (UFMG), Célia Regina Delácio Fernandes (UFGD), Flávia Brochetto Ramos (UCS) e Paulo Vinícius Batista da Silva (UFPR).

A rede, ilustrada na Figura 22, foi elaborada a partir dos dados da Tabela 19, a qual, entretanto, não expõe apenas os indicadores numéricos das relações. Sua construção se baseia na análise dos números de colaborações em bancas com a(o) orientadora(or). Diante disso, a visibilidade de cada profissional está atrelada às ligações variadas entre as(os) profissionais. Por exemplo, a Profa. Dra. Maria Zélia Versiani Machado (UFMG) e o Prof. Dr. Hércules Tolêdo Corrêa (UFOP) apresentaram o mesmo percentual (1,3%) em participações como examinadora(or). No entanto, as conexões estabelecidas pela citada docente mantiveram unicidade com a orientadora Profa. Dra. Aparecida Paiva. Já o professor estabeleceu uma parceria forte com a Profa. Dra. Aparecida Paiva e diversificou com a Profa. Dra. Renata Junqueira de Souza (UNESP), com Ricardo Cristofaro (UFJF) e com Terezinha M. B. Santos (UFJF).

Figura 21 - Rede de colaboradoras(es) em bancas de defesa sobre/com o PNBE — com mais de duas participações



O tamanho dos círculos representa as colaborações em bancas de defesa de mestrado e doutorado. As cores iguais representam os mesmos indicadores numéricos. A espessura das arestas (linhas) aponta o número das conexões entre orientadora(or) e membro da banca.

Fonte: Elaborada pela autora com dados da pesquisa (2021) com auxílio do *software Gephi*.

Pisciotta (2006, p. 133) argumenta que entender os elos formados em uma rede contribuem para perceber que “o bom fluxo de comunicação e de relacionamento entre os nós irá colaborar para que toda a rede funcione bem e melhor e para que se perpetue, encontrando outras redes ou transformando-se em outras redes, em novos tempos e espaços”. Diante disso, compreendemos que os dados apresentados nessa investigação nos permitem refletir e analisar a existência de redes e sub-redes entre discentes, orientadoras(es), membros de banca, participantes das ações de implementação do PNBE, grupos de pesquisas e áreas de interesse, como:

- O Ceale, que coordenou a edição da *Coleção Literatura e Educação*, com oito volumes e com a colaboração de várias(os) pesquisadoras(es) de diferentes IES. Além disso, a Profa. Dra. Maria Zélia Machado (UFMG) e o Prof. Dr. Hércules Corrêa (UFOP) estão presentes na coordenação e em autorias de artigos específicos;
- No PNBE 2008, entregaram a obra *O Catálogo Infantil Acervo/2008 - Literatura na infância: imagens e palavras* (2008), na qual consta a colaboração do Prof. Dr. Hércules Corrêa (UFOP);
- As Profas. Dras. Aparecida Paiva e Magda Soares (2014) coordenaram a produção do guia *PNBE na escola Literatura fora da caixa — PNBE 2014* com a participação de pesquisadoras(es), como: Profa. Dra. Maria Zélia Machado (UFMG) — “A educação infantil versos que contam história”; Profa. Dra. Renata Souza (UNESP) e Profa. Dra. Cyntia Giroto (UNESP) — “Era uma vez ...Uma caixa de histórias: Prosa no acervo do PNBE 2014”; Profa. Dra. Célia Fernandes (UFGD) — “Textos em verso – poema, quadra, parlenda, cantiga, trava-língua, adivinha”; Prof. Dr. João Ceccantini (UNESP) e Prof. Dr. Thiago Valente (UENP) — “Para formar leitores bons de prosa”; Profa. Dra. Flávia Ramos (UCS) — “A literatura me alcança pelas imagens que a constituem: reflexões epistolares”; Prof. Dr. Edgar Kirchof (ULBRA), Profa. Dra. Iara Bonin (UFRGS) e Profa. Dra. Rosa. Silveira (UFRGS) — “Trabalhando com livros de imagem: possibilidades e desafios”.
- A obra *Literatura e Ensino Médio: acervos, gêneros, práticas* foi organizada por Profa. Dra. Aparecida Paiva (UFMG), Profa. Dra. Renata Souza (UNESP) e Prof. Dr. Hércules Corrêa (UFOP) e contou com a participação de pesquisadoras(es), como: Prof. Dr. Thiago Valente (UENP) — “De crimes, amores e tremores: os clássicos para a juventude” (VALENTE; FEBA, 2011), Profa. Dra. Eliane Ferreira (UNESP) — “Quando a leitura é “crônica” na sala de aula é possível reinventar o mundo” (SOUZA; FERREIRA, 2011) e Prof. Dr. Rildo Cosson — “A vida como narrativa: memórias, biografias, diários e testemunhos na biblioteca escolar”.
- A Profa. Dra. Aparecida Paiva (2012), da UFMG, coordenou a obra *Literatura fora da caixa: O PNBE na escola – distribuição, circulação e leitura*, com a participação das orientadas Montuani (2009), Silva (2009), Morais (2009) e das(os) pesquisadoras(es): Profa. Dra. Eliane Ferreira (UNESP) e do Prof. Dr.

Thiago Valente (UENP), que se relacionam desde o doutoramento sob a supervisão do Prof. Dr. João Ceccantini (UNESP).

- A Profa. Dra. Renata Souza, coordena o CELLIJ - Centro de Estudos em Leitura e Literatura Infantil e Juvenil "Maria Betty Coelho Silva" e, desde 2005, desenvolve projetos de pesquisa com o PNBE, sendo: 2005 – 2007: “Literature based reading program: possibilidades do ensino de leitura através da literatura”, 2011 – 2015: “Literatura e primeira infância: a formação de crianças leitoras a partir do PNBE”, 2013 – 2015: “Literatura e primeira infância: a formação de crianças leitoras a partir do PNBE”, 2019 – Atual: “Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e Plano Nacional de Leitura (PNL): A leitura e os livros em espaços e contextos brasileiros e portugueses”. Ademais, a referida pesquisadora possui várias produções científicas (livros, capítulos de livros, artigos em periódicos, artigos em eventos) com a presença do Programa e, conseqüentemente, uma rede de colaboração construída por diferentes conexões com docentes citados no corpus de estudo.
- A obra *Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação* (SOUZA; FEBA, 2009), sob organização da Profa. Dra. Renata Souza (UNESP) compôs o acervo do PNBE do Professor 2010. O livro contou com a participação da Profa. Dra. Cyntia Giroto (UNESP) — “A hora do conto na biblioteca escolar: o diálogo entre a leitura literária e outras linguagens”; Profa. Dra. Norma Ferreira e Profa. Dra. Lilian Silva (UNICAMP) — “Formar leitores: desafios da sala de aula e da biblioteca escolar”, Profa. Dra. Eliane Ferreira (UNESP) — “*A leitura dialógica como elemento de articulação no interior de uma biblioteca vivida*”, Profa. Dra. Aparecida Paiva (UFMG) — “A trama do acervo: a literatura nas bibliotecas escolares pela via do Programa Nacional Biblioteca da Escola”, Prof. Dr. Luiz Britto (UNISO) — “Leitura e formação na educação escolar: algumas considerações inevitáveis, e outras(os)”.
- O livro *Leitura Literária na Escola: reflexões e propostas na perspectiva do letramento* (SOUZA; FEBA, 2011), organizado pela Profa. Dra. Renata Souza (UNESP) e Profa. Dra. Berta Feba (CELLIJ) integrou o acervo do PNBE do Professor 2013. A obra teve a participação das(os) seguintes pesquisadoras(es): Vera Aguiar (UFRGS) — “Leitura literária para crianças brasileiras: das fontes às margens”, José Alves (UFCG) — “Lendo e brincando com sextilhas e outros versos”, Fabiane Burlamaque (UPF) — “A leitura do livro de imagem na formação do leitor”, Fernando Luiz (Uminho) — “Tamanho não é documento: teoria, crítica e propostas de atividades com narrativas curtas”, Hércules Corrêa (UFOP) — “A leitura e a escrita na escola: uma experiência com o gênero fábulas”, Cyntia Giroto (UNESP) — “Narrativas míticas e a apropriação da leitura/escrita literária: uma proposição prática”, Flávia Ramos (UCS) — “Leitura de história em quadrinhos na sala de aula”.
- A Profa. Dra. Cyntia Giroto (UNESP) integra o grupo de pesquisa “Formação de professores e as relações entre as práticas educativas em leitura, literatura e avaliação do texto literário” coordenado pela Profa. Dra. Renata Souza (UNESP) e pela Profa. Dra. Berta Feba (CELLIJ). Giroto e Souza se conectam por meio de várias produções acadêmicas e científicas, seja em publicações de livros, capítulos de livros, artigos em revista e bancas de defesa de mestrado e doutorado. Além disso, fizeram parcerias em projetos de pesquisa como: “Literatura e Primeira Infância: dois municípios em cena e o PNBE na formação de crianças leitoras”

(2011 — 2014), “Ler e compreender: as estratégias de leitura com livros do Programa Nacional de Biblioteca Na Escola: Uma política pública para formação de leitores autônomos” (2011 — 2014).

- A Profa. Dra. Rosa Silveira (UFRGS) realizou projetos de pesquisas com o PNBE, sendo: 2011 – 2015 → “Literatura infantil: um estudo sobre leituras de obras selecionadas com leitores de Anos Iniciais”, 2015 – 2019 → “Percurso e representações da infância em livros para crianças - um estudo de obras e de leituras”. Coordenou a organização da obra *A diferença na literatura infantil: narrativas e leituras*, que compôs o acervo do PNBE do Professor 2013. O livro contou com a participação das(os) pesquisadoras(es): Edgar Kirchof (ULBRA), Gládis Kaercher (UFRGS) e outras(os).

Buscar as conexões entre as(os) pesquisadoras presentes no grupo de orientadoras(es) e membros de banca autoridade tornou-se um trabalho composto pela coleta de muitas informações. Entretanto, com o cuidado necessário para não exceder demasiadamente o número de páginas dessa tese e por entendermos que o aprofundamento nas produções científicas não era o principal interesse dessa investigação, selecionamos os dados que, explicitamente, mostravam relações com o PNBE.

Diante disso, prosseguimos com a análise das ações do Programa e a distribuição da literatura cinzenta nas subcategorias abarcando a terceira categoria: *Temáticas da literatura cinzenta sobre/com o PNBE (2004-2018)*.

4 LITERATURA CINZENTA SOBRE/COM O PNBE (2004-2018): A DESCRIÇÃO DOS TEMAS

*Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se o mundo;
Todo o mundo é composto de mudança,
Luís Camões*

De fato, concordamos com Camões (2001) em que “todo mundo é composto de mudanças” e, com o Programa, não foi diferente. Como mencionado, durante os vinte anos (1997-2017) de vigência do PNBE, ocorreram alterações no atendimento, no processo de avaliação, no investimento e no quantitativo de obras adquiridas. Entretanto, não foram implementadas ações para resolver ou amenizar os problemas que já vinham sendo apontados desde o PNSL/BE (1984-1997), tais como: acervos em caixas, armários lacrados, desconhecimento dos livros, falta de formação docente, ausência de bibliotecas escolares ou bibliotecas sem recursos físicos e humanos.

O PNBE percorreu quatro governos, FHC, Lula, Dilma e Temer, sendo 2015, do Governo Dilma, o ano de maior fragilidade, com muitos cortes⁷³ de recursos que levaram à descontinuidade das ações do Programa. Como já dissemos, o PNBE 2015 teve as etapas da avaliação das obras, porém não prosseguiu para as outras fases de divulgação, negociação, aquisição e distribuição. Diante disso, o Presidente Michel Temer, em 2017, assinou o Decreto 9.099, que instituiu o Programa Nacional do Livro e do Material Didático como responsável por avaliar e disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa para as escolas públicas brasileiras (BRASIL, 2017). De fato, Camões (2001) estava certo “Mudam-se os tempos, Mudam-se as vontades”.

A organização dos dados passou a ser feita a partir da definição da categoria Temáticas da Literatura cinzenta sobre/com o PNBE (2004-2018), com deslocamento para cinco subcategorias: 1) *Estado da arte em leitura/biblioteca*, 2) *Política pública*, 3) *Biblioteca escolar*, 4) *Formação docente*, 5) *Análise de livros literários e prática pedagógica*. Entretanto, antes de adentrar nas subcategorias temáticas, distribuídas em cada seção deste capítulo, apresentamos a contextualização geral dessa categoria, bem como a análise das

⁷³ Essa afirmação está embasada nas informações e nos textos do Relatório de Gestão 2015, 2016, 2017. Entretanto, sabemos que a descontinuidade e a mudança de um programa se articulam com fatores financeiros e políticos, que se apresentam de forma implícita aos “olhos” da sociedade e, principalmente ao contexto educacional.

ações do Programa com o PNBE Literário, PNBE Temático, PNBE Especial, PNBE do Professor e PNBE Periódicos abordados no *corpus* de estudo.

4.1 (Re)iniciando o diálogo com a literatura cinzenta sobre/com o PNBE

O PNBE trabalhou com ações diversificadas, sendo que a aquisição das obras literárias sempre foi a categoria maior. E ao analisar a literatura cinzenta, verificamos que: 160 produções acadêmicas abordaram o PNBE Literário; quatro, o PNBE do Professor; quatro, o PNBE Periódicos; e nenhum estudo sobre o PNBE Temático.⁷⁴

Além disso, a partir do PNBE 2012, o MEC passou a adquirir e distribuir livros no formato *MecDaysi*, mas localizamos apenas uma dissertação coma utilização desses materiais como objeto de estudo, a saber: Costenaro, com a pesquisa de mestrado intitulada “O Uso do Acervo do Programa Nacional Biblioteca da Escola em uma Perspectiva Inclusiva” (2015), defendida na UNESP, sob orientação do Profa. Dra. Elisa Tomoe Morya Schlünzen.

Costenaro (2015), em sua pesquisa, verificou a acessibilidade de leitura do *Mecdaisy*, utilizando os livros do PNBE convertidos nessa solução tecnológica, e comparou esse formato com os de *e-book* e *audiobook* preparados para estudantes cegos e com baixa visão. Os resultados dessa investigação foram similares às outras dissertações e teses que pesquisaram o PNBE, pois a(o) pesquisadora(or) observou falhas no acompanhamento da distribuição das obras literárias, na configuração de *Mecdaisy* e na formação dos profissionais da educação para lidarem com esse material. Essa investigação de Costenaro (2015), sobre o uso e acesso das obras no formato *Mecdaisy*, é um exemplo de estudo que pode ser classificado na subcategoria Formação docente.

O PNBE do Professor foi objeto de pesquisa de quatro pesquisadoras(es):

1. Magali Silva (2014), com a dissertação “O PNBE do Professor : uma possibilidade de formação estudo de caso da Superintendência Regional de ensino de Governador Valadares”, na UFJF, sob orientação do Prof. Dr. Ricardo de Cristofaro, verificou a implementação e circulação do PNBE do Professor 2010;
2. Claudia Brandão (2016), com a dissertação “PNBE do Professor: usos e desusos”, na UFMT, sob a orientação da Profa. Dra. Sílvia Rodrigues, analisou a distribuição, o recebimento, a circulação e o uso dos acervos do PNBE do Professor 2010 e 2013 direcionados aos docentes do Anos Iniciais do Ensino

⁷⁴ Retomamos que o PNBE Temático teve o ano de 2013 como referência para a ação, no entanto, a finalização das etapas de implementação ocorreu em 2017, com a distribuição dos acervos para as escolas públicas.

Fundamental;

3. Amir Piedade (2018), com a tese “PNBE do professor: livros e bibliotecas”, na PUC/SP, sob orientação da Profa. Dra. Circe Bittencourt, refletiu sobre o impacto do Programa no mercado editorial analisou os livros teóricos e metodológicos para a formação dos docentes de História;
4. Marina Cintra (2017), com a dissertação “Produção de conhecimento em Educação Física no Ensino Médio: o impacto dos livros no ‘chão da escola’”, na UFMT, sob a orientação do Prof. Dr. Wagner Moreira, investigou a utilização de livros pedagógicos como material de apoio para a preparação das aulas das(os) professoras(es) de Educação Física.

Os estudos de Silva (2014), Brandão (2018), Piedade (2018) e Cintra (2017) foram alocados em *Formação docente*, já que as(os) pesquisadoras(es) tiveram como foco a análise da existência do Programa quanto a conhecimento, circulação e uso dos acervos pelos profissionais da educação. E as pesquisas mostraram que o processo de divulgação e circulação do PNBE do Professor não ocorreu da forma desejável, pois as escolas pesquisadas retrataram baixo uso das obras, bem como desconhecimento dos acervos e livros, que ficaram guardados em caixas e/ou armários, sem marcas de manuseio e circulação entre leitoras(es).

Com isso, estabelecemos os marcadores edição do PNBE do Professor, formação docente, materiais teóricos e metodológicos. Mas essas pesquisas retratam coerência com a subcategoria *Políticas públicas*, pois abordaram, com igual ênfase, aspectos de aquisição, distribuição, circulação e uso dos acervos no âmbito da implementação. Portanto, as quatro investigações com o PNBE do Professor poderiam estar classificadas tanto no tema *Políticas Públicas* quanto no *Formação Docente*.

Do mesmo modo, encontramos quatro investigações com o PNBE Periódicos como objeto de estudo:

1. Odila Carlotto (2013), com a dissertação “Contribuições da revista *Ciência Hoje das Crianças* para o letramento”, na UCS, sob orientação da Profa. Dra. Flávia Ramos, analisou a interação de dez crianças com o periódico para verificar a contribuição do material na promoção de práticas de leitura e no processo de significação entre a criança e esse produto cultural;
2. Giovana Celinski (2014, p. 131), na UFPR, juntamente com a Profa. Dra. Myrian Lima, verificaram a presença e o uso da revista *Ciência Hoje das Crianças* no âmbito da distribuição gratuita pelo PNBE. Concluíram que os docentes consideravam a relevância do material para complementar a abordagem de diferentes conteúdos, porém destacavam que a “baixa divulgação da disponibilidade e acessibilidade da publicação nas escolas (e o próprio desconhecimento do PNBE) dificultava a circulação da revista nas instituições”;
3. Erika Jesus (2014), com a dissertação “Revistas pedagógicas na leitura docente:

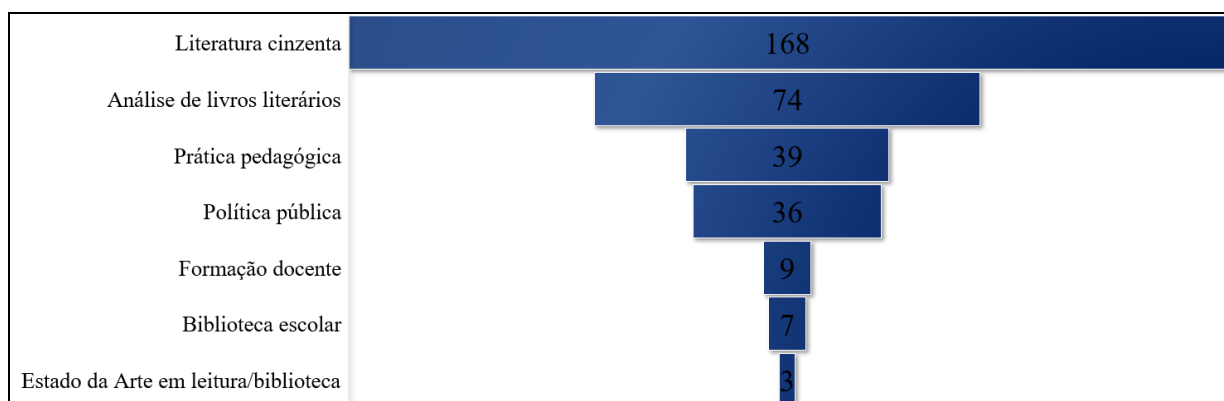
acesso e usos no cotidiano escolar”, na UFF, sob orientação da Profa. Dra. Cecília Goulart, investigou, pela perspectiva da leitura por parte das(os) professoras(es) e seu uso em salas de aula, a relação dos docentes com os periódicos *Carta Fundamental*, *Ciências Hoje das Crianças*, *Nova Escola*, *Pátio Educação Infantil* e *Presença Pedagógica*. A autora relatou que as ações de leitura eram direcionadas a responder necessidades práticas e de conteúdos específicos, apontando a pertinência de um acompanhamento do Programa após a distribuição dos materiais às escolas públicas;

4. Eduarda Porciuncula (2016, p. 99), com a pesquisa de mestrado “A infância impressa o que dizem as revistas Nova Escola e Pátio sobre as crianças”, na FURG, sob orientação da Profa. Dra. Maria Renata Mota, analisou como as crianças são narradas nas revistas. Revelou que os discursos presentes nesses materiais estão articulados para determinar e conduzir as práticas docentes como verdades absolutas, levando os profissionais a “governarem” as condutas infantis. Para a autora, a entrada das revistas nas escolas públicas, pelo MEC, colocam as(os) professoras(es) em um lugar de autoridade do saber para conduzir as práticas pedagógicas e comportamentais.

Em relação à categorização das quatro dissertações sobre/com o PNBE Periódicos, seguimos os critérios de análise dos elementos de cada pesquisa e as diferenciamos a partir dos marcadores: uso com alunas(os) e uso da(o) professora(or). Dessa forma, classificamos os estudos de Carlotto (2013) e Celinski (2014) na temática *Prática pedagógica*; e Jesus (2014) e Porciúncula (2016) na temática *Formação docente*.

Essa exposição sobre as ações do Programa, mais especificamente sobre as produções acadêmicas com o PNBE do Professor e o PNBE Periódicos, não será expandida para as dissertações e teses com/sobre o PNBE Literário devido ao volume de pesquisas (160). Contudo, muitas dessas pesquisas serão apresentadas nas próximas seções. Passamos agora à visualização do quantitativo das pesquisas por grupos temáticos (GRÁFICO 11).

Gráfico 11 – Distribuição dos temas abordados no *corpus* de estudo sobre/com o PNBE (2004-2018)



Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2021).

Ao observar o Gráfico 11, averiguamos que a maior quantidade de produções acadêmicas, num total de 74 incidências (44%), estão classificadas na subcategoria *Análise de livros literários*, uma temática em que as(os) pesquisadoras(es) tiveram a preocupação em verificar as representações sociais explicitadas nas obras literárias, assim como a qualidade literária, a relevância de diferentes gêneros textuais na formação leitora (poesia, histórias em quadrinhos e outros), as características da narrativa e autoria.

A subcategoria *Prática pedagógica* compreendeu 39 estudos (23%) desenvolvidos por discentes que atuaram de duas formas: 1) observando e/ou relatando ações docentes com os materiais do Programa; e/ou 2) propondo e/ou intervindo com atividades pedagógicas a partir das obras literárias.

Na subcategoria de *Políticas públicas*, abrigamos 36 dissertações e teses (21%) que traçaram como objetivo a verificação da implementação do PNBE no contexto escolar, sob a perspectiva do recebimento, da circulação, da divulgação e do uso dos acervos por profissionais da educação e estudantes.

A subcategoria *Formação docente* abarcou nove pesquisas (5%). Aqui as(os) autoras(es) direcionaram-se para compreender o PNBE do Professor, o PNBE Periódicos e o PNBE Literário inseridos no processo formativo das(os) professoras(es).

Já a subcategoria *Biblioteca escolar* apresentou sete dissertações (4%), que foram organizadas para analisar o funcionamento desse espaço (in)existente nas escolas públicas e a circulação, divulgação e uso dos acervos do PNBE sob um olhar dos profissionais da educação, principalmente dos responsáveis pela biblioteca escolar.

A subcategoria *Estado da Arte em leitura/biblioteca* indicou três dissertações (2%), que mapearam e descreveram as produções acadêmicas sobre leitura (PENIDO, 2017; SILVA, 2017) e sobre biblioteca escolar (ALIAGA, 2013). As pesquisadoras articularam as discussões sobre o volume quantitativo das pesquisas, a organização de catálogo para contribuição em outros estudos e, ainda, abordaram questões e concepções sobre a formação leitora e a profissionalização dos responsáveis pelas bibliotecas escolares.

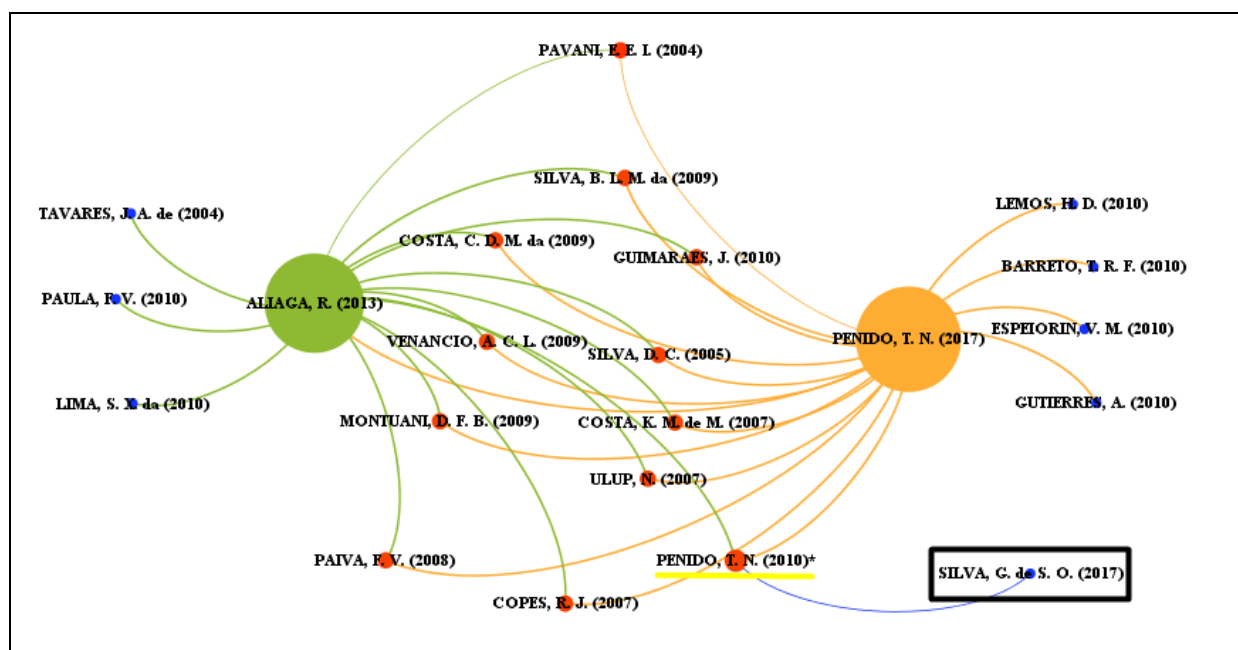
4.2 Estado da Arte em leitura/biblioteca

Essa subcategoria classificou três pesquisas selecionadas no *corpus* de estudo, pois foram investigações que trabalharam com o Estado da Arte em leitura (PENIDO, 2010; 2017; SILVA, 2017) e em biblioteca escolar (ALIAGA, 2013). No contexto geral, percebemos que são dissertações que apontam similaridades e complementariedades, além de pesquisadoras e

orientadoras se conectarem pelo interesse no assunto, pela continuidade do recorte temporal e pela participação em bancas de defesa.

Aqui iremos compreender a rede de comunicação científica entre o *corpus* de análise dessas três investigações. Para tanto, elaboramos a rede de citações formada por Penido, Aliaga e Silva, de modo a expor os trabalhos compartilhados entre as(os) pesquisadoras(es) (FIGURA 23).

Figura 22– Rede de citação entre o *corpus* de estudo de Aliaga (2013), Penido (2017) e Silva (2017)



Nota: Cada círculo (nós/atores) é uma referência (pesquisador), o tamanho dos círculos representa o grau de conexões entre citados e citantes das pesquisas sobre/com o PNBE, e as cores demonstram o mesmo número de interações. Cada linha (arestas) retrata as conexões e as cores marcam o citante a partir da cor das(os) pesquisadoras(es). *Trabalho de Conclusão do Curso.

Fonte: Elaborada pela autora com dados da pesquisa (2021).

Ao realizar os cruzamentos entre as pesquisas, percebemos a constituição de uma rede formada por 22 (100%) pesquisadoras(es) em 64 (100%) conexões, isto é, entre citadas(os) e citantes. Aliaga (2013) e Penido (2017) estão conectadas por 11 dissertações, a saber: “Literatura em minha casa nasce na escola” (PAVANI, 2004), “Literatura em minha casa: uma pesquisa em escolas públicas do município de Londrina” (SILVA, 2005), “Livros de imagens e formação literária e primeiro segmento do Ensino Fundamental” (ULUP, 2007), “Literatura em minha casa: entre representações e práticas de leitura” (COSTA, 2007), “A literatura infanto-juvenil na formação social do leitor: a voz do especialista e a vez do professor nos discursos do PNBE 2005” (PAIVA, 2008), “Políticas públicas de incentivo à leitura: um estudo do projeto literatura em minha casa” (COPEL, 2007), “Literatura Premiada

entra na escola - a presença dos livros premiados pela FNLIJ, na categoria criança, em bibliotecas escolares da rede municipal de Belo Horizonte” (COSTA, 2009), “O PNBE/2005 na rede municipal de ensino de Belo Horizonte: uma discussão de possíveis impactos da política de distribuição de livros de literatura na formação de leitores” (MONTUANI, 2009), “Programa Nacional Biblioteca da Escola-Edição 2006: a chegada dos acervos nas escolas da rede municipal do ensino de Belo Horizonte e a leitura de obras por jovens leitores” (SILVA, 2009), “Literatura infanto-juvenil e diversidade” (VENÂNCIO, 2009), “Biblioteca escolar e políticas públicas de incentivo à leitura: de museu de livros a espaço de saber e leitura” (GUIMARÃES, 2010). E o Trabalho de Conclusão de Curso “Um estudo dos resumos de dissertações de mestrado e teses de doutorado no Brasil” (PENIDO, 2010) é a única referência que promove a ligação entre Aliaga (2013), Penido (2017) e Silva (2017).

A rede coloca Penido (2017) com 51% de visibilidade na comunicação acadêmica e Aliaga (2013) com 46% das conexões. Mas, em uma análise por época das produções acadêmicas, avaliamos que Aliaga (2013) trouxe um grupo representativo de dissertações e teses em sua investigação. Já Silva (2017) expôs a existência de quatro pesquisas sobre/com o PNBE sem revelar, no entanto, a autoria ou as publicações.

juntamente com Aliaga (2013), Penido (2010; 2017) e Silva (2017), entendemos que os programas governamentais de incentivo à leitura mobilizam os interesses de projetos acadêmicos e científicos e defendemos que o Estado da Arte contribui no “arquivamento” de dissertações, teses e documentos importantes para conhecer a temática de leitura, biblioteca escolar e PNBE.

Aliaga (2013), em seu mapeamento, verificou que as pesquisas indicavam as problemáticas do espaço da biblioteca escolar ou da ausência dela. Então, a sua pesquisa destacou o desafio de (trans)formar esse ambiente diante de acervos atualizados e em quantidades inadequadas para cada escola pública, e da falta de formação dos mediadoras(es), isto é, dos profissionais responsáveis pela guarda e circulação dos livros. A pesquisadora chamou atenção para o fato de que o *corpus* de análise, embora estivesse distribuído em “locais geograficamente distantes, com realidades escolares e sociais certamente diversas”, as realidades compartilhavam “sempre dos mesmos males: ausência de profissionais preparados para exercer a função de mediador; ausência de políticas e diretrizes que garantam seu pleno funcionamento; desvalorização e esvaziamento do sentido desse espaço perante (e pela) comunidade escolar” (ALIAGA, 2013, p. 127).

Penido (2017, p. 8), em sua dissertação, organizou um catálogo com as produções acadêmicas *corpus* da sua pesquisa “para divulgar os resultados obtidos e torná-los acessíveis

para outros interessados na temática de leitura”. Além disso, a discente elencou os fatores para o crescimento das investigações em leitura, a saber: fortalecimento e aumento dos PPGs, difusão de eventos na área e no tema, programas governamentais de leitura na escola e na biblioteca escolar, a busca urgente em resolver a problemática da formação leitora, a mudança das práticas educacionais e a utilização de novas metodologias.

Com outro direcionamento, temos Silva (2017, p. 34), que ressaltou as principais fundamentações teóricas nas pesquisas sobre leitura, a saber: 1) a “perspectiva sociointeracionista de aprendizagem e abordagem histórico-cultural, da psicologia do desenvolvimento cognitivo de Vygotsky (1998, 2001, 2004)”; 2) a teoria enunciativa da linguagem ancorada em Bakhtin (1988, 1998), com o entendimento da “linguagem como processo de construção social e interação dialógica”; e 3) estudos com ênfase no docente fundamentados em Nóvoa (2010), Freire (1988), Gatti (2011), Libâneo (2015) e Imbernón (2000, 2004).

Silva (2017, p. 143) indicou os principais tipos de pesquisas utilizadas para o desenvolvimento de uma investigação sobre leitura: “de campo, estudos de caso, pesquisas-ação, documentais e bibliográficas, com abordagem qualitativa”, com os procedimentos da “entrevista semiestruturada, observação participante, questionário aberto, oficinas pedagógicas e/ou intervenções propositivas, notas/diário de campo, análise documental e análise de conteúdo” (SILVA, 2017, p. 34, 143).

Com vistas à continuidade, seguimos para a segunda subcategoria, *Políticas públicas*, com as investigações que se desenvolveram para compreensão e análise da implementação do PNBE.

4.3 Política Pública

A primeira movimentação para categorizar cada pesquisa dentro dessa temática ocorreu por meio da leitura e análise dos títulos. Essa ação nos levou ao encontro de onze investigações que utilizaram o termo política na designação do estudo. As dissertações e teses, ao abordarem o PNBE no contexto de política pública, utilizam diferentes composições para o referido termo e, por isso, buscamos compreender a amplitude e a designação das palavras por meio das considerações apresentadas pelas(os) pesquisadoras(es) no *corpus* de estudo. Afinal, como afirma Carvalho e Souza (2015, p. 437), é preciso “reconhecer que estamos envolvidos por contextos nos quais interesses ideológicos conflitantes e conflituosos, dos mais diversos, exercem suas influências tanto nas ações de formulação quanto na implementação de políticas

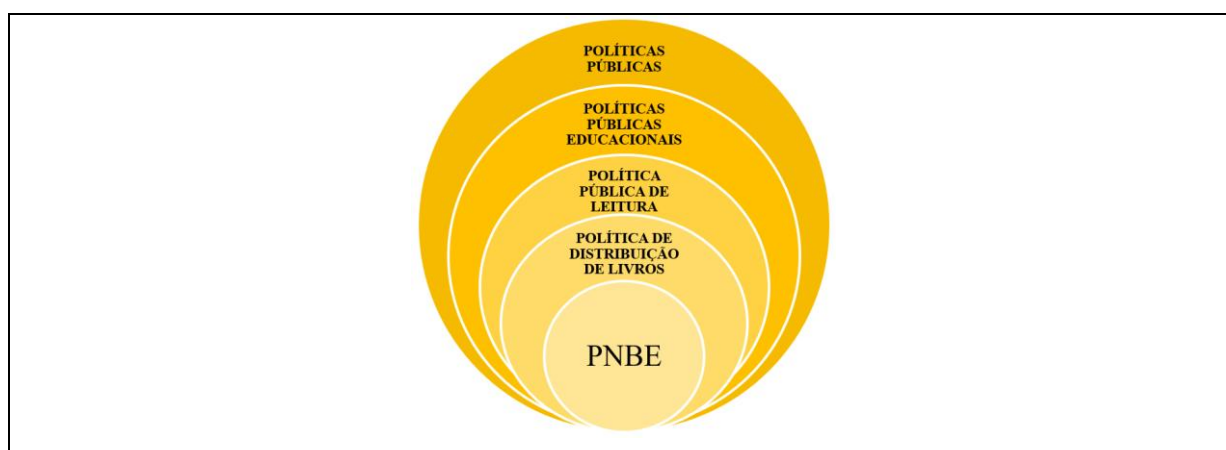
públicas para a educação”, assim como nas de produção e veiculação de conhecimentos.

Muitas pesquisas (RIGOLETO, 2006; COPEL, 2007, MONTUANI, 2009; SILVA; 2009; ARAÚJO, 2014; VALARINI, 2015) trouxeram a concepção e a justificava da consideração do PNBE enquanto política pública. Isso por entenderem que o Programa foi instituído por problemas sociais, como: escolas públicas sem bibliotecas escolares, estudantes e docentes sem acesso aos materiais de leitura e baixa proficiência em leitura por parte das(os) alunas(os).

Percebemos que as(os) pesquisadoras(es) apropriaram-se do Programa para discutir tanto a ausência das relações entre a política e as outras questões inerentes ao campo da educação, quanto à falta ou presença mínima de articulação com o cenário real das escolas, das(os) estudantes e dos profissionais da educação. Segundo Silva (2015, p. 54), vivemos em uma sociedade letrada, de modo que a escrita é necessária e importante para o exercício da cidadania, bem como para a convivência e atualização dos sujeitos. Nesse contexto, concordamos com o autor quando afirma que a negação ao direito à leitura é uma dívida social sob a representação do poder dominante.

A Figura 24 representa alguns conceitos abordados por pesquisadoras(es) que utilizam o termo política pública desde seu contexto macro até o micro, em que se chega às ações específicas do PNBE.

Figura 23– Diagrama com as variações da temática *Política Pública* caracterizado pelo contexto macro e micro



Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2021).

Observamos que a palavra política parece atribuir um lugar de *status* para a expressão que ali se forma com uma variedade de complementos, como: Políticas públicas, Políticas públicas de leitura, Políticas públicas de incentivo à leitura, Políticas públicas para a

leitura, Políticas públicas nacionais de fomento à leitura e Políticas educacionais. Consideramos que esse conjunto de nomes poderia ser nomeado como “Estudos de Implementação”, já que tratam da materialização do programa, tanto nos embates iniciais entre os grupos de interesses envolvidos na sua criação, quanto nos desdobramentos posteriores” (MOREIRA, 2021, p. 75).

Valarini (2015, p. 154), com a intenção de apresentar o conceito de política pública, explica que fazer política pública envolve muito mais do que decisões ou “vontade de fazer para mostrar o que se está fazendo”. Isso envolve ações pensadas estrategicamente para que perdurem por um longo período, seja eternamente ou apenas até sanar as necessidades a que se propõem. Dentro da realidade brasileira, percebemos que, muitas vezes, a implementação de uma ação governamental surge explícita ou implicitamente com o intuito de “corrigir” problemas sociais deslocados para o contexto educacional.

Em linhas gerais, notamos que o conjunto de pesquisas classificadas com a temática *Política Pública* discursa sobre as demandas sociais e educacionais (direito à leitura e literatura, acesso aos bens culturais, democratização da leitura e outros), numa perspectiva de revelar a (não) ação do governo. Em muitos casos, esse discurso articula os eixos da agenda, formulação, implementação e avaliação e, em outros, segue diretamente para o campo da implementação, com vistas à averiguação do funcionamento e da organização das ações.

O Quadro 21 expõe as 35 pesquisas de mestrado e de doutorado categorizadas no grupo temático de *Política Pública*. São produções acadêmicas que retomam os anos de 1990 como o período que marcou várias iniciativas em políticas direcionadas à Educação Básica, como o PNBE, que surgiu como uma das ações organizadas para atender a universalização do EF e para fornecer materiais didáticos e pedagógicos de melhor qualidade para às escolas públicas (BRASIL, 1999).

Quadro 21 – Dissertações e teses com temática *Política Pública*

Continua.

Nº	Pesquisadora(or) Ano de defesa	IES	Título	Nível de titulação	Orientadora(or)
1	TAVARES, J. A. de (2004)	UFPE	"Vamos fazer do Brasil um país de leitores": análise da implementação e funcionamento do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) no município do Recife de 1998 a 2002	MA	AGUIAR, A. da S.
2	PAVANI, E. E. I. (2004)	UNISO	Literatura em minha casa nasce na escola	MA	BRITTO, L. P. L.
3	ROSSI, M. S. de O. (2004)	UEM	Campanha Pública da leitura forma leitores: Um estudo sobre as instâncias mediadoras da Literatura em minha casa /2001	MA	SILVA, R. M. G.
4	SILVA, D. C. O. (2005)	UEL	"Literatura em minha casa": uma pesquisa em escolas públicas do município de Londrina	MA	CARVALHO, N. C. de
5	SILVA, J. M. da (2005)	UCP	Literatura em casa e na escola: projetos de formação de leitores no Ensino Fundamental.	MA	CARVALHO, M. A. de O.
6	RIGOLETO, A. U. O. (2006)	UNESP	O programa literatura em minha casa enquanto política pública: avaliando a formação de famílias leitoras	MA	DI GIORGI, C. A.
7	COPEPES, R. J. (2007)	UEPG	Políticas públicas de incentivo à leitura: um estudo do projeto Literatura em minha casa	MA	SAVELI, E. de L.
8	COSTA, K. M. de M. (2007)	UFG	Literatura em minha casa: entre representações e práticas de leitura	MA	MELO, O. M. de F. C.
9	MARQUES, M. L. de L. (2007)	UFPB	Literatura em minha casa: uma história sobre leitura, literatura e leitores	MA	BARBOSA, S. de F. P.
10	SOUSA, H. O. de (2007)	UFPB	As vozes da experiência e a experiência das vozes: práticas de leitura com textos da coleção Literatura em minha casa	MA	LÚCIO, A. C. M.
11	PAIVA, F. V. (2008)	UFRJ	A literatura infanto-juvenil na formação social do leitor: a voz do especialista e a vez do professor nos discursos do PNBE 2005	MA	ANDRADE, L. T. de
12	OLIVEIRA, L. L. de (2008)	USP	Indústria cultural e governo federal: o caso do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e suas seis primeiras edições	D	BOCCHINI, M. O.
13	ARAÚJO, M. J. de G. M. de (2008)	UFF	Livros que andam: disponibilidade, acesso e apropriação da leitura no contexto do programa Literatura em minha casa	D	GOULART, C. M. A.
14	MONTUANI, D. F. B. (2009)	UFMG	O PNBE/2005 na rede municipal de ensino de Belo Horizonte: uma discussão de possíveis impactos da política de distribuição de livros de literatura na formação de leitores	MA	PAIVA, A.
15	SILVA, B. L. M. da (2009)	UFMG	Programa Nacional Biblioteca da Escola - edição 2006. A chegada dos acervos nas escolas da rede municipal do ensino de Belo Horizonte e a leitura de obras por jovens leitores	MA	PAIVA, A.
16	XAVIER, M. (2010)	UNESP	O Programa Nacional Biblioteca da Escola e o seu impacto na sala de aula: a circulação e o acesso do livro de literatura no interior de uma escola municipal de Ensino Fundamental	MA	ARENA, D. B.
17	MORAES, L. G. O. de (2010)	UNB	Política de leitura: a gestão do programa federal Literatura em minha casa	MA	SILVA, M. A. da

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2021).

Quadro 21 - Dissertações e teses com temática *Política Pública*

Continua

Nº	Pesquisadora(or) Ano de defesa	IES	Título	Nível de titulação	Orientadora(or)
18	LIMA, F. das C. N. de (2011)	UFRN	O Programa Nacional Biblioteca da Escola e as vozes dos professores de língua portuguesa do Ensino Médio	MA	ALVES, M. da P. C.
19	KICH, M. (2011)	UCS	Mediação de leitura literária: o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)/2008	MA	RAMOS, F. B.
20	REIS, E. da S. (2012)	UFBA	Herdando uma biblioteca: uma investigação sobre espaços de leitura em uma escola da rede pública estadual	MA	SANTOS, E. M. O.
21	CORDEIRO, M. B. da S. (2013)	UFGD	Leitura, literatura, biblioteca e políticas públicas: um estudo de caso em Dourados/MS	MA	FERNANDES, C. R. D.
22	PEREIRA, R. de B. (2013)	UNICAMP	O leitor através do espelho - e o que ele ainda não encontrou por lá!	D	PINTO NETO, P. da C.
23	MONTUANI, D. F. B. (2013)	UFMG	Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE: conhecimento, circulação e usos em um município de Minas Gerais	D	PAIVA, A.
24	MARQUES, M. J. D. V. (2013)	UFU	Programa Nacional Biblioteca da Escola: PNBE do correio à sala de aula	MA	ARENA, A. P. B.
25	ARAÚJO, M. da C. R. de (2014)	UFRN	Políticas públicas nacionais de fomento à leitura e suas repercussões para a Educação Básica	MA	BARBOSA, T. M. N.
26	CIRINO, D. B. L. (2015)	UFG	Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE: apropriação dos acervos para a formação de leitores no município de Ipameri-Goiás	MA	PERES, S. M.
27	SILVA, S. F. da (2015)	UFRN	O Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE: da gestão ao leitor na educação infantil de Natal-RN	MA	AMARILHA, M.
28	VALARINI, S. D. (2015)	UEM	Os caminhos do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): uma política pública brasileira na tentativa de formação de um campo literário no ambiente escolar	D	MARTHA, A. A. P.
29	BARROSO, F. C. da S. (2015)	UFAM	A literatura infantil e a precarização da leitura literária nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em escolas de Humaitá/AM	MA	CORREA, C. H. A.
30	CAVALCANTI, L. S. M. (2016)	PUC/SP	O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): análise sobre as práticas de leitura literária em escolas da rede municipal de Santa Inês/MA	MA	DARIN, L. C. de M.
31	LUCAS, R. G. de M. e (2016)	UFG	A apropriação do acervo do PNBE em oficinas literárias	MA	PERES, S. M.
32	BONFIM, L. A. (2016)	UNIOESTE	Viagens literárias: navegando pelo Ensino Médio, PNBE e ambiente virtual	MA	LOTTERMANN, C.
33	NASCIMENTO, V. Y. do (2018)	UNIFESP	A efetivação dos quadrinhos no PNBE (2006-2014): da caixa ao leitor	MA	SILVA, P. V. B. da
34	SOUZA, K. A. B. (2018)	UFMT	Leitura e formação docente: diálogos com professoras no contexto do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)	MA	RODRIGUES, S. de F. P.
35	BUFALO, K. S. (2018)	UEL	Políticas públicas para a leitura: a mercantilização da educação	MA	RUIZ, M. J. F.
36	SOARES, U. F. (2018)	UFT	Políticas públicas de incentivo à leitura: o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) no campus Paraíso do Tocantins do Instituto Federal do Tocantins	MP	IWAMOTO, H. M.

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2021).

Desse modo, a dissertação de Tavares (2004) teve como objeto investigativo o PNBE e sua efetividade nas escolas públicas. A pesquisadora constatou que os livros foram destinados às bibliotecas escolares, mas que não havia condições materiais ou humanas para trabalhar os acervos, o que influenciou diretamente na funcionalidade do Programa. Segundo Tavares (2004, p. 132), “tempo, acesso aos bens simbólicos, letramento e mediação se constituem em aliados para que o programa atinja os seus objetivos”.

A pesquisadora concluiu que a participação do governo na esfera municipal não mediou nenhuma situação que possibilitasse a divulgação e circulação dos materiais nas escolas, ou seja, o papel dessa instância governamental foi simplesmente o de redistribuir e armazenar os acervos do Literatura em minha casa. Tavares (2004) critica os documentos do FNDE destinados às escolas, já que a uniformização dos textos e a falta de destinatário específico (estado, município, escolas) não atribuíam responsabilidade a nenhum dos segmentos (TAVARES, 2004), portanto, com uma participação descompromissada da esfera municipal, configurando uma representação do antigo provérbio: “O que é de todos não é de ninguém”.

As pesquisas com o direcionamento para a edição Literatura em minha casa (TAVARES, 2004; PAVANI, 2004; RIGOLETO, 2006; COPES, 2007; COSTA, 2007; MARQUES, 2007; ARAÚJO, 2008) abordaram o PNBE enquanto políticas públicas. E mesmo essas investigações se diferenciado no desenvolvimento e nos sujeitos, obtiveram resultados muito semelhantes. Rigoletto (2006) e Araújo (2008), por exemplo, analisaram a influência dos acervos do LMC na formação leitora das famílias contempladas com as obras e perceberam que a distribuição dos livros literários para as(os) estudantes levarem para casa proporcionou a oportunidade de leitura às crianças e aos seus familiares, que, aliás, eram incentivados e cobrados pelo (a) próprio(a) aluno(a) a ler as obras do LMC.

Essas pesquisas consideraram essa ação específica do PNBE como essencial. No entanto, destacaram a necessidade de mudanças e adequações no aspecto da formação dos docentes e no acompanhamento da distribuição e utilização dos acervos do Programa para a elaboração de um trabalho que pudesse culminar em uma comunidade de leitores. Afinal, tanto as famílias recebiam um kit de livros, quanto às escolas tinham acesso a todos os kits em número maior.

Kich (2011), Cordeiro (2013), Montuani (2013), Marques (2013) e Cirino (2015), desenvolveram suas pesquisas a partir de observações, entrevistas e acompanhamento das práticas de leitura com os livros literários do PNBE. As pesquisadoras analisaram, assim, a

presença, o conhecimento e a utilização dos acervos por parte de professoras(es) e ressaltaram a ausência de atividades pedagógicas que priorizassem os aspectos literários das obras. Segundo Kich (2011, p. 153), “os docentes atuantes nesse ambiente não trabalham de forma artística com os livros do Programa, que, em si, se constituem em bons acervos de literatura”. E conforme Cordeiro (2013) é necessário que a política de distribuição seja articulada com o fortalecimento do papel dos profissionais de educação no âmbito da mediação e com o uso dos acervos nos espaços escolares.

Apontamos que todos os dados apresentados dialogam sobre a temática de uma única pesquisa, que percebemos e classificamos como *Política Pública*. Entretanto, embora ambos os trabalhos de Kich (2011) e Cordeiro (2013) tenham se iniciado no campo das ações governamentais na busca pelo direito à leitura, eles posteriormente se diferenciam com a apropriação do objeto, ou seja, por meio de diferentes atores: escolas, docentes e discentes se encontrando novamente ao final, quando do resultado dos estudos.

Ao tratarmos o PNBE enquanto política partimos para duas constatações que já se fazem presentes nesta tese. A primeira delas está relacionada ao fato de que as ações implementadas não podem ser consideradas como políticas para a leitura, pois a distribuição das obras foi o único eixo efetivamente tratado pelo Programa e isso não atendeu às seguintes demandas: às necessidades das bibliotecas escolares, à composição dos acervos em volumes que satisfizessem a todas as crianças e jovens, à promoção da leitura e à consolidação do funcionamento dos espaços das bibliotecas. Ou seja, ainda estamos com os mesmos velhos problemas (RIGOLETO, 2006; COPES, 2007; MARQUES, 2007; PAIVA, 2008; MONTUANI, 2009; XAVIER, 2010).

A segunda constatação é de que o governo não utilizou o campo acadêmico e científico para compreender os problemas ocorridos durante a implementação das ações e para tratar as fragilidades identificadas a cada resultado. Nem mesmo a pesquisa encomendada pelo MEC e as auditorias do TCU exerceram qualquer influência na formulação de ações corretivas que objetivassem o efetivo funcionamento do Programa, que deveria ir muito além da simples entrega de materiais de leitura.

Várias(os) pesquisadoras(es) consideraram a descentralização como um avanço na constituição do PNBE. Isso porque, se pensarmos que todo o processo se inicia com um edital, esse documento inicial e norteador de toda a implementação do Programa sempre esteve nas “mãos” de técnicos e assessores do governo, o que impôs um avanço restrito em várias edições e talvez até um retrocesso. Entretanto, ainda não podemos fazer essa afirmação categoricamente, uma vez que entendemos que os dados do MEC e das produções acadêmicas

e científicas é que têm condições de argumentar positiva ou negativamente a respeito da descentralização.

Mas podemos afirmar, junto com Silva (2013, p. 32), que não será possível implementar-se propostas desejáveis, efetivas e realizáveis para uma política de leitura realmente abrangente, plural e eficiente sem que haja “pressões coletivas e sem propostas justas e coerentes, oriundas das classes que têm consciência de si e que vislumbram necessidades para si”. Sem isso, continua Silva, “continuaremos repetindo o discurso vazio do tipo ‘a leitura é importante’, ‘um país se forma com homens e com livros’, ‘ler é viver’, etc.”

Há pesquisas que se valeram da análise de discursos de profissionais da educação e de narrativas, práticas, acervos, circulação, leitura, literatura, cultura e mediação para discutir o PNBE no âmbito da Política Pública. Essa constatação foi feita a partir de 35 produções acadêmicas, cujo trabalho investigativo organizou-se por meio de entrevistas, questionários, observação em sala de aula e propostas práticas com docentes e/ou estudantes. Lima (2011) explicitou a necessidade das relações dialógicas entre os atores (MEC, escolas pesquisadas, participantes da implementação e envolvidos no estudo) para que, de fato, eles contribuam para a efetivação e redimensionamento do Programa.

Outro fator apontado nas pesquisas (OLIVEIRA, 2008; KICH, 2011; CORDEIRO, 2013; MARQUES, 2013; CIRINO, 2015; VALARINI, 2015; BUFALO, 2018) refere-se ao controle do governo federal sobre a indústria editorial. Isso se deve à aquisição de altas tiragens de exemplares, que o torna o principal cliente desse segmento de mercado, acirrando, assim, interesses financeiros e políticos não necessariamente convergentes com os objetivos do Programa.

Sob o aspecto do discurso, percebemos que as investigações trazem sugestões ou pontos que carecem de implementação de ações específicas. Entretanto, esse discurso sempre está direcionado ao contexto macro da política (MEC e FNDE), que não confere visibilidade às(aos) pesquisadoras(es), que poderiam indicar caminhos e possibilidades de adequações no contexto micro, formado por escolas, profissionais, estudantes e famílias, o que permitiria uma amplificação da visão com foco na efetividade das ações.

Temos certeza de que, para um Programa desse porte sair do papel e ser implementado com sucesso, é necessária a participação de diversos atores e em diferentes contextos, pois dificilmente um ato governamental poderá, num país continental e com especificidades regionais, implementar um conjunto de ações estabelecidas por documento de regramento geral. É como defendem Carvalho e Fávero (2021, p. 124), as políticas públicas “envolvem decisões, defendidas ou criticadas pelos diversos representantes da coletividade

(nos países democráticos), que deveriam ter suas demandas analisadas e, se possível, atendidas”.

Partimos, então, para a subcategoria *Biblioteca escolar*, considerando-a como uma necessidade social e educacional antiga cujos programas governamentais e a Lei Nº 12.244 (BRASIL, 2010)⁷⁵ ainda não conseguiram implementar as mudanças adequadas.

4.4 Biblioteca Escolar

Ao iniciar o mapeamento das pesquisas e começar o trabalho com breves análises para simular e refletir sobre as temáticas acreditava que as bibliotecas escolares estariam em um conjunto representativo de obras em termos numéricos. Mas verificamos que essa não era a realidade, porque, na maioria das escolas públicas em nível nacional, esses espaços tornaram-se, como já afirmamos, uma espécie de “terra de ninguém”. Não há valorização e formação do profissional responsável pelo ambiente e, muitas vezes, existe uma rotatividade desse mediador ou dessa ocupação com outras funções sem relação alguma com a biblioteca escolar.

De fato, observamos que não poderia ser diferente, já que a negação ao direito à leitura está de mãos dadas com a ausência ou a precariedade da biblioteca escolar. Para Silva (2015, p. 13), “a falta de condições é indiscutível: não há livros (em casa, na escola, na biblioteca), não há espaço para ler, não se formam círculos de leitura, não existe vinculação entre o lido e o vivido, etc.”. Para o autor, a “crise da leitura” não é um problema da atualidade, mas uma situação reprodutora do “analfabetismo, com a falta de bibliotecas e com a inexistência de políticas concretas para a popularização do livro e para a democratização da leitura” (SILVA, 2015, p. 16).

O PNBE foi instituído primeiramente para atender às bibliotecas escolares na composição dos acervos. Porém, sua ação estabeleceu-se no formato de distribuição de livros e, em nenhum momento, durante a vigência do Programa, planejaram-se os meios para a implementação dos espaços de leitura ou mesmo para a formação dos profissionais responsáveis pelos ambientes. Com isso, houve um fortalecimento dos resultados negativos, pois os materiais chegavam às escolas e ficavam guardados em caixas, em salas ou em armários trancados, desconhecidos dos docentes e ignorados pela gestão escolar.

⁷⁵ Lei que determinava a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País até o ano de 2020. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12244-24-maio-2010-606412-publicacaooriginal-127238-pl.html>>. Acesso em: 5 jan. 2021.

Retomamos que, em 2010, no governo Lula, foi instituída a Lei 12.244, decretada para a universalização das bibliotecas escolares em todas as instituições de ensino públicas e privadas do território brasileiro. O documento, que estabelecia que a profissão de bibliotecário deveria ser respeitada, considerava a biblioteca como um espaço com “coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura” (BRASIL, 2010, s/p). Contudo, passaram-se mais de dez anos e ainda não consolidamos o atendimento à referida Lei.

Conforme os dados do Censo Escolar, em 2019, existiam bibliotecas escolares e/ou sala de leitura em: 51,8% das escolas com atendimento ao Anos Iniciais do EF; 73% em instituições com os Anos Finais do EF; 56,3% nas unidades com EF; e 88,2% nas escolas com atendimento ao EM. A Educação Infantil não registrou nenhum percentual. Mesmo com esses indicadores, é preciso questionar: Quais as condições desses espaços? Que materiais compõem os acervos? Quem são os profissionais responsáveis pelo trabalho nesse ambiente?

Aqui retornamos à discussão da temática *Política Pública* para defender que a efetivação de um programa como esse requer a participação e a responsabilização de diferentes atores, desde o governo federal, passando pelas demais esferas governamentais e correspondentes secretarias, até atingir o objetivo final, neste caso, as(os) estudantes.

Além da falta de estruturação desde a origem, as pesquisas demonstraram que a rotatividade dos profissionais nas instituições, tanto no âmbito macro quanto no micro, criaram as condições para sempre retornarmos à mesma história: entregar e aguardar as orientações para a utilização dos acervos, isto é, o MEC entrega e a escola “guarda e aguarda”.

Em muitas bibliotecas escolares esse “guardar” traz o sentido de não perder a posse, vigiar para não deixar escapar ou estragar. Já em outras, seria o preservar, organizar, isto é, preparar para facilitar o acesso. Contudo, de acordo com Marques Neto (2009, p. 62), “não basta comprar e prover materialmente: há que formar o elemento facilitador das circunstâncias que criarão o mundo do potencial leitor.”

Essa situação conduz a algumas questões: Como um programa com o objetivo de distribuir obras para compor os acervos de uma biblioteca escolar não oferece condições para a criação ou organização desse espaço? E o profissional responsável por esse ambiente, onde ele está? Podemos pensar em biblioteca escolar de forma isolada?

Castrillón (2014), em seu texto “Biblioteca escolar, qual o sentido?”, informou que, em 1970, no Brasil, iniciaram-se as discussões sobre a importância da biblioteca escolar enquanto política pública. No entanto, foi apenas a partir de 1997, com a criação da LDB e

dos PCNs, que começaram a incluir esse espaço nas escolas públicas. Mas o conjunto das dissertações e teses chamou a nossa atenção para o fato de que nenhuma instituição de ensino avaliada apresentava esse espaço em condições físicas e humanas apropriadas ou adotava práticas que atendessem com êxito o objetivo do Programa.

Castrillón (2010), Silva (2015) e Britto (2015), argumentam que os programas ocultam os reais problemas e organizam as propostas com características assistencialistas. A concepção de que entregar livros simplesmente cumpriria com a obrigação do governo de garantir o direito à leitura e aos bens culturais é uma falácia.

Além disso, conforme contamos a história do PNBE no capítulo 2, há uma falta de equidade na distribuição dos acervos, tanto em quantidade de exemplares como no não recebimento deles pelas escolas do campo, dos indígenas, dos quilombolas e das instituições que não constavam no Censo Escolar por funcionarem como extensão de outras unidades. Sabemos que o Programa prevê a entrega a todas as escolas, entretanto as instituições localizadas fora do meio urbano não recebiam os materiais diretamente e os acervos eram entregues nas secretarias de educação, municipal ou estadual, que passavam a ter a responsabilidade de realizar a distribuição.

A questão é: Será que desenvolveram as ações de entrega? Será que os acervos chegaram ao verdadeiro destino? Portanto, outro desafio aqui se apresenta: como podemos pensar no espaço físico e nos profissionais das bibliotecas escolares desses lugares, tal como vínhamos aqui discutindo, diante de outro problema anterior que “é a discriminação e o desequilíbrio no que se refere à participação na cultura letrada”? (CASTRILLÓN, 2010, p. 21).

Para a categorização da literatura cinzenta distribuímos cinco pesquisas na temática *Biblioteca Escolar* (QUADRO 22). E, para essa classificação, estabelecemos o critério de estudo no espaço da biblioteca escolar ou que o sujeito participante tenha sido o profissional responsável pelo ambiente.

Explicamos que utilizamos o termo “profissional responsável” porque não encontramos pesquisas que indicassem a presença de bibliotecários nas escolas. Coimbra (2016, p. 32), “constatou a ausência de bibliotecários com formação na área, sem admissão por concurso público específico, sendo a função de bibliotecário exercida, geralmente, por professores em readaptação funcional”. Essa informação foi observada de forma semelhante no *corpus* de análise (LIMA, 2010; GUIMARÃES, 2010; PEREIRA, 2015; VARGAS, 2016; MONTUANI, 2009; SILVA, 2009; XAVIER, 2010; BRANDÃO, 2016; NASCIMENTO, 2018; BUFALO, 2018). Isso se explica, segundo Silva (1998, p. 9), pela fato de que “a

formação a manutenção das bibliotecas escolares ainda não se transformaram em uma forte preocupação política na seara educacional”.

Quadro 22 – Dissertações e teses com temática Biblioteca Escolar

Nº	Pesquisadora(or) Ano de defesa	IES	Título	Nível de titulação	Orientadora(or)
1	LIMA, S. X. de (2010)	UFRJ	Biblioteca ramal de Nova Iguaçu: letramento e práticas leitoras	MA	CORSINO, P.
2	GUIMARÃES, J. (2010)	UNESP	Biblioteca escolar e políticas públicas de incentivo à leitura: de museu de livros a espaço de saber e leitura	MA	DI GIORGI, C. A.
3	ALIAGA, R. (2013)	UNICAMP	A biblioteca escolar na produção acadêmica sobre leitura: movimentos, diálogos, aproximações	MA	SILVA, L. L. M. da
4	PEREIRA, E. P. (2015)	UFF	Bibliotecas escolares e políticas públicas no Brasil: um estudo da aplicação do PNBE em uma biblioteca escolar do município de Niterói	MA	BREGLIA, V. L. A.
5	BATISTA, J. L. da S. (2015)	UNESP	Funcionamento e organização das salas de leitura da diretoria de ensino de Presidente Prudente/São Paulo	MA	CURADO, O. H. F.
6	VARGAS, T. de (2016)	FUPF	O espaço da biblioteca escolar: dinamização do acervo do PNBE 2013 nos Anos Finais do Ensino Fundamental	MA	ROSING, T. M. K.
7	COIMBRA, S. A. D. de O. (2016)	UFJF	O programa de bibliotecas da rede municipal de educação de Belo Horizonte: caminhos para uma política de formação de leitores	MP	SANTOS, T. M. B.
8	CAMPOS, C. de A. (2018)	UFOP	Letramento literário e bibliotecas escolares: uma pesquisa exploratória no município de Ouro Preto	MA	CORRÊA, H. T.

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2021).

Lima (2010, p. 82) investigou as práticas de leitura literária desenvolvidas em uma biblioteca ramal⁷⁶ de uma escola municipal e considerou que o espaço trazia um diferencial, pois atendia à comunidade externa. As dificuldades de estruturação e funcionamento desse espaço discutidas foram: horário de atendimento, acervo, profissional responsável, espaço restrito e desconhecimento da proposta pelos moradores do entorno. Segundo a pesquisadora, na escola, não havia a figura de um bibliotecário e o trabalho era realizado por professoras de “licença que as impedia de lecionar”.

Professoras(es) readaptadas(os) geralmente trabalham na biblioteca escolar e as produções indicam que, na maioria das vezes, são mulheres. Esse dado tem total correspondência com a feminilização na docência da Educação Básica, já que apenas 20% são homens. Ferreira (1999), na pesquisa de doutorado, revelou a existência majoritária de

⁷⁶ Ramal é utilizado para indicar que a biblioteca está interligada em uma biblioteca central sob a responsabilidade da(o) bibliotecária(o).

docentes do sexo feminino em exercício no Ensino Fundamental de escolas públicas, com uma relação histórica atrelada por três elementos: mulher, leitura e escola. Essas discussões se estendem, inclusive, para o discurso neutro existente nos estudos que envolvem a docência. Apesar da passagem de mais de vinte anos, ainda encontramos a neutralidade da linguagem, visto que, a despeito das mudanças que já ocorreram, ainda é comum o uso do masculino como generalização do feminino e masculino.

Guimarães (2010) investigou as bibliotecas escolares da rede municipal, para compreender o espaço e as práticas adotadas. Realizou um mapeamento coletando informações dos profissionais da escola e, num estudo de caso, adentrou em uma escola para observação e entrevista. Os resultados não foram inovadores, pois relatou os mesmos problemas, como: espaço inadequado, professora(or) em readaptação, acervos insuficientes e desatualizados. Ainda, ressaltou a ausência da biblioteca escolar no Projeto Político Pedagógico (PPP) ou apenas a citação do espaço enquanto estrutura física.

A pesquisadora apontou que a biblioteca escolar não é frequentada pelos discentes da escola e, com isso, a “visita” das(os) alunas(os) acontecem apenas em horários determinados, com limite de 50 minutos para empréstimos, devoluções e trocas de livros. Dentro desse contexto, é destacada a necessidade de haver profissionais formados nas bibliotecas escolares, que promovam um trabalho coletivo e interativo com as(os) professoras(es) bem como o desenvolvimento de projetos que devem constar no PPP. Em relação aos acervos, a maior parte dos títulos se originava do PNBE, mas os profissionais desconheciam essa ação governamental (GUIMARÃES, 2010).

Campello (2012) pondera que a contribuição da biblioteca escolar na aprendizagem só será possível se o trabalho acontecer junto com o docente. Ademais, é imprescindível atualizar a nossa concepção desse espaço, tido como um lugar fechado por não ter profissionais, local de castigo para as(os) estudantes ou visitado somente para empréstimo e devolução de livros. A autora defende que precisamos fortalecer o discurso do potencial desse ambiente e ampliar o entendimento de “promotora de leitura para promotora de aprendizagem” (CAMPELLO, 2012, p. 16).

Pereira (2015) buscou identificar as contribuições do PNBE para o fortalecimento da biblioteca escolar em uma escola da rede pública e concluiu que ações nesse espaço não são compartilhadas com as propostas pedagógicas em sala de aula. Por isso, expôs a necessidade do comprometimento de todos os profissionais da escola, bem como a sua inserção no PPP das instituições. Do mesmo modo, deparou-se com o desconhecimento do Programa e com acervos desatualizados. E esse fato pode ser analisado no âmbito do investimento das verbas

para a aquisição de livros: a distribuição dos acervos do Programa não era suficiente para compor e manter os materiais de leitura, requerendo uma contrapartida da própria instituição.

Não queremos entrar na discussão quanto aos recursos recebidos pelas escolas, mas as produções acadêmicas mostraram que a maioria delas tinha acervos restritos e insuficientes. Diante disso, levantamos uma questão para reflexão: Qual motivação e/ou dificuldade para as instituições não adquirirem livros literários para compor os acervos das suas próprias bibliotecas escolares?

Muitas pesquisas (PEREIRA, 2015; MONTUANI, 2009; SILVA, 2009, CIRINO, 2015; BRANDÃO, 2016; CINTRA, 2017 e NASCIMENTO, 2018) encontraram acervos do PNBE guardados na sala da coordenação ou direção e, na maioria das vezes, dentro de armários trancados ou em caixas ainda fechadas. Essa problemática fez Pereira (2015) realizar uma pesquisa-ação e, inspirada nas bibliotecas do Chile, propor a elaboração de portfólios impressos e digitais com o objetivo de estimular as(os) estudantes e docentes a registrarem ali as atividades de leitura realizadas com o acervo do PNBE 2013.

Na literatura cinzenta analisada, averiguamos que as produções acadêmicas expõem, explicitamente, os pontos negativos das bibliotecas escolares, nos aspectos físico, humano e material. Os dados não se alteraram com a passagem dos anos, as edições do PNBE continuaram sem visibilidade e, em alguns casos, os acervos foram dispersados, trancados, extraviados ou utilizados por poucas escolas. Logo, a circulação ficou comprometida, assim como os objetivos do Programa.

Colomer (2017) comenta que, quando se cria uma biblioteca com livros, conseguir os leitores é um dos problemas. Na escola, todavia, tem-se o inverso, temos estudantes, mas é um desafio a promoção dessa circulação. É por isso que ressaltamos que é primordial a existência do profissional da biblioteca escolar, pois, segundo Silva (1998), a falta de infraestrutura material e humana nas instituições escolares faz os livros enviados por programas governamentais ficarem “encalhados” nas secretarias estaduais e municipais e/ou nas salas de coordenadoras(es) e diretoras(es). Para o autor, existe uma “morosidade” em distribuir os materiais aos verdadeiros destinatários, o que resulta em improvisação ou descaso.

Os *corpus* de análise da *Biblioteca Escolar*, portanto, pontuaram situações, condições e ações nesse espaço, com discussões teóricas nas quais se reconhecia a funcionalidade e as necessidades de recursos físicos, humanos e práticos. Os participantes das pesquisas, profissionais readaptados, docentes e gestores, expressaram a mesma compreensão. Entretanto, não se colocaram como sujeitos responsáveis pelo processo de (trans)formar a

realidade.

Em relação às(aos) orientadoras(es) com indicadores de frequência no conjunto das cinco pesquisas com temática Biblioteca Escolar, averiguamos que houve a distribuição de uma única investigação para todas(os), como pode ser visto no Quadro 23.

Quadro 23 – Distribuição de IES e orientadoras(es) presentes na temática Biblioteca Escolar

Nº	IES	Orientadora(or)	Nº total
1	UFF	BREGLIA, V. L. A.	1
2	UFRJ	CORSINO, P.	1
3	UNESP	DI GIORGI, C. A.	1
4	FUPF	ROSING, T. M. K.	1
5	UFJF	SANTOS, T. M. B.	1
Total			5

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2021).

Conforme *Curriculum Lattes*, das(os) orientadoras(es), verificamos alguns pontos de conexão com a temática Biblioteca Escolar:

- Vera Breglia, graduada em Biblioteconomia, com doutorado em Educação, tem interesse em estudos das “Instituições Formadoras”, de seus atores (professores, alunos, bibliotecários) e de seus espaços (a Escola, a Universidade e a Biblioteca), sob a perspectiva de ritos, práticas educativas e informacionais.
- Patrícia Corsino desenvolveu vários projetos de pesquisa, como “Infância, linguagem e escola: das políticas de livro e leitura ao letramento literário de crianças de escolas fluminenses”, no período de 2009 a 2012, e informa que infância, linguagem e escola, desde as políticas de livro e leitura até o letramento literário de crianças de escolas fluminenses, são temas motivadores para os estudos.
- Cristiano Di Giorgi pesquisou temáticas como política educacional, história da educação, reformas educacionais, formação de professores e educação de adultos. E, nas informações de seu *Curriculum Lattes*, o termo biblioteca escolar aponta ligações com Rigoletto (2006), em sua dissertação “O programa literatura em minha casa enquanto política pública: avaliando a formação de famílias leitoras” (classificada em Políticas Públicas), e com Guimarães (2010), em sua pesquisa de mestrado “Biblioteca escolar e políticas públicas de incentivo à leitura: de museu de livros a espaço de saber e leitura”. Além disso, Di Giorgi e Rigoletto (2009) escreveram o capítulo “Outros parceiros na biblioteca escolar: democratização e incentivo à leitura, no livro Biblioteca Escolar e Práticas Educativas: o mediador em formação” (SOUZA, 2009), selecionado para o PNBE do Professor 2010.
- Tânia Rosing atua nas temáticas de leitura, formação de leitores, literatura, ensino de literatura e múltiplas linguagens. Realizou o projeto de pesquisa intitulado “Desenvolvimento de comportamentos leitores no espaço da biblioteca escolar com o tema biblioteca escolar”, em que um dos objetivos partia da análise e identificação dos acervos do PNBE, bem como das práticas leitoras.

- Terezinha Santos tem interesse em estudos nas áreas de avaliação em Língua Portuguesa e de formação continuada de professores de LP da rede pública. Em seu *Curriculum Lattes*, localizamos que a orientadora coordenou a equipe de avaliadoras(es) do PNBE do Professor 2013 e do PNBE Indígena 2015, edição que não prosseguiu nas etapas de divulgação, negociação e distribuição; e não encontramos resultados ao buscar pelo termo biblioteca escolar.

Um ponto em comum que movimenta as pesquisas, pesquisadoras(es) e orientadoras(es) é a utilização da biblioteca escolar no âmbito das ações, dos projetos e das práticas desenvolvidas dentro desse ambiente. Os estudos verificam a existência do espaço, a composição dos acervos, a circulação, os usos dos livros por estudantes e docentes e a importância das(os) professoras(es) nesse processo todo de movimentação na biblioteca escolar e de conhecimento dos acervos.

Nessa direção, Silva (1998, p. 127) defende que ao docente cabe ensinar e ao Estado a função de “proporcionar condições para que o ensino se efetive e, dentre essas condições se coloca a formação e manutenção de boas bibliotecas para o atendimento aos alunos e para a atualização dos professores”. A partir disso, compreendemos que a formação do sujeito leitor está condicionada à disponibilização de variados materiais de leitura, práticas pedagógicas planejadas e fundamentadas por conceitos teóricos e metodológicos.

Mas, para as(os) professoras(es) desenvolverem a ação de ensinar, é preciso, primeiramente, aprender, desaprender e reaprender, sempre em um processo contínuo e dialógico, pois o conhecimento, os conteúdos, as metodologias, os discentes e os recursos não são únicos e muito menos cristalizados. Com o objetivo de ampliar essas discussões, prosseguimos para a subcategoria sobre essa temática.

4.5 Formação Docente

A formação de professoras(es) é uma temática sempre presente nas discussões políticas, educacionais e acadêmicas (BRASIL, 2017; GATTI; BARRETTO; ANDRÉ; ALMEIDA, 2019; GATTI, 2021; SILVA; 2009), afinal, o processo de ensino-aprendizagem está centralizado nas ações docentes. Temos consciência de que os recursos físicos e materiais são essenciais para as condições educativas, no entanto, o recurso humano constitui-se como o articulador para a efetivação de cada ação para cada realidade. Para Gatti (2016, p.164), “a formação dos professores, suas formas de participação em sala de aula em um programa educacional, sua inserção na instituição e no sistema, são pontos vitais” para a implementação e consolidação das ações voltadas ao universo escolar.

O exercício profissional docente requer diferentes conhecimentos, isto é, um saber

plural, que é um somatório de saberes funcionais, disciplinares, curriculares, experienciais e vivências sociais e pedagógicas, que articula, portanto, uma rede de saberes oriundos da história de vida e da formação escolar pessoal (Educação Básica, formação inicial, programas, livros, práticas docentes e socialização profissional) (TARDIF, 2014). Consideramos que essa rede de formação e aprendizagem traduz a produção social, histórica e cognitiva dos sujeitos de modo individual e coletivo e que influenciará na prática docente em sala de aula e no seu envolvimento com a educação, com a escola, com a turma e com as(os) estudantes.

Nesse aspecto, corroboramos com Gatti (2016, p. 164) quando afirma que “o professor não é descartável nem substituível, pois, quando bem formado, detém um saber que alia conhecimento e conteúdos à didática e às condições de aprendizagem para segmentos diferenciados. Educação para se ser humano, se faz em relações humanas profícuas”.

É por isso que não temos como discutir formação docente sem atribuir um espaço para a leitura. O desenvolvimento, profissional e pessoal, envolve situações frequentes e contínuas de práticas de leitura, mediadas por uma diversidade de textos e suportes (impressos e digitais). Temos que entender que o ato de ler no contexto da multiplicidade de culturas envolve textos híbridos de diferentes letramentos e múltiplas linguagens e textos compostos de muitas linguagens (linguística, estética, visual, gestual, espacial e auditiva), ou modos, ou semioses (ROJO, 2012). Nessa perspectiva, compreendemos o ato de ler como condutor para o desenvolvimento identitário de uma(um) professora(or), pois “leitura, conduta profissional, são termos indicotomizáveis - um nó que não se pode nem se deve desatar” (SILVA, 2009, p. 23).

Entendemos e defendemos a leitura como um direito, pois vivemos em uma sociedade letrada, com grande multiplicidade de escritas, presentes em todos os momentos na vida dos sujeitos. Embora saibamos que esse direito ainda não está consolidado na nossa sociedade, sendo uma luta histórica e contínua, “ler é um direito de todos e, ao mesmo tempo, um instrumento de combate à alienação e à ignorância” (SILVA, 2015, p. 54).

Silva (2015, p. 54) ainda reitera que “as etapas evolutivas da civilização garantem à sociedade a condição ou categoria de ‘letrada’ e isto quer dizer que a formação de leitores se coloca como uma responsabilidade do Estado” Diante disso, temos a leitura como uma questão social e educacional, o que a torna um mobilizador para a implementação de políticas públicas, de programas e de ações institucionais de caráter público e privado; e temos o PNBE como um programa governamental.

Sabemos que, para a existência da leitura e de leitores, é necessária a presença de textos e, portanto, o governo federal, com o Presidente FHC, em 1997, instituiu o PNBE para

prover as escolas públicas com livros literários, obras teóricas e metodológicas, além de periódicos. Entretanto somos conscientes e, com respaldo nos *corpus* dos estudos, que apenas o objeto livro não garante as práticas leitoras ou a formação do leitor. Consideramos a concepção de leitor como um sujeito que, no ato de ler, dialoga com o texto, contexto e com o autor, promovendo a compreensão e reflexão (SMITH, 1989; GIROTTO; SOUZA, 2010; BRITTO, 2015; SILVA, 2015; COLOMER, 2017).

No decorrer dessa pesquisa, já expusemos que o PNBE, durante sua vigência, de 1997 a 2017, consolidou-se como um programa de distribuição de materiais de leitura. Dessa forma, compreendemos que a chegada dos acervos literários, dos livros teóricos e das revistas possibilitaram duas ações no contexto escolar. A primeira foi o desenvolvimento profissional, em diferentes contextos, como: formação centrada na escola entre os pares; heteroformação, organizada e desenvolvida por outros(as), “sem que seja comprometida a personalidade do sujeito que participa” (VAILLANT; MARCELO, 2012, p. 30); interformação, que se estabelece em contextos de trabalho em equipe; e autoformação, que prevê autonomia e busca da aprendizagem pelo próprio sujeito. A segunda foi a prática docente em si, dentro e fora das salas de aula, com a divulgação, a circulação e o uso dos materiais com e para as(os) estudantes.

Com essas duas ações, Formação e Prática docente, podemos questionar: Mas que tipo de leitura é essencial para o exercício da docência? Qual(is) material(is) estão disponíveis para a leitura da(o) professora(or)?

Respondendo à primeira questão, entendemos que todos tipos de leitura são essenciais para a formação e para o exercício profissional docente e que a obrigação, a necessidade ou a motivação pessoal são os indicadores para a variedade e para a diversidade dos materiais de leitura.

E quanto à disposição dos material(is) para a leitura da(o) professora(or), lembramos que o Programa foi a primeira e a maior ação (até 2021) de aquisição de livros literários e formativos já executada no Brasil: no período de 1997 a 2017, foram distribuídos 320 milhões de exemplares de obras literárias, revistas e livros teóricos e metodológicos entre as escolas públicas, com um investimento de R\$ 1. 287 bilhões. Acreditamos que os acervos do PNBE têm condições de atender aos três propósitos de leitura: informação, conhecimento e prazer

De forma específica, para a formação docente, o Programa tinha o PNBE Periódicos e o PNBE do Professor com o objetivo de promover as leituras específicas para o desenvolvimento profissional. Brandão (2016), em sua dissertação, trouxe para a discussão a(o) professora(or) leitora(or), ressaltando a formação, a relação e a constituição da leitura nas

vivências docentes. Para Yunes (2010), Britto (1997), Colomer (2003; 2007; 2017) e Silva (2015), o docente é modelo e representação para as(os) estudantes e, nesse sentido, acreditando que a aprendizagem está associada à observação, à convivência e à interação, apontam que o ato de ler precisa estar constantemente presente nas ações pedagógicas.

Assim, é preciso ter em mente que a leitura requer “engajamento em práticas de leitura de textos literários e de expressão cultural que instiguem a indagação, a criatividade e o protagonismo, obrigando reconhecer que, nesta ordem social, ler é uma forma fundamental de participação na vida social, cultural e política do país” (BRITTO, 2015, p. 33). Esse comprometimento surgirá a partir da concepção e ação docente, pois se elas(es) não estiverem convencidos sobre a relevância da formação leitora de si e do outro, não terão condições de demonstrar às(aos) estudantes a importância da leitura para a (sobre)vivência na sociedade. Para Lajolo (2009, p. 105), “experiências de leitura que a escola deve patrocinar precisam ter como objetivo capacitar os alunos para que, fora da escola, lidem competentemente com a imprevisibilidade das situações de leitura (no amplo sentido e no restrito da expressão) exigidas pela vida social”.

Nesse sentido, expandimos a discussão para a importância da(o) professora(or) leitora(or) independente da sua área de atuação. E, pensar na leitura para e no exercício da profissão, como uma meio essencial para a formação docente. Segundo Silva (2010, p. 106), “Caso o professor pare de ler, de estudar, de interrogar, é bem provável que ele fique fora do seu tempo e, por extensão, fiquem também a sua escola e os seus alunos”.

Com a intenção de selecionar os *corpus* de análise com a temática *Formação Docente*, observamos as ações investigativas com ênfase na(o) professora(or) e no material e com configuração interventiva da(o) pesquisadora(or). Chegamos a oito produções acadêmicas (QUADRO 24).

Quadro 24 – Dissertações e teses com temática Formação Docente

Nº	Pesquisadora(or) Ano de defesa	IES	Título	Nível de titulação	Orientadora(or)
1	LAMPA, J. M. M. (2007)	PUC/PR	As condições para o uso eficaz da literatura de massa no desenvolvimento da linguagem: a formação docente necessária	MA	TESCAROLO, R.
2	CINTRA, M. M. (2017)	UFTM	Produção de conhecimento em Educação Física no Ensino Médio: o impacto dos livros no “chão da escola”	MA	MOREIRA, W. W.
3	SILVA, M. S. da (2014)	UFJF	O PNBE do Professor: uma possibilidade de formação estudo de caso da superintendência regional de ensino de Governador Valadares	MP	CRISTOFARO, R. de
4	JESUS, E. M. de (2014)	UFF	Revistas pedagógicas na leitura docente: acesso e usos no cotidiano escolar	MA	GOULART, C. M. A.
5	PORCIÚNCULA, E. de M. (2016)	FURG	A infância impressa o que dizem as revistas nova escola e pátio sobre as crianças	MA	MOTA, M. R. A.
6	BRANDAO, C. L.. (2016)	UFMT	PNBE do Professor: usos e desusos	MA	RODRIGUES, S. de F. P.
7	COSTENARO, R. (2018)	UNESP	O uso do Acervo do Programa Nacional Biblioteca da Escola em uma Perspectiva Inclusiva	MA	SCHLÜNZEN, E. T. M.
8	PIEDADE, A. A. dos S. (2018)	PUC/SP	PNBE do Professor: livros e bibliotecas para a formação docente	D	BITTENCOURT, C. M. F.
9	FIGUEIREDO, A. R. A. (2018)	UFPB	O Programa Nacional Biblioteca da Escola articulado à formação docente no contexto das políticas públicas educacionais no Brasil	MA	RODRIGUES, J. M. C.

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2021).

Cintra (2017), em sua pesquisa, concebe que a efetivação da Educação Física Escolar (EFE) requer do docente “permanecer em constante formação, buscando novos meios de mediar o conhecimento e materiais que o auxiliem na preparação de suas aulas”. Desse modo, a pesquisadora buscou investigar a relação das(os) professoras(es) de Educação Física do Ensino Médio com os acervos do PNBE. Para isto, inicialmente, mapeou o site do FNDE para conhecer o Programa e encontrar os títulos de livros direcionados para a EFE e, posteriormente, utilizou questionários com (as)os professoras(es) da rede estadual do município de Franca (SP).

Cintra (2017) trabalhou com conceitos de leitura e formação docente, no contexto da Educação, especificamente no da EF. Cabe ressaltar que, talvez por equívoco e/ou por apropriação de termos de outras áreas, a pesquisadora (2017, p. 53) caracterizou os livros teóricos como acervo literário e descreveu a realização de “uma análise documental sobre os livros adquiridos pelo PNBE específicos para os professores de EF do Ensino Médio, verificando assim se os professores possuíam realmente um acervo literário específico para sua formação continuada”.

A intenção ao trazer esse recorte é a de complementarmos nossas discussões sobre o desconhecimento do PNBE por profissionais da educação e por pesquisadoras(es) (BRANDÃO, 2016; BERENBLUM; PAIVA, 2006). As pesquisas mostram que o material de origem governamental mais conhecido dentro das instituições escolares é o livro didático e que é comum docentes e gestores associarem os acervos literários do PNBE com o Programa Nacional do Livro Didático. Talvez, a inclusão das obras literárias no PNLD, promovida pelo Decreto 9099, possibilite o entendimento e a distinção de didático, teórico e literário.

Cintra (2017) constatou divergência entre as informações dispostas no site do FNDE com a localização dos acervos do PNBE nas bibliotecas escolares. Por isso, inferiu que, provavelmente, essa ocorrência se deu pela falta de organização do portal e que “essa diferença, entre os dados do site do PNBE e o real acervo das bibliotecas das escolas, demonstra a falta de organização do sistema educacional” (CINTRA, 2017, p. 67). Além disso, a pesquisadora expôs a dificuldade na realização da investigação devido à resistência por parte das(os) profissionais das escolas, que relutaram em participar dos estudos por medo de exposição e/ou crítica às ações governamentais (CINTRA, 2017).

Sobre os resultados da pesquisa, Cintra (2017) revelou que mais da metade dos docentes sujeitos do estudo relataram o desconhecimento de livros teóricos e metodológicos para a EF, sendo que muitos afirmaram a ausência desses materiais nas bibliotecas escolares. Contrapondo esses dados, a autora explicou que encontrou as obras e que os próprios títulos evidenciavam o atendimento à disciplina de EF. Por isso, ela apontou a “falta de interesse dos professores em visitar a biblioteca e procurar por novos conhecimentos, e/ou a falta de comunicação entre os profissionais responsáveis pelo gerenciamento da escola” (CINTRA, 2017, p. 70).

Os dados coletados com os docentes mostraram que os profissionais indicavam a necessidade de livros referenciais para o exercício da profissão, mas essas(es) professoras(es) não visitavam as bibliotecas das próprias escolas e/ou não conheciam os acervos existentes e disponíveis nesses espaços. Para a pesquisadora, a estagnação dessas obras simplesmente marca que os “conhecimentos estão parados nas prateleiras das escolas” e, por isso, sugeriu que “a produção de oficinas de incentivo à leitura e a busca de novos conhecimentos por meio dos livros disponíveis nas bibliotecas poderiam ser estímulos ao hábito da leitura e ao aproveitamento dos materiais pedagógicos disponíveis” (CINTRA, 2017, p. 72).

Silva (2014), Brandão (2016) e Piedade (2018), abordaram o PNBE do Professor em um contexto mais amplo e os resultados foram condizentes com os da pesquisa de Cintra (2017), já que identificaram livros trancados em armários, outros dentro das mesmas caixas

em que foram entregues e, ainda, obras sem nenhuma marca de uso. Além disso, a ausência das(os) professoras(es) nos espaços das bibliotecas escolares e o desconhecimento dos acervos disponibilizados são dados comuns a todas as dissertações e teses analisadas.

Ao discutir sobre o PNBE do Professor, compreende-se que o processo de escolha de um Programa não representa as necessidades e interesses de todos os sujeitos, na amplitude e totalidade das escolas públicas existentes no território brasileiro. Entretanto, as pesquisas consideraram os acervos como bastante significativos e diversificados, com uma variedade que possibilitava atender à formação docente em diferentes áreas do conhecimento: Linguagens e Códigos, Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Matemática, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA.

Porciúncula (2016, p. 22) apropriou-se do PNBE Periódico para analisar como os discursos presentes nas revistas *Nova Escola* e *Pátio – Educação Infantil* estabeleciam as formas de ser e compreender as crianças. Com isso, a pesquisadora problematiza a leitura para além da decodificação e para uma (des)construção da verdade absoluta atribuída aos materiais de leitura, principalmente quando eles são validados por instituição pública e/ou privada. Porciúncula considerou que as revistas são “como operadoras de uma pedagogia cultural, que sistematiza, organiza e faz circular determinados saberes e conhecimentos, constituindo-se como um veículo que cumpre a função de ensinar qual o papel da Educação e dos sujeitos na sociedade contemporânea” (PORCIÚNCULA, 2016, p. 28).

Em relação ao pertencimento das revistas ao Programa, a autora revelou que ela, no exercício da sua profissão, não fazia ideia da origem desses materiais e, ao adentrar nas escolas, percebeu haver um desconhecimento da existência e do funcionamento do PNBE Periódicos. Além disso, ressaltou que a falta de um profissional específico para o espaço da biblioteca escolar dificultava todo o processo de catalogação, circulação e disponibilização dos acervos.

Porciúncula (2016, p. 29), nas discussões dos dados, aborda temáticas de leitura e de formação docente sempre com a visão de que os discursos dos textos são instrumentos de poder, uma vez que a linguagem não é neutra e, pelo contrário, é “impregnada de intencionalidades e significados”. A concepção do PNBE atribuída por Porciúncula (2016, p. 63) é a de que “as práticas exercidas por esse Programa estão inseridas na lógica de condução das condutas, ou seja, como práticas de governo”. A pesquisadora argumenta que o governo, ao selecionar e distribuir revistas, obras literárias e livros teóricos, está contribuindo para que “os discursos circulem no interior do cotidiano educacional, e acabem sendo

instituídos como verdades sobre as formas de entendimento acerca das crianças e sua educação” (PORCIÚNCULA, 2016, p. 65).

Informamos que Porciúncula (2016, p. 57) utiliza o termo governo para explicitar o poder exercido sobre os outros como sobre si mesmo. Desse modo, “a escola é concebida então como uma estratégia, como uma possibilidade de governar a população, instituindo, através de um discurso científico-pedagógico, certas maneiras de se comportar, pensar, vestir, alimentar, enfim, de ser e estar no mundo”.

Em resposta ao objetivo de analisar os discursos relacionados às formas de ser e de compreender as crianças, Porciúncula (2016, p. 101) evidenciou que elas são representadas como “um ser livre, potente, autônomo que é capaz de apreender, a criança é vista como um homem em potencial”. Ademais, a “prontidão, preparação e antecipação estão vinculadas à necessidade de desenvolver diferentes competências do sujeito infantil, como a alfabetização”. Sob o aspecto dos especialistas, a pesquisadora ressaltou que os textos apontam para formatação das maneiras de educar e de ser professor.

A dissertação de Costenaro (2015) analisou a acessibilidade de leitura do Mecdaisy. Utilizando os livros convertidos nessa solução tecnológica para o PNBE, classificamos sua pesquisa na temática da *Formação Docente*, porque o pesquisador realizou a ação “Intervenção na Formação” com o desenvolvimento do minicurso “Recursos de acessibilidade de leitura para pessoas com deficiência visual”. A ação de ler e analisar as produções acadêmicas partiram do objetivo de compreender as temáticas. Entretanto, não podemos negar o processo de desenvolvimento, delineamento e constituição da construção investigativa. Por isso, em alguns momentos dessa nossa tese, apontamos algumas contradições descritas por pesquisadoras(es).

Costenaro (2015, p. 48) indicou como objetivo específico o “intervir na formação inicial e continuada do professor da Sala de Recursos para Deficiente Visual (SRDV) bem como na do professor coordenador da escola para trabalhar manipulando o tocador *Mecdaisy* e outros formatos digitais, como recursos de acessibilidade de leitura”. Entretanto, os participantes do minicurso foram as(os) estudantes de uma turma de Pedagogia. E esse equívoco não é exposto para desconsiderar a relevância da pesquisa, mas sim para mostrar que a leitura desse objetivo nos levou a determinar o tema como *Formação Docente* e, conseqüentemente, em observar como o delineamento de uma investigação interfere no agrupamento e/ou seleção de dados e/ou estudos.

Ao realizar o minicurso com as(os) graduandas(os) de Pedagogia, o pesquisador chamou a atenção para a ausência de componentes curriculares para a abordagem e utilização

dos recursos das salas multifuncionais e para o trabalho com estudantes deficientes. Esse é um dado preocupante, pois, segundo o autor, “eles serão em breve pedagogos e não estarão aptos para atender a demanda que é crescente” em todo o território nacional desses alunos matriculados em salas de aula regulares na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. (COSTENARO, 2015, p. 47).

Ainda, na sua pesquisa, ressaltou a importância da formação profissional para a utilização das salas de recursos multifuncionais pelos docentes de salas regulares. Por isso, analisou que a proposição do minicurso “causou um impacto positivo na formação do grupo, influenciando no aumento da sensibilização em relação à inclusão de estudantes com deficiência nas escolas regulares, além do crescimento significativo do interesse de vários cursistas em se especializar na área de DV” (COSTENARO, 2015, p. 47).

Sobre o PNBE distribuir as obras no formato *Mecdaisy*, o pesquisador entende que é uma ação essencial. No entanto, a funcionalidade do Programa precisaria avançar para as etapas de acompanhamento da acessibilidade, circulação e uso desses recursos. Avaliou que “os livros acessíveis do PNBE em *Mecdaisy*, possuem um diferencial visto que as imagens têm descrição e há facilidade durante a navegação” (COSTENARO, 2015, p. 139). No entanto, o formato “fica um tanto restrito às pessoas com DV, o que não impede que outros usuários leiam, mas não deixa de ser destinado a um público específico”, enquanto que “os livros eletrônicos elaborados nos formatos PDF e EPUB, quando são produzidos com acessibilidade e respeitando o Desenho Universal, alcançam todas as pessoas, independentemente das suas limitações sensoriais, físicas ou cognitivas” (COSTENARO, 2015, p. 139).

A leitura e a análise das pesquisas confirmaram a relevância da formação docente, para e no exercício profissional, e que os acervos do PNBE, com obras literárias, livros teóricos e revistas, constituíram importantes recursos para os momentos formativos, seja no âmbito individual e/ou coletivo. Entretanto, a chegada desses materiais nas escolas públicas não garantiu a divulgação, a circulação e o uso por profissionais da educação. Dessa forma, concordamos com Cosson (2020, p. 17), que a ação do PNBE terminava antes do que deveria, ou seja, faltava a “etapa que completaria o ciclo da formação de acervos para as bibliotecas escolares: o acompanhamento da entrega dos livros e/ou sua recepção. De tal modo, o *corpus* de estudo apontou a falta de acompanhamento e sistematização para a utilização dos acervos como uma fragilidade do Programa, presente em todo o período de vigência (1997 — 2018)”.

Ao analisar as frequências das(os) orientadoras(es), notamos a distribuição das pesquisas por docente, assim como verificamos a coerência da classificação da investigação

na temática *Formação Docente* (QUADRO 25).

Quadro 25 – Distribuição de IES e orientadoras(es) presentes na temática Formação Docente

Nº	IES	Orientadora(or)	Nº total
1	PUC/SP	BITTENCOURT, C. M. F.	1
2	UFJF	CRISTOFARO, R. de	1
3	UFTM	MOREIRA, W. W.	1
4	FURG	MOTA, M. R. A.	1
5	UFPB	RODRIGUES, J. M. C.	1
6	UFMT	RODRIGUES, S. de F. P.	1
7	UNESP	SCHLÜNZEN, E. T. M.	1
8	PUC/PR	TESCAROLO, R.	1
9	UFF	GOULART, C. M. A.	1
Total			8

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2021).

Um breve levantamento no *Curriculum Lattes* nos levou ao encontro dos temas de atuação e, assim, por meio deles, conseguimos classificar as pesquisas na subcategoria *Formação Docente*, a saber:

- Circe Bittencourt, com ensino de História, história das disciplinas e currículos escolares, história da educação indígena e história dos livros didáticos brasileiros;
- Wagner Moreira, com corporeidade, desporto, educação física escolar, formação profissional e pedagogia do movimento;
- Maria Renata Mota, com infâncias e educação das crianças de zero a seis anos, currículo e formação de professores e políticas públicas para a infância;
- Janine Rodrigues, com formação e profissionalização docente, diversidade, educação especial, dificuldades de aprendizagem, atendimento psicopedagógico e processos formativos;
- Sílvia Rodrigues, com formação de professores, práticas e estratégias de leitura, literatura infantil e alfabetização;
- Elisa Schlünzen, com formação de professores, educação especial e inclusiva e educação a distância;
- Ricardo Tescarolo, com aprendizagem e conhecimento na formação continuada.

Com essas buscas, apontamos que Ricardo Cristofaro não apresentou nenhuma conexão com a referida temática, pois o seu interesse é em escultura e arte contemporânea e seus projetos de pesquisa são todos na área de Artes e Design. Em seu *Curriculum Lattes*, a presença da dissertação de Silva (2015) torna-se única no mapeamento com o termo PNBE e formação docente, biblioteca escolar e política pública. Nessa perspectiva, percebemos a existência de adaptação entre orientador e orientada para o desenvolvimento de uma pesquisa

com a abordagem de um tema fora do campo de formação e estudo do docente. Sabemos que sempre é intencionado e priorizado que os projetos sejam desenvolvidos dentro da área de atuação e da linha e/ou grupo de pesquisa. Mas entendemos que essa situação pontual pode ter ocorrido devido às necessidades de um dos atores do processo ou do PPG.

Dentro desse contexto, da existência de orientadoras(es) em pesquisas com a abordagem de um programa governamental, apontamos a presença das diferentes áreas: Ciências Sociais Aplicadas, Multidisciplinar e Ciências da Saúde; e, com mais predominância, Educação e Linguística, Letras e Artes com 93% (156) do *corpus* de estudo.

Lacerda (2013; 2018), graduada em Design, na PUC-RJ, com a dissertação “Design na leitura: uma possibilidade de mediação entre o jovem e a leitura literária”, utilizou a análise dos acervos do PNBE para entender o lugar do design no mercado editorial e nas políticas públicas. E, com a tese “A formação visual do leitor por meio do design na leitura: livros para crianças e jovens”, analisou as obras literárias do Programa para compreender a relação entre o Design e o processo de formação visual do leitor. Portanto, a pesquisadora é um exemplo das pesquisas desenvolvidas em outros campo de conhecimento.

E aproveitamos essa passagem com Lacerda (2013; 2018) para situarmos a próxima subcategoria, *Análises de livros literários*, uma temática que ocupou o maior percentual (43%) das produções acadêmicas selecionadas como *corpus* de estudo.

4.6 Análise de Livros Literários

Várias(os) pesquisadoras(es) (COELHO, 2000; COLOMER, 2007, 2017; FARIA, 2013) dedicaram-se a estudos de análise de livros literários com diferentes aspectos, tais como: narrativa literária, ilustração, elementos materiais do livro, relação de texto e imagem, gênero, personagens, narrador, autoria, representações sociais e outras possibilidades. De tal modo, essas pesquisas são justificadas por múltiplos interesses, que podem partir de objetivos como: conhecer e avaliar as obras, auxiliar na prática pedagógica e compreender os discursos que esses materiais estão levando para escolas, para as crianças, para os adolescentes e/ou para os docentes.

Kirchof, Bonin e Silveira (2013) ressaltam que a literatura infantil tornou-se um campo produtivo para a inclusão de temáticas da diversidade étnico-racial, de deficiências, de orientações sexuais, de gênero, de conformação corporal e outras. Esse aumento da produção de obras com as respectivas características são resultantes de ações e políticas educacionais, de movimentos sociais e de dispositivos legais como as Leis n.º 10639/2003 e n.º

11.645/2008. Contudo, ainda vivenciamos e nos deparamos com narrativas que trazem na sua abordagem as representações sociais de forma estereotipadas, preconceituosas e ideológicas.

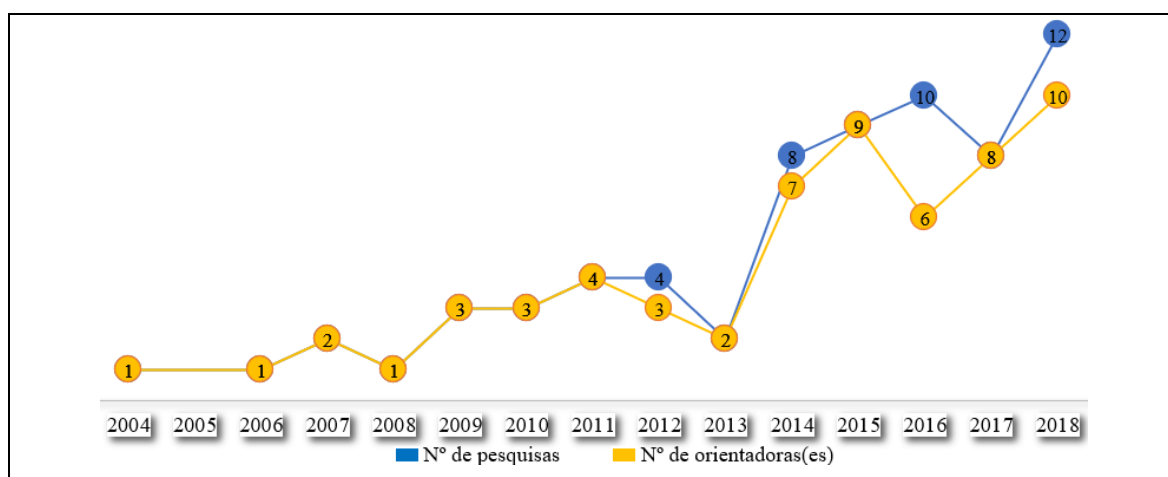
Souza (2016, p. 43), em sua dissertação intitulada “A(s) violência(s) na literatura infantojuvenil brasileira: uma análise a partir do PNBE 2013”, aponta que os fatores que levam à busca em compreender as obras literárias estão articuladas com “quem representa o mundo narrado e como ele é representado. Quando refletimos sobre a representação de diferentes grupos sociais, principalmente os menos favorecidos, percebemos que o olhar que olha, muitas vezes, não faz parte do corpo que vivencia a realidade narrada”.

Faria (2013), em sua obra “Como usar a literatura em sala de aula”, explica que o propósito da obra residia em analisar e avaliar as narrativas e elementos literários em livros para crianças e jovens, fornecendo às(aos) professoras(es) sugestões metodológicas de práticas de leitura que, por meio da teoria, seriam indicadas como acessíveis às(aos) estudantes infantil e juvenil.

Nessa perspectiva, considerávamos previsível encontrar dissertações e teses que delineassem o objetivo de analisar livro(s) literário(s) do(s) acervo(s) do PNBE, pois são obras que, adquiridas pelo governo, “chegam” às(aos) alunas(os) e professoras(es) das escolas públicas brasileiras. Logo, seria melhor “garantir” um estudo ou uma proposta pedagógica com títulos que possivelmente estivessem nas instituições.

Com esse olhar, organizarmos o *corpus* de análise na temática *Análise de livros literários* e verificamos a existência de 74 produções acadêmicas sob a orientação de 52 docentes, no período de 2004 a 2018 (GRÁFICO 12). Desse modo, notamos uma progressão anual crescente, tanto em volume de pesquisas quanto em número de orientadoras(es).

Gráfico 12 – Distribuição anual das pesquisas e orientadoras(es) com a temática *Análise dos Livros Literários*



Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2021).

O crescimento de pesquisas com a temática *Análise dos Livros Literários*, demonstrado no Gráfico 12, representa uma variação ascendente de estudos e de orientadoras(es). Nessa perspectiva, encontramos 52 (100%) docentes, sendo que 9 (17%) pesquisadoras(es) orientaram mais de uma pesquisa e 43 (58%) estiveram envolvidos em apenas uma (1) investigação. Diante disso, analisamos que 42% (31) dos *corpus* de análise (74 produções acadêmicas) concentraram-se em Fernandes (14%), Silva (7%), Ramos (4%), Paiva (4%), Aquino (3%), Debus (3%), Farbiarz (3%) e Zappone (3%).

Mencionamos que esses são estudos que se assemelham e se complementam, dialogam entre si, e trazem elementos que contribuem para a formação do leitor, da(o) professora(or) e dos profissionais das bibliotecas escolares. As(os) mediadoras(es) são o ponto de conexão entre estudantes e livros e, por isso, precisam conhecer as obras literárias, tanto no aspecto estético quanto do livro em si, para ampliar suas condições de planejar e desenvolver práticas leitoras.

A orientadora Profa. Dra. Fernandes orientou 14% (10) das pesquisas classificadas na temática *Análise de livros literários* e foi responsável pela primeira investigação *stricto sensu* (doutorado) sobre o PNBE. Fernandes (2004) caminhou pelos programas PNSL, Proler e Pró-leitura até chegar ao PNBE, com análises de organização, acervos e distribuição, dialogando ainda com a representação dos espaços escolares presentes nas obras. A autora defendeu a importância do objeto de pesquisa e concluiu que os programas sempre tiveram preocupação com a entrega de acervos às escolas, mas que essa ação sozinha não é capaz de resolver o problema da formação do leitor no Brasil.

Dessa forma, a pesquisadora entendeu que o Programa poderia possibilitar o acesso aos livros para crianças e jovens, mas que seria primordial uma articulação com a formação docente. Na pesquisa de Fernandes (2004), observamos o pertencimento a duas temáticas: *Políticas Públicas* e *Análise de Livros Literários*. Entretanto, como explicamos, nossa decisão foi a de escolher um único tema, concordando com Moreira (2021, p.81), que afirma que “categorizar os tipos de estudo, temáticas, subtemáticas, além de enfoques privilegiados pelos autores”, envolvem escolhas que escapam aos critérios de semelhanças e diferenças.

Fernandes (2004) chamou a atenção para o campo de poder ocupado pelos acervos, pois reconheceu a existência de uma disputa para se determinar o que vem a ser literário na produção infantil e juvenil. Em nosso posicionamento, já nos manifestamos sobre os vários lugares em que uma ação pública se impõe nos espaços de luta, dominação e imposição de discursos.

Segundo Kaercher (2006, p. 195), por se tratar de materiais que adentram o cotidiano das escolas, o acervo “constitui-se em um importante espaço de produção de significados acerca da negritude, branquitude, masculinidade e feminilidade. Significados estes que tornam desafiadoras e complexas as tarefas de educar para a diversidade”. Diante disso, Kaercher (2006) argumentou sobre a importância dos profissionais da educação conhecerem as obras literárias disponibilizadas pelo PNBE para que possam promover reflexões sobre classe, etnia, religiosidade e nacionalidade, dentro das possibilidades e limites específicos, porém sem perder as oportunidades de apreciar, criticar, interpretar e (re)posicionar sentidos no contexto das práticas pedagógicas.

Nesse aspecto, afirmamos que, no conjunto das 74 produções acadêmicas (QUADRO 28), encontramos vários subtemas abordados pela pesquisadora, como: representação de leitura, de escola, de docentes, de indígenas, de avós, de deficientes, étnico-raciais, feminismo, narrador, ilustrações, design, politicamente correto e violência, dentre outros.

O orientador Prof. Dr. Silva orientou 7% (5) das dissertações e teses classificadas na subcategoria *Análise de livros literários*. Ele tem, em sua trajetória acadêmica e científica, projetos na temática das relações étnico-raciais, racismo, políticas afirmativas, construção social da infância, políticas para a infância. Diante disso, junto com o Grupo de Trabalho em Educação e relações étnico-raciais (GT 21), da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), coordenou a elaboração do ebook *Educação das relações étnico-raciais: o Estado da Arte* com a sistematização das produções acadêmicas. Nesse contexto, as dissertações e teses orientadas pelo referido docente buscaram analisar e refletir sobre os discursos de hierarquias de raça/cor no ambiente escolar, tanto por meio da análise da obras, como pela observação das práticas leitoras com os livros literários. Desse modo, como resultado comum entre as investigações do *corpus* de estudo, é descrita a importância do Programa enquanto distribuidor de materiais de leitura para as instituições escolares, e é apresentada a crítica sobre a persistência das “concepções racistas e preconceituosas, tanto implícitas quanto explícitas por via dos discursos veiculados pelos livros, quando privilegiam personagens brancas e hierarquizam as relações” (ALCARAZ, 2018, p. 22).

Já a orientadora Profa. Dra. Paiva, como já apresentamos, tem como um dos seus interesses a verificação da qualidade das obras literárias, o que resultou em 4% (3) de pesquisas orientadas dentro dessa subcategoria:

1. Costa (2009) analisou os acervos do PNBE nas escolas públicas de MG com vistas a identificar as obras premiadas pela FNLIJ. A pesquisadora afirmou que os

profissionais das instituições desconheciam essa premiação dos livros literários. E para comprarem as obras de LIJ buscavam indicação do responsável da biblioteca escolar, de pedidos dos docentes e estudantes, livros selecionados para o vestibular e catálogos das editoras;

2. Lemos (2010) utilizou os acervos do PNBE para compreender a importância da interação entre imagem e palavra. Com isso, conclui que a valorização da linguagem verbal e visual são inseridas gradualmente ao leitor por processos de abstração e de valorização de sentidos da leitura;
1. Teixeira (2011) apropriou-se dos catálogos editoriais de 2010, por verificar que tinham obras selecionadas no PNBE 2009. A partir disso, percebeu o crescimento desses materiais de divulgação no espaço escolar, pois as editoras buscam fortalecer a relação entre mercado e Estado.

A orientadora Profa. Dra. Ramos, com o interesse na temática de práticas de leitura e mediação, orientou 4% (3) dos estudos que analisaram as obras do PNBE, tendo como foco aspectos como: gênero (poesia e histórias em quadrinhos) e narrador. Percebemos que as produções acadêmicas surgiram de um objetivo semelhante que é compreender e refletir aspectos de qualidade literária, bem como as fragilidades e potencialidades para e com a formação do leitor literário, isso tudo para além da decodificação.

A orientadora Profa. Dra. Aquino, que coordena o Núcleo de Estudos em Relações Étnico-Raciais (NEPIERE), orientou 3% (2) das pesquisas sobre *Análise de livros literários*. Rodrigues analisou a narrativa verbal e visual das marcas corporais e da identidade das crianças afrodescendentes e percebeu o número restrito de “livros com personagens negras, no mercado editorial, ou a presença de imagens carregadas por conteúdos racistas, na forma de estereótipos, por exemplo, sejam reflexos da (in)visibilidade do/a negro/a na sociedade de forma geral” (RODRIGUES, 2012, p. 93). E um apontamento revelado por Sampaio (2014, s/p) está relacionado com as obras estrangeiras, em que a autora observou maior abertura para a significação “dos corpos que fogem dos padrões adotados como bons comportamentos”, no entanto, é mantida a percepção da heteronormatividade.

A orientadora Profa. Dra. Debus, em seus projetos de pesquisa e produções científicas, dedicou-se aos estudos com a literatura infantil e juvenil, temática africana e afro-brasileira na literatura infantil e juvenil, formação de leitores, formação de professores e leitura literária. Orientou 3% (2) investigações que tomaram direcionamentos diferentes, pois Spengler (2017) tomou os livros de imagem como objeto de estudo para conceituar e analisar as obras do PNBE classificadas como livros de imagem. Já Bernardes (2018) apropriou-se do PNBE 2008 ao PNBE 2010 para mapear e analisar a representação textual e visual da cultura africana e afro-brasileira expostas nos livros literários do Programa.

Bernardes (2018) chamou a atenção para a baixa inserção de obras literárias com a

temática étnico-racial nos acervos do PNBE, situação que não pode ser justificada por restrição no mercado editorial, pois argumentou que há uma variedade de livros publicados. Essa conclusão da autora nos leva a refletir sobre os editais, sobre a presença das editoras de grande e de menor porte, sobre a intensificação de livros com autorias reconhecidas, assim como sobre a atenção dada para títulos que discursam sobre a diversidade, pois os editais são condutores da inscrições e conseqüentemente das produções literárias no mercado.

A orientadora Profa. Dra. Farbiarz, com interesse em estudos sobre o Design como construtor e coautor de sentidos sociais, orientou 3% (2) das produções acadêmicas: Lacerda (2013; 2018) no mestrado e doutorado com a abordagem do design dos livros literários do PNBE. Intencionaram identificar e compreender o lugar ocupado pelo projeto gráfico na formação visual do leitor, assim como na avaliação da obras na fase de seleção para a composição dos acervos. E Lacerda (2013, 2018) definiu a invisibilidade para os elementos do Design, tanto na produção do livro quanto na utilização desse recurso na prática pedagógica.

A orientadora Profa. Dra. Zappone orientou 3% (2) das produções a partir do desenvolvimento do projeto de pesquisa intitulado “Narrativa juvenil brasileira contemporânea no acervo PNBE 2013: um estudo das representações sociais (violência) e das narrativas infanto e juvenil brasileira”. Sua orientanda Gonçalves (2016), com o acervo do PNBE 2013, desenvolveu uma comparação entre as obras literárias do Programa e os best-sellers da indústria cultural. Desse modo, observou a existência de diferenças na apresentação dos personagens: apontou que as narrativas da LIJ nacional “preveem um tipo de leitor socialmente colocado quando ainda prioriza as representações de imagens legitimadas da sociedade, excluindo contextos sociais outros em que os jovens estão inseridos” (GONÇALLES, 2016, s/p); enquanto os best-seller retratam a diversidade social abordando os “temas próprios da adolescência – como aventura, rivalidade, afrontas, sentimentalismo, amor, angústia, morte – e talvez por priorizarem a construção de uma subjetividade autônoma e real, sejam a preferência de leitura desses jovens adolescentes” (GONÇALLES, 2016, p. 127).

Já a pesquisa de Souza (2016), por meio dos acervos do PNBE 2013, analisou a representação das violências⁷⁷ na obras literárias. Seus resultados revelaram que o machismo e a xenofobia são balizadores para a efetivação da violência, que surgem dos interesses de adultos por uma submissão de crianças e adolescentes para praticar a segregação e evidenciar

⁷⁷ Souza (2016) faz a opção pelo termo pluralizado por entender que existem vários contextos para a violência.

o sujeito privilegiado. Outro aspecto observado nas narrativas foi a presença predominante de personagens brancos de classe média e do sexo masculino, enquanto outras representações eram apagadas e silenciadas, como o jovem pobre e negro sempre distanciado do protagonismo. A pesquisadora ainda apontou que as mulheres eram circunscritas à esfera tradicional da mulher: “função de mãe, dona de casa, vítima de abandono do homem e tem seus passos restritos ao ambiente familiar” (SOUZA, 2016, p. 152).

O conjunto apresentado no Quadro 25 se consolida em uma grande pesquisa, com aprofundamento nos subtemas analisados nos livros literários infantil e juvenil. Nas dissertações e teses, encontramos muitos aspectos em comum, como: alta incidência de personagens brancos, de classe média e com predominância masculina, sem mencionar qualquer representação de outras opções sexuais diferentes da heterossexual. E esse discurso sexual se justificaria pela função pedagógica doutrinária comumente atribuída à produção literária.

Muitas abordagens e discussões são possíveis com esse conjunto de produções e dão condições para compreender e comparar as representações sociais presentes nas obras literárias no decorrer do tempo. Para demonstração de mudança e manutenção dos discursos, trazemos a pesquisa de Fernandes (2004), que analisou como as escolas e os docentes eram apresentados nas obras do PNBE (1998-2004). E, como resultado, destacou a presença de professoras nas narrativas marcando a feminilização do magistério, o papel de segunda mãe e as personagens brancas, pobres, jovens, solteiras e heterossexuais.

O desprestígio social, a precariedade do trabalho e a pobreza formalizavam a existência da profissão docente. Desde o início dos anos 1990 a pesquisadora já revelava os discursos únicos sobre a diversidade sexual e de gênero presentes nas obras literárias. E hoje, 2021, ainda estamos na luta pelo direito de abordagem a esses temas em sala de aula, enquanto muitos impõem e censuram o encontro das crianças e jovens com essas histórias e conhecimentos “reais” da nossa sociedade, pois a unicidade não é nem de longe a realidade em que vivemos.

Seguimos com a exposição do Quadro 25, com a nomeação e as informações das pesquisas classificadas na subcategoria *Análise de livros literários*.

Quadro 26 - Dissertações e teses com temática *Análise de livros literários*

Continua.

Nº	Pesquisadora(or) Ano de defesa	IES	Título	Nível de titulação	Orientadora(or)
1	FERNANDES, C. R. D. (2004)	UNICAMP	"Práticas de leitura escolar no Brasil: representações da escola, de professores e do ensino na literatura infanto-juvenil a partir dos anos 80"	D	LAJOLO, M. P.
2	KAERCHER, G. E. P. da S. (2006)	UFRGS	O mundo na caixa: gênero e raça no Programa Nacional Biblioteca da Escola - 1999	D	MEYER, D. E. E.
3	ULUP, N. (2007)	UFRJ	Livros de imagens e formação literária e primeiro segmento do Ensino Fundamental	MA	ANDRADE, L. T. de
4	MONTEIRO, T. (2007)	UERJ	Era uma vez... Uma construção discursiva do conceito de qualidade na literatura infantil e juvenil	MA	DAHER, M. del C. F. G.
5	FERREIRA, L. C. da S. (2008)	UNB	A personagem do conto infanto-juvenil brasileiro contemporâneo: uma análise a partir das obras do PNBE/2005	MA	GOMES, A. L.
6	RODRIGUES, L. N. (2009)	UFBA	A literatura infanto juvenil afro-brasileira e a lei 10.639: um olhar sobre as obras adotadas pelo PNBE/MEC 2005	MA	CESAR, A. L. S.
7	COSTA, C. D. M. da (2009)	UFMG	Literatura premiada entra na escola? A presença dos livros premiados pela FNLIJ, na categoria criança, em bibliotecas escolares da rede municipal de Belo Horizonte	MA	PAIVA, A.
8	VENÂNCIO, A. C. L. (2009)	UFPR	Literatura infanto-juvenil e diversidade	MA	SILVA, P. V. B. da
9	ESPEIORIN, V. M. (2010)	UCS	Educação pelo poético: a poesia na formação da criança	MA	RAMOS, F. B.
10	ARAÚJO, D. C. de (2010)	UFPR	Relações raciais, discurso e literatura infanto-juvenil	MA	SILVA, P. V. B. da
11	PAULA, F. F. de (2010)	UFGD	Literatura infantojuvenil e políticas públicas de leitura: um estudo do projeto Literatura em minha casa	MA	FERNANDES, C. R. D.
12	LEMOS, H. D. (2010)	UFMG	A dinâmica das interações visuais e verbais no livro produzido para crianças: um olhar sobre o PNBE 2005	D	PAIVA, A.
13	TEIXEIRA, M. G. S. (2011)	UFMG	Catálogos de editora de literatura infanto juvenil: uma leitura	MA	PAIVA, A.
14	CARETTI, L. da S. (2011)	UFSCAR	Concepções de relação ser humano-natureza nos livros de literatura infantil para o Ensino Fundamental do Programa Nacional Biblioteca da Escola 2008	MA	ZUIN, V. G.
15	SOUZA, F. C. de (2011)	USP	Como lobo na pele de cordeiro": discursos das diferenças em textos narrativos infantis sobre a pessoa com deficiência.	MA	PRIETO, R. G.
16	OLIVEIRA, V. C. de S. de (2011)	UFPR	Educação das relações étnico-raciais e estratégias ideológicas no acervo do PNBE 2008 para educação infantil.	MA	SILVA, P. V. B. da
17	RODRIGUES, P. R. S. (2012)	UFPB	Infância negra: uma análise da afirmação da identidade étnica a partir dos livros infantis".	MA	AQUINO, M. de A.
18	SILVA, H. P. (2012)	UFPR	Pragmática da comunicação: uma análise do politicamente correto da literatura infantil.	MA	OLIVEIRA, J. A. D.
19	BUENO, G. K. dos S. (2012)	UFGD	Representação da professora na literatura infantojuvenil do PNBE/2008	MA	FERNANDES, C. R. D.
20	IGUMA, A. de O. (2012)	UFGD	Representações de leitura na literatura infantojuvenil: um estudo do PNBE - 2009	MA	FERNANDES, C. R. D.

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2021).

Quadro 25 - Dissertações e teses com temática *Análise de livros literários*

Continua.

Nº	Pesquisadora(or) Ano de defesa	IES	Título	Nível de titulação	Orientadora(or)
21	LOPES, N. R. (2012)	UNESP	Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) 2010: personagens negros como protagonistas e a construção da identidade étnico-racial	MA	ARENA, D. B.
22	SANTOS, G. A. G. dos (2013)	USP	Personagens negros, protagonistas nos livros da educação infantil: estudo do acervo de uma escola de educação infantil do município de São Paulo	MA	NASCIMENTO, M. L. B. P.
23	LACERDA, M. G. (2013)	PUC/RIO	Design na leitura: uma possibilidade de mediação entre o jovem e a leitura literária	MA	FARBIARZ, J. L.
24	HOKI, E. de A. P. (2014)	UFGD	Escrita e escritores na ficção de Lygia Bojunga dentro do acervo PNBE	MA	FERNANDES, C. R. D.
25	MAIA, E. T. da (2014)	UFGD	Mediadores e práticas de leitura literária: um estudo do acervo PNBE	MA	FERNANDES, C. R. D.
26	PEREIRA, I. S. S. (2014)	UNISUL	Literatura infantil na perspectiva dos estudos culturais: por uma infância plural	MA	JULIANO, D. B. R.
27	BARREIROS, R. C. (2014)	UFBA	Literatura infantojuvenil afro-brasileira: uma leitura de os reizinhos de congo	D	VIEIRA, N. R. F.
28	ROS, E. C. V. (2014)	UNICSUL	Catálogo PNBE: divulgação ou formação?	MA	GEBARA, A. E. L.
29	BUFFON, E. C. (2014)	UCS	Leitura de histórias em quadrinhos do PNBE 2012: a turma do Pererê	MA	RAMOS, F. B.
30	SAMPAIO, L. O. L. (2014)	UFPB	Materialidades e subjetividades dos corpos encarnados - análise das narrativas escritas para crianças - acervo do PNBE/2012	D	AQUINO, M. de A.
31	PORCIUNCULA, R. F. (2014)	UFPEL	As ideias raciais na obra de Monteiro Lobato	MA	SPAREMBERGER, A.
32	SILVA, R. B. da (2014)	USP	Representações da temática afro-brasileira na literatura infantil e juvenil: entre a escolarização da produção literária e a estetização das demandas escolares	MA	GREGORIN FILHO, J. N.
33	ARAÚJO, D. C. de (2015)	UFPR	Literatura infanto-juvenil e política educacional: estratégias de racialização no Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) 2015	D	SILVA, P. V. B. da
34	VERAS NETO, A. (2015)	UFPE	Com a delicadeza necessária: o discurso de gênero e sexualidade em livros de literatura infantil	MA	CARVALHO, R. T. de
35	TAVARES, E. C. C. (2015)	UFPR	Faca sem ponta, galinha sem pé, homem com homem, mulher com mulher: quem defende a personagem queer nos livros para a infância - Curitiba 2015	D	CESAR, M. R. de A.
36	LIMA, L. A. M. de (2015)	UNB	Traduções para a primeira infância: o livro ilustrado traduzido no Brasil	MA	SOUSA, G. H. P. de
37	MORENO, J. L. B. (2015)	FURG	Presença da infância negra nos livros de literatura infantil veiculados no Programa Nacional Biblioteca da Escola	MA	MOTA, M. R. A.
38	SCARAVONATTI, G. (2015)	UFT	¿Boneca de pano é gente/sabugo de milho é gente?; e Tia Anastácia, seria gente? A disputa em torno da personagem Lobatiana a partir de sua inserção nos acervos do Programa Nacional Biblioteca da Escola	MA	RAMOS JUNIOR, D. V.
39	VOLMER, L. (2015)	UCS	Mostrar? Esconder? Seduzir? O papel do narrador em obras do PNBE 2010	D	RAMOS, F. B.
40	BITAZI, F. I. (2015)	UPM	Clássico literário e adaptação em quadrinhos: uma possibilidade para a formação estético-discursiva do jovem leitor	D	ALVAREZ, A. G. R.

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2021).

Quadro 25 - Dissertações e teses com temática *Análise de livros literários*

Continua.

Nº	Pesquisadora(or) Ano de defesa	IES	Título	Nível de titulação	Orientadora(or)
41	BATTISTI, R. (2015)	URI	A representação feminina em obras da literatura juvenil brasileira do século XXI: um olhar sobre protagonistas adolescentes de narrativas que integram o PNBE/2013	MA	PORTO, A. P. T.
42	GUERRA, M. P. R. (2015)	UFES	O leitor e a literatura juvenil: um diálogo entre os prêmios literários Jabuti e FNLIJ e o Programa Nacional Biblioteca da Escola	MA	SALGUEIRO, M. A. D.
43	MADEIRA, T. F. L. (2016)	UFSCAR	Educar para as relações étnico-raciais: mudanças no campo normativo e o impacto no mercado editorial	D	SILVERIO, V. R.
44	ARAÚJO, M. M. M. (2016)	UNIVALI	O livro de imagem: análise estética do PNBE 2014	MA	CARVALHO, C.
45	ALMEIDA, J. de D. (2016)	ULBRA	Representações racializadas na literatura infanto-juvenil: o PNBE/2013 e uma pesquisa com jovens leitores	MA	KIRCHOF, E. R.
46	MARTINHAGO, D. B. (2016)	UNESC	As representações do negro na literatura infantil: algumas leituras do acervo do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) do ano de 2013	MA	CABRAL, G. da S.
47	LEONARCZYK, E. (2016)	UEM	A(s) violência(s) na literatura infantojuvenil brasileira: uma análise a partir do PNBE 2013	MA	ZAPPONE, M. H. Y.
48	SOUZA, J. A. E. de (2016)	UFGD	A poesia infantojuvenil do PNBE 2013 para o Ensino Fundamental II	MA	FERNANDES, C. R. D.
49	LIMA, M. F. de (2016)	UFGD	Representações de escrita e leitura no acervo do Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE/2013	MA	FERNANDES, C. R. D.
50	FRANCISCATI, J. de B. (2016)	UFGD	Representação de avós mediadores de leitura em obras de literatura infantil no PNBE	MA	FERNANDES, C. R. D.
51	GONCALLES, M. C. (2016)	UEM	Reconhecendo as escolhas de leitura dos jovens: best-seller não é boa leitura?	MA	ZAPPONE, M. H. Y.
52	LEONARDI, S. E. R. (2016)	UFPR	A literatura marginal-periférica e sua inserção no Ensino Médio	D	BUFREM, L. S.
53	SILVA, E. M. A. da (2016)	UFRGS	Era uma vez... A literatura infantil que circula na escola: uma análise de edições adaptadas de contos de fadas	MA	SILVEIRA, R. M. H.
54	MORESCHI, M. T. (2017)	UNISO	Construção ética no cotidiano escolar infantil: um olhar sobre os livros do PNBE 2014	MA	NOGUEIRA, E. J.
55	BASTOS, L. R. L. (2017)	UFMG	Adaptação em HQ no ensino de história: uma análise sobre a condição feminina na sociedade brasileira oitocentista a partir das personagens D. Evarista e Bertoleza	MP	CUNHA, M. A. de A.
56	ATHAYDE, A. B. A. (2017)	UENP	A temática afro-brasileira no Programa Nacional Biblioteca da Escola nos Anos Finais do Ensino Fundamental: uma intervenção midiática para o letramento literário	MP	BRANDILEONE, A. P. F. N.
57	DORNELLES, K. M. S. (2017)	UFGD	Representações indígenas no PNBE 2014	MA	FERNANDES, C. R. D.
58	SILVA, M. R. (2017)	UFMS	A literatura infantil e as relações etnicorraciais: o PNBE 2014	MA	SILVA, A. S. da

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2021).

Quadro 26 - Dissertações e teses com temática *Análise de livros literários*

Continua.

Nº	Pesquisadora(or) Ano de defesa	IES	Título	Nível de titulação	Orientadora(or)
59	PASCUALI, D. C. dos S. (2017)	UNICAMP	Gênero graphic novel: histórias para uma nova geração de leitores	MA	FERREIRA, N. S. de A.
60	SPENGLER, M. L. P. (2017)	UFSC	Alçando vôos entre livros de imagem: o acervo do PNBE para a educação infantil	D	DEBUS, E. S. D.
61	MARCAL, C. (2017)	UNIOESTE	As emoções e sentimentos na literatura infantil: perspectiva Vigotskiana	MA	ANDRE, T. C.
62	OLIVEIRA, M. R. de (2018)	UNESPAR	Princesas subversivas? Literatura infantil contemporânea sob a perspectiva dos estudos de gênero	MA	CAMPOI, I. C.
63	LACERDA, M. G. (2018)	PUC/RIO	A formação visual do leitor por meio do design na leitura: livros para crianças e jovens	D	FARBIARZ, J. L.
64	RUIZ, U. C. de A. (2018)	UNESP	Literatura de temática africana e afro-brasileira no PNBE do Ensino Fundamental II: um estudo sobre o conto popular de matriz africana	MP	FERREIRA, E. A. G. R.
65	ALMINO, J. da S. (2018)	UFGD	Representações de personagens indígenas de autoria indígena nas obras do PNBE/2006	MA	FERNANDES, C. R. D.
66	LIMA, R. B. de (2018)	UFPE	Diversidade religiosa na literatura infantojuvenil brasileira: uma análise do acervo do PNBE 2013	MA	OLIVEIRA, G. G. S. de
67	SILVA, C. S. C. (2018)	UFG	Novas leituras, histórias de outrora: transposição de obras clássicas para o gênero graphic novel.	MA	CARRIJO, S. A. B.
68	BERNARDES, T. V. M. (2018)	UFSC	A literatura de temática africana e afro-brasileira nos acervos do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) para a educação infantil	MA	DEBUS, E. S. D.
69	BITTENS, C. M. R. V. (2018)	PUC/SP	O universo literário ao alcance daqueles que ainda não lêem: tendências contemporâneas da literatura para bebês	MA	NAVAS, D.
70	QUEIROZ, S. T. de (2018)	UFRPE	A religiosidade afro-brasileira na literatura infanto-juvenil: uma análise do Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE (2004-2014)	MA	BOTELHO, D. M.
71	ALCARAZ, R. de C. M. (2018)	UFPR	Políticas de leitura para a infância no município de Curitiba: o livro como direito à promoção da igualdade racial	D	SILVA, P. V. B. da
72	MOTTA, A. C. A. (2018)	UNICAMP	Um estudo sobre a produção literária infantojuvenil do escritor brasileiro Elias José (1936-2008): uma trajetória construída por muitas obras	MA	OMETTO, C. B. de C. N.
73	SILVA, T. M. da (2018)	UFAC	Um curumim na Amazônia: as representações da cultura indígena em Yaguarê Yamã	MA	MENDES, F. M. M.
74	SILVA, L. C. e (2018)	UFPR	Meninas negras na literatura infantojuvenil: escritoras negras contam outra história	MA	SILVA, P. V. B. da

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2021).

Bueno (2012), orientanda da Profa. Dra. Célia Fernandes, investigou a presença de professoras(es) em obras literárias do acervo do PNBE 2008. Com livros diferentes e em anos diferentes, Bueno (2012) ainda encontrou características percebidas por Fernandes (2004), ou seja, marcas da representação feminina, com professoras brancas, com projeção da imagem materna. A partir disso, Bueno (2012) expôs a existência de narrativas que impõem a ideologia da classe dominante. E concluiu que os estudos com análise de livros literários contribuem para a percepção desses discursos e para a ampliação do nosso olhar sobre o outro, a fim de desconstruir as amarras das diferenças sociais e dos personagens totalmente estereotipados, seja a mulher, a criança, o negro, o indígena, o deficiente, a relação familiar e outros.

Em relação aos elementos de análise, verificamos que 39% (29) das produções acadêmicas dedicaram-se à análise das questões étnico raciais, sendo que 35% (26) abordaram a questão afro e 4% (3) a indígena. Outras pesquisas 22% (20) analisaram gênero textual (HQ, poesia e Graphic Novel), representação (escola, docente, avós, escrita, leitura, autoria, feminina, gênero e sexualidade, mediadores e práticas, narrador, personagens, religião, violência, infância e deficiência) e características das obras (suporte, ilustração, projeto gráfico, texto verbal e visual, livros premiados, best-sellers, livro de imagem, livro ilustrado, tendências literárias para bebês e catálogos das editoras).

Essas são pesquisas relevantes que mostram que a literatura infantil e juvenil possibilita aos leitores o confronto com as representações da diversidade e de vários elementos. Além disso, esses estudos nos ajudam a confrontar perceber, concordar e refletir sobre isso tudo para desconstruir dentro e fora da literatura, conforme defendem as(os) pesquisadoras(es), os discursos únicos sobre cultura, sexo, raça, religião e outros).

O livro *A diferença na literatura infantil: narrativas e leituras*, de Silveira et al. (2012), foi selecionado para compor o acervo do PNBE do professor 2013 e teve a participação de várias(os) pesquisadoras(es) presentes no *corpus* de estudo: discentes, Gládis Kaercher e Iara Bonin; e orientadoras(es), Edgar Kirchof e Rosa Silveira. A obra está organizada para apresentar análise das temáticas: etnia, gênero, deficiência, idade, orientação sexual, configurações corporais e marcas no corpo. E, de forma complementar, expõe estratégias de ensino para proporcionar o encontro das crianças com a literatura infantil e com a representação desses temas.

Outros estudos abarcaram as características das obras em aspectos de qualidade, potencialidade dos gêneros (poesia, HQ, Graphic Novel), autoria e contexto de produção, e reafirmaram a importância dos livros literários para o trabalho pedagógico com as(os)

estudantes (BASTOS, 2017; BITAZI, 2015; BUFFON, 2014; ESPEIORIN, 2010; PASCUALI, 2017; SILVA, 2018). Já outros estudos focaram o projeto gráfico, os tipos de livros (livros ilustrado e livros de imagem), o texto visual para reconhecimento e seu valor dentro do contexto da formação do leitor (ARAÚJO, 2016; LACERDA, 2013; 2018; LEMOS, 2010; LIMA, 2015; SPENGLER, 2017).

E no âmbito de todas essas investigações, percebemos que os resultados apontaram para a importância da diversidade de tipos de obras literárias na formação do sujeito leitor. Daí novamente a importância primordial do docente, que será um dos condutores dos livros literários até a sala de aula com ações práticas para a circulação e uso dos acervos, tanto os de origem do PNBE como os de aquisição própria da instituição ou de doação por terceiros.

Até aqui, já percorremos o Programa relacionando-o com a política pública, com a biblioteca escolar, com a formação docente, com a análise de livros literários. E consideramos os seguintes pontos: distribuição de materiais de leitura para as escolas; espaço para armazenar, divulgar e utilizar o acervo; importância e necessidade da formação docente; compreensão dos elementos e representações sociais existentes na obra literária.

4.7 Prática Pedagógica

A chegada de um acervo literário nas escolas públicas traz indicação da utilização dos livros literários nas propostas pedagógicas desenvolvidas com e para as(os) estudantes. No entanto, as pesquisas acadêmicas e os relatórios do MEC e TCU apontaram a ausência da circulação dessas obras, situação que caracterizou o PNBE como uma ação de distribuição, sem intencionalidade para a formação da(o) leitora(or), visto que a sua previsão e organização atuava apenas no campo de avaliar, selecionar, adquirir e entregar.

Diante disso, em todo período de vigência, a bandeira de acompanhamento e articulação com a formação docente era defendida e apresentada como essencial para a implementação do Programa. Isso porque não podemos pensar em prática pedagógica sem relacionar a ação docente com as obras literárias, isto é, sem que as(os) mediadoras(es) conheçam os elementos da obra: narrativa literária, ilustração, materialidade dos livros, discursos, paratextos e outros. Só assim é que pode haver um planejamento e desenvolvimento de uma ação de leitura.

Nessa perspectiva, no contexto educacional e acadêmico, essa temática sobre a prática de ensino, leitura, mediação e escrita transitam frequentemente em discussões sobre as necessidades de avanço da aprendizagem, as fragilidades e o “fracasso escolar”, as

potencialidades em um planejamento pedagógico e a afirmação ou negação de concepções teóricas e/ou metodológicas.

Segundo Gatti (2013, p. 94), a atuação docente se estabelece por meio de um processo comunicacional, “que requer formas didáticas que possam dar suporte adequado à aprendizagem efetiva” em diferentes estudantes. Desse modo, a autora argumenta que “práticas geram teorização e teorizações geram práticas”, ou seja, uma relação dialética entre teoria e prática, que não deveria se separar, nem ser vista como algo imutável (GATTI, 2013, p. 94).

Existe uma grande busca de docentes e pesquisadoras(es) sobre o ensinar a ensinar, o que nos leva a concordar com Mizukami (2013, p. 23): “a docência é uma profissão complexa e, tal como as demais profissões, é aprendida”. Essa concepção do aprender a aprender, aprender a ensinar, aprender a ser professor e de se desenvolver profissionalmente são processos construídos por toda a vida (MIZUKAMI, 2013). E, portanto, passam a mobilizar pesquisas com prática pedagógica, muitas vezes organizada para observar e analisar a ação docente em diferentes situações: mediadas por conteúdos, recursos, metodologias, comportamentos, entre outros. Além disso, as investigações podem planejadas para intervir com práticas de ensino, procedimentos metodológicos e para propor ações pedagógicas ancoradas em determinadas concepções de educação.

Para Gatti (2013, p. 100), “concepções diferentes geram formas diferentes na proposição dos processos de ensino e de formação e no desenvolvimento das investigações”. É nesse contexto que averiguamos a motivação e a existência das pesquisas nessa subcategoria *Prática Pedagógica*. Para exemplificação, citamos a pesquisa de mestrado intitulada “A mediação docente como estratégia para o aprimoramento da competência leitora”, de Gutierres (2010), que, com algumas obras do acervo do PNBE 2009, planejou e desenvolveu uma oficina de leitura de contos literários. A proposta foi direcionada para as(os) estudantes do Ensino Médio e organizada com atividades de pré-leitura, leitura e pós-leitura.

Como resultado, Gutierres (2010, p. 122) destacou que o planejamento de leitura fundamentado nas estratégias e “as atividades relativas aos contos, cujas bases estão Estética da Recepção, renderam resultados significativos, já que evidenciaram o aprimoramento da competência leitora-literária do público, percebida por suas produções no decorrer da leitura” e na fase final com uma avaliação.

Essas pesquisas com propostas didáticas são relevantes para a(o) professora(or), afinal, segundo Gutierres (2010, p. 126), em seu estudo com alunos do Ensino Médio, “o

estudante precisa ser ‘ensinado’ a ler e traduzir a literatura, já que é efetivamente pela prática que a(o) estudante constitui-se leitor proficiente”, assim como a(o) professora(or) precisa ser instrumentalizado com propostas didáticas. A pesquisadora reconheceu que o eixo central da sua dissertação consistia justamente em subsidiar práticas didáticas com os textos literários na sala de aula.

Em outras investigações, os dados indicadores apontam a dificuldade de professoras(es) em trabalhar com os aspectos estéticos dos livros literários. Para Ló (2011), a leitura literária tem recebido um tratamento distanciado da essência e apropriação do textos literários, pois é comum um uso padronizado sem uma atenção para a sua potencialidade formativa.

Paulino (2004), em seu artigo “Saberes literários como saberes docentes”, defende que o professor deve retomar seus saberes funcionais, disciplinares, curriculares, experienciais, sociais e pedagógicos do professor, necessários para o exercício da profissão, e agregar o saber literário. Isso possibilitaria a legitimação acadêmica em pensar e organizar um espaço para a literatura nas licenciaturas. Porém, essa ausência formativa impõem algumas indagações: Como ensinar o que não aprendemos? Como promover experiências significativas com os textos literários se o próprio docente não teve essa vivência?

A fragilidade das(os) professoras(es) em trabalhar com as obras literárias foram apontadas desde o PNSL/BE (1984-1997), prosseguiu com o PNBE (1997-2017) e continua. No entanto, sabemos que sair desse “lugar” requer ações educacionais e políticas com a legitimação, decisão, interesse e participação de múltiplos atores e instituições. No âmbito da necessidade formativa, retomamos a existência do PNBE do Professor 2010 e 2013, com a distribuição de obras teóricas e metodológicas contemplando todas as áreas e nível de titulação. Especificamente, para as práticas de ensino com abordagem da leitura, escrita, literatura, alfabetização, letramento, era possível encontrar vários títulos para o uso na formação centrada na escola, na formação continuada, na autoformação e na formação entre os pares. Entretanto, as investigações de Silva (2014), Brandão (2016), Cintra (2017) e Piedade (2018) indicaram que os acervos ficaram estagnados nas bibliotecas escolares.

Dentro desse contexto, o Quadro 26 apresenta as dissertações e teses com a temática *Prática Pedagógica*.

Quadro 27 – Dissertações e teses com temática Prática Pedagógica

Continua.

Nº	Pesquisadora(or) Ano de defesa	IES	Título	Nível de titulação	Orientadora(or)
1	BARRETO, T. R. F. (2008)	PUC/SP	O gênero textual tira em vestibular: uma análise de questões de leitura e compreensão	MA	ELIAS, V. M. Da
2	GUTIERRES, A. (2010)	UCS	A mediação docente como estratégia para o aprimoramento da competência leitora	MA	RAMOS, F. B.
3	LÓ, J. E. D. (2011)	UCS	Educação literária pela mediação: estudo aplicado no primeiro ano do Ensino Fundamental	MA	RAMOS, F. B.
4	GRAMACHO, R. L. De A. (2013)	UFBA	Literatura e ensino: professores e poetas na construção de saberes	MA	ARAPIRACA, M. De A.
5	OLIVEIRA, L. G. De (2013)	UCS	Leitura de narrativas visuais e verbos-visuais no PNBE 2010	MA	RAMOS, F. B.
6	CARLOTTO, O. B. (2013)	UCS	Contribuições da revista ciência hoje das crianças para o letramento	MA	RAMOS, F. B.
7	NUNES, M. F. (2013)	UFRGS	Leitura mediada do livro de imagem no Ensino Fundamental: letramento visual, interação e sentido	D	PILLAR, A. D.
8	CELINSKI, G. M. V. (2014)	UFPR	Revista ciência hoje das crianças: um estudo sobre potencialidades e fragilidades educativas da comunicação da ciência no âmbito escolar	MA	LIMA, M. R. del V. de
9	SILVEIRA, R. C. Da (2014)	UNESP	Educação literária na educação infantil: o livro nas mãos de professoras e educadoras de Araçatuba/SP	MA	SOUZA, R. J. De
10	SILVA, J. S. Da (2014)	UESPI	El Quijote en la proeza de Ferreira Gullar: uma leitura da adaptação literária de Dom Quixote de la mancha, de Miguel de Cervantes, para leitores juvenis	MA	CARVALHO, D. B. A. de
11	OLIVEIRA, G. S. De (2015)	UFMG	A recepção da poesia de Sérgio de Castro Pinto no Ensino Médio	MA	ALVES, J. H. P.
12	NEGRI, A. S. De (2014)	UCS	Letramento no compasso da poesia: experiência pedagógica em uma turma de 1º ano do Ensino Fundamental	MA	RAMOS, F. B.
13	CARLETO, E. A. (2014)	UFU	Literatura infantil como espaço de formação: um estudo com obras de Ruth Rocha	D	GUIMARÃES, S.
14	SILVA, E. V. K. Da (2015)	UNIOESTE	Recontos do PNBE 2012: efetivando a mediação de leitura	MA	LOTTERMANN, C.
15	MARANGONI, M. C. T. (2015)	UCS	Brincadências com a poesia infantil: um quintal para o letramento poético	D	RAMOS, F. B.
16	WERLANG, S. D. (2015)	UCS	Alfabetização e letramento mediados pela literatura infantil, no 1º ano do Ensino Fundamental	MA	RAMOS, F. B.
17	CALLIARI, E. A. da S. (2015)	UESC	As sequências didáticas como estratégia para o letramento literário	MP	RODRIGUES, I. De
18	BATISTA, M. O. (2016)	UFMG	A poesia de Alice Ruiz: entre a prática de leitura e a recepção	MA	ALVES, J. H. P.
19	BORELLA, T. (2016)	UNESP	Desenvolvimento da linguagem infantil à luz da teoria histórico-cultural: contribuições de práticas literárias na primeira infância	MA	VIOTTO FILHO, I. A.
20	ALVES, K. F. (2016)	UCS	Literatura e estratégias de leitura no Ensino Médio: análise de proposta para a formação de leitores autônomos	MA	RAMOS, F. B.

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2021).

Quadro 26 – Dissertações e teses com temática Prática Pedagógica

Continua.

Nº	Pesquisadora(or) Ano de defesa	IES	Título	Nível de titulação	Orientadora(or)
21	MARSON, I. C. (2016)	UENP	Didática da leitura subjetiva: o sujeito leitor no ensino de leitura na escola	MP	BRITO, L.
22	ANDRADE, F. F. (2016)	UERJ	O fazer literário nos labirintos do sonho	MA	MOTTA, M. A
23	LIRA, T. G. De S. (2016)	UFPB	Leitura do texto literário no Ensino Fundamental II: a formação de leitores por meio do gênero conto	MP	SANTOS, L. A
24	CUNHA, N. C. Da S. A. (2017)	UECE	A (não) apresentação de elementos da composição artística em audiodescrições de pinturas em livro didático acessível: uma descrição à luz de modelo sistêmico-funcional	MA	PRAXEDES FILHO, P. H. L.
25	LACERDA, A. da C. (2018)	UFF	História em quadrinhos como ferramenta de ensino para divulgação dos benefícios tecnológicos e biotecnológicos na perspectiva da surdez desde a organização da primeira escola para surdos no Brasil	MA	SANTOS, D. O.
26	SANTOS, J. A. dos (2016)	UFBA	A mediação da leitura literária no projeto leitura com infinito novelo de tantas tramas e cores	MA	ARAPIRACA, M. De A.
27	AGLIARDI, D. A. (2016)	UCS	Ler um livro de capa a capa: experiências de leitura com estudantes da educação de jovens e adultos	D	RAMOS, F. B.
28	LORENZET, F. L. (2016)	UCS	Leitura literária da narrativa visual na educação infantil	MA	RAMOS, F. B.
29	GABRIEL, T. F. (2016)	UENP	Estratégias de leitura literária para a formação do leitor: PNBE e sala de leitura no contexto paulista	MP	VALENTE, T. A.
30	MAZUR, R. A. B. (2017)	UENP	Método comunicacional: proposta de ensino de literatura	MP	VALENTE, T. A.
31	SILVA, T. G. Da (2017)	UNIUBE	O ensino de ciências por meio de textos literários: dos conceitos espontâneos aos conceitos científicos	MA	BORTOLANZA, A. M. E.
32	SOARES, P. C. (2017)	PUC/SP	Leitura literária no ciclo alfabetizador: repercussões das políticas educacionais no chão da escola pública municipal de Araçatuba/SP	D	CHIZZOTTI, A.
33	VINTER, R. B. (2017)	UFES	(Não) leituras de obras literárias em contexto escolar: um estudo de caso a partir de versão integral e adaptações de <i>O cortiço</i> , de Aluísio Azevedo	MA	CARVALHO, R. N. B. de
34	DALENOGARE, R. A. (2017)	UCS	Livro de poesia no Ensino Médio: possibilidades de análise	MA	RAMOS, F. B.
35	SANTOS, I. B. Dos (2017)	UNESC	Educação, infâncias e literaturas: ouvindo meninas negras a partir de algumas leituras (EMEIF. Oswaldo Hülse, Criciúma/SC)	MA	COSTA, M. De A.
36	MORAES, A. C. De (2018)	UENP	A representação feminina na obra a mocinha do mercado central, de Stella Maris Rezende (2011): uma proposta para a educação literária	MP	BRANDILEONE, A. P. F. N.
37	BARBOSA, A. C. B. (2018)	UNIUBE	A constituição da atitude leitora: uma intervenção pedagógica com crianças de 1º ano do Ensino Fundamental	MA	FREIRE, R. T. J.
38	SANTOS, E. P. Dos (2018)	UFRN	A mediação do livro ilustrado de literatura infantil: ver, pensar e fazer artes visuais na escola	MA	AMARILHA, M.
39	HUNING, R. I. (2018)	UFFS	A leitura, o texto e o programa nacional biblioteca na escola: intrincada relação para o processo de construção da compreensão em leitura	MA	KRATOCHVIL, C. F.

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2021).

No conjunto das 39 produções acadêmicas na subcategoria Prática Pedagógica, encontramos 26 orientadoras(es), sendo que quatro tiveram mais de uma investigação, são elas: RAMOS, com 11 (28%), ALVES, com 2 (5%), ARAPIRACA, com 2 (5%) e VALENTE, com 2 (5%). Contudo, há 22 docentes com apenas uma pesquisa no *corpus* desse grupo. No geral, as(os) orientandas reponsáveis pelas dissertações ou teses trouxeram aproximações em relação à concepção de leitura, pois não consideravam o ler enquanto decodificação. Para Marangoni (2015, p. 21), “o sujeito que lê encontra-se implicado num processo de coautoria, uma vez que, ao interagir criadoramente com o objeto escrito, preenche as lacunas existentes, e realiza, pela leitura, esquemas potenciais admitidos pela obra”.

Sob o aspecto específica do acesso aos textos literárias notamos o reconhecimento da importância de desenvolver atividades e/ou propostas que promovam o contato com obras literárias sem o viés exclusivo para o texto como pretexto. Nessa direção, Gabriel (2016, p. 37) afirma que o docente precisa ter consciência de uma literatura como “um processo de reflexão sobre o texto literário, por isso não pode ser admitido como pretexto. Por isso, é importante que o docente domine um método que possa guiá-lo na apresentação de caminhos para que tornem a leitura literária algo significativo para o aluno”.

Já Silva (2017), contrário a essa concepção, utiliza os textos literários para o ensino de conceitos científicos em Ciências Naturais, ainda que afirme que não aborda as obras literárias com caráter de pretexto. De tal modo, Silva (2017, p. 24) defende que a “articulação entre Literatura Infantil e o ensino de Ciências Naturais se torna uma opção didática para o professor trabalhar a formação de conceitos científicos, entrecruzando duas linguagens elaboradas: a literária e a científica, ambas necessárias para o desenvolvimento” das crianças.

Em relação à relevância do PNBE para as práticas de ensino, as(os) pesquisadoras(es) ressaltam a qualidade do acervo para a implementação de propostas didáticas e, de modo similar aos resultados nas outras subcategorias, destacam o desconhecimentos das obras literárias pelos professoras(es), assim como a desarticulação das ações entre governo e escola. Para Gramacho (2013), o Programa não previu apoio a projetos de formação continuada aos docentes com ênfase na leitura literária para o fortalecimento da prática pedagógica, portanto, para uma política de formação deveria garantir ações para extrapolar a fase da distribuição.

CONSIDERAÇÕES (SEM) FINAIS

Chegar ao final dessa pesquisa, por muitas vezes, era o meu maior desejo. Por um longo tempo, quatro anos, essa investigação incorporou e interferiu na minha vida pessoal, profissional, acadêmica e social e, conseqüentemente, “sacudiu” o meu psicológico. É isso mesmo, nunca tive tantas coisas tagarelando na minha cabeça, em alguns dias (ou muitos) era um falatório que não tinha fim e nem o que fizesse calar. Todo percurso resultou em muitas aprendizagens, dentro da dinâmica de aprender, desaprender e reaprender. E ainda mostrou o quanto ainda tenho para aprender.

Ao iniciar o doutorado e adentrar no mapeamento das referências de autoras(es) das dissertações e/ou teses com o Estado da Arte, encontrei o estudo do Prof. Dr. Hilário Fracalanza (1999). Ao acessar o texto completo, me deparei com um poema escrito pelo referida(o) pesquisadora(or), e suas palavras poéticas ficaram em meu pensamento, me acompanhando nesses quatro anos. Eis o poema:

CONFRONTAR

*O trabalho e
Os saberes de cada um.
Cada texto, uma leitura.
A primeira impressão. Falsa?
Depois, outras leituras,
Outros saberes.*

JUNTAR

*Muitas mãos ...
Os vários textos ...
Recortes e colagens.
Um só trabalho?*

REVIVER

*Mil formas,
Imagens alheias,
Autores e atores.
Até um só texto:
A tese.*

DESVELAR

*Urdo,
O que os outros
Pensaram, fizeram,
Até o trabalho final,
Que revela
Mas, também esconde*

Essa decisão foi se fortalecendo no decorrer da investigação, pois construí uma rede de pesquisadoras(es), em que algumas(ns) aparecem nessa pesquisa, de maneira explícita, já que estão nas referências. Outras(os) estão registradas(os) de modo implícito, porque foram minha bibliografia consultada. E Fracalanza (1999) foi um fio essencial nessa rede, pois me levou a muitas(os) autoras(es) que ampliaram os meus horizontes e abriram possibilidades para a concretização dessa investigação. E assim se explica foi a experiência dessa tese, centrada nos quatro “verbos-chave” do poema de Fracalanza: Confrontar, Juntar, Reviver e Desvelar.

Sigo nos próximos parágrafos com a apresentação dos aspectos mais relevantes de cada capítulo, a começar pelo primeiro, **Estado da Arte em Programa Nacional Biblioteca da Escola: Uma história.**

Aqui analisamos as dissertações e teses sobre/com o PNBE produzidas nos PPGs brasileiros, no intervalo de 1997 a 2018, visando compreender o Programa no contexto da sua história, da comunicação científica e dos conhecimentos produzidos nas Instituições de Ensino Superior do Brasil. Diante disso, questionamos: Qual a história do PNBE no contexto da sua vigência nos governos brasileiros, de 1997 a 2018, e qual a sua influência na construção de conhecimento e para o desenvolvimento de pesquisas nos PPGs?

No campo do Estado da Arte, a concepção de abordagem se estabelece com o desenvolvimento de pesquisa sobre pesquisas (MAINARDES, 2021) ou, nas palavras ditas por Guevara Patiño (2016, p. 166), investigação de investigações. Nessa perspectiva, a(o) pesquisadora(or) protagoniza o processo de compreender e dar sentido ao objeto de estudo que, no nosso caso, é o PNBE. Para isso, o percurso metodológico que trilhamos suscitou diversas ações, como: mapear, selecionar, nomear, organizar, classificar, analisar, verificar, analisar novamente, interpretar, descrever e representar.

Acreditamos que a pesquisa, a(o) pesquisadora(or), os objetos de estudo (PNBE, documentos oficiais, produções acadêmicas e comunidade científica), discente, orientadora(or) e os membros da banca de defesa não são neutros e estão formalizados por meio de instituições do governo federal (IES, PPG, FNDE, MEC). Além disso, compreendemos que, com a produção dessa pesquisa, participamos de uma história que resulta das relações e interações com o mundo, para o mundo e no mundo. Por isso, essa pesquisa buscou contar uma história e com a participação de todo o elenco citado.

Realizamos uma investigação no campo da Educação, porém utilizando conceitos teóricos e metodológicos de outras áreas pelas quais transitamos no percurso desta tese.

Dedicamo-nos ao registro da memória histórica e científica do PNBE e das 168 dissertações e teses que abordaram o Programa em seus estudos. Desse modo, para alcançar os objetivos específicos, estabelecemos três categorias de análise, que, para melhor entendimento, elencamos abaixo juntamente com seus respectivos objetivos.

No segundo capítulo **História do PNBE (1997-2017)** apresentamos o contexto histórico do PNBE de 1997 a 2018 para conhecer o Programa durante a vigência dos governos de FHC, Lula, Dilma e Temer, e para entender as relações estabelecidas no âmbito da comunicação científica.

O PNBE esteve vigente durante 20 anos, passando por quatro governos. Esse período de vigência do Programa poderia ter consolidado as ações como política de estado, se perpetuando como tal. Entretanto, apenas o período temporal não garantiu a essa continuidade. Durante o funcionamento do PNBE, muitas mudanças foram implementadas e, de fato, podemos considerar que as alterações ocasionaram avanço e melhoria na organização, na quantidade de escolas atendidas, na ampliação da distribuição para todos os níveis de ensino, na descentralização do processo de avaliação e no quantitativo de obras para a composição dos acervos das diferentes edições (PNBE Literário, PNBE Periódicos, PNBE do Professor, PNBE Temático e PNBE Especial).

A partir dos dados revelados, concluímos, em consonância com a literatura cinzenta, os documentos oficiais e as publicações científicas, que o PNBE não pode ser desconsiderado da significação nas políticas educacionais. Logo, a sua história precisou ser utilizada para a organização da nova ação nomeada como PNLD Literário. Assim, entendemos que o ponto essencial para uma mudança no cenário de programas de distribuição de livros literários se inicia com ator e documentos principais, isto é, o MEC e o edital.

A elaboração e publicação de editais sem a participação de profissionais e pesquisadoras(es) estabeleceram restrições para a avaliação e seleção das obras literárias, para a composição dos acervos e para a participação das editoras (pequeno e médio porte). Outro fator que interferiu na qualidade do processo foi o cronograma das etapas do Programa, que impactou na ação avaliativa e, em determinado período, provocou descontentamento com as características físicas dos livros.

No período de 1997 a 2017, as ações do PNBE não conseguiram atender às recomendações sobre o acompanhamento após a chegada dos acervos às instituições educacionais e, conseqüentemente, não houve êxito em promover a formação ou (re)organização das bibliotecas escolares. Muitas necessidades acompanharam o Programa em seus 20 anos de existência, tais como: articular as três esferas governamentais (federal,

estadual e municipal); interligar a distribuição dos livros literários com a formação docente através de outros programas ou em propostas de formação continuada; proporcionar formação adequada aos profissionais das bibliotecas escolares; e mobilizar os atores políticos para propiciar o conhecimento, divulgação e uso dos acervos pela comunidade escolar, principalmente, professoras(es) e estudantes.

Os dados do Censo Escolar sempre foram utilizados para quantificar e determinar as escolas atendidas e o necessário volume de acervos. A partir desses dados, muitas(os) pesquisadoras(es) denunciaram a falta de equidade na distribuição dos materiais do PNBE, principalmente para as instituições pequenas, do campo, indígenas, quilombolas e aquelas que são extensão de uma outra escola. Além disso, percebemos, entre o *corpus* de estudo, a busca tanto pelos direitos dos deficientes visuais na avaliação e escolha das obras no formato *Mecdaisy*, quanto pela inclusão de pesquisadoras(es) sobre a diversidade étnico-racial na elaboração do edital e no processo avaliativo.

Nessa primeira categoria, iniciamos a análise de grupos específicos da literatura cinzenta para compreender parte das pesquisas, dentro dos aspectos de edição, autoria, orientação, nível de titulação (mestrado e doutorado), IES e relação entre discentes e docentes com a história do Programa. Diante disso, verificamos que as primeiras investigações surgiram de uma conexão das(os) pesquisadoras(es) com a participação na organização e no funcionamento do PNBE. Como exemplo, citamos a Profa Dra. Marisa Lajolo, como orientadora do doutorado de Fernandes (2004), e o Prof. Dr. Luiz Britto, como orientador de Pavani (2004). Outra influência no crescimento das pesquisas sobre/com o PNBE iniciou-se em 2005, quando o MEC descentralizou as ações do Programa, tornando a UFRJ responsável pela coordenação do processo de avaliação e seleção do PNBE 2005, papel que, na sequência, foi destinado ao Ceale, do PNBE 2006 ao PNBE 2015.

Desse modo, mais pesquisadoras(es) se envolveram com o Programa. E, à medida que cada edição era organizada, com as mudanças na estrutura, na cronologia e na negociação com o mercado editorial, o PNBE ia se tornando mais visível para as pesquisas educacionais, e os docentes seguiam propondo e desenvolvendo projetos científicos com os acervos, seja como objeto de estudo, em ações práticas ou em análises das obras literárias.

A cada informação descrita, a cada quadro, tabela, rede de colaboração, fase da pesquisa e durante toda a composição da história do PNBE, trabalhamos com documentos e com as produções acadêmicas, o que nos exigia retornar, comparar e confrontar as análises. E assim, a cada encontro, nos apropriávamos dos dados com mais segurança e certeza, percebendo cada vez mais rápido qualquer detalhe ou deslize em nossa investigação.

No terceiro capítulo **Demografia das pesquisas sobre/com o PNBE (2004 – 2018)**. No capítulo 3, conhecemos o panorama da demografia da base acadêmica (dissertações e teses) sobre/com o PNBE no Brasil entre 2004 e 2018, e demonstramos as redes colaborativas construídas entre discentes, docentes, bancas examinadoras e IES da literatura cinzenta sobre/com o PNBE.

Dentro da análise de dados dos PPGs e da literatura cinzenta do *corpus* de estudo, conseguimos perceber os dois contextos, nacional e PNBE. Alguns resultados, ao serem comparados, apresentavam uma similaridade, enquanto que outros, às vezes, indicavam pouca diferença. Assim, para a construção do panorama das pesquisas, recorreremos à manipulação numérica em vários formatos, tanto em percentuais comparativos, de frequência, quanto somatórias. E, antes de decidir como seriam apresentados esses dados, simulávamos gráficos e tabelas para visualizar e compreender a melhor a representação textual e/ou visual que seria exposta.

Nesse caminhar, verificamos que a progressão cronológica de mestras(es) e doutoras(ES), de 2004 a 2018, no contexto nacional, apresentou um aumento regular e gradativo, enquanto que, no PNBE, passou por oscilações e apresentou altas e quedas. No caso dos PPGs de mestrado e/ou doutorado, consideramos que, no decorrer dos 15 anos, houve um aumento significativo no número de oferta de vagas, entretanto, existe uma disparidade numérica de programas de pós-graduação autorizados de um nível (M) para o outro (D) e, por isso, é necessário expandir essas ofertas de vaga, principalmente, nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste.

Destacamos que todas as regiões brasileiras apresentaram estudos com/sobre o PNBE, embora as dissertações e teses estivessem distribuídas de modo bastante irregular pelo país: Sul (35%) e Sudeste (36%) concentraram a maior quantidade, Nordeste apresentou 14% da literatura cinzenta, Centro-Oeste 13% e Norte apenas 2% dos estudos. Esses resultados mostram a desigualdade na divisão dos PPGs no território brasileiro. Portanto, entendemos que é necessária a ampliação de vagas nos programas de mestrado e doutorado nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Entretanto, sabemos que para alcançar a oferta de vagas nos PPGs está muito além de indicadores numéricos de quantitativo de discentes, pois é preciso adentrar em questões de investimento, interesses políticos, científicos, sociais e educacionais.

Além disso, a concentração das IES nas regiões brasileiras precisa de uma avaliação quanto a outras questões, como: abrangência das grandes áreas do conhecimento, expansão das IES, quantitativo de PPGs, concentração de pesquisadoras (es), financiamento de bolsas acadêmicas da Capes, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

(CNPq) e Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Em relação à área de conhecimento, por ser um programas de distribuição de livros para as escolas públicas da educação Básica, a Grande área dominante ficou com Ciências Humanas (58%), seguida por Linguística, Letras e Artes (35%). No entanto, ao comparamos a quantidade de PPGs em Educação (46) e em Letras (8), observamos uma diferença extremamente alta. A conclusão é de que a Grande área e a área de conhecimento de avaliação interferem nos indicadores e volumes das produções acadêmicas que articulam estudos sobre investimento financeiro, discursos e práticas de ensino. Analisamos que são dados que conversam e, portanto, seja para a expansão das pesquisas *stricto sensu* ou para mapeamentos das produções acadêmicas, é necessário conhecer a dinâmica da estrutura e organização dos PPGs dentro do PNPG.

Nessa direção, apontamos que a concentração de investigadoras(es), grupos de pesquisa e linhas de pesquisa que se dedicam a temáticas específicas influenciam diretamente na distribuição regional. Em nossos resultados, no contexto nacional, a região Sul ficou com o percentual de 22% das pesquisas em Educação, enquanto que a literatura cinzenta com/sobre o PNBE alcançou 35%. Essa diferença ocorreu devido à alta incidência (15) de investigações sob orientação da Profa. Dra. Flávia Ramos, na UCS. Na região Centro-Oeste, os PPGs, dentro do contexto nacional, estabeleceram um percentual de 8% e, no *corpus* de estudo, obtiveram a representação de 13%, fato determinado pela concentração de um volume de 11 estudos oriundos da UFGD, que foram orientados pela Profa. Dra. Célia Fernandes.

No conjunto da literatura cinzenta, ressaltamos que as 168 dissertações e teses estavam distribuídas em 58 IES vinculadas a 84 PPGs, com atendimento a quatro 4 grandes áreas: Ciências Humanas; Linguística, Letras e Artes; Ciências Sociais Aplicadas; e Multidisciplinar e Ciências da Saúde. As produções acadêmicas foram resultado de interesse nas temáticas (livros, leitura, literatura, biblioteca escolar, prática pedagógica e outras), pela influência do Programa no campo educacional e político e, ainda, pela participação das IES e pesquisadoras(es) no processo de implementação das ações governamentais.

O perfil de discentes (165) e orientadoras(es) (115) docentes traçou-se com a predominância feminina, sendo que os resultados mostraram que, de 168 pesquisas, encontramos 151 (92%) de autoria feminina. Na categoria orientação, dos 115 (100%), docentes mapeamos que 87 (76%) eram do sexo feminino, portanto, no contexto geral do corpus de estudo, tivemos 238 (81%) mulheres. Além disso, a distribuição dos PPGs por categoria administrativa evidenciou que 92 (55%) pesquisas foram defendidas em IES de natureza federal, 40 (24%) em instituições estaduais e 36 (21%) em IES privadas.

Em relação à análise das citações, entre o *corpus* de estudo, verificamos que 35% das(os) autoras(es) dos estudos não fizeram referência a outras investigações. Dentre os PPGs, analisamos que nas dissertações e teses da UFGD (9 discentes), da UFMG (6 discentes), da UFPR (5 discentes), da Unicamp (4 discentes) e da UFRN (3 discentes), utilizaram outras pesquisas do corpus de estudo possibilitando a mobilização da comunicação científica entre as produções acadêmicas. Nessa perspectiva, 65% dos discentes vinculados a 36 PPGs contribuíram para a divulgação e circulação de outros estudos, pois foram referenciados e/ou referenciam dissertações e/ou teses com a temática do PNBE.

Desse modo, compreendemos que todos atores de produções acadêmicas são importantes para a comunicação científica da sua própria investigação, assim como de outros estudos. Além disso, defendemos que a comunicação científica seja planejada desde a concepção do projeto de estudo, pois uma pesquisa *stricto sensu* não é desenvolvida para ficar como uma produção isolada e individualizada. A acessibilidade e disponibilização do conhecimento se articulam com a função social de retornar e difundir os resultados entre as comunidades científica e leiga.

Concluimos, que os atores da literatura cinzenta formalizaram diversas redes com pesquisadoras(es) centrais nas relações com a comunidade acadêmica. Notamos que a interação pode ser iniciada no papel de discente, de docente ou de membro da banca de defesa, como ocorreu com Fernandes (2004) e Kaercher (2005). Nesses diferentes lugares, tivemos variáveis de pesquisadoras(es) autoridades da temática, posto que algumas(ns) se na função de orientadora(or) (Flávia Ramos, Célia Fernandes, Aparecida Paiva, Paulo Silva) e outras(os) como avaliadoras(es) em defesa pública (Renata Souza, Eliane Debus, Norma S. de Ferreira, Hércules Corrêa). Podemos afirmar, portanto, que essas redes são organizadas intencionalmente, pois encontramos outras ligações, como no processo de avaliação dos acervos do PNBE e produções científicas (artigos, livros, eventos, projetos de pesquisa) e, com isso, as dos membros dessas redes publicações tornaram-se referências para outras(os) autoras(es) das dissertações e teses.

No quarto capítulo **Temáticas da literatura cinzenta sobre/com o PNBE (2004 — 2018)** especificamos a ação (PNBE Literário, PNBE Temático, PNBE Especial, PNBE do Professor e PNBE Periódicos) e identificamos os eixos temáticos da literatura cinzenta.

Consideramos que a ação governamental, PNBE, mobilizou a realização de muitas pesquisas, e que as dissertações e teses exerceram um papel de divulgação do Programa, pois, na execução da investigação, a(o) pesquisadora(or) levou a temática para dentro de um espaço escolar, envolvendo as(os) estudantes e o grupo de profissionais da educação que lá havia.

Diante disso, podemos imaginar o montante de redes formadas e a quantidade de fios emaranhados entre atores e sujeitos nas pesquisas de mestrado e de doutorado. Nessa perspectiva, afirmamos que a função social no âmbito da comunicação científico se inicia no desenvolvimento do estudo, mesmo que de maneira informal.

A verificação das ações do PNBE, no contexto das pesquisas, mostraram quatro estudos com/sobre o PNBE Periódicos, outros quatro com/sobre o PNBE do Professor e 160 com/sobre o PNBE Literário. Não localizamos investigações com o PNBE Especial e nem com o PNBE Temático, o que avaliamos como uma lacuna para a literatura cinzenta. Assim, concluímos que as obras literárias se tornaram objeto de estudo para muitas(os) pesquisadoras(es) retratadas(os) por projetos de pesquisa e produções científicas.

Na literatura cinzenta averiguamos que, mesmo com direcionamentos diferentes, as(os) pesquisadoras(es) chegaram a muitos resultados semelhantes, como: desconhecimento do PNBE por parte dos profissionais da educação e falta de divulgação e uso dos acervos. Uma única investigação tomou como objeto de estudo as obras dos acervos no formato *Mecdaisy*, distribuídas para as escolas com estudantes cegos e/ou com baixa visão. E Costenaro (2018) apresentou conclusões similares às outras dissertações e teses. Nesse aspecto, refletimos que ações para além dos livros literários tornaram-se ainda mais invisíveis para a comunidade educacional e acadêmica.

Em relação às subcategorias temáticas, concluímos que a maioria, 44% das pesquisas, aborda estudos em busca de compreender a representação social, a qualidade literária, as características de autoria, além da narrativa e gênero nas obras dos acervos, fatores que utilizamos para classificá-las no tema *Análise de livros literários*. Verificamos que 23% das investigações trataram o espaço da sala de aula como requisito da ação, pois observaram e/ou relataram a funcionalidade das obras literárias no trabalho docente ou direcionaram-se para a propositura de práticas de ensino com os materiais de leitura do Programa e, portanto, foram indicadas para a temática *Prática Pedagógica*.

Na subcategoria *Políticas Públicas*, definimos 21% da literatura cinzenta, pois incluímos pesquisadoras(es) com interesse em analisar a implementação do PNBE, no âmbito do recebimento, circulação, divulgação e utilização dos acervos. Já 5% das pesquisas foram ordenadas na temática *Formação Docente*, pois determinaram como objetivo compreender o uso de materiais específicos na formação das(os) professoras(es). Ainda, tivemos 3% dos estudos que enfatizaram objetivos e direcionamentos para o espaço de “guarda” dos acervos e, por isso, os nomeamos como *Biblioteca Escolar*. Outros 2% trabalharam com o mapeamento das dissertações e teses e, portanto, ficaram na subcategoria *Estado da Arte em*

leitura/biblioteca. De forma complementar, ao tratar os dados para a identificação das(os) docentes por subcategoria temática, concluímos os seguintes percentuais de frequência: 40%, (52) em *Análise de livros literários*, 26% (33) em *Políticas públicas*; 20% (26) em *Prática pedagógica*; 7% (9) em *Formação docente*; 5% (7) em *Biblioteca escolar*; e, 2% (3) em *Estado da Arte em leitura/biblioteca*.

Informamos que os dados expostos na categoria *Demografia das pesquisas sobre/com o PNBE* trouxeram correspondências com as informações das dissertações de Aliaga (2014), Penido (2017) e Silva (2017), que abordaram o Estado da Arte, a saber: distribuição das(os) pesquisadoras(es) por região, maior incidência de pesquisas de mestrado no *corpus* de estudo, predominância das mulheres no perfil de discentes e orientadoras(es), problemas no acesso às produções acadêmicas e dificuldades para encontrar as informações nos resumos.

Nessa perspectiva, afirmamos que as três categorias *História do PNBE*, *Demografia das pesquisas sobre/com o PNBE* e *Temáticas da literatura cinzenta sobre/com o PNBE*, dialogam entre si, pois os dados foram se confirmando, se consolidando e se confrontando durante o desenvolvimento dessa pesquisa. Além disso, em todo o processo de análise, descrição e representação, foi necessário o cuidado com os indicadores numéricos e percentuais para iniciar e finalizar com coerência entre as informações. Desse modo, a busca nos *Curriculum Lattes* auxiliou nas conexões existentes entre pesquisar o PNBE para avaliar o interesse e experiências dos temas e a relação com o processo de avaliação dos acervos do Programa e com os atores da literatura cinzenta.

Diante de tais apontamentos, é possível afirmar que é perceptível o entrelaçamento das(os) pesquisadoras(es), na função de participantes na avaliação das obras literárias, com o desenvolvimento da investigação sobre/com o PNBE e com as temáticas de interesse e experiência. Nesse aspecto, percebemos que o período em que as universidades (UFRJ – PNBE 2005 e Ceale/UFGM – PNBE 2006 ao PNBE 2015) tornaram-se responsáveis pela coordenação da equipe de avaliação manteve-se uma centralização de integrantes a partir de um grupo específico de IES.

Vimos que é preciso estabelecer meios para facilitar a localização de profissionais participantes da implementação de uma ação governamental, assim como da divulgação dos critérios utilizados para a escolha das(os) pesquisadoras(es). É importante ressaltar que não é uma sobre a qualificação dos integrantes do processo de avaliação dos acervos do PNBE, mas sobre as oportunidades e as possibilidades da criação de núcleos específicos e centralizados. Portanto, ao requerer a descentralização do MEC, torna-se pertinente analisar a

descentralização das IES dos grupos de pesquisa quando inseridos no Programa.

No conjunto da literatura cinzenta distribuída nas subcategorias temáticas citadas, verificamos discussões novas com questões antigas no contexto educacional, acadêmico e político, como: crise de leitura, crise da biblioteca escolar, fragilidade na formação docente, necessidade de novas práticas de ensino e compreensão dos discursos existentes nas obras literárias, entre outras. De tal modo, são temáticas importantes para todos os contextos, pois são problemas que ainda não foram amenizados e muito menos resolvidos. Em relação aos acervos do PNBE, os dados das pesquisas mostraram que as(os) pesquisadoras(es) consideraram a necessidade de evolução e melhoria na seleção dos livros, avaliando ainda que era preciso um olhar para a composição de títulos com temáticas sobre as diversidades, que priorizassem a desconstrução de estereótipos, da discriminação racial, religiosa, familiar e corporal.

Partindo para a análise dos impasses para o desenvolvimento desse Estado da Arte, retomamos a dificuldade de acesso aos textos completos, seja por pesquisadoras(es) que não permitem a divulgação do material ou por desatualização das plataformas. Esses fatores exigiram muitas idas e vindas aos bancos de dados e à pesquisas nas plataformas do *Google*. Os resumos apresentaram alguns entraves para a coleta de informações. Como vimos, a construção dos textos precisa seguir a normatização da ABNT. Mas, como as IES e PPGs têm autonomia para implementar normas específicas, há uma alta incidência de estruturas diferentes, que resultam em variações no tamanho do texto e ausências de dados essenciais, como: objetivos, metodologia e resultados.

Diante disso, consideramos que seria importante uma definição de normas únicas para todos os PPGs e, em relação aos acessos aos textos completos, concordamos com Severino (2013), que diz que poderia ser implementada na estrutura das dissertações e teses a obrigatoriedade de uma página com um breve resumo do currículo da(o) pesquisadora(or) e e-mails para contatos com a(o) autora(or). Essas ações facilitariam a escolha do uso pelos resumos e o contato da autoria auxiliaria na acessibilidade aos estudos, pois ater-se aos textos completos impõe muito tempo de leitura e custos gerados pelo acesso aos documentos via Programa de Comutação Bibliográfica.

Outra constatação ocorreu com a acessibilidade à extração de informações pelo formato do texto, já que muitas dissertações e teses estavam em arquivos PDF, com proteção para evitar cópias. Essa restrição pode dificultar a circulação dos estudos entre as pesquisas e, ainda, dificultar a formação dos bancos de dados, pois todas as informações compiladas desses textos restritos precisam da digitação. Além disso, o interesse em outros indicadores

bibliométricos (citação e referências) constitui-se num enorme desafio à(ao) pesquisadora(or), por demandar um trabalho manual longo, demorado e cansativo demais.

Em síntese, embora ainda tenhamos que melhorar as vias de acesso e pensar na função social de uma pesquisa, acreditamos que as investigações que utilizam o estado da arte sejam importantes para a ampliação de conhecimentos específicos, bem como para a valorização da função das universidades nesse processo. Discutir leitura nunca será ultrapassado pois, afinal, temos que pensar na formação de sujeitos críticos, sejam eles crianças, adolescentes, jovens, adultos, bibliotecários e professores. E superar os problemas aqui elencados, que perduraram durante toda a vida do PNBE e dos demais programas que o antecederam, é superar as falhas que culminam por interromper a distribuição de acervos literários às escolas brasileiras.

Assim sendo, pensamos que, possivelmente, o PNBE e demais programas com o mesmo foco para as instâncias estatais envolvidas, independentemente do chefe do governo, por envolver altos recursos e grande número de pessoas, tenha tido o objetivo primordial que era o de distribuir acervos literários, precedido por visibilidade política. E essa seria uma das explicações para a perpetuidade dos problemas que, ao longo dos anos, fragilizaram e deixaram estagnar as ações, mantendo os livros “nas caixas”, sem qualquer utilização.

Portanto, que nós, de dentro das salas de aula, não pensemos duas vezes ante a possibilidade de criar e impulsionar redes cada vez maiores, que envolvam docentes, discentes e comunidades, estimulando o contato com os livros, difundindo conhecimento e aprendizado e, especialmente, desenvolvendo práticas e incentivo à leitura.

Destaco que, ainda há, muitas histórias para serem contadas a partir do Estado da Arte para essa tese, pois os dados apresentados, os documentos catalogados, os bancos de dados construídos deixaram caminhos para muitas outras histórias. Outro aspecto intencionado na construção dessa tese foi o de prover meios (*links* e *drive*) para a identificação e localização dos múltiplos documentos oficiais, das produções acadêmicas e das publicações com/sobre o PNBE utilizadas nesse estudo. E no âmbito da metodologia, nossa descrição detalhada teve como princípio possibilitar o entendimento de leitoras(es) e pesquisadoras(es) com interesse entender um estudo com mapeamento.

Por fim, encerramos essa análise sobre a implementação do PNBE que foi estabelecido-se por mudanças, trocas e discontinuidades, na maioria das vezes definidos por interesses de grupos específicos e sem uma valorização das pesquisas científicas para auxiliar e contribuir no processo da ação de governo. Devido às frequentes situações vivenciadas por nós pesquisadoras(es), professoras(es), estudantes e toda a sociedade, convidamos Marina

Colasanti (2012) para reverberar a frase: **Eu sei que a gente se acostuma. Mas não devia ...**

REFERÊNCIAS

- ABNT. **Associação Brasileira De Normas Técnicas**. NBR 6028: Informação e documentação - Resumo - Apresentação, 2003. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/download/NBR6028.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2021.
- ABNT. **Associação Brasileira De Normas Técnicas**. NBR 6028: Resumo, Resenha e Recensão, 2021.
- AGUIAR, V. T. de. Introdução. In: SOUZA, R. J. de; Feba, B. T. (org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação**. Campinas, SP: Mercado de letras, 2009, p. 7 – 8.
- ALLE. **ALLE - GRUPO DE PESQUISA - FE-UNICAMP**. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/alle/>>. Acesso em: 21 abr. 2021.
- ALVARADO, R. U. A Lei de Lotka na bibliometria brasileira. **Ciência da Informação**, 2000, p. 14–20. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ci/a/C6XvwjLXGrKMVGWZ56KGF4q/?lang=pt>>. Acesso em: 1 set. 2021.
- ALVES-MAZZOTTI, A. A “revisão da bibliografia” em Teses e Dissertações: meus tipos inesquecíveis - o retorno. In: BIANCHETTI, L., MACHADO, A. M. (Coord.). **A bússola do escrever: Desafios e estratégias na orientação de Teses e Dissertações**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 41–59.
- AMORIM, G. (Coord.). **Retratos da leitura no Brasil 2 - 2007**. São Paulo: Imprensa Oficial: Instituto Pró-livro, 2008. Disponível em: <<http://prolivro2-org-br.umbler.net/wp-content/uploads/2020/07/1815-1.pdf>>. Acesso em: 24 maio. 2021.
- ANDRADE, L. T. DE; CORRÊA, P. M. **Os critérios dos especialistas para os livros literários a serem lidos na escola**, 2006. Disponível em: <http://www.usp.br/cje/depaula/wp-content/uploads/2017/03/Ludmila-e-Priscila_Crit%C3%A9rios-Literatura-na-Escola-ilovepdf-compressed.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.
- ANDRÉ, M. E. D. A. De. **Formação de Professores no Brasil**. Série Estado do Conhecimento ed. Brasília: MEC/INEP, 2002. Disponível em: <<http://estadoconhecimento.inep.gov.br/ojs3/index.php/estadoconhecimento/issue/view/415>>. Acesso em: 22 mar. 2019.
- BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução RETO, L. A.; PINHEIRO, A. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BARRETO, E. S.; PINTO, R. P. **Avaliação na educação Básica**. Série Estado do Conhecimento ed. Brasília: MEC/INEP, 2001. Disponível em: <<http://estadoconhecimento.inep.gov.br/ojs3/index.php/estadoconhecimento/issue/view/413>>. Acesso em: 22 mar. 2019.
- BARRETO, R. G. **Educação e Tecnologia**. Série Estado do Conhecimento ed. Brasília:

MEC/INEP, 2006. Disponível em:
<<http://estadoconhecimento.inep.gov.br/ojs3/index.php/estadoconhecimento/issue/view/418>>.
Acesso em: 22 mar. 2019.

BARROS M. **Memórias inventadas: A segunda infância**. São Paulo: Planeta, 2006.

BARROS, M. DE. **Meu quintal é maior do que o mundo: Antologia**. 1^a ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

BDTD. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)**. 2021. Disponível em: <<https://bdtb.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

BEDRAN, I. et al. **Avaliação de estudos e pesquisas sobre a profissionalização do ensino de 2º grau no Brasil - 1971-1982**. Brasília, DF: REDUC/INEP, 1983.

BERENBLUM, A.; PAIVA, J. Por uma política de formação de leitores. In: BRASIL (Coord.). **Por uma política de formação de leitores**. Brasília: SEB/FNDE/MEC, 2006.

BERENBLUM, A.; PAIVA, J. Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): leitura e bibliotecas nas escolas públicas brasileiras. In: BRASIL (Coord.). **Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): leitura e bibliotecas nas escolas públicas brasileiras**. Brasília: SEB/FNDE/MEC, 2008.

BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

BORGATTI, S. P; EVERETT, M. G; FREEMAN, L. C. **Ucinet para Windows: Software para Análise de Redes Sociais**. 2002. Disponível em:
<<https://sites.Google.com/site/ucinetsoftware/home>>. Acesso em: 18 dez. 2020.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Tradução TOMAZ, F. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. Capital simbólico e classes sociais. **Novos estudos CEBRAP**, p. 105–115, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000200008>>. Acesso em: 19 jul. 2021.

BRANDÃO, C. L. **PNBE do Professor: Usos e Desusos**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)- Campus de Rondonópolis, 2016. Disponível em: <<http://ri.ufmt.br/handle/1/2277>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

BRANDÃO, C. L.; RODRIGUES, S. de F. P.; ROCHA, S. A. Tendências de pesquisas sobre o Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE do Professor 2010 – 2015. In: SILVA, F. DE C. T. DA; MIRANDA, M. G. DE. (Coord.). **Escrita da Pesquisa em Educação no Centro-Oeste**. Campo Grande: Editora Oeste, 2016. p. 211–229.

BRANDÃO, Z. et al. **O estado da arte da pesquisa sobre evasão e repetência no ensino de 1º grau no Brasil**. Brasília, DF: REDUC/INEP, 1983.

BRASIL. **Portaria n.º 584, de 28 de abril de 1997**. 1997. Disponível em:
<<https://abrelivros.org.br/site/portaria-no-584-de-28-de-abril-de-1997/>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

BRASIL. Relatório de atividades do FNDE - 1998. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**, 1998a. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/relatorios/relatorios-de-atividades?download=3587:relatorio-atividades-fnde-1998&start=9>>. Acesso em: 10 maio. 2021.

BRASIL. **Portaria nº 80, de 16 de dezembro de 1998 - Dispõe sobre o reconhecimento dos mestrados profissionais e dá outras providências**. Brasília: Diário Oficial da União, 1998. b. Disponível em: <<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-Capes-80-1998-12-16.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

BRASIL. **Lista das coleções do PNBE 2001 - Literatura em minha casa**, 1999. Disponível em: <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/biblioteca_escola/titulos_colecoes_pnbe_2001.pdf>. Acesso em: 11 maio. 2021.

BRASIL. **Histórias e Histórias: Guia do Usuário do Programa Nacional Biblioteca da Escola — PNBE 1999**. Brasília: MEC/SEB, 2000. a. Disponível em: <http://mecsrv137.mec.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=28081>. Acesso em: 9 jun. 2021.

BRASIL. **PPA 2000-2003**. Brasília: Ministério da Economia, 2000. b. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa/ppa-2000-2003>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BRASIL. **Histórias e histórias: guia do usuário do Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE 99**. Brasília: MEC/SEB, 2001. a. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=28081>

BRASIL. **Guia do Livronauta – Sobrevoando o Tesouro da Biblioteca e Aterrissando na Prática — PNBE 1998**. Brasília: MEC/SEB, 2001. b. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do?select_action=&co_obra=25513&co_midia=2>. Acesso em: 9 jun. 2021.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. SEF E FNDE – Verificação do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): Relatório de Auditoria Operacional. Ministro-Relator: Guilherme Palmeira. **Revista TCU**, p. 216–282, 2002a. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A24D7BC0B4014D7E232A3B4184>>. Acesso em: 10 maio. 2021.

BRASIL. **Lista das coleções do PNBE 2002 - Literatura em minha casa**, [s. l.], 2002b. Disponível em: <<https://abrelivros.org.br/site/pnbe-2002-colecoes-aprovadas-para-distribuicao/>>. Acesso em: 11 maio. 2021.

BRASIL. **Relatório de atividades do FNDE - 2002**. Brasília: FNDE, 2002. c. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/relatorios/relatorios-de-atividades?download=3591:relatorio-atividades-fnde-2002>>. Acesso em: 24 maio. 2021.

BRASIL. **Relatório de Monitoramento Programa Nacional Biblioteca da Escola**. Brasília: Tribunal de Contas da União, 2006. a. p. 1–114 Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24F0A728E014F0AF2A8586FF3>>. Acesso em: 18 maio. 2021.

BRASIL. **Por uma política de formação de leitores**. Brasília: MEC/SEB, 2006. b.

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=48341-por-politica-formacao-leitores-1&category_slug=dezembro-2010-pdf&Itemid=30192>.

Acesso em: 9 jun. 2021.

BRASIL. **Dicionários em sala de aula**. Brasília: MEC/SEB, 2006. c. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=7261&Itemid=>

BRASIL. **Biblioteca na Escola**. Brasília: MEC/SEB, 2006. d. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=7260&Itemid=>. Acesso em: 9 jun. 2021.

BRASIL. **Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): leitura e bibliotecas nas escolas públicas brasileiras**. Brasília: MEC/SEB, 2008. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Avalmat/livro_mec_final_baixa.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2021.

BRASIL. **Catálogo Infantil Acervo/2008 - Literatura na infância: imagens e palavras**, 2008. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Avalmat/literatura_na_infancia.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2021b.

BRASIL. **Relatório de Gestão do FNDE 2012**. Brasília: FNDE, 2013. Disponível em:

<<http://www.fnde.gov.br/index.php/relatorios/relatorios-de-gestao?download=8908:relatorio-de-gestao-2013>>

BRASIL. **Portaria nº 5, de 24 de janeiro de 2014**. 2014a. Disponível em:

<<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=9&data=28/01/2014>>. Acesso em: 17 maio. 2021.

BRASIL. **Pesquisas Estatísticas e Indicadores Educacionais - Censo Escolar**. 2014b.

Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>>. Acesso em: 28 maio. 2021.

BRASIL. **Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação**. 2015. Disponível em:

<<https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/instrumentos/documentos-de-apoio-1/tabela-de-areas-de-conhecimento-avaliacao>>. Acesso em: 31 maio. 2021.

BRASIL. **Relatório de Gestão do FNDE 2015**. Brasília: FNDE, 2016. Disponível em:

<<http://www.fnde.gov.br/index.php/relatorios/relatorios-de-gestao?download=10870:relat%C3%B3rio-de-gest%C3%A3o-2015>>. Acesso em: 24 maio. 2021.

BRASIL. Decreto Nº 9.099, de 18 de julho de 2017. **Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático**, 2017. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9099.htm>. Acesso em: 19 abr. 2021.

BRASIL. **Guia PNLD Literário 2018**. Brasília: MEC/SEB, 2018. Disponível em:

<<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-pnld/item/12103-guia-pnld-literario-2018>>. Acesso em: 18 abr. 2021.

BRASIL. **Avaliação de Livros - Área da Educação**. Brasília: Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/educacao-informacoes-sobre-avaliacao-de-livros-pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2021.

BRASIL. **PNBE - Acervos**. 2021a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola/acervos>>. Acesso em: 18 maio. 2021.

BRASIL. **Dados Estatísticos - Portal do FNDE**. 2021b. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/biblioteca-na-escola/dados-estatisticos>>. Acesso em: 24 maio. 2021.

BRASIL. **Estado do Conhecimento**. 2021c. Disponível em: <<http://estadoconhecimento.inep.gov.br/ojs3/index.php/estadoconhecimento/issue/archive>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

BRASIL. **Domínio Público**. 2021d. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

BRASIL. **Relatório de atividades do FNDE**. 2021e. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/relatorios/relatorios-de-atividades?limitstart=0>>. Acesso em: 17 maio. 2021.

BRASIL. **CAPES**. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>>. Acesso em: 18 abr. 2021a.

BRASIL. **GEOCAPES**. Disponível em: <<https://geocapes.capes.gov.br/geocapes>>. Acesso em: 18 abr. 2021b.

BRASIL. **Plataforma Sucupira - Ministério da Educação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35995>>. Acesso em: 24 abr. 2021c.

BRASIL. **Programas de livro - PNBE - Consultas/editais**. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/consultas/editais-programas-livro/itemlist/category/295-editais-pnbe>>. Acesso em: 6 maio. 2021d.

BRASIL. **Relatório de gestão do FNDE**. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/relatorios/relatorios-de-gestao?start=3>>. Acesso em: 17 maio. 2021e.

BRASIL. **Edital de chamada pública nº - 2/2014 - Chamada de candidaturas de Instituições Públicas de Educação Superior brasileiras interessadas em coordenar a avaliação pedagógica de obras do PNBE 2015**. Brasília: Diário Oficial da União, 2014, p. 56–57 Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=20/10/2014&jornal=3&pagina=57&totalArquivos=244>>. Acesso em: 18 maio. 2021f.

BRASIL. **Programa Nacional Biblioteca da Escola 2011 - Obras Seleccionadas**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13914-pnbe-2011-seb-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 24 maio. 2021g.

BRASIL. Programa Nacional Biblioteca da Escola 2012 - Obras Selecionadas. [s.d.]. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=13915&Itemid=>>. Acesso em: 24 maio. 2021h.

BRASIL. Programa Nacional Biblioteca na Escola 2013 - obras selecionadas. [s.d.]. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=13992&Itemid=>>. Acesso em: 24 maio. 2021i.

BRASIL. Histórico - Portal do FNDE. [s.d.]. Disponível em:

<<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/biblioteca-na-escola/historico>>. Acesso em: 21 jul. 2021j.

BRASIL; CEALE. PNBE na Escola - Literatura Fora da Caixa. 2014. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20407>. Acesso em: 18 maio. 2021.

BRITTO, L. P. Ao revés do avesso: Leitura e formação. São Paulo: Pulo do gato, 2015.

BRZEZINSKI, I. Formação de Profissionais da Educação. Série Estado do Conhecimento ed. Brasília: MEC/INEP, 2014. Disponível em:

<<http://estadoconhecimento.inep.gov.br/ojs3/index.php/estadoconhecimento/issue/view/422>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

BRZEZINSKI, I.; GARRIDO, E. Formação de Profissionais da Educação. Série Estado do Conhecimento ed. Brasília: MEC/INEP, 2006. Disponível em:

<<http://estadoconhecimento.inep.gov.br/ojs3/index.php/estadoconhecimento/issue/view/419>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

CADEMARTORI, L. Prefácio: Somente distribuir não basta. In: PAIVA, A. (Coord.).

Literatura fora da caixa - O PNBE na escola: distribuição, circulação e leitura. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 9–12.

CAMARGO, L. PNBE: O direito de ler literatura. In: VIANA, C. M. S. V. (Coord.).

Relatório do seminário PNBE: O direito de ler literatura, para a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil. Rio de Janeiro: FNLIJ, 2002.

CAMÕES, L. V. DE. Sonetos de Camões. São Paulo: Ateliê Editoria, 2001.

CAMPELLO, B; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (Coord.). Fontes de informação para pesquisadores e profissionais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

CAMPELLO, B. (org.). Biblioteca Escolar: conhecimentos que sustentam a prática. São Paulo: Moderna, 2012.

CAMPELLO, B. Teses e Dissertações. In: CAMPELLO, B; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (Coord.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais.** Belo Horizonte:

Editora UFMG, 2000. p. 121–128.

CANDIDO, A. Vários Escritos. In: CANDIDO, A (Coord.). **O direito à literatura**. São Paulo: Duas Cidades, 2011. p. 169–191.

CARDOSO, A. L. J. Panorama da Produção dos Professores da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) entre 1990 e 2018 e a Formação de Redes de Pesquisa. **Desafio Online**, p. 176–198, 2020. Disponível em: <<https://desafioonline.ufms.br/index.php/deson/article/view/9663>>

CARROL, L. **Alice no país das maravilhas**. Tradução MEIRE, M. F. 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2016.

CARVALHO, L. M. De. **Pesquisa em Educação Ambiental no Brasil: um campo em construção?**. 2015. Livre-Docência em “Educação Ambiental” - Instituto de Biociências da Unesp - Campus Rio Claro, 2015.

CARVALHO, L. M. DE; SOUZA, H. A. L. DE. Environmental Education Research and Political Dimension: education for citizenship. In: **Pesquisa em Educação Ambiental no Brasil: um campo em construção?** UNESP: Tese Livre Docência, 2015. p. 416 – 454.

CARVALHO, L. M. DE. **Grupo Educa UFTM | Luiz Marcelo de Carvalho | O estado da arte na pesquisa em Educação**. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=05Z60zY-7XY&t=2733s>>. Acesso em: 16 out. 2020.

CASSIANO, C. C. DE F. **O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985 – 2007)**. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), 2007. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/10614>>. Acesso em: 6 maio. 2021.

CASTRILLÓN, S. **O direito de ler e escrever**. São Paulo: Pulo do gato, 2010.

CASTRILLÓN, S. Biblioteca escolar, qual o sentido? **Revista Emília**, 2014. Disponível em: <<https://emilia.org.br/biblioteca-escolar-qual-o-sentido/>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

CEALE. **O que é o Ceale**. Disponível em: <<http://www.ceale.fae.ufmg.br/o-que-e-o-ceale.html>>. Acesso em: 12 maio. 2021.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE. **Brasil: Mestres e Doutoradas(es) 2019**. Brasília: DF, 2019. Disponível em: <[https://mestresdoutoras\(es\)2019.cgee.org.br](https://mestresdoutoras(es)2019.cgee.org.br)>. Acesso em: 11 ago. 2021.

CERTEAU, M. De. **A escrita da História**. Tradução MENEZES, M. de L. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CGEE. **Mestres e doutoras(es) 2015 - Estudos da demografia da base técnico- científica brasileira**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2016. Disponível em: <[https://www.cgee.org.br/web/rhcti/mestres-e-doutoras\(es\)-2015#:~:text=O%20livro%20%22Mestres%20e%20Doutoras\(es\),Brasil%20entre%201996%20e%202014.>](https://www.cgee.org.br/web/rhcti/mestres-e-doutoras(es)-2015#:~:text=O%20livro%20%22Mestres%20e%20Doutoras(es),Brasil%20entre%201996%20e%202014.>)>. Acesso em: 29 maio. 2021.

CGEE. **Mestres e doutoras(es) 2019 - Estudos da demografia da base técnico- científica brasileira**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2019. Disponível em: <[CGEE 2020 M&D 2019](#)>. Acesso em: 3 jun. 2021.

CHSSALLA - **Diagnóstico das Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes no Brasil**. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2020.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 12. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2018. Disponível em:

<https://www.Google.com.br/books/edition/Pesquisa_em_ci%C3%A2ncias_humanas_e_sociais/OXdZDwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&printsec=frontcover>. Acesso em: 2 maio. 2021.

COELHO, N. N. **Literatura Infantil: Teoria, Análise, Didática**. 7ª edição. São Paulo: Moderna, 2000.

COLOMER, T. **A formação do leitor literário: narrativa infantil e juvenil atual**. Tradução Laura Sandroni. São Paulo: Global, 2003.

COLOMER, T. **Andar entre livros: a leitura literária na escola**. Tradução Laura Sandroni. São Paulo: Global, 2007.

COLOMER, T. **Introdução à literatura infantil e juvenil atual**. Tradução Laura Sandroni. São Paulo: Global, 2017.

COMUT. **Programa de Comutação Bibliográfica**. Disponível em:

<<http://comut.ibict.br/comut/do/index?op=filtroForm>>. Acesso em: 18 abr. 2021.

COSSON, R. O PNBE e o desafio do leitor escolar. In: **Políticas públicas de formação e avaliação de leitores, ensino de literatura e leituras**. Campina Grande: EDUFPG, 2019. p. 13–26.

COSSON, R. Entrevista: Políticas públicas federais de leitura e formação literária. **Letra A – Jornal do alfabetizador**. Ano 16, nº 54, 2020, p. 12 -17.

CÔRTEZ, P. L. Considerações sobre a evolução da ciência e da comunicação científica. In: POBLACION, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. da (Org.). **Comunicação e produção científica: contexto, indicadores, avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006, p. 33 - 56.

CUNHA, M. A. A. **Literatura infantil: teoria e prática**. São Paulo: Ática, 2004.

CUSTÓDIO, C. D. **Leitura, Formação de Leitores e Estado: Concepções e ações ao longo da trajetória do Ministério da Educação**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2000.

DAVIES, P. Revisões sistemáticas e a Campbell Collaboration. In: THOMAS, G; PRING, R. (Coord.). **Educação baseada em evidências: a utilização dos achados científicos para a qualificação de prática pedagógica**. Tradução COSTA, R. C. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 31–44.

EARTE. **Projeto EArte**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.earte.net/>>. Acesso em: 21 abr. 2021.

EVANGELISTA, A. A. M.; BRANDÃO, H. M. B.; MACHADO, M. Z. V. **A escolarização**

da leitura literária: o jogo do livro infantil e juvenil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. Acesso em: 9 jun. 2021.

FAILLA, Z. (Coord.). **Retratos da leitura no Brasil 3 - 2011.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2012. Disponível em: <<http://prolivro2-org-br.umbler.net/wp-content/uploads/2020/07/4095.pdf>>. Acesso em: 24 maio. 2021.

FAILLA, Z. (Coord.). **Retratos da leitura no Brasil 4 - 2015.** Rio de Janeiro: Sextante, 2016. Disponível em: <http://prolivro2-org-br.umbler.net/wp-content/uploads/2020/07/RetratosDaLeitura2016_LIVRO_EM_PDF_FINAL_COM_CAPA.pdf>. Acesso em: 24 maio. 2021.

FAILLA, Z. (Coord.). **Retratos da leitura no Brasil 5 - 2019.** São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2018. Disponível em: <<https://www.prolivro.org.br/5a-edicao-de-retratos-da-leitura-no-brasil-2/a-pesquisa-5a-edicao/>>. Acesso em: 24 maio. 2021.

FARIA, M. A. **Como usar a literatura infantil na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2013.

FARIA, P. M. **Revisão Sistemática da Literatura: Contributo para Um Novo Paradigma Investigativo.** Portugal: WHITEBOOKS, 2019. Disponível em: <E-book Kindle>. Acesso em: 18 abr. 2021.

FERNANDES, C. R. D. **Leitura, literatura infanto-juvenil e educação.** Londrina: EDUEL, 2007.

FERNANDES, C. R. D. **Leitura, literatura infanto-juvenil e educação.** Londrina: EDUEL, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/editora/portal/pages/arquivos/LEITURA%20INFANTO%20JUVENIL_DIGITAL.pdf>. Acesso em: 11 maio. 2021.

FERNANDES, C. R. D. A seleção de obras literárias para o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE 2006-2014. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, v. 51, p. 221–244, 2017. Acesso em: 8 jun. 2021.

FERNANDES, C. R. D.; CORDEIRO, M. B. DA. Os critérios de avaliação e seleção do PNBE: um estudo diacrônico. **Educação**, p. 319–328, 2012. Disponível em: <https://r.search.yahoo.com/_ylt=AwrEZ_xnzb9gChwAWgIf7At.;_ylu=Y29sbwNiZjEEcG9zAzEEdnRpZAMEc2VjA3Ny/RV=2/RE=1623211495/RO=10/RU=https%3a%2f%2fcore.ac.uk%2fdownload%2fpdf%2f25529056.pdf/RK=2/RS=6oYFTfbPk6GNv02JH59W88ZTSRY->>. Acesso em: 8 jun. 2021.

FERREIRA, N. S. de A. **Pesquisa em Leitura: Um estudo dos resumos de Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado defendidas no Brasil, de 1980 a 1995.** Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 1999. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/252655>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “estado da arte.” **Educação & Sociedade**, p. 257–272, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

FERREIRA, N. S. de A. **Currículo do Sistema Lattes.** Disponível em: <<http://Lattes.cnpq.br/6166901900638256>>. Acesso em: 5 mar. 2020.

FERREIRA, N. S. de A. Pesquisas intituladas estado da arte: em foco. **Revista Internacional de Pesquisa em Didática das Ciências e Matemática**, v. 2, p. e021014, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/revin/article/view/524>. Acesso em: 13 ago. 2021.

FERREIRA, N. S. A; SILVA, L. L. M. Contribuições para história da leitura no Brasil: elementos de dissertações de mestrado e teses de doutorado. In: MORTATTI, M. Do R. L. (org.). **Alfabetização no Brasil: uma história de sua história**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011, p. 135 – 154. Disponível em: <[isihele.indd \(unesp.br\)](#)>. Acesso em: 5 jan. 2020.

FIORENTINI, D. **Rumos da pesquisa brasileira em Educação matemática: o caso da produção científica em cursos de Pós-Graduação**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1994. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253750>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

FIORENTINI, D. **Currículo do Sistema Lattes**. Disponível em: <<http://Lattes.cnpq.br/9244474518505985>>. Acesso em: 5 jan. 2020.

FIORENTINI, D.; PASSOS, C. L. B.; LIMA, R. C. R DE. **Mapeamento da pesquisa acadêmica brasileira sobre o professor que ensina matemática: período 2001 – 2012**. Campinas: FE/UNICAMP, 2016. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/pagina_basica/58/e-book-mapeamento-pesquisa-pem.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2020.

FNLIJ. Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE - 1999. **FNLIJ**, 1999. Disponível em: <<https://www.fnlij.org.br/site/pnbe-1999.html>>. Acesso em: 10 maio. 2021.

FNLIJ. Jornal FNLIJ. **Notícia 9**, 2002. Disponível em: <https://www.fnlij.org.br/site/jornal-noticias/item/download/66_4c8aedaebb901c97a27378a105798fd0.html>. Acesso em: 9 maio. 2021.

FNLIJ. **O que é a FNLIJ**. Disponível em: <<http://www.fnlij.org.br/site/o-que-e-a-fnlij.html>>. Acesso em: 8 maio. 2021.

FRACALANZA, H. **O que sabemos sobre os livros didáticos para o ensino de Ciências no Brasil**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1992. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253708>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

FREITAG, B.; MOTTA, V. R.; COSTA, W. F. **Estado da Arte do Livro Didático**. Série Estado da Arte ed. Brasília: MEC/INEP/COMPED, 1987. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=26108>. Acesso em: 25 set. 2019.

FREITAG, B.; MOTTA, V. R.; COSTA, W. F. **O livro didático em questão**. São Paulo: Cortez, 1989.

FUJITA, M. S. L. A representação documentária de artigos científicos em Educação especial: Orientação aos autores para determinação de palavras chaves. **Revista Brasileira de Educação**, p. 257–272, 2004. Disponível em: <<https://www.abpee.net/pdf/artigos/art-10-3-1.pdf>>. Acesso em: 2 maio. 2021.

FUNARO, V. M. B. de O.; NORONHA, D. P. Literatura cinzenta canais de distribuição e incidência nas bases de dados. In: POBLACION, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. da (Org.). **Comunicação e produção científica: contexto, indicadores, avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006, p. 215 – 234.

GALEANO, E. **O Livro dos Abraços**. Porto Alegre: L&PM, 1991. Acesso em: 18 abr. 2021.

GATTI, B. A. **Questões estratégicas de uma política educacional**. Brasília: MEC/SEB, 1994. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001683.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

GATTI, B. A. construção metodológica da pesquisa em Educação: desafios. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, p. 13–34, 30 abr. 2012. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/36066/23315>>. Acesso em: 23 abr. 2021.

GATTI, B. A. A prática pedagógica como núcleo do processo de formação de professores. In: GATTI, B. A.; SILVA JÚNIOR, A. C.; PAGOTTO, M. D. S.; NICOLETTI, M. G. (coord.). **Por uma política nacional de formação de professores**. Editora Unesp. Edição do Kindle, 2013, p. 95 – 108.

GATTI, B. A.. Formação de professores: condições e problemas atuais. **Revista Internacional de Formação de Professores**, mai. 2016. ISSN 2447-8288, p. 161-171, Disponível em: <<https://periodicos.itp.ifsp.edu.br/index.php/RIFP/article/view/347>>. Acesso em: 19 out. 2021.

Gatti, B. A. Formação de professores no brasil: políticas e programas. **Paradigma**, 42 (e2), 2021, p. 01-17. Disponível em: <<https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2021.p01-17.id1044>>. Acesso em: 19 out. 2021.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S.; ANDRÉ, M. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/002250861>>. Acesso em: 1 set. 2020.

GEPFPM. **GEPFPM | CEMPEM**. Disponível em: <<https://www.cempem.fe.unicamp.br/gepfpm>>. Acesso em: 21 abr. 2021.

GEPHI. **Gephi - The Open Graph Viz Platform**. Disponível em: <<https://gephi.org/>>. Acesso em: 18 dez. 2020.

GERALDI, J. W. **O Texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2011.

GIROTTTO, C. G. G. S.; SOUZA, R. J. de. Estratégias de leitura: para ensinar alunos a lerem e a compreenderem o que leem. In: SOUZA, R. J. de et al. **Ler e compreender: estratégias de leitura**. São Paulo: Mercado de Letras, 2010, p. 45-114.

GOMES, S. L. R.; MENDONÇA, M. A. R.; SOUZA, C. M. Literatura Cinzenta. In: CAMPELLO, B; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (Coord.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p. 97–104.

GOUVEIA, J. A. A. A pesquisa educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, 1971.

Disponível em: <<https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/linkPdf.php?pdf=10018022-1.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

GUEVARA PATIÑO, R.. O estado da arte na investigação: análise de los conocimientos acumulados ou indagação por novos sentidos?. **Revista Folios**. nº 44, 2016, (44), 165-179. ISSN: 0123-4870. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=345945922011>.

HADDAD, S. **Ensino supletivo no Brasil: o estado da ar**. Série Estado da Arte ed. Brasília: MEC/INEP/COMPED, 1987. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=28008>. Acesso em: 25 mar. 2020.

HADDAD, S. **Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Série Estado do Conhecimento ed. Brasília: MEC/INEP, 2002. Disponível em: <<http://estadoconhecimento.inep.gov.br/ojs3/index.php/estadoconhecimento/issue/view/417>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

HAYASHI, C. R. M. **Presença da Educação Brasileira na Base de dados Francis: Uma abordagem Bibliométrica**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2487>>. Acesso em: 1 ago. 2018.

HÖFLING, E. de M. **A FAE e a execução da política educacional: 1983–1988**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1993. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/250826>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

HUNT, P.. **Crítica, teoria e literatura infantil**. Tradução. Cid Knipel. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

JACOMINI, M. A.; SILVA, A. A. Pesquisa em Educação: incursões sobre epistemologia, método e teoria em teses e dissertações (2000 – 2010). In: MAINARDES, J (Coord.). **Metapesquisa em campo da política educacional**. Curitiba: Editora CRV, 2021, p. 169 – 194.

JUNQUEIRA, C. C. Entrevista com Laura Sandroni e Elizabeth Serra. In: SERRA, E. D.; ZINCONE, G (Coord.). **Um imaginário de livros e leituras: 40 anos da FNLIJ**. Rio de Janeiro: FNLIJ, 2008.

KUENZER, A. Z. **Educação e trabalho no Brasil**. Brasília, DF: REDUC/INEP, 1987.

KIRCHOF, E. R; SILVEIRA, R. M. H; BONIN, I. T. et al. A diferença na literatura infantil: Narrativas e leituras. São Paulo: Moderna, 2012.

LAJOLO, M. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. 6ª edição. São Paulo: Global Editora, 2009.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **Literatura infantil brasileira: uma nova / outra história**. Curitiba: PUCPRESS, 2017. Acesso em: 6 maio. 2021.

LATTES. Plataforma *Lattes*. 2021. Disponível em: <<http://Lattes.cnpq.br/>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Tradução MONTEIRO, H.; SETTINERI, F. Belo Horizonte: Artmed, 1999. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=183263>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

LOPES; A. C.; MACEDO, E. **Currículo da Educação Básica**. Série Estado do Conhecimento. Brasília: MEC/INEP, 2007. Disponível em: <<http://estadoconhecimento.inep.gov.br/ojs3/index.php/estadoconhecimento/issue/view/420>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

LOPES, I. V. de; ROMANCINI, R. Teses e dissertações estudo bibliométrico na área da comunicação. In: POBLACION, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. da (Org.). **Comunicação e produção científica: contexto, indicadores, avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006, p. 137 – 162.

MACHADO, M. Z. V.; PAIVA, A.; MARTINS, A. A.; PAULINO, G. (Coord.). **Escolhas (literárias) em jogo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

MAINARDES, J. A metapesquisa no campo educacional: aspectos teórico-conceituais e metodológicos. In: MAINARDES, J (Coord.). **Metapesquisa em campo da política educacional**. Curitiba: Editora CRV, 2021. p. 19–44.

MAINARDES, J. (Coord.). **Metapesquisa no campo da política educacional**. Curitiba: Editora CRV, 2021. Disponível em: <<https://www.editoracrv.com.br/livrosdigitais/pdf/viewer.html>>. Acesso em: 13 maio. 2021.

MARQUES NETO, J. C. Introdução. In: AMORIM, G. (Coord.). **Políticas públicas do livro e leitura**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2006. p. 19–29.

MARQUES NETO, J. C.. Plano nacional do livro e leitura: Os primeiros quatro anos e o futuro. In: MARQUES NETO, J. C. (Coord.). **PNLL: Textos e histórias**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2010. p. 13–20.

MARTELETO, R. M. Informação, Rede e Redes Sociais – Fundamentos e Transversalidades. **Inf. Inf**, 2007, p. 1–17. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/07/pdf_691c714087_0011336.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

MARTINS, A. M (Coord.). **Estado da Arte: gestão, autonomia escolar e órgãos colegiados (2000 - 2008)**. Brasília: Liber Livro, 2011.

MEGID NETO, J. **Pesquisa em ensino de Física do 2º grau no Brasil: Concepção e tratamento de problemas em Teses e Dissertações**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1990. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/251713>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MEGID NETO, J. **Tendências da pesquisa acadêmica sobre o ensino de Ciências no nível fundamental**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1999. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/252565>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MEGID NETO, J. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [s.d.]. Disponível em:

<<http://Lattes.cnpq.br/6891068007814958>>. Acesso em: 5 jan. 2020.

MEGID NETO, J.; CARVALHO, L. M. De. Pesquisas de Estado da Arte: Fundamentos, características e percursos metodológicos. In: ESCHENHAGEN, M. L.; VÉLEZ-CUARTAS, G.; MALDONADO, PINO, G. G. (Coord.). **Construcción de problemas de investigación: Diálogos entre el interior y el exterior**. Colômbia: Fondo Editorial FCSH, 2018. p. 1800–2177.

MELO; M.L.D. DE; SANTANA, S. R. DE; SILVA, A. K. A. DA; SOUZA, E. D. DE. Redes de Colaboração Intelectual: Uma Análise na Formação e na Produção Científica dos Docentes Permanentes do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. **Inf. Inf**, 2021, p. 131–154. Disponível em: <<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/40112/pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

MESSINA, G. Investigación en o investigación acerca de la formación docente: un estado del arte en los noventa. **Revista Ibero-americana de Educación**, 1999, p. 145–207. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.35362/rie1901057>>. Acesso em: 17 abr. 2020.

MIZUKAMI, M. da G. N. Escola e desenvolvimento profissional da docência. In: GATTI, B. A.; SILVA JÚNIOR, A. C.; PAGOTTO, M. D. S.; NICOLETTI, M. G. (coord.). **Por uma política nacional de formação de professores**. Editora Unesp. Edição do Kindle, 2013, p. 23 – 54.

MORAIS, M. L. B. de; SCHNEIDER, M. P. Pesquisa sobre pesquisas em políticas de avaliação e accountability educacional no Brasil: desafios de uma metapesquisa. In: MAINARDES, J (Coord.). **Metapesquisa em campo da política educacional**. Curitiba: Editora CRV, 2021, p. 101 – 122.

MOREIRA, L. P. O programa universidade para todos em teses da área de educação: temáticas, fundamentos e níveis de abstração. In: MAINARDES, J (Coord.). **Metapesquisa em campo da política educacional**. Curitiba: Editora CRV, 2021, p. 71 – 100.

MOROSINI, M. C. **Educação Superior em Periódicos Nacionais**. Série Estado do Conhecimento ed. Brasília: MEC/INEP, 2001. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/download/cibec/2001/estado_do_conhecimento/educacao_superior_periodicos_nacionais.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2019.

MUELLER, S. P. M. A Ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, B; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M (Coord.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p. 21–34.

NAVES, M. M. L. Considerações sobre a participação de docentes universitários em bancas examinadoras. **Revista Docência do Ensino Superior**, 2014, p. 13–20, 2013. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/giz/wp-content/uploads/2014/10/03-Considera%C3%A7%C3%B5es-sobre-a-participa%C3%A7%C3%A3o-de-docentes-universit%C3%A1rios-em-bancas-examinadoras.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2021.

NIELSEN BOOK. Painel do Varejo de Livros no Brasil. **Produção e vendas do setor editorial brasileiro**, 2020. Disponível em: <https://snel.org.br/wp/wp-content/uploads/2020/06/Produ%C3%A7%C3%A3o_e_Vendas_2019_imprensa_.pdf>. Acesso em: 20 maio. 2021.

NORONHA, D. P. **Pós-graduação em Saúde Pública: Análises de dissertações de mestrado e teses de doutorado**. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Universidade Estadual de São Paulo (USP), 1996. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6132/tde-14032018-132455/publico/DR_303_Noronha_1996.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2021.

OASISBR. **Portal brasileiro de publicações científicas em acesso aberto**. Disponível em: <<https://oasisbr.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

OPENREFINE. **OpenRefine**. [s.d.]. Disponível em: <<http://openrefine.org/>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

PAIVA, A. Literatura na infância: imagens e palavras. In: BRASIL (Coord.). **Literatura na infância: imagens e palavras**. Brasília: SEB/FNDE/MEC, 2008.

PAIVA, A. **Literatura fora da caixa: O PNBE na escola – Distribuição, circulação e leitura**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

PAIVA, A. PNBE: seleção, distribuição, circulação e usos de livros de literatura na Educação Infantil: uma política em (re) construção. In: CEALE; UFRJ; BRASIL (Coord.). **Literatura na Educação Infantil acervos, espaços e mediações**. Belo Horizonte: Ceale, 2014. p. 157–180.

PAIVA, A.; MARTINS, A. A.; PAULINO, G.; MACHADO, M. Z. V. (Coord.). **Literatura e letramento: espaços suportes e interfaces: o jogo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

PAIVA, A.; MARTINS, A. A.; PAULINO, G.; MACHADO, M. Z. V. (Coord.). **Democratizando a leitura: pesquisas e práticas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

PAIVA, A.; SOARES, M. (Coord.). **Literatura infantil - Políticas e concepções**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

PAIVA, A.; SOARES, M. Introdução. In: BRASIL; CEALE (Coord.). **PNBE na escola: literatura fora da caixa**. Brasília: MEC/SEB, 2014. p. 11–18.

PALACIO, OLGA L. L. ; GRANADOS, Luis F.M.; VILLAFÁÑEZ, Liccy, C.C. Guia para construir Estados da arte. **International Corporatio of Networks of Knowledge – ICONK**, Bogotá. Colombia, 2016. Disponível: <https://iconk.org/docs/guiaaea.pdf> . Acesso em 02 ago. 2021.

PAULINO, G. Saberes literários como saberes docentes. **Presença Pedagógica**, v. 10, n. 59, set/out, 2004, p. 55 – 61.

PAULINO, G.; MARTINS, A. A.; PAIVA, A.; CORREA, H.; MACHADO, M. Z. V. (Coord.). **Literatura: saberes em movimento**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.

PAULINO, G.; MARTINS, A. A.; PAIVA, A.; MACHADO, M. Z. V. (Coord.). **Leituras literárias: discursos transitivos**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.

PAULINO, G.; MARTINS, A. A.; PAIVA, A.; MACHADO, M. Z. V. (Coord.). **No fim do século: a diversidade: o jogo do livro infantil e juvenil**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

PENIDO, T. N. **Um estudo da leitura como temática nos resumos das teses de doutorado e das dissertações de mestrado no Brasil (2000- 2005)**. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2010. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000785852&idsf=219>>. Acesso em: 23 abr. 2021.

PENIDO, T. N. **Um Estudo dos Resumos de Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado: 45 Anos de Produção em Leitura no Brasil (1965-2010)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/330329/1/Penido_ThaisNogueira_M.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

PEREZ, J. R. R. Por que pesquisar implementação de políticas educacionais atualmente? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, 2010, p. 1179-1193.

PETTICREW, M.; ROBERTS, H. **Systematic Reviews in the Social Sciences: A Practical Guide**. Oxford: John Wiley & Sons, 2006. Acesso em: 17 abr. 2021.

PNBE. **Pensamento Nacional das Bases Empresariais**. Disponível em: <<https://www.pnbe.org.br/>>. Acesso em: 18 abr. 2021.

POBLACION, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. da (Org.). **Comunicação e produção científica: contexto, indicadores, avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006.

POBLACION, D. A.; OLIVEIRA, M. de. Input e output insumos para o desenvolvimento da pesquisa. In: POBLACION, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. da (Org.). **Comunicação e produção científica: contexto, indicadores, avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006, p. 57 – 80.

PISCIOTTA, K. Redes sociais articulação com os pares e com a sociedade In: POBLACION, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. da (Org.). **Comunicação e produção científica: contexto, indicadores, avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006, p. 115 – 136.

PRADO, I. Literatura em minha casa PNBE 2002. In: VIANA, C. M. S. V. (Coord.). **Relatório do seminário PNBE: O direito de ler literatura, para a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil**. Rio de Janeiro: FNLIJ, 2002.

QUEIRÓS, B. C. DE. **Contos e poemas para ler na escola**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

RAMOS, F. B. **Literatura na Escola - da Concepção à Mediação do PNBE**. Caxias do Sul, RS: Educus, 2013. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/literatura_escola_ebook_2.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2021.

RETRATOS DA LEITURA NO BRASIL. **Retratos da leitura no Brasil 1 - 2000-2001**. São Paulo: CBL, Snel e Abrelivros, 2001. Disponível em: <http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/2012/04/45Retrato_da_leitura_no_BrasilATUALIZADA.pdf>. Acesso em: 24 maio. 2021.

RIGOLETO, A. P. C; GIORGI, C. A. G. Outros parceiros na biblioteca escolar:

democratização e incentivo à leitura. In: SOUZA, R. de J. (Org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação**. Campinas: Mercado das Letras, 2009, p. 219-237.

ROJO, R. **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola, 2012.

ROCHA, E. A. C.; SILVA FILHO, J. J. DA; STRENZEL, G. R. **Educação Infantil**. Série Estado do Conhecimento ed. Brasília: MEC/INEP, 2001. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/download/cibec/2001/estado_do_conhecimento/serie_doc_educacao_infantil.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2019.

ROESENBERG, F; PIZA, E. P.; MONTENEGRO, T. **Mulher e Educação Formal no Brasil: Estado da Arte e Bibliografia**. Série Estado da Arte ed. Brasília: MEC/INEP/COMPED, 1990. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=28024>. Acesso em: 25 mar. 2020.

ROMANOWSKI, J. P. **As licenciaturas no Brasil: Um balanço das teses e dissertações dos anos 90**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de São Paulo (USP), 2002. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-22102014-134348/publico/JOANA_PAULIN_ROMANOWSKI.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2018.

ROMANOWSKI, J. P. **Currículo do Sistema Lattes**. Disponível em: <<http://Lattes.cnpq.br/7752218478865716>>. Acesso em: 5 mar. 2020.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As Pesquisas denominadas do tipo “Estado Da Arte” em Educação. **Revista Diálogo Educacional**, [s. l.], p. 37–50, 1 jan. 2006. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/24176>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

ROSEMBERG, F.; PIZA, E. P.; MONTENEGRO, T. **Mulher e Educação Formal no Brasil: Estado da Arte e Bibliografia**. Série Estado da Arte ed. Brasília: MEC/INEP, 1990. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=28024>. Acesso em: 8 jun. 2021.

SANTOS, R. M. Dos. **Estado da Arte e História da Pesquisa em Educação Estatística em programas brasileiros de pós-graduação**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/305010>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SAVIANI, D. **da LDB (1996) ao novo PNE (2014-2024): por uma outra política educacional**. Campinas: Autores Associados, 2019. Disponível em: <E-Book Kindle>. Acesso em: 5 maio. 2021.

SCOPUS. **SCOPUS**. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.scopus.com/home.uri>>. Acesso em: 18 dez. 2020a.

SEBBA, J. Desenvolvendo políticas e práticas informadas por evidência. In: THOMAS, G.; PRING, R (Coord.). **Educação baseada em evidências: a utilização dos achados científicos para a qualificação de prática pedagógica**. Tradução Roberto, C. C. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 45–46.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SERRA, E. PNBE: O direito de ler literatura. In: VIANA, C. M. S. V. (Coord.). **Relatório do seminário PNBE: O direito de ler literatura, para a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil**. Rio de Janeiro: FNLIJ, 2002.

SERRA, E. A.; ZINCONE, G. (Coord.). **Um imaginário de livros e leituras: 40 anos da FNLIJ**. Rio de Janeiro: FNLIJ, 2008. Disponível em: <<https://www.memoriadaeletricidade.com.br/pt/acervo/15197/um-imaginario-de-livros-e-leituras-40-anos-da-fnlij>>. Acesso em: 8 jun. 2021.

SEVERINO, A. J. Pós-graduação e pesquisa: O processo de produção e de sistematização do conhecimento no campo educacional. In: **A bússola do escrever: Desafios e estratégias na orientação de Teses e Dissertações**. São Paulo: Cortez Editora, 2012. p. 82–101.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. DE; EVANGELISTA, O. **Política Educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2000.

SILVA, D. C. B. **Literatura em minha casa”: Uma pesquisa em escolas públicas do município de Londrina**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2005.

SILVA, E. T. da. **Elementos de pedagogia da leitura**. 3.ed. Campinas: Martins Fontes, 1998.

SILVA, E. T. da. Formação de leitores literários. In: SANTOS, F. dos. MARQUES NETO, J. C.. RÖSING, T. M. K.. **Mediação de leitura: discussões e alternativas para a formação de leitores**. 1. Ed. - São Paulo: Global, 2009, p. 23- 36.

SILVA, E. T. da. **Leitura e realidade brasileira**. 6. ed. Campinas: Edições Leitura Crítica, 2010.

SILVA, E. T. da. **Leitura na escola e na biblioteca**. 12. ed. Campinas: Edições Leitura Crítica, 2013.

SILVA, E. T. da. **Reflexões sobre leitura via tirinha de jornais**. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica; 2015.

SILVA, G. de S. O. **Estado da Arte da Leitura no Brasil: 2010 A 2015**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás - Campus catalão, 2017.

Disponível em:

<<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/7639/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Gislene%20de%20Sousa%20Oliveira%20Silva%20-%202017.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

SILVA, P. V. B. da; REGIS, K. MIRANDA, S. A. **Educação das relações étnico-raciais; o Estado da Arte** – Curitiba: NEAB-UFPR e ABPN, 2018.

SMITH, F. **Compreendendo a leitura: Uma análise psicolinguística da leitura e do aprender a ler**. Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

SOARES, I. C. G. **Programas Nacionais de Leitura no Brasil: o Proler e o Pró-Leitura (1995- 2000)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2002.

SOARES, M. **Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento**. Série Estado da Arte ed. Brasília: MEC/INEP/COMPED, 1985.

SOARES, M. Apresentação. In: FRADE, I. C. A. da S. (Coord.). **História da alfabetização: produção, difusão e circulação de livros**. Belo Horizonte: UFMG/FAE, 2006. p. 7–8.

SOARES, M. B; MACIEL, F. **Alfabetização**. Série Estado do Conhecimento ed. Brasília: MEC/INEP/COMPED, 2000. Disponível em:
<<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484330/Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o/f9ddff4f-1708-41fa-82e5-4f2aa7c6c581?version=1.3>>. Acesso em: 1 fev. 2017.

SOUSA, S. M. Z. L.; BARRETO, E. S. de SÁ. **Ciclos e Progressão Escolar**. Série Estado do Conhecimento ed. Brasília: MEC/INEP, 2013. Disponível em:
<<http://estadoconhecimento.inep.gov.br/ojs3/index.php/estadoconhecimento/issue/view/421>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

SOUZA, R. J. de; Feba, B. T. (org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação**. Campinas, SP: Mercado de letras, 2009.

SOUZA, R. J. de; Feba, B. T. (org.). **Leitura literária na escola: reflexões e propostas na perspectiva do letramento**. Campinas, SP: Mercado de letras, 2011.

SPOSITO, M. P. **Juventude e escolarização**. Série Estado do Conhecimento ed. Brasília: MEC/INEP, 2002. Disponível em:
<<http://estadoconhecimento.inep.gov.br/ojs3/index.php/estadoconhecimento/issue/view/416>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2014.

THOMAS, G; PRING, R. **Educação baseada em evidências: A utilização dos achados científicos para a qualificação da prática pedagógica**. Tradução COSTA, R. C. Porto Alegre: Artmed, 2007.

TIEPPO, R. **LucyLattes um script para manipular dados da plataforma Lattes • Rafael Tieppo**. 2019. Disponível em: <https://rafatieppo.github.io/post/2019_03_13_lucylattes/>. Acesso em: 18 abr. 2021.

TONIETO, C.; FÁVERO, A. A. A pesquisa em política educacional: análise de aspectos teórico-epistemológicos em teses de Doutorado (2010 – 2012). In: MAINARDES, J (Coord.). **Metapesquisa em campo da política educacional**. Curitiba: Editora CRV, 2021, p. 45 - 70.

VAILLANT, D.; MARCELO, C. **Ensinando a ensinar: as quatro etapas de uma aprendizagem**. Curitiba: Editora UTFPR, 2012.

VALARINI, S. D. **Os caminhos do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): uma política pública brasileira na tentativa de formação de um campo literário no ambiente escolar**. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade estadual de Maringá, 2015.

VANTAGEPOINT. **VantagePoint Software - Artificial Intelligence Trading Software**. Disponível em: <<https://www.vantagepointsoftware.com>>. Acesso em: 18 dez. 2020.

VOSGERAU, D. S. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Diálogo educacional**, p. 165–189, 2014. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.7213/dialogo.educ.14.041.DS08>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

WEITZEL, S. da R. Fluxo da informação científica. In: POBLACION, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. da (Org.). **Comunicação e produção científica: contexto, indicadores, avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006, p. 81 - 114.

WEB OF SCIENCE. **Web of Science**. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/?option=com_pcollection&mn=70&smn=79&cid=81>. Acesso em: 18 dez. 2020.

WITTMANN, L. C.; GRACINDO, R. V. **Políticas e Gestão da Educação**. Série Estado do Conhecimento ed. Brasília: MEC/INEP, 2001. Disponível em: <<http://estadoconhecimento.inep.gov.br/ojs3/index.php/estadoconhecimento/issue/view/414>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

WORDART. **WordArt.com**. Disponível em: <<https://wordart.com/create>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

XAVIER, C. A. R. de. A importância do mestre-escola, ou do professor como mediador de leitura. In: MARQUES NETO, J. C. (Coord.). **PNLL: Textos e histórias**. São Paulo. São Paulo: Cultura acadêmica, 2010.

YUNES, E. Era uma vez a leitura ... In: MARQUES NETO, J. C. (Coord.). **PNLL: Textos e histórias**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2010. p. 153–1555.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

REFERÊNCIAS — *CORPUS DE ANÁLISE*

- 1) AGLIARDI, D. A. **Ler um livro de capa a capa: Experiências de leitura com estudantes da Educação de Jovens e Adultos.** Tese (Doutorado em Letras), Universidade de Caxias do Sul (UCS), 2016. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 2) ALCARAZ, R. de C. M. **Políticas de leitura para a infância no município de Curitiba: o livro como direito à promoção da igualdade racial.** Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2018. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 3) ALIAGA, R. **A biblioteca escolar na produção acadêmica sobre leitura: movimentos, diálogos, aproximações.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2013. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 1 abr. 2021.
- 4) ALMEIDA, J. de D. **Representações racializadas na literatura Infanto-juvenil: O PNBE/2013 e uma pesquisa com jovens leitores.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), 2016. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 5) ALMINO, J. DA S. **Representações de personagens indígenas de autoria indígena nas obras do PNBE/2006.** Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD), 2018. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 6) ALVES, K. F. **Literatura e estratégias de leitura no Ensino Médio: análise de proposta para a formação de leitores autônomos.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Caxias do Sul (UCS), 2016. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 7) ANDRADE, F. F. **O fazer literário nos labirintos do sonho.** Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 2016. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 8) ARAÚJO, D. C. de. **Relações raciais, discurso e literatura infanto-juvenil.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2010. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 2 mai. 2021.
- 9) ARAÚJO, D. C. de. **Literatura Infanto-Juvenil e política educacional: Estratégias de racialização no Programa Nacional Biblioteca Escola (PNBE) 2015.** Tese

- (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2015. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 2 mai. 2021.
- 10) ARAÚJO, M. J. de G. M. de. **Livros que andam: Disponibilidade, acesso e apropriação da leitura no contexto do Programa Literatura em minha casa.** Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Fluminense, 2008. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 1 abr. 2021.
- 11) ARAUJO, M. M. M. **O livro de imagem: análise estética do PNBE 2014.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), 2016. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 2 mai. 2021.
- 12) ARAÚJO, M. da C. R. de. **Políticas públicas nacionais de fomento à leitura e suas repercussões para a Educação Básica.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 2014. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 3 abr. 2021..
- 13) ATHAYDE, A. B. A. **A temática Afro-Brasileira no Programa Nacional Biblioteca da Escola nos Anos Finais do Ensino Fundamental: Uma intervenção midiática para o letramento literário.** Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), 2017. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 14) BARBOSA, A. C. B. **A constituição da atitude leitora: uma intervenção pedagógica com crianças de 1º ano do ensino fundamental.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Uberaba (UNIUBE), 2018. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 15) BARREIROS, R. C. **Literatura infantojuvenil afro-brasileira: Uma leitura de Os Reizinhos de Congo.** Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2014. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 23 abr. 2021..
- 16) BARRETO, T. R. F. **O gênero textual tira em vestibular: Uma análise de questões de leitura e compreensão.** Dissertação (Mestrado em Letras), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), 2008. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 23 abr. 2021..
- 17) BARROSO, F. C. da S. **A literatura infantil e a precarização da leitura literária nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em escolas de Humaitá/AM.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), 2015. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

- 18) BASTOS, L. R. L. **Adaptação em HQ no ensino de História: Uma análise sobre a condição feminina na sociedade brasileira oitocentista a partir das personagens D. Evarista e Bertoleza.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2017. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 19) BATISTA, J. L. da S. **Organização e funcionamento do programa sala de leitura nas escolas da diretoria de ensino de Presidente Prudente.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho, 2015. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 20) BATISTA, M. O. **A poesia de Alice Ruiz: Entre a prática de leitura e a recepção.** Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), 2016. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 21) BATTISTI, R. **A representação feminina em obras da literatura juvenil brasileira do século XXI: Um olhar sobre protagonistas adolescentes de narrativas que integram o PNBE/2013.** Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), 2015. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 22) BERNARDES, T. V. M. **A literatura de temática da cultura africana e afro-brasileira nos acervos do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) para educação infantil.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, 2018. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 23) BITAZI, F. I. **Clássico literário e adaptação em quadrinhos: uma possibilidade para a formação estético-discursiva do jovem leitor.** Tese (Doutorado em Letras), Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2015. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 24) BITTENS, C. M. R. V. **O universo literário ao alcance daqueles que ainda não leem: tendências contemporâneas da literatura para bebês.** Dissertação (Mestrado em Literatura e Crítica literária). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 25) BOEIRA, A. F. **Ler e jogar ou jogar e ler? Estratégias de leitura empregadas por estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental ao jogar no click jogos.** Tese (Doutorado em Letras), Universidade de Caxias do Sul (UCS), 2016. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 26) BONFIM, L. A. **Viagens literárias: Navegando pelo Ensino Médio, PNBE e ambiente virtual.** Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Estadual do Oeste

- do Paraná (UNIOESTE), 2016. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 27) BORELLA, T. **Desenvolvimento da linguagem infantil à luz da teoria Histórico-Cultural: Contribuições de práticas literárias na primeira infância**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP - PP), 2016. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 28) BRANDAO, C. L.. **PNBE do Professor: Usos e Desusos**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)- Campus de Rondonópolis, 2016. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 29) BUENO, G. K. dos S. **Representação da professora na literatura infantojuvenil do PNBE/2008**. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal Grande Dourados (UFGD), 2012. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 23 mai. 2021.
- 30) BUFALO, K. S. **Políticas públicas para a leitura: a mercantilização da educação**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Maringá, 2018. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 23 mar. 2021.
- 31) BUFFON, E. C. **Leitura de histórias em quadrinhos do PNBE 2012: a Turma do Pererê**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Caxias do Sul (UCS), 2014. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 23 mar. 2021.
- 32) CALLIARI, E. A. da S. **As sequências didáticas como estratégia para o letramento literário**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), 2015. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 33) CAMPOS, C. de A. **Letramento literário e bibliotecas escolares: uma pesquisa exploratória no município de Ouro Preto**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Ouro Preto, 2018. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 21 fev. 2021.
- 34) CARETTI, L. da S. **Concepções de relação ser humano-natureza nos livros de literatura infantil para o Ensino Fundamental do Programa Nacional Biblioteca da Escola 2008**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), 2011. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 21 fev. 2021.

- 35) CARLETO, E. A. **Literatura Infantil como espaço de formação: Um estudo com obras de Ruth Rocha**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), 2014. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 2 mar. 2021.
- 36) CARLOTTO, O. B. **Contribuições da Revista Ciência Hoje das Crianças para o letramento**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Caxias do Sul (UCS), 2013. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 2 fev. 2021.
- 37) CAVALCANTI, L. S. M. **O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): análise sobre as práticas de leitura literária em Escolas da rede Municipal de Santa Inês (MA)**. Dissertação (Mestrado em Letras), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 38) CELINSKI, G. M. **Revista Ciência Hoje das crianças: Um estudo sobre potencialidades e fragilidades educativas da comunicação da Ciência no âmbito escolar**. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2014. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 2 fev. 2021.
- 39) CINTRA, M. M. **Produção de conhecimento em Educação Física no Ensino Médio: O impacto dos livros no “Chão Da Escola.”** Dissertação (Mestrado em Educação Física), Universidade Federal do Triângulo Mineiro, 2017. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 40) CIRINO, D. B. L. **Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE: Apropriação dos acervos para a formação de leitores no município de Ipameri-Goiás**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão, 2015. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 2 abr. 2021..
- 41) COIMBRA, S. A. D. de O. **O Programa de Bibliotecas da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte: Caminhos para uma política de formação de leitores**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 2016. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 42) COPES, R. J. **Políticas Públicas de Incentivo à Leitura: Um estudo do Projeto Literatura em minha casa**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2007. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 2 mar. 2021.
- 43) CORDEIRO, M. B. da S. **Leitura, literatura, biblioteca e políticas públicas: Um estudo de caso em Dourados/MS**. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade

- Federal de Grande Dourados (UFGD), 2013. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 3 fev. 2021.
- 44) COSTA, C. D. M. da. **Literatura premiada entra na escola? A presença dos livros premiados pela FNLIJ, na categoria criança, em bibliotecas escolares da Rede Municipal de Belo Horizonte.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2009. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 2 fev. 2021.
- 45) COSTA, K. M. de M. **Literatura em minha casa: Entre representações e práticas de leitura.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Goiás, 2007. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 2 fev. 2021.
- 46) COSTENARO, R. **O uso do acervo do Programa Nacional Biblioteca da Escola em uma perspectiva inclusiva.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho (UNESP), 2015. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 2 fev. 2021.
- 47) CUNHA, N. C. da S. A. **A (Não) apresentação de elementos da composição artística em audiodescrições de pinturas em Livro Didático acessível: Uma descrição à luz de modelo sistêmico-funcional.** Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Estadual do Ceará (UECE), 2017. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 48) DALENOGARE, R. A. **Livro de poesia no Ensino Médio: Possibilidades de análise.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Caxias do Sul (UCS), 2017. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 49) DORNELLES, K. M. S. **Representações indígenas no PNBE 2014.** Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD), 2017. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 50) ESPEIORIN, V. M. **Educação pelo poético: a poesia na formação da criança.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Caxias do Sul (UCS), 2010. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 2 fev. 2021.
- 51) FERNANDES, C. R. D. **Práticas de Leitura Escolar no Brasil: Representações da Escola, de Professores e do Ensino na Literatura Infante - Juvenil a partir dos Anos 80.** Tese (Doutorado em Letras), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2004. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 1 mar. 2021.

- 52) FERREIRA, L. C. da S. **A personagem do conto infanto-juvenil brasileiro contemporâneo: Uma análise a partir das obras do PNBE / 2005**. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade de Brasília (UNB), 2008. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 2 mar. 2021.
- 53) FIGUEIREDO, A. R. A. **O Programa Nacional Biblioteca da Escola articulado à formação docente no contexto das políticas públicas educacionais no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Paraíba, 2018. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 1 fev. 2021.
- 54) FRANCISCATI, J. de B. **Representação de avós mediadores de leitura em obras de Literatura Infantil no PNBE**. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD), 2016. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 55) GABRIEL, T. F. **Estratégias de leitura literária para a formação do leitor: PNBE e sala de leitura no contexto paulista**. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), 2016. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 56) GONCALLES, M. C. **Reconhecendo as escolhas de leitura dos jovens: Best-Seller não é boa leitura?** Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade estadual de Maringá (UEM), 2016. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 57) GRAMACHO, R. L. de A. **Literatura e ensino: Professores e poetas na construção de saberes**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2013. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 1 fev. 2021.
- 58) GUERRA, M. P. R. **O leitor e a literatura juvenil: Um diálogo entre os prêmios literários Jabuti E FNLIJ e o Programa Nacional Biblioteca da Escola**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade federal do Espírito Santo (UFES), 2015. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 59) GUIMARÃES, J. **Biblioteca escolar e políticas públicas de incentivo à leitura: de museu de livros a espaço de saber e leitura**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP - PP), 2010. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 1 fev. 2021.
- 60) GUTIERRES, A. **A mediação docente como estratégia para o aprimoramento da competência leitora**. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD), 2010. Disponível em:

- <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 2 fev. 2021.
- 61) HOKI, E. de A. P. **Escrita e escritores na ficção de Lygia Bojunga dentro do acervo PNBE**. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD), 2014. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 1 fev. 2021.
- 62) HUNING, R. I. **A leitura, o texto e o Programa Nacional Biblioteca na Escola: Intrincada relação para o processo de construção da compreensão em leitura**. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal da Fronteira do Sul (UFFS), 2018. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 63) IGUMA, A. de O. **Representações de leitura na literatura infantojuvenil: Um estudo do PNBE - 2009**. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD), 2012. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 1 fev. 2021.
- 64) JESUS, E. M. de. **Revistas pedagógicas na leitura docente: Acesso e usos no cotidiano escolar**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal Fluminense (UFF), 2014. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 1 fev. 2021.
- 65) KAERCHER, G. E. P. da S. **O mundo na caixa: Gênero e Raça no Programa Nacional Biblioteca da Escola - 1999**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2006. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 1 fev. 2021.
- 66) KICH, M. **Mediação de leitura literária: O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)/2008**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Caxias do Sul (UCS), 2011. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 1 jan. 2021.
- 67) LACERDA, A. da C. **História em quadrinhos como ferramenta de ensino para divulgação dos benefícios tecnológicos e biotecnológicos na perspectiva da surdez desde a organização da primeira escola para surdos no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências e Biotecnologia), Universidade Federal Fluminense (UFF), 2018. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 68) LACERDA, M. G. **Design na leitura: Uma possibilidade de mediação entre o jovem e a leitura literária**. Dissertação (Mestrado em Design), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), 2013. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 1 fev. 2021.

- 69) LACERDA, M. G. **A formação visual do leitor por meio do design na leitura: Livros para crianças e jovens**. Tese (Doutorado em Design), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), 2018. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 70) LAMPA, J. M. M. **As condições para o uso eficaz da literatura de massa no desenvolvimento da linguagem: a formação docente necessária**. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica Do Paraná, 2007.
- 71) LEMOS, H. D. **A dinâmica das interações visuais e verbais no livro produzido para crianças: Um olhar sobre o PNBE 2005**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2010. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 2 fev. 2021.
- 72) LEONARCZYK, E. **A(s) violência(s) na Literatura Infantojuvenil Brasileira: Uma análise a partir do PNBE 2013**. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade estadual de Maringá (UEM), 2016. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 73) LEONARDI, S. E. R. **A literatura marginal-periférica e sua inserção no Ensino Médio**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2016. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 74) LIMA, M. F. de. **Representações de escrita e leitura no acervo do Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE/2013**. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal, 2016. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 75) LIMA, F. das C. N. de. **O Programa Nacional Biblioteca da Escola e as vozes dos professores de Língua Portuguesa do Ensino Médio**. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 2011. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 3 fev. 2021.
- 76) LIMA, L. A. M. de. **Traduções para a primeira infância: O livro ilustrado traduzido no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade de Brasília (UNB), 2015. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 2 fev. 2021.
- 77) LIMA, S. X. de. **Biblioteca Ramal de Nova Iguaçu: Letramento e práticas leitoras**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2010. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 2 jan. 2021.
- 78) LIMA, R. B. DE. **Diversidade religiosa na Literatura Infantojuvenil Brasileira: Uma análise do acervo do PNBE 2013**. Dissertação (Mestrado em Educação),

- Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2018. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 79) LIRA, T. G. de S. **Leitura do texto literário no Ensino Fundamental II: a formação de leitores por meio do gênero conto**. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 2016. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 80) LÓ, L. E. D. **Educação literária pela mediação: Estudo aplicado no primeiro ano do Ensino Fundamental**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Caxias do Sul (UCS), 2011. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 3 fev. 2021.
- 81) LOPES, N. R. **Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) 2010: Personagens negros como protagonistas e a construção da identidade étnico-racial**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP - MAR), 2012. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 3 fev. 2021.
- 82) LORENZET, F. L. **Leitura literária da narrativa visual na educação infantil**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Caxias do Sul, 2016. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 3 fev. 2021.
- 83) LUCAS, R. G. de M. e. **A apropriação do acervo do PNBE em oficinas literárias**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Goiás - Campus catalão, 2016. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 84) MADEIRA, T. F. L. **Educar para as relações Étnico-Raciais: mudanças no campo normativo e o impacto no mercado editorial**. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), 2016. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 85) MAIA, E. T. da. **Mediadores e práticas de leitura literária: Um estudo do acervo PNBE**. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD), 2014. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 86) MARANGONI, M. C. T. **Brincadências com a poesia infantil: Um quintal para o letramento poético**. Tese (Doutorado em Letras), Universidade de Caxias do Sul (UCS/UNIRITTER), 2015. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 87) MARCAL, C. **As emoções e sentimentos na Literatura Infantil: Perspectiva**

- Vigotskiana**. Dissertação (Mestrado em Ensino), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), 2017. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 88) MARQUES, M. J. D. V. **Programa Nacional Biblioteca da Escola: PNBE do correio à sala de aula**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), 2013. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 89) MARQUES, M. L. DE L. **Literatura em minha casa: uma história sobre leitura, literatura e leitores**. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal da Paraíba (UFPB/JP), 2005. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 26 abr. 2021..
- 90) MARSON, I. C. **Didática da leitura subjetiva: O sujeito leitor no ensino de leitura na escola**. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), 2016. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 91) MARTINHAGO, D. B. **As representações do negro na Literatura Infantil: Algumas leituras do acervo do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) do ano de 2013**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do extremo Sul Catarinense (UNESC). Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 92) MAZUR, R. A. B. **Método Comunicacional: Proposta de ensino de Literatura**. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), 2017. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 93) MONTEIRO, T. **Era uma vez ... Uma construção discursiva do conceito de qualidade na Literatura Infantil e Juvenil**. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2007. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 94) MONTUANI, D. F. B. **O PNBE / 2005 Na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte: Uma discussão de possíveis impactos da política de distribuição de livros de literatura na formação de leitores**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2009. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 95) MONTUANI, D. F. B. **Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE: conhecimento, circulação e usos em um Município de Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2013. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>.

- DtrgccRx?usp=sharing>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 96) MORAES, A. C. de. **A representação feminina na obra a Mocinha Do Mercado Central, de Stella Maris Rezende (2011): Uma proposta para a Educação Literária.** Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), 2018. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 97) MORAES, L. G. O. de. **Política De Leitura: A Gestão do Programa Federal Literatura em Minha Casa.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Brasília (UNB), 2010. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 98) MORENO, J. L. B. **Presença da infância negra nos Livros de Literatura Infantil veiculados no Programa Nacional Biblioteca da Escola.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), 2015. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 99) MORESCHI, M. T. **Construção ética no cotidiano escolar infantil: Um olhar sobre os livros do PNBE 2014.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Sorocaba (UNISO), 2017. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 100) MOTTA, A. C. A. **Um estudo sobre a produção literária infantojuvenil do escritor brasileiro Elias José (1936-2008): uma trajetória construída por muitas obras.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Campinas, 2018. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 101) NASCIMENTO, V. Y. do. **A efetivação dos quadrinhos no PNBE (2006-2014): Da caixa ao leitor.** Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 102) NEGRI, A. S. de. **Letramento no compasso da poesia: Experiência pedagógica em uma turma de 1º Ano do Ensino Fundamental.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Caxias do Sul (UCS), 2014. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 103) NUNES, M. F. **Leitura mediada do livro de imagem no Ensino Fundamental: Letramento visual, interação e sentido.** Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2013. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 104) OLIVEIRA, G. S. de. **A recepção da poesia de Sérgio de Castro Pinto no Ensino Médio.** Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), 2015. Disponível em:

- <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 105) OLIVEIRA, L. L. de. **Indústria editorial e Governo Federal: o caso do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e suas seis primeiras edições. 2008.** Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação), Universidade Estadual de São Paulo (USP), 2008. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 106) OLIVEIRA, L. G. de. **Leitura de narrativas visuais e verbo-visuais no PNBE-2010.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Caxias do Sul (UCS), 2013. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 107) OLIVEIRA, M. R. de. **Princesas Subversivas: Literatura Infantil contemporânea sob a perspectiva dos estudos de gênero.** Dissertação (Mestrado em Ensino), Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), 2018. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 108) OLIVEIRA, V. C. de S. de. **Educação das relações étnico-raciais e estratégias ideológicas no acervo do PNBE 2008 para Educação Infantil.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de São Paulo (USP), 2011. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 109) PAIVA, F. V. **A literatura infanto-juvenil na formação social do leitor: a voz do especialista e a vez do professor nos discursos do PNBE 2005.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2008. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 110) PASCUALI, D. C. dos S. **Gênero graphic novel: Histórias para uma nova geração de leitores.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2017. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 111) PAULA, F. F. de. **Literatura infantojuvenil e políticas públicas de leitura: Um estudo do Projeto Literatura em minha casa.** Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD), 2010. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 112) PAVANI, E. E. I. **Literatura em minha casa nasce na escola.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Sorocaba (UNISO), 2004. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 113) PENIDO, T. N. **Um estudo dos resumos de dissertações de mestrado e teses de**

- doutorado: 45 anos de produção em leitura no brasil (1965-2010).** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Campinas, 2017. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 114) PEREIRA, E. P. **Bibliotecas escolares e políticas públicas no Brasil: Um estudo da aplicação do PNBE em uma biblioteca escolar do Município de Niterói.** Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade Federal Fluminense (UFF), 2015. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 115) PEREIRA, I. S. S. **Literatura Infantil na perspectiva dos Estudos Culturais: Por uma infância plural.** Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), 2014. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 116) PEREIRA, R. de B. **O Leitor através do espelho - E o que ele ainda não encontrou por Lá!** Tese (Doutorado em Letras), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2013. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 117) PIEDADE, A. A. DOS S. **PNBE do Professor: Livros e bibliotecas para a formação docente.** Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), 2018. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 118) PORCIUNCULA, E. de M. **A infância impressa o que dizem as revistas Nova Escola e Pátio sobre as crianças.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Rio Grande (FURG), 2016. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 119) PORCIUNCULA, R. F. **As ideias raciais na obra de Monteiro Lobato.** Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), 2014. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 120) QUEIROZ, S. T. de. **A religiosidade afro-brasileira na literatura infanto-juvenil: uma análise do Programa Nacional Biblioteca na Escola – PNBE (2004-2014).** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2018. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 121) REIS, E. da S. **Herdando uma biblioteca: Uma investigação sobre espaços de leitura em uma escola da rede pública estadual.** Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2012. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>.

- 122) RIGOLETO, A. U. O. **O Programa Literatura em minha casa enquanto Política Pública: Avaliando a formação de famílias leitoras.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP - PP), 2006. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 123) RODRIGUES, L. N. **A literatura infanto juvenil afro-brasileira e a Lei 10.639: Um olhar sobre as obras adotadas pelo PNBE/MEC 2005.** Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos), Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2009. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 124) RODRIGUES, P. R. S. **Infância negra: Uma análise da afirmação da identidade étnica a partir dos livros infantis.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Paraíba (UFPB/JP), 2012. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 125) ROS, E. C. **Catálogo PNBE: divulgação ou formação?** Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade Cruzeiro do Sul, 2014. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 126) ROSSI, M. S. de O. **Campanha Pública da leitura forma leitores? Um estudo sobre as instâncias mediadoras da Literatura em Minha Casa/2001.** Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade Federal do Paraná, 2004.
- 127) RUIZ, U. C. de A. **Literatura de temática africana e afro-brasileira no PNBE do Ensino Fundamental II: Um estudo sobre o conto popular de matriz africana.** Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP - ARAR), 2018. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 128) SAMPAIO, L. O. L. **Materialidades e subjetividades dos corpos encarnados - análise das narrativas escritas para crianças - acervo do PNBE/2012.** Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Paraíba (UFPB/JP), 2014. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 129) SANTOS, I. B. dos. **Educação, Infâncias e Literaturas: Ouvindo meninas negras a partir de algumas leituras (EMEIF Oswaldo Hülse, Criciúma /SC).** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do extremo Sul Catarinense (UNESC), 2017. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 130) SANTOS, G. A. G. dos. **Personagens negros, protagonistas nos livros da Educação Infantil: Estudo do acervo de uma escola de Educação Infantil do Município de São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de São Paulo (USP), 2013. Disponível em:

- <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 131) SANTOS, J. A. dos. **A mediação da leitura literária no Projeto Leitura com... Infinito novelo de tantas tramas e cores**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2016. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 132) SANTOS, E. P. DOS. **A mediação do Livro Ilustrado de Literatura Infantil: Ver, Pensar e Fazer Artes Visuais na Escola**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 2018. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 133) SCARAVONATTI, G. **Boneca de Pano é Gente/sabugo de Milho é Gente; E Tia Nastácia, seria gente? a disputa em torno da personagem Lobatiana a partir de sua inserção nos acervos do Programa Nacional Biblioteca da Escola**. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Tocantins (UFT), 2015. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 134) SILVA, D. C. O. **“Literatura em minha casa”:** Uma pesquisa em escolas públicas do Município de Londrina. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2005.
- 135) SILVA, B. L. M. da. **Programa Nacional Biblioteca da Escola-Edição 2006. A chegada dos acervos nas escolas da Rede Municipal do ensino de Belo Horizonte e a leitura de obras por jovens leitores**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2009. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 136) SILVA, C. S. C. **Novas leituras, histórias de outrora – transposição de obras clássicas para o gênero graphic novel**. Dissertação (Mestrado em estudos Culturais), Universidade Estadual de Goiás, 2018. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 137) SILVA, E. M. A. da. **Era uma vez... a literatura infantil que circula na escola: Uma análise de edições adaptadas de contos de fadas**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2016. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 138) SILVA, E. V. K. da. **Recontos do PNBE 2012: Efetivando a mediação de leitura**. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), 2015. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 139) SILVA, J. S. da. **El Quijote en La Proeza de Ferreira Gullar: Uma leitura da adaptação literária de Dom Quixote de La Mancha, de Miguel de Cervantes, para leitores juvenis**. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Estadual do Piauí

- (UESPI), 2014. Disponível em:
<<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 140) SILVA, M. R. **A literatura infantil e as relações etnicorraciais: o PNBE 2014.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul 2017. Disponível em:
<<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 141) SILVA, M. S. da. **O PNBE do Professor: Uma possibilidade de formação estudo de caso da Superintendência Regional de Ensino de Governador Valadares.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 2014. Disponível em:
<<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 142) SILVA, R. B. da. **Representações da temática afro-brasileira na Literatura Infantil e Juvenil: Entre a escolarização da produção literária e a estetização das demandas escolares.** Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Estadual de São Paulo (USP), 2014. Disponível em:
<<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 143) SILVA, S. F. da. **O Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE: da gestão ao leitor na Educação Infantil de Natal-RN.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 2015. Disponível em:
<<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 144) SILVA, T. G. da. **O Ensino de Ciências por meio de textos literários: dos conceitos espontâneos aos conceitos científicos.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Uberaba (UNIUBE), 2017. Disponível em:
<<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 145) SILVA, T. M. **Um curumim na Amazônia: as representações da cultura indígena em Yaguarê Yamã.** Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal do Acre, 2018. Disponível em:
<<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 146) SILVA, H. P. **Pragmática da comunicação: Uma análise do politicamente correto da literatura infantil.** Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2012. Disponível em:
<<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 147) SILVA, M. R. **A Literatura Infantil e as relações etnicorraciais: O PNBE 2014.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), 2017. Disponível em:
<<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

- 148) SILVA, G. de S. **Estado da Arte da Leitura no Brasil: 2010 a 2015**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Goiás, 2017. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 149) SILVEIRA, R. C. da. **Educação literária na Educação Infantil: O livro nas mãos de professoras e educadoras de Araçatuba/SP**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP - PP), 2014. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 150) SOARES, P. C. **Leitura literária no Ciclo Alfabetizador: Repercussões das políticas educacionais no chão da Escola Pública Municipal de Araçatuba/SP**. Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), 2017. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 151) SOARES, U. F. **Políticas públicas de incentivo à leitura: o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) no câmpus Paraíso do Tocantins do Instituto Federal do Tocantins**. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas), Universidade Federal de Tocantins, 2018. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 152) SOUSA, H. O. de. **As vozes da experiência e a experiência das vozes: práticas de leitura com textos da coleção Literatura em minha casa**. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Paraíba, 2007. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 153) SOUZA, J. A. E. de. **A poesia Infantojuvenil do PNBE 2013 para o Ensino Fundamental II**. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD), 2016. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 154) SOUZA, F. C. de. **Como lobo na pele de cordeiro": Discursos das diferenças em textos narrativos infantis sobre a pessoa com deficiência**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de São Paulo (USP), 2011. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 155) SOUZA, K. A. B. **Leitura e formação docente: diálogos com professoras no contexto do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Mato Grosso, 2018. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 156) SPENGLER, M. L. P. **Alçando voos entre livros de imagem: O acervo do PNBE para a Educação Infantil**. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2017. Disponível em:

- <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 157) TAVARES, E. C. C. **Faca sem ponta, galinha sem pé, homem com homem, Mulher com mulher: Quem defende a personagem Queer nos livros para a infância?**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2015. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 158) TAVARES, J. A. de. **Vamos fazer do Brasil Um País de leitores"? Análise da Implementação e Funcionamento do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) no Município do Recife de 1998 a 2002**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade federal de Pernambuco (UFPE), 2004. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 159) TEIXEIRA, M. G. S. **Catálogos de Editora de literatura infanto juvenil: Uma leitura**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2011. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 160) ULUP, N. **Livros de imagens e formação literária e primeiro segmento do Ensino Fundamental**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2007. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>.
- 161) VALARINI, S. D. **Os caminhos do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): uma política pública brasileira na tentativa de formação de um campo literário no ambiente escolar**. Tese (Doutorado em Letras), Universidade estadual de Maringá (UEM), 2015. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 162) VARGAS, T. de. **O espaço da biblioteca escolar: Dinamização do acervo do PNBE 2013 nos Anos Finais do Ensino Fundamental**. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade de Passo Fundo (UPF), 2016. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 163) VENÂNCIO, A. C. L. **Literatura infanto-juvenil e diversidade**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2009. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 164) VERAS NETO, A. **Com a delicadeza necessária: O discurso de gênero E sexualidade em livros de literatura infantil**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade federal de Pernambuco (UFPE), 2015. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 165) VINTER, R. B. **(Não) leituras de obras literárias em contexto escolar: Um estudo**

- de caso a partir de versão integral e adaptações de “O Cortiço”, de Aluísio Azevedo.** Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade federal do Espírito Santo (UFES), 2017. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 166) **VOLMER, L. Mostrar? Esconder? Seduzir? O papel do Narrador em obras do PNBE 2010.** Tese (Doutorado em Letras), Universidade de Caxias do Sul (UCS/UNIRITTER), 2015. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 167) **WERLANG, S. D. Alfabetização e letramento mediados pela literatura infantil, no 1º ano do Ensino Fundamental.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Caxias do Sul (UCS), 2015. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- 168) **XAVIER, M. “O Programa Nacional Biblioteca da Escola e o seu impacto na sala de aula: A circulação e o acesso do livro de literatura no interior de uma escola Municipal de Ensino Fundamental”.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP - MAR), 2010. Disponível em: <<https://drive.Google.com/drive/folders/1VGjTuwopFIOItvDhVA1Ryj--DtrgccRx?usp=sharing>>. Acesso em: 19 abr. 2021.